

Boletim Cultural

VI SÉRIE · N.º 1
ANO 2021



Boletim Cultural

VI SÉRIE N.º 1
ANO 2021

SUMÁRIO

01 ABERTURA

- 7 Identidade Forte e Singular
Mário Passos

02 EDITORIAL

- 10 Uma referência pedagógica e científica
Pedro Oliveira

03 DO LOCAL AO GLOBAL

- 14 3.1 “Pedras Formosas” e Investigação Arqueológica em Portugal
– Uma revisitação
Armando Coelho Ferreira da Silva
- 37 3.2 inventário dos Banhos Castrejos em Território Português
Armando Coelho Ferreira da Silva e João Oliveira Machado
- 85 3.3 Trelças de vida de minhotos do concelho de Vila Nova de Famalicão e
alguns dos seus descendentes na Baía e seu recôncavo nos séculos XVIII e XIX
Odete Paiva
- 99 3.4 A Agricultura e os Partidos Políticos na Primeira República
António José Queiroz
- 126 3.5 A Acção Política Pedagógica e Económica de Bernardino Machado durante
a Monarquia – O Ministro das Obras Públicas Comércio e Indústria (1893)
Elzira Machado Rosa

| | |
|-----|--|
| 149 | 3.6 O Amigo de Bernardino em S. Pedro do Sul <i>João Afonso Machado</i> |
| 154 | 3.7 A Obra de Manuel Faria à guarda da BGUC: um tesouro a descobrir <i>Paulo Bernardino</i> |
| 182 | 3.8 Acolhimento de «Crianças Austríacas» pela Cáritas Portuguesa <i>Arminda Ferreira, Filipa Sousa Lopes e Ana Regina Pinho</i> |
| 206 | 3.9 Vila Nova de Famalicão: das trocas comerciais ao comércio local. Uma perspetiva histórica <i>Hilário Pereira e Inês Carvalho</i> |

04 ESTUDOS DE MUSEOLOGIA

| | |
|-----|---|
| 216 | 4.1 Avaliação diagnóstica dos serviços educativos da Rede de Museus: um mapeamento das atividades em 2019 <i>Louise Palma</i> |
| 228 | 4.2 Casa-Museu Soledade Malvar – de habitação a instituição museológica <i>Sofia Navalho</i> |
| 239 | 4.3 Museu de Arte Sacra da Capela da Lapa: o desafio de integrar a comunidade no religioso <i>Isabel Silva</i> |

05 CURRÍCULOS

| | |
|-----|-------------------|
| 258 | Breves Currículos |
|-----|-------------------|



ABERTURA

01

1. Identidade Forte e Singular

↳ **TEXTO** MÁRIO PASSOS

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO

É com uma enorme satisfação que lançamos esta edição do Boletim Cultural de Vila Nova de Famalicão, destacando e fazendo justiça a episódios marcantes da nossa história e da nossa cultura.

É objetivo desta Câmara Municipal assegurar a transmissão da nossa herança cultural cuja continuidade e enriquecimento unirá as gerações futuras em torno de uma identidade forte e singular.

O acolhimento de crianças austríacas pela Cáritas Portuguesa, em Vila Nova de Famalicão, é certamente para muitos um acontecimento pouco conhecido, mas que marcou a certa altura o nosso percurso civilizacional.

A ação política pedagógica e económica de Bernardino Machado durante a monarquia é outros dos temas explorados nesta edição.

Conhecer, estudar, proteger, valorizar e divulgar o nosso património cultural é, sem dúvida, um dever dos municípios concretizado em Famalicão através do lançamento desta publicação.

Saúdo, pois, todos aqueles que contribuíram para a concretização deste Boletim Cultural e convido os leitores a conhecerem mais, a estudarem mais e a envolverem-se mais com a nossa história e a nossa cultura.



EDITORIAL

02

2. Uma referência pedagógica e científica

↳ TEXTO PEDRO OLIVEIRA

VEREADOR DA CULTURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO

Novos eleitos, outros intervenientes, ideias renovadas, prevalece, no entanto, o interesse municipal que torna o Boletim Cultural de Vila Nova de Famalicão um projeto que está para além dos mandatos autárquicos que se vão sucedendo.

Tendo surgido em 1980, na presidência de Antero Martins, tornou-se um projeto de referência nas presidências de Agostinho Fernandes, Armindo Costa e Paulo Cunha. Chegados agora a 2022, o Presidente Mário Passos assegurará, certamente, a manutenção deste legado de sucesso.

É importante prosseguir com este trabalho de preservação e promoção da herança cultural de que Vila Nova de Famalicão dispõe, incentivando a investigação e o estudo em torno da nossa terra e das nossas gentes.

Comum a muitos números do Boletim Cultural foi a circunstância da coordenação editorial ter sido assumida por Artur Sá da Costa. É um profundo conhecedor e estudioso da cultura famalicense, assim como um dedicado investigador da História Local. Neste primeiro número da VI edição fica o nosso agradecimento por nos ter trazido até aqui.

O Boletim Cultural assume-se, não só como uma publicação de grande importância cultural e histórica, mas também como um instrumento para a investigação, dado o cariz pedagógico e científico que apresenta.

Em virtude das várias temáticas apresentadas, constituirá uma resposta adequada às necessidades que os alunos apresentam, afirmando-se como uma relevante fonte de informação.

Reúnem-se, nesta edição do Boletim Cultural, doze artigos de autoria e/ou co-autoria de quinze colaboradores, divididos por dois capítulos, que abordam diferentes temáticas e períodos da História Local.

Inúmeros pontos de interesse em que destaque, a título de exemplo, o que se refere ao Acolhimento de «Crianças Austríacas» pela Cáritas Portuguesa, artigo que resultou do “I Encontro – De Famalicão para o Mundo: Em torno da Memória do Holocausto e a ajuda Humanitária”, que se realizou em Vila Nova de Famalicão em 25 e 26 de setembro de 2020.

Evidencia-se igualmente a carreira pública de Bernardino Machado durante a Monarquia, período em que exerceu as funções de professor catedrático da Universidade de Coimbra com as de Ministro das Obras Públicas Comércio e Indústria.

A Rede de Museus, e os museus que a constituem, vão dando origem a vários estudos que são sempre úteis para conhecer práticas e identificar lacunas, servindo, a partir daí, como ponto de partida para ações de melhoria.

A todos que colaboraram neste número, muito obrigado pela disponibilidade para partilharem o seu conhecimento!



**DO LOCAL
AO GLOBAL**

03

3.1 “Pedras Formosas” e Investigação Arqueológica em Portugal¹

Uma revisitação

↳ TEXTO ARMANDO COELHO FERREIRA DA SILVA

RESUMO

Numa breve nota introdutória, em que se caracterizam os monumentos balneares da área meridional castreja sobretudo pela riqueza decorativa da estela frontal da câmara e, por isso, apelidada de “Pedra Formosa” (em referência ao achado setecentista do primeiro elemento que veio a identificar-se como pertencente a uma dessas estruturas), distingue-se, em especial, o papel da Sociedade Martins Sarmento e dos centros de arqueologia das universidades da região como principais agentes da sua investigação, de longa historiografia e diversidade interpretativa.

Após uma enumeração das ocorrências com respetivo enquadramento etnogeográfico dos monumentos e dos sítios, releva-se, com referência à nossa investigação pessoal,

a importância da escavação do monumento de Santa Maria de Galegos e da concretização de um projeto de arqueologia experimental, de base etno-arqueológica, com reconstituição do monumento do Alto das Eiras à escala real, para formatar a tipologia arquitetónica dos edifícios e consolidar a sua função balnear.

Mais se realça, neste processo, quando servido por abordagens mais aproximadas da antropologia social, a nossa interpretação sobre o significado dos rituais iniciáticos aí celebrados que se remetem para contextos explicativos de tradição indo-europeia, que se propõem tutelados por uma divindade indígena, polivalente, denominada *Nabia/Navia*, cuja etimologia se discute e se interpreta como uma “Mãe dos deuses”, equivalente à deusa romana Fortuna.

1 Apresentação no Ciclo de Conferências “Las saunas protohistóricas en Iberia”, Real Instituto de Estudios Asturianos (Oviedo, 2020).

1.

O conhecimento da arquitetura, pública e privada, dos povoados fortificados do noroeste peninsular tem vindo a conhecer um aprofundamento significativo com o desenvolvimento da investigação proto-histórica regional, com particular destaque para as instalações balneares enquanto construções mais monumentais da cultura castreja, atendendo quer à sua estrutura quer à sua composição decorativa, de longa historiografia e funcionalidade controversa.

Tais edifícios destinados a banhos públicos rituais sobressaem, pelo seu aparato e técnica construtiva, como monumentos especiais do conjunto arquitetónico castrejo, com possível origem em “cabanas de sudação” de materiais perecíveis, que aparecem monumentalizadas durante a fase proto-urbana dessa cultura (meados do séc. II a.C. – meados do séc. I d.C.) na sua área meridional, podendo situar-se cronologicamente na fase III da nossa proposta de periodização [(Silva A. C. F., 1986); (Silva A. C. F., 2007a)].

Conhecem-se cerca de três dezenas de exemplares por todo o noroeste, desde o norte da Galiza e Astúrias à margem esquerda do rio Douro, que Estrabão (*Geografia*, 3, 3, 6) aponta como referência específica de localização geográfica, repartindo-se por dois núcleos e tipologias individualizados pela localização geográfica (um, entre as bacias do Douro e Minho, de tipo I, e outro, no norte da Galiza e Astúrias, de tipo II), pelo material de construção (granito/xisto), por particularidades de implantação (zonas baixas/zonas altas), pelas estruturas (planta do forno subcircular/retangular, átrio no alinhamento do eixo central/posição lateral) e pela técnica construtiva (utilização de monólitos/alvenaria), entre as mais significativas, de que se poderá individualizar outra variante (tipo III), pela singularidade da sua construção rupestre [(Silva A. C. F., 1986); (Silva A. C. F., 2007a); (Silva A. C. F., 2012); (Silva & Machado, 2007); (Villa Valdés, 2007); (Villa Valdés, 2012)]. Os monumentos

da área meridional castreja são, assim, construções hipogeias, normalmente situadas junto a fontes ou linhas de água, nas partes baixas dos povoados, que apresentam uma formação arquitetónica-tipo composta, genericamente, por quatro divisórias complementares: um átrio, uma antecâmara, uma câmara e uma fornalha. Possuem claras preocupações estéticas, de expressão simbólica, especialmente referenciadas no trabalho ornamental que quase sempre aparece gravado na estela que divide a antecâmara da câmara, por isso, designada por “Pedra Formosa” (Fig. 3), segundo os termos usados já no século XVIII, por Craesbeck (1723) (Craesbeeck, 1992) e logo depois seguido por Contador de Argote (Argote, 1732-34), para a identificação do primeiro achado de um destes elementos na Citânia de Briteiros.

Mesmo desprovido de contexto arqueológico, só mais tarde adquirido após a posterior escavação de um outro elemento similar, também identificado na Citânia de Briteiros (Fig. 1: Inv. n.º 08), pode essa antiga notícia, de 1723, considerar-se como o ato fundador da investigação sobre estes monumentos, a que logo foi conferida uma envolvimento religiosa, aquando do primeiro monumento descoberto no último quartel do século XIX por Francisco Martins Sarmiento, no sopé do Monte da Saia, Barcelos (Fig. 1: Inv. n.º 04), havendo-o como um “santuário de águas”, para lhe suceder, posteriormente, a versão de Mário Cardozo, que os vulgarizou, a partir dos anos 30 do século XX, com base nas escavações de um monumento da Citânia de Briteiros (Fig. 1: Inv. n.º 08), como “fornos crematórios” postos em relação com o rito funerário dos povos castrejos, conforme resumido por A. Romero Masiá (Romero Masiá, 1976, pp. 136-157).

A estes distintos arqueólogos, um, patrono, e outro, ilustre diretor da Sociedade Martins Sarmiento, que marcaram o pioneirismo e a afirmação da originalidade das arqueologia proto-histórica regional, se fica a dever, além das referências descritivas e interpretativas da

“Pedra Formosa”, a descoberta / escavação / estudo de uma série destes monumentos, designadamente, o do Monte da Saia (Fig. 1: Inv. n.º 04), Castro de Sabroso (Fig. 1: Inv. n.º 06), Alto das Eiras (Fig. 1: Inv. n.º 10) / Castro de Vermoim (Fig. 1: Inv. n.º 11), Citânia de Briteiros I e II (Fig. 1: Inv. n.º 07 e 08) e Castro de Sardoura (Fig. 1: Inv. n.º 16). Como relevámos, são de seu mérito, as primeiras interpretações, como “santuários às divindades das águas” [(Sarmiento, 1883, p. 14); (Jordá Cerdá, 1969, pp. 8-12); (Azevedo, 1946)] ou como “fornos crematórios” [(Ribeiro, 1930); (Ribeiro, 1934); (Cardozo, 1932a); (Cardozo, 1932b); (Cardozo, 1969); (Uria Ríu, Excavaciones en el Castellón de Coaña, 1941a); (Uria Ríu, 1941b); (García y Bellido, 1966); (García y Bellido, 1968); (Lorenzo Fernández, 1948); (Tranoy, 1981, pp. 336-340)], que prevaleceram, como se vê, durante cerca de uma centena de anos entre uma diversidade de propostas explicativas, que se foram invalidando.

Com efeito, estas propostas, de carácter religioso, e outras hipóteses, de função material, como a de fornos de cozer pão (Gomez-Tabanera, 1980, p. 98) ou cerâmica [(Fernández Fuster, 1953); (Fernández Fuster, 1954); (Fernández Fuster, 1955)], fornos de fundição (Monteagudo, 1952) ou ainda matadouros de animais (Azevedo, 1946), que lhes foram atribuídas sem o devido fundamento, podem considerar-se abandonadas perante a consolidação da sua interpretação funcional como balneários [(Conde Valvís, 1955); (Chamoso Lamas, 1955, pp. 68-69); (Almeida C. A., 1974); (Silva A. C. F., 1983, pp. 101-135); (Silva A. C. F., 1983-84, p. 125); (Silva A. C. F., 1986); (Silva A. C. F., 2007a); (Silva A. C. F., 2007c) e (Silva A. C. F., 2012)], que se considera ter ficado comprovada sobretudo com os dados da nossa escavação do monumento de Santa Maria de Galegos entre 1978 e 1981 [(Silva A. C. F., 1986); (Silva A. C. F., 2007a)].

A escavação do monumento da Citânia de Sanfins em 1972 e 1973 (Fig. 1: Inv. n.º 13) marcará, neste passo, a mudança para uma

fase de maior cientificação, teórica e prática, dos trabalhos arqueológicos, ora preconizada pelas universidades da região, em especial, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, recentemente recriada, em cujo âmbito cabe-rão, além do estudo do monumento de Sanfins, o de Santa Maria de Galegos (Fig. 1: Inv. n.º 03), *Tongobriga* (Fig. 1: Inv. n.º 14), Alto das Eiras (Fig. 1: Inv. n.º 10), Castro de Roques (Fig. 1: Inv. n.º 02), Alto das Eiras/Aboim das Choças (Fig. 1: Inv. n.º 01), e o de Maximinos (Fig. 1: Inv. n.º 05), este, por arqueólogos da Universidade do Minho.

Tendo participado nas escavações e assistido presencialmente ao debate que permitiu introduzir uma nova perspetiva, apontando para uma função balnear destes monumentos, que houve lugar por ocasião do III Congresso nacional de Arqueologia realizado no Porto, em 1973, em torno dos resultados da escavação do monumento da Citânia de Sanfins (Fig. 1: Inv. n.º 13) por C. A. Ferreira de Almeida (1974), permitimo-nos lembrar, doravante, o nosso contributo pessoal no processo de investigação desta problemática, em particular, a sistematização e síntese que apresentámos na nossa tese de doutoramento (Silva A. C. F., 1986) acrescida de vários outros trabalhos realizados em frutuosa colaboração, de que distinguimos um ensaio de arqueologia experimental [(Silva & Machado, 2007); (Silva, Machado, & Lobato, 2011)] e pesquisas monográficas de interesse [vg. (Silva & Maciel, 2004); (Silva & Maciel, 2005); (Silva & Ferreira, 2016); (Ferreira & Silva, 2018)], cujos resultados retomamos, em bloco, na intervenção do *Ciclo de Conferências sobre Saunas Protohistóricas en Iberia*, realizado, em 2020, no Real Instituto de Estudios Asturianos, Oviedo.

2.

Estruturas emblemáticas da cultura castreja da Calécia meridional, para além do monumento de Augas Santas, situado em território ourensano, podemos enumerar uma

série expressiva de dezasseis monumentos bem documentados pelo registo arqueológico que se localizam no atual território português (Fig. 1), a que se poderão acrescentar mais algumas presenças que se presumem referidas em notícias diversas sobre achados congêneres, aumentando significativamente o número das ocorrências.

Considerados, genericamente, em associação com a estatuária de guerreiros (Silva A. C. F., 2007a, Est. IX/X) como marcadores icônicos da monumentalização típica desta fase, a sua cartografia evidencia uma cobertura quase total relativamente às entidades étnicas do território regional, normalmente associáveis à referência epigráfica de *castellum*, correspondente a um “lugar central” de um dos *populi*, que nos aparecem congregados, na zona litoral, em três étnicos regionais, os *Grovii*, desde o limite norte do futuro *conventus* bracaraugustano ao rio Lima, os *Bracari*, entre Lima e Douro, e os *Turduli*, entre Douro e Vouga (Fig. 2).

O registo mais setentrional conhecido em território português diz respeito ao monumento do Castro de Eiras/Aboim das Choças (Fig. 1: Inv. n.º 01), Arcos de Valdevez, situado na Vala do rio Vez, afluente do Lima, cuja localização foi recentemente identificada [(Silva & Ferreira, 2016); (Ferreira & Silva, 2018)] e que consideramos como “lugar central” de um território límico dos Gróvios. A porta decorada da Cidade de Âncora (Caminha/Viana do Castelo; Fig. 1, A), recolhida por F. Martins Sarmiento, poderá ser indicador de outra situação congénere), ora referente aos *Seurbi* (C. Plinius 4, 112), sendo também necessária mais investigação sobre a observação vinda de Russel Cortez [(Cortez, 1948); (Ríos González, 2017, p. 159)], sobre uma “cisterna ... similar ao templo funerário” de Briteiros, identificada no sopé do Monte da Senhora do Crasto, em Vilar de Mouros, Caminha (Fig. 1: Inv. a) no mesmo território.

Passado o “rio do esquecimento”, para a margem esquerda desta bacia, entre Lima e Neiva, temos o monumento do Castro de

Roques (Fig. 1: Inv. n.º 02), Viana do Castelo, consagrando o território como dos *Nebisoci/Nabiagoi* (Silva A. C. F., 2007a, p. 393) em designação derivada do teónimo indígena *Nabia/Navia*, surpreendentemente referenciado em ámulas votivas procedentes das alturas da vizinha Citânia de Carmona (Redentor A. J., 2011, pp. I, 382; II, 28-30, n.ºs 023-026), que deveria representar a centralidade do território situado entre Lima e Cávado. Na margem direita do vale deste rio, se encontra o monumento de Santa Maria de Galegos (Fig. 1: Inv. n.º 03), que havemos como especial referente da nossa investigação, sendo possível que este território se reporte já ao domínio setentrional dos *Bracari*, a que se poderá acrescentar, com certa segurança, das notícias e sobretudo do registo arqueológico de um “fragmento de uma pedra formosa,” do Castro de Caires, Grovos, Amares, distrito de Braga (Fig. 1: Inv. B) (Ríos González, 2017, pp. 157-159).

A maior concentração destes monumentos encontra-se na bacia do Ave, entre os Brácaros propriamente ditos, *Bracari, stricto sensu*, e os *Nemetati*: o de Maximinos (Fig. 1: Inv. n.º 05), no vale do Este, seu afluente, mais próximo do litoral, e a série constituída pelos de Sabroso (Fig. 1: Inv. n.º 06), Briteiros I e II (Fig. 1: Inv. n.º 07 e 08), em Guimarães, e o Alto das Quintãs (Fig. 1: Inv. n.º 09), no Castro de Calvos, Póvoa de Lanhoso, no seu percurso médio, cobrem grande do território dos Brácaros. Cumprirá destacar as características arcaizantes, de cronologia pré-romana, do monumento de Maximinos, com desativação e eventuais transferências do culto a *Nabia/Navia* para a Fonte do Ídolo, e a assombrosa decoração das “Pedras Formosas” da região, esculpturadas em alto e baixo relevo, que terão sido obra de artistas itinerantes, com técnica de qualidade superior, também envolvidos na confecção de estátuas de chefes guerreiros, o que pode explicar o seu reconhecido parentesco sobretudo no vale do rio Ave [Cfr., vg. (Silva A. C. F., 2007a, p. 404); (Queiroga & Dinis, 2008-2009)].

Nesta proximidade, mais para o litoral, o monumento do Monte da Saia (Fig. 1: Inv. n.º 04), em Barcelos, o do Alto da Eiras (Fig. 1: Inv. n.º 10) e o do Castro de Vermoim (Fig. 1: Inv. n.º 11), em Vila Nova de Famalicão, no curso médio e final da margem direita do Ave, circunscvem-se ao território dos *Nemetati*, tal como referenciados em Ptolomeu (2, 6, 40) (Silva & Pinto, 2010/11). A este contexto se poderá reportar mais um outro monumento no Castro das Ermidas, Jesufrei, Vila Nova de Famalicão (Fig. 1: Inv. n.º C), documentado por dois importantes fragmentos ornamentados, um, que poderá ser da sua “Pedra Formosa” (inf. Gabinete de Arqueologia de V. N. Famalicão), e outro, depositado no Museu Pio XII, que certamente faria parte da estrutura do átrio [(Rosário, 1973, p. 59); (Fontes, Vilar, Carvalho, & Ribeiro, s. d., p. 71)].

Na margem esquerda do Ave, mas reparando a sua relação com o Alto Leça, fica o do Monte Padrão (Fig. 1: Inv. n.º 12), em Santo Tirso, incoativamente intervencionado, mas anunciando afinidades com o monumento da Citânia de Sanfins, em cuja área de influência se situa, ocupando o quadrante nordeste dos *Calaeci Bracarum*, segundo a designação de Plínio [(Tranoy, 1977); (Tranoy, 1981, pp. 65-66)].

Já o monumento de Sanfins (Fig. 1: Inv. n.º 13), em Paços de Ferreira, está implantado numa nascente do rio Ferreira, afluente do Sousa, e este do Douro, na encosta sudoeste da Citânia, epigraficamente identificada como capital dos *Fidueneae*, unidade dos Calaicos dos Brácaros, que dominariam o território entre Douro e Ave.

Em conformidade com uma proposta de modelação deste território segundo uma divisão quadripartida em torno de um santuário (Silva A. C. F., 2013), estaria este localizado no Castro de Vandoma, Baltar, Paredes, onde também foi observado um fragmento de estela tipo “Pedra Formosa” (Fig. 1: Inv. D) (Silva & Gomes, 1992, p. 53) associável a uma ara votiva dedicada a *Navia* aí referenciada (Silva A. C. F., 2007a, pp. 442, n.º 717, epig. 132). Porventura como pertencente ainda a este território, se não como

dos *Tamacani*, poderá incluir-se o monumento rupestre do Freixo/*Tongobriga* (Fig. 1: Inv. n.º 14), no Marco de Canaveses, junto à foz do Tâmega no rio Douro, cuja ornamentação da abertura de entrada na câmara se paraleliza particularmente com a de Sanfins.

Para lá do Marão, na região transmontana do Planalto de Alijó, distrito de Vila Real, no limite oriental da área castreja organizada em *castella*, apenas se poderá registar com certa segurança a existência de um único monumento com base nos vestígios identificados no sopé do Castro de Ribalonga (Fig. 1: Inv. n.º 15), que seria subsidiário do Castro do Pópulo, que atribuímos ao território dos *Lapiteae*, por vizinhança com o registo epigráfico deste etnónimo em Panóias ou, preferentemente, aos *Aliobrigenses*, que tinham capital em Cidadelhe, Mesão Frio, junto ao Douro. Continua, entretanto, sob reserva a classificação de uma estrutura aparentada descoberta por Santos Júnior [(Santos Júnior, 1975, p. 430); (Ríos González, 2017, pp. 36-38)] em Picote, Miranda do Douro, distrito de Bragança, no interior da área astur dos *Zoelae*, com reconhecida organização gentilícia diferenciada da *Calaecia*.

Na margem esquerda do Douro, entre os *Turduli Veteres*, segundo Plínio (4, 4, 13) e a sua confirmação epigráfica (Silva A. C. F., 1983), regista-se o achado do monumento do Castro de Sardoura (Fig. 1: Inv. n.º 16), em Castelo de Paiva, além de vestígios identificáveis noutras estações por referências documentais, cobrindo a generalidade do seu território situado entre Douro e Vouga, que entendemos explicitar:

A possível existência de um monumento para banhos no Monte Murado, Vila Nova de Gaia (Fig. 1: Inv. b), já foi anteriormente por nós observada com base na referência feita, em 1920, pelo pároco da freguesia, no livro intitulado Perosinho – Apontamentos para a sua monografia, quando diz que “Quanto à dominação romana nesta freguesia de Perosinho, sobre tudo na parte que lhe pertence do *Monte Murado*, não resta hoje a menor dúvida de que

foi habitada pelos romanos ou ao menos pelos lusitano-romanos” e, na sequência de achados que vinha reportando, diz textualmente que “Muitos anos antes, na vertente norte, próximo da base do monte, ao abrir-se uma mina, tinha já aparecido, a quarenta palmos de profundidade, um lavadouro de pedra lavrada, num terreno que parece ter sido em tempos idos um valle pantanoso que depois se foi soterrando com o andar dos tempos” (Araújo, 1920, pp. 36-37), que se ajustam, pela localização e referência estrutural a uma construção congénere [(Silva & Gomes, 1992, p. 53); (Silva A. M., 1994, p. 62)].

A existência de um monumento congénere no Castro de Romariz, Santa Maria da Feira (Fig. 1: Inv. c), igualmente se deduz, até com mais clareza, de uma anotação de uma obra monográfica do pároco da freguesia, que aí procedeu a escavações arqueológicas, nestes termos: “*Há cerca de 25 anos, quando se escavavam os fundamentos da casa da Snr^a Florentina Rosa Soares, apareceu, junto da Rua dos Mouros, “um forno grande, de bôca larga. Tendo em frente um eirado”. Seria um forno crematório? Anteriormente no quintal do Snr. Abel de Oliveira tinha aparecido “uma grande pedra com uma pia e feitios e de um palmo de grossura”. Tendo visto há dias a fotografia da Pedra Formosa de Briteiros, o referido Snr. Abel achou que entre as duas havia certa semelhança. Teria essa pedra alguma relação com o forno perto do qual foi descoberta?*” (Santos, 1940, p. 308).

Referência similar se reporta ao Castro de Ul, Oliveira de Azeméis (Fig. 1: Inv. d), entre as informações orais recolhidas por Arlindo de Sousa (Sousa, 1960), quando fala sobre os achados do castro notando o achado de um forno e de “uma grande pedra, da forma de barreleiro...” (Carqueja, B. (ed.), 1909, p. 352), já mais claramente interpretada como tal por Arlindo de Sousa (Sousa, 1960, p. 74), quando a diz “com a configuração da Pedra Formosa de Briteiros”, sinalizando-a claramente como mais uma estela de um balneário castrejo [(Silva A. M., 1994, p.

57); (Silva S. F., 2013, pp. 40-41)]. Não sabemos até que ponto se poderá relacionar este equipamento com a tradição local do culto, iconograficamente documentado na freguesia, a Nossa Senhora dos Banhos, enquanto assimilação remanescente dos atributos da divindade indígena reconhecível como *Navia*.

Com estes dados referentes ao povoamento castrejo dos *Turduli Veteres*, em que o Castro de Romariz se localiza mais próximo da zona nuclear, onde estaria o santuário central, que supomos situado no Castro > Castelo da Feira, o de Sardoura, no interior, marcando o quadrante nordeste, o do Monte Murado, no litoral, o quadrante noroeste, e o de Ul, o quadrante sudeste, podendo o quadrante sudoeste estar indiciado no Castro de Ossela por uma epígrafe aparentemente moderna e erudita que refere um *BALNEVS VACVAE* (inf. J. Tiago Tavares).

Afigura-se-nos, assim, esta conformação mais uma hipótese de estruturação do espaço regional, como a que supusemos noutras circunstâncias para o território dos *Nemetati* (Silva & Pinto, 2010/11) e para os *Calaeci Bracarum* (Silva A. C. F., 2013, pp. 41-49), concebido como um microcosmos que reproduziria a imagem formada por quatro quarteirões em torno de um centro religioso, representando o papel de eixo cósmico, havido como de tradição indo-europeia, bem reconhecido em diversas expressões e áreas do mundo celta, itálico, iraniano até à Índia (Sterckx, 2005, pp. 241-247), assim nos remetendo para a ancestralidade organizativa da sociedade castreja.

A presença declarada do culto a *Nabia/Navia*, na pureza da sua invocação ou em cruzamento hierogâmico, e suas correspondências romanas e pervivências cristãs, com referência privilegiada aos “lugares centrais” ou em situações com eles conectadas, mais sugere esta divindade indígena como tutela dos rituais iniciáticos celebrados nestes monumentos que, assim, mais se percebem como essenciais ao funcionamento social das comunidades indígenas.

Seja como for, a distribuição destes monumentos, ao cobrir a totalidade da área castreja até ao seu limite mais meridional, na bacia do Vouga, manifesta uma surpreendente correspondência entre os registos organizativos da sociedade castreja em *castella* com a mancha das isoglossas características do galego-português (Cintra, 1971) ou, tão só, galego (Venâncio, 2018), a evocar, também por via linguística, uma ascendência proto-histórica comum da matriz regional.

3.

A escavação do monumento de Santa Maria de Galegos (Fig. 1: Inv. n.º 03) [(Silva A. C. F., 1986, pp. 53-60); (Silva A. C. F., 2007a, pp. 66-75)], permitiu-nos consolidar a sua interpretação funcional como “balneários”, designação que adotámos desde estes trabalhos arqueológicos e que se considera, desde então, comprovada. E, ao aparecer-nos, em apreciável estado de conservação, fornecer-nos a planta mais acabada deste género de construções bem como outros valiosos dados de espólio para análise, ultrapassando os dos paralelos referenciados na área castreja.

Não se resolvendo, porém, mesmo com as escavações posteriores de outros monumentos congéneres, diversos problemas relacionados com a sua estrutura arquitetónica, e considerando o avanço dos dados obtidos em relação aos que constam da numerosa bibliografia que pormenorizadamente descreve e discute estes monumentos, ousámos empreender uma ação de arqueologia experimental, de reconstituição em tamanho real de um desses monumentos, o do Alto das Eiras (Fig. 1: Inv. n.º 10), para resolução das questões construtivas e posterior ensaio do seu funcionamento, como excecional contributo para o esclarecimento da posição por nós assumida face às diversas teses explicativas (Silva A. C. F., 2007b).

Do conjunto dos estudos efetuados resultou a possibilidade de se elaborar uma planta

e alçado da sua estrutura arquitetónica-tipo e determinar aspetos fundamentais da sua construção, constituindo genericamente um edifício com quatro divisórias complementares, que são um átrio, uma antecâmara, uma câmara e uma fornalha.

É este também o esquema fornecido pelas escavações arqueológicas do monumento do Alto das Eiras (Fig. 1: Inv. n.º 10) (Queiroga & Dinis, 2008-2009), cuja reconstituição permitiu consolidar dados adquiridos e identificar variáveis construtivas e funcionais.

Neste monumento, o átrio aparece diferenciado da generalidade dos casos, com uma entrada lajeada delimitada por um muro baixo, seguida de um átrio em parte soterrado, mostrando um imponente lajeado, deduzindo-se do alargamento do espaço para o lado esquerdo do eixo central, que aí estaria situado o tanque onde caía a água por uma caleira, como no monumento de Santa Maria de Galegos (Fig. 1: Inv. 03).

Este espaço, de planta subretangular, com cerca de 14,5 m² de área, segundo as dimensões médias dos eixos longitudinal e transversal), é maior que o de Santa Maria de Galegos (14 m²), de Briteiros II (12 m²) e do Monte da Saia (13,40 m²), sendo menor que o de Sanfins (18,48 m²), que todavia não possui recinto de entrada, sendo, para o efeito, os únicos casos cujo estado de conservação permite estes confrontos.

Alguns vestígios de entalhes, transversais, sugerem a localização do eixo frontal e outros, verticais, a possibilidade da existência de elementos decorativos à entrada da antecâmara.

Para a reconstituição deste corpo (Fig. 7), o menos evidente no registo arqueológico por ser em grande parte construído em materiais perecíveis, sugerimos uma construção mista, de alvenaria e madeira, com cobertura de colmo, evocativa de religiosidade, sugerida por paradigmas proto-históricos [vg., (Goudineau, 2006)].

Os muros foram construídos em mamposteria com duas fiadas de pedras de aparelho

irregular, com cerca de 60 cm de largura. Os laterais sobem até à altura da antecâmara e o muro frontal tem cerca de 1 metro de altura, com postes de madeira, sobre os quais assentaria uma estrutura de cobertura em duas águas, como também parece ter existido em Sanfins (Fig. 1: Inv. n.º 13) e certamente nos restantes, devendo tratar-se igualmente do único corpo do monumento que não estaria soterrado.

Os postes e das traves seriam de madeira irregularmente faceada, em construção encaixada, assim como a sua cobertura colmada, segundo dados etno-arqueológicos conhecidos na região (Oliveira, Galhano, & Pereira, 1969).

No ângulo anterior esquerdo deste compartimento estaria situado, como no de Galegos (Fig. 1: Inv. n.º 3) e também no Monte da Saia (Fig. 1: Inv. n.º 04), Briteiros II (Fig. 1: Inv. n.º 08), Sanfins (Fig. 1: Inv. n.º 13) e Monte Padrão (Fig. 1: Inv. n.º 12), um tanque retangular, em monólitos aparelhados, onde caía água corrente, que era trazida da nascente por uma conduta e que escoava para o exterior por um esgoto situado no lado esquerdo do átrio, fazendo ressaltar adequadas medidas de higiene havidas na condução, depósito e escoamento da água, que têm de ser interpretadas de acordo com a sua utilização.

O núcleo principal deste monumento é constituído por duas câmaras complementares, de planta e construção análogas, reproduzindo singularmente o esquema destes edifícios.

A antecâmara era retangular, sendo lateralmente constituída por dois monólitos a todo o comprimento que eram cobertos, em mitra, por quatro peças congêneres, duas de cada lado, de menor espessura.

A existência de uma porta larga, servindo de entrada, conta com paralelos noutros monumentos, como o de Sanfins (Fig. 1: Inv. n.º 13), Briteiros II (Fig. 1: Inv. n.º 08), Maximinos (Fig. 1: Inv. n.º 05) e Alto das Quintãs (Fig. 1: Inv. n.º 09).

Idêntica função terão desempenhado os dois monólitos ricamente decorados, formando arco como o de Galegos (Fig. 1: Inv. n.º 03),

aparecidos no sopé do castro de Ribalonga (Fig. 1: Inv. n.º 15, junto ao castro do Pópulo (Alijó, Vila Real), sendo mais aproximada a relação com o monumento de Maximinos (Fig. 1: Inv. n.º 05), em que nos baseámos para reconstituir a entrada da antecâmara do Alto das Eiras (Fig. 1: Inv. n.º 10).

Nestes termos, esta estrutura seria construída em mamposteria, com duas ombreiras monolíticas sobre a qual poderia assentar um lintel decorado com um conjunto de onze séries de SS encadeados formando “liras”, similar ao motivo central da estela, identificável com o achado que Martins Sarmento levou de Vermoim (Sarmento, Antiqua, 1999). A simetria do desenho deste impressionante monólito facilitou a sua reconstituição da área fraturada, nas partes superior e lateral direita.

A descoberta, entretanto, ocorrida, de novos elementos arqueológicos, que testemunham a existência de um outro balneário associado ao castro de Vermoim (Fig. 1: Inv. n.º 11), poderá, porém, invalidar esta proposta.

Pelas marcas fixadas no pavimento e na estela central, foi observada no Alto das Eiras (Fig. 1: Inv. n.º 10) a existência de bancos laterais, também documentada no balneário de Maximinos (Fig. 1: Inv. n.º 5), no monumento rupestre de *Tongobriga* (Fig. 1: Inv. n.º 14) e no balneário o Alto das Quintãs (Fig. 1: Inv. n.º 09). Uma análise mais atenta do monumento de Sanfins (Fig. 1: Inv. n.º 13) permitiu-nos observar também vestígios da sua existência no muro lateral norte, e a este setor se poderá dizer que poderia também pertencer uma peça avulsa, de forma paralelepipedica, identificável como do monumento do Alto das Eiras/Aboim das Choças (Fig. 1: Inv. n.º 01), indicando tratar-se de mais um elemento constitutivo deste espaço.

No fundo deste compartimento, ergue-se uma estela (Fig. 6), com 2,80m de largura e 1,78m de altura máx., que o separa da câmara com que comunica através de uma pequena abertura, típica destes monumentos, com 0,49 m de largura x 0,42 m de altura, com

rasgos na zona central para apoio das mãos, a facilitar a entrada, repetindo as situações, os processos e os pormenores de construção e utilização dos monumentos congéneres.

A sua ornamentação é constituída por uma concentração impressionante de motivos geométricos estilizados: em corda simples, repartida em espinha para ambos os lados, orlando a passagem inferior; em corda dupla, formando espinha, a dividir verticalmente a estela sobre o eixo central, abrindo em corda tripla, com sentidos alternados, emoldurando horizontalmente a estela. Nos campos inferiores, encaixada entre os bancos, a corda e a entrada, figuram de cada um dos lados motivos cruciformes boleados nas extremidades, a que se poderá atribuir uma simbologia cosmogónica, que teria correspondência na parte superior em dois motivos heliolátricos sugeridos por um fragmento avulso que restou da destruição da parte superior desta estela.

Com base nestes elementos e considerando como paralelos mais próximos os das estelas dos balneários de Briteiros (Fig. 1: Inv. n.º 07 e 08), propusemos a reconstituição da sua parte superior em duas águas, com dois triscelos, um sinistrógiro e outro dextrógiro, em posição simétrica, de cada lado da corda vertical, que terminaria em coroa circular.

Todo o espaço médio de ambos os lados da corda seria totalmente preenchido por séries de SS encadeados, cinco do lado direito e quatro do lado esquerdo, formando “liras”, que se apartam, assim, da simetria do conjunto.

Tal profusão decorativa distingue-a como a peça mais nobre deste monumento, prototipizada na “Pedra Formosa” de Briteiros I (Fig. 1: Inv. n.º 07), cujo nome se apropriou para titular, tomando o todo pela parte, o conjunto arquitetónico, de que é elemento nuclear, aí radicando, justamente, o nome e o sentido da exposição que deu corpo a esta ação de arqueologia experimental (Silva A. C. F., 2007b).

A câmara, integralmente construída, como a antecâmara, por grandes monólitos

aparelhados e cuidadosamente ajustados, formava uma verdadeira estufa de planta retangular com cobertura em duas águas, sendo também, neste aspeto, idêntica à construção de outros balneários congéneres com exceção para o do Monte da Saia (Fig. 1: Inv. n.º 04), com paredes laterais de alvenaria de aparelho horizontalizado, porventura de reconstrução.

A fornalha, que comunicava com a câmara por uma entrada larga, flanqueada por dois esteios a servir de ombreiras, é de planta subcircular, com paralelos na generalidade dos monumentos, mas mais semelhante ao de Sanfins (Fig. 1: Inv. n.º 13), Roques (Fig. 1: Inv. n.º 02) e Augas Santas, Ourense, subindo em falsa cúpula até à parte superior que era coberta por uma pedra de fecho com um orifício central, que servia de chaminé.

Este elemento tornou possível a reconstrução da fornalha com garantias de fidelidade, deste modo, se confirmando as sugestões fornecidas pelos vestígios de pedras perfuradas em Briteiros II (Fig. 1: Inv. n.º 08) e Augas Santas e também de Sanfins (Fig. 1: Inv. n.º 13) e Freixo (Fig. 1: Inv. n.º 14), a partir dos fechos reconhecidos que apontam para soluções aproximadas.

Nesta análise descritiva se foi manifestando com certa nitidez a adequação destes monumentos a uma função balnear, considerando desnecessário invocar demasiadamente as outras teorias, que se foram invalidando com argumentos anteriormente referidos no decurso da polémica que tem envolvido a interpretação funcional destes monumentos desde as discussões em torno da “Pedra Formosa” (Fig. 3), que conta com numerosas referências desde a mais antiga notícia que lhe diz respeito, datada de 1723, da autoria de Craesbeeck [(Craesbeeck, 1992); (Cardozo, 1932a, p. 38)], podendo selecionar-se, de uma extensa bibliografia, os trabalhos de F. Martins Sarmiento [(Sarmiento, 1879) = (Sarmiento, 1933, pp. 470-480) e J. Leite de Vasconcellos (Vasconcellos, 1913, pp. 616-618), que a consideraram, respetivamente,

como uma ara de sacrifícios, ou para libações, e Hübner (Hübner, *Citânea*, 1879, pp. 19-20, 1880, 60ss e 1888, 232ss), entendendo-a como frontão de um monumento funerário, mas que, afinal de contas, fazia parte de outro balneário de Briteiros (Fig. 1: Inv. n.º 07).

Com efeito, a função banhar, que fora primeiramente lançada por F. Conde Valvis (Conde Valvis, 1955) e de certo modo também por M. Chamoso Lamas (Chamoso Lamas, 1955) a partir da escavação do monumento de Santa Marina de Augas Santas e posteriormente adotada por C. A. Ferreira de Almeida (Almeida C. A., 1974) a propósito de Sanfins (Fig. 1: Inv. n.º 13), a que se reporta a designação de referência estrutural de “monumentos com forno”, e que não convencera, com os dados aduzidos, os adeptos da sua interpretação como fornos crematórios [vg., (Tranoy, 1981, pp. 341-346)], conta agora com provas decisivas, que sistematizámos em consideração aos dados anteriormente conhecidos e aos entretanto conseguidos sobre a sua implantação, estrutura e índices de funcionamento.

A implantação destes monumentos, localizando-se, em geral, nas zonas baixas dos povoados nas proximidades de linhas de água ou de nascentes, relaciona-se diretamente com a captação da água para os banhos de água fria e para a produção do vapor necessária para este tipo de banhos e em conformidade com uma função iniciática, de significado reforçado por uma localização, preferencial, de entrada no próprio povoado.

A sua construção soterrada, que também lhe poderia favorecer essa captação, tem por objetivo principal a manutenção do calor particularmente procurada através da técnica construtiva das câmaras em que se utilizaram grandes monólitos aparelhados e bem ajustados com as juntas vedadas, quando necessário, com argamassa barrenta, conforme testemunhámos pelo interior nos vestígios da união da cobertura da antecâmara à estela de Galegos (Fig. 1: Inv. n.º 03), e que igualmente se observava em

Briteiros II (Fig. 1: Inv. n.º 08) e no Alto das Eiras (Fig. 1: Inv. n.º 10). Também a construção hipogeia (ou mesmo aberta na rocha) invoca situações características de rituais iniciáticos.

E se a planta e estrutura dos monumentos põem objeções óbvias a um funcionamento de carácter utilitário, como o de cozer pão ou cerâmica, fundir metais ou servir de matadouro, e também não deixaria de apresentar idêntica disfuncionalidade se destinados a lugar de cremação ou de sacrifício [Cfr., vg., (Romero Masiá, 1976, pp. 153-157)], comporta, por outro lado, todos os elementos necessários para a realização de banhos de vapor e de água fria, conforme referido em Estrabão, *Geografia*, 3.3.6:

Ἐνίους δέ τῶυ προσοικούντων τῶ Δουρίῳ ποταμῶ Λακωνικῶς διάγειν φασίν, αλειπηρίοις χρωμένονς δις καὶ πυρίαίς ἐκ λίθων διαπύρων, ψυχρολουτροῦντας.

“Dizem que alguns povos que habitam junto do rio Douro têm hábitos espartanos: untam-se com óleo por duas vezes, tomam banhos de vapor, que fazem com pedras aquecidas pelo fogo, e (depois) banhos de água fria”.

Com o fogo aceso na fornalha, com ventilação pela entrada da câmara e chaminé a ativar a combustão, procedia-se simultaneamente ao aquecimento do ambiente e dos seixos rolados e outras pedras aí colocadas, sobre as quais se lançava água fria para produzir o vapor, que aí se continha, funcionando como uma verdadeira estufa.

Tratou-se, efetivamente, de um dado concludente de grande importância, para se poder considerar estes monumentos como destinados a banhos de tipo sauna, o achado no monumento de Galegos (Fig. 1: Inv. n.º 03) deste espólio lítico utilizado para a produção de vapor em banhos deste género, a que se atribui tradicionalmente uma origem nórdica (vg., *Dictionnaire Encyclopédique Larousse*, 1976, 1274, vb. *sauna*).

Idêntico achado de materiais líticos se verificou no balneário castrejo do Freixo (Fig. 1: Inv. n.º 14) e no de Sanfins (Fig. 1: Inv. n.º 13), que não foi considerado na sua escavação em 1972-73, segundo observação por nós feita no decurso de trabalhos de conservação e restauro realizados em 1993, em que referenciámos inúmeros exemplares de pedras removidas do interior do monumento.

É curioso que já M. Cardozo destacava uma presença similar no interior do balneário de Briteiros II (Fig. 1: Inv. n.º 08) de “um grande número de pedras roladas, de diversos tamanhos, muito poídas, apresentando por vezes vestígios evidentes de terem sido requeimadas pelo fogo” (Cardozo, 1932a, p. 19), para que dera uma explicação que não se apresenta com verosimilhança, uma vez que, para ele, teriam servido para polir a zona da entrada da câmara.

Esta observação não explica, porém, a sua enorme quantidade e níveis de calcinação nem condiz com o estado das faces das pedras por nós recolhidas, que têm as arestas boleadas, mas as faces irregulares, longe de denunciarem uma utilização abrasiva em polimento. Segundo a nossa interpretação, o polimento dessa zona dos monumentos vem da fase da sua construção para comodidade de passagem e que, assim entendidas, reforçam a nossa posição.

Algumas dessas pedras eram de granito, mas a maior parte era constituída por seixos rolados e pequenos blocos de quartzo, porventura atendendo à sua particular dureza e capacidade calorífera e de resistibilidade à fratura provocada por brusco arrefecimento. A própria análise sugere essa utilidade, evidenciando uma sujeição a elevadas temperaturas por exposição direta ao fogo, tendo-lhes aderido uma camada de cinza e, além disso, uma película de calcário como resíduo da água fria que sobre elas era lançada para a obtenção do vapor.

É especificamente a este processo que se reporta o texto de Estrabão, πυρίαις ἐκ λίθων διαπύρων, (“...banhos de vapor produzido por pedras aquecidas”), segundo a tradução literal,

cujo sentido é respeitado na tradução de A. Schulten (Schulten, 1952, pp. 210-211), sem, no entanto, a relacionar com este tipo de monumentos. Não serão também de aceitar outras versões, mais livres e descontextualizadas, que poderão ter origem em confrontos menos rigorosos com o original grego, como o próprio A. Schulten aponta em relação à de A. García y Bellido (García y Bellido, 1968, pp. 118-119).

A interpretação de F. Lasserre (Lasserre, 1966, p. 56), seguida por A. Tranoy, forçada, para evitar uma possível intenção filohelénica de Estrabão (Tranoy, 1981, pp. 345-346), acaba por adulterar o sentido do texto, cuja leitura se torna agora mais explícita com os dados arqueológicos.

Melhor explicada ficou também a função da antecâmara com a existência dos bancos, a indicar uma maior permanência num local com temperaturas moderadas, uma situação intermédia análoga à do *tepidarium* das termas romanas.

Os banhos de água fria citados por Estrabão, ψυχρολουτρούντας, seguir-se-iam aos de vapor como nos banhos romanos e outros paralelos (vg., (Schulten, 1952, p. 211)), tendo lugar no átrio, eventualmente por imersão, nos tanques de água corrente, como os do Monte da Saia (Fig. 1: Inv. n.º 04), Briteiros II (Fig. 1: Inv. n.º 08), Sanfins (Fig. 1: Inv. n.º 13), Monte Padrão (Fig. 1: Inv. n.º 12) e Galegos (Fig. 1: Inv. n.º 03), porventura anteriormente praticados por aspersão ou libação, se aceitarmos como tal o testemunho do balneário de Maximinos (Fig. 1: Inv. n.º 05).

Entre os índices de funcionamento, já observámos em Galegos (Fig. 1: Inv. n.º 03) a existência de pedras calcinadas para a produção de vapor, a que se deve acrescentar a acumulação de carvões e cinzas na área do forno e sobretudo na parte exterior contígua ao átrio, para onde eram lançadas por ocasião das operações de limpeza, formando uma espessa camada, em situação idêntica à verificada em Sanfins (Fig. 1: Inv. n.º 13).

Se esta circunstância já, de si, desaconselha uma utilização como fornos crematórios, atendendo ao abandono das cinzas, também a ausência de matéria orgânica de origem animal, segundo as análises a que foram sujeitas amostras provenientes de Galegos (Fig. 1: Inv. n.º 18), não abona essa pretensa função crematória não só em relação com os ritos funerários mas também com eventuais sacrifícios de animais quando tidos por “santuários de águas”, do agrado de F. Martins Sarmiento (Sarmiento, 1883, p. 14), a partir dos relevos do monumento do Monte da Saia (Fig. 1: Inv. n.º 04), e outros adeptos [vg., (Jordá Cerdá, 1969); (Azevedo, 1946)].

E, com estes dados, se entende melhor esclarecido o problema da função destes discutidos monumentos, que o estudo do balneário castrejo de *Tongobriga* (Fig. 1: Inv. n.º 14) mais terá reforçado ao evidenciar a sua substituição por umas termas romanas, situação que de certo modo também se aproxima o caso de Maximinos (Fig. 1: Inv. n.º 05), mais recentemente testemunhado, assimilando ou “laicizando” a sacralidade deste ritual.

Mas, ao confirmarmos a função balnear, não deixamos de invocar o carácter religioso na prática deste banho, salutar e purificador, eventualmente traduzido na simbólica dos motivos representados, com repetições que não poderão passar despercebidas, e ainda mais quando considerados com qualidades medicinais, segundo circunstância que o topónimo *Augas Santas* de um desses monumentos exemplarmente denuncia.

4.

O paralelo, entretanto, estabelecido com um monumento congénere referenciado no castro de Ulaca (Solosancho, Ávila), na Meseta, ao permitir uma nova abordagem sobre as áreas de dispersão e o significado desta prática balnear, ora interpretada em contexto de proto-celtização ou celtização relacionada com rituais iniciáticos dos guerreiros castrejos

[(Almagro Gorbea & Moltó, 1992); (Almagro Gorbea & Álvarez Sanchís, 1993)], iniciou uma nova fase de questionamento mais profundo sobre a função destes monumentos no quadro do agenciamento social das comunidades castrejas, dando vez a inúmeros ensaios interdisciplinares, ora de teor mais historicista ora mais próximo da antropologia, com modelação estruturalista, de inspiração duméziliana, ou processualista, em grande parte suscitados pela “Nova Arqueologia”.

Em nossa opinião, porém, esta solução não exclui a de poder funcionar também, cumulativamente ou em separado, em rituais não apenas relacionáveis com a iniciação de jovens guerreiros, mas também com os outros ritos de passagem, como o nascimento, a juventude, o casamento, a doença e a morte.

Assim nos é sugerido pela existência de dois edifícios na Citânia de Briteiros, no Entre-Douro-e-Minho, e em Pendia e Coaña, nas Astúrias, bem como pela própria iconografia dos monumentos castrejos da área meridional, cuja tipicidade e constância dos elementos decorativos, por vezes havidos como meramente ornamentais, parecem suportar a sua interpretação simbólica num quadro de religiosidade de aparente relação aos três elementos da tradição indo-europeia (Castro & Muñoz, 2020), designadamente: o fogo, princípio de combustão e fonte de energia, elemento ígneo e luminoso, simbolizado em composições com base no círculo; o vapor ou o ar, sopro da vida, significado porventura por motivos encadeados de SS; e a água, matéria comum de todas as secreções, origem da vida, meio de purificação e de regeneração, representada por linhas ondulantes.

Outra sugestão, convergente ou cumulativa, é que esta iconografia possa indiciar uma representação relacionável com a estruturação social, tripartida e trifuncional, da soberania, força e fecundidade, segundo o esquema duméziliano, que aparece escalonada, com pequenas variações, nas “Pedras Formosas”: figurações de trísceles, tetrásceles e congéneres, de referência

superior, celeste, como o Sol e/ou a Lua (Alto das Eiras/Aboim das Choças, Briteiros II, Alto das Eiras, Ribalonga e ombreira de Santa Maria de Galegos); motivos torcidos, significando força, o mais das vezes combinações de SS, em posição intermédia (Alto das Eiras/ Aboim das Choças, Alto das Eiras, Ribalonga, e Briteiros I, em posição superior); e, na parte inferior, uma diversidade de representações relacionadas com a terceira função, para proteção da comunidade, com motivos bem ligados, religados, em corda (Alto das Eiras, Sanfins e *Tongobriga*), ou de sentido cosmogónico (Briteiros I, Alto das Quintãs e Alto das Eiras), ou ainda em crescente (Alto das Eiras/ Aboim da Choças), serpentiformes (ombreira de Galegos, entrada da câmara de *Tongobriga*) e fitomórficos (Ribalonga), com relação telúrica, propiciadora de fecundidade, fertilidade e abundância, que mais se visibilizará na representação, sucedânea, da cornucópia da Fonte do Ídolo.

Ainda que saibamos da dificuldade em atingir o significado desta simbólica [Cfr., vg, (Kruta, 2018)], tratar-se-á, em qualquer caso, de indicações correspondentes entre a fenomenologia e a simbólica, de matriz indo-europeia, que pensamos reportar-se a contextos pré-célticos, denunciados por outras vias, designadamente epigráfica e linguística, como componentes da cultura indígena, no quadro de uma mitologia bem organizada em torno de um panteão dirigido por um conjunto de divindades maiores, presentes em todos os povos indo-europeus antigos, do Atlântico à Índia, invocando partilha de uma herança comum.

Com base nas fontes clássicas, na estrutura dos monumentos e nas práticas etno-arqueológicas, a validar na reinstalação da reconstituição do monumento do Alto das Eiras, avançámos com uma proposta de funcionamento, nos seguintes termos:

- Uma fogueira acesa na fornalha, com ventilação pela entrada da câmara e chaminé a ativar a combustão, proporcionava o aquecimento

do ambiente e dos seixos, sobre os quais se lançava água fria para produzir vapor.

- A preparação do banho tinha lugar no átrio, onde, despidos, se untavam com óleos.
- Passando por uma área tépida, entrava-se pela “Pedra Formosa” na câmara, onde se permanecia, em sudação, enquanto durasse o vapor.
- Depois, tomava-se um banho de imersão, frio e regenerador, no tanque do átrio e oleava-se pela segunda vez.
- Por fim, era o tempo de recuperação e relaxamento na antecâmara, com repetição do ritual, liturgicamente misterioso.

A erosão bem visível ao longo da zona central do lajeado do balneário do Alto das Eiras (Fig. 1: Inv. n.º 10) sugere-nos que este percurso seria feito rastejando, como uma serpente, tal como a que se encontra representada na entrada da câmara do monumento de *Tongobriga* (Fig. 1: Inv. n.º 14) (García Quintela, 2016, pp. 120, Fig. 12).

E, de modo similar ao praticado no oráculo de Trofonio, na Beócia, segundo a descrição de Pausanias IX, 39, 10-12 (Marco Simón, 2013, p. 149), a entrada na câmara seria feita com os pés para a frente, ficando, por fim, apenas a cabeça de fora, transmitindo-nos a mesma imagem que nos ficou do momento em que aí entrámos aquando da descoberta dos monumentos de Sanfins e de Galegos e muitas vezes por outros repetida na exposição de arqueologia experimental do Alto das Eiras: o instantâneo fotográfico de um (re)nascimento.

Com efeito, conforme referimos a propósito do balneário castrejo do Castro das Eiras/ Aboim das Choças (Silva & Ferreira, 2016) e explicitamos na análise descritiva dos monumentos, a decoração do campo inferior das “Pedras Formosas” sublinha a ligação à terra e destaca a passagem para a câmara. Esta tem dimensões apertadas, se as relacionarmos com a sua funcionalidade: a entrada na câmara do banho de vapor. E não nos parece

que o principal significado das suas reduzidas dimensões se possa explicar como solução funcional para a preservação da temperatura elevada no seu interior, tanto mais que, para a preservar, se podem encontrar soluções diversas. A uniformidade desta abertura nos balneários sugere que ela teria outro significado, ritual.

E observámos, em coincidência com M. V. García Quintela (García Quintela, 2016), que esta passagem, como “metáfora material de um útero”, sugere um paralelismo com o ato de nascer, o parto, funcionando como porta entre o mundo natural e o sobrenatural, com razão de ser que se funda em ideologias e práticas rituais de tradição indo-europeia.

A entrada na câmara, nesta perspetiva, permitiria um regresso ao útero materno. Aqui o iniciado receberia o ato transformador (purificador?) que lhe permitiria nascer de novo quando emergisse pela abertura da câmara, que assim funcionaria como uma passagem para a vagina (a antecâmara) e daqui, um regresso ao mundo com um novo estatuto (rito de passagem).

Remetendo para uma prática banhar de base terapêutica havida como sauna finlandesa, trata-se, afinal, de uma técnica conhecida em diversas culturas, desde os *laconia* clássicos ao *Banya* russo, ao *Hammam* oriental, até ao *Mushi-buro* japonês, ao *Temescal* dos Maias, até à tribo californiana dos Yurok, que a praticam nas suas “cabanas de sudação” em iniciações dos ciclos cósmico e vital, que se nos referenciam como paralelos funcionais e que, na nossa região, poderia ser tutelada pela divindade indígena *Nabia/Navia* [(Silva A. C. F., 2007c); (Almagro Gorbea, 2013); (Almagro Gorbea, 2013, p. 406); (Marco Simón, 2013, p. 149)] com atributos próprios de uma divindade polivalente, interpretável como a Mãe dos Deuses, *Fortuna* ou *Diana*, segundo o panteão romano, a deduzir do conjunto de referências que lhe dizem respeito no noroeste peninsular (Silva A. C. F., 2007c)

Com efeito, a apropriação de uma conhecida inscrição rupestre do Penedo de Ramseiros, no sopé da Serra do Larouco (CIL II 2476),

em que se pretende ler na última linha *lanceroi*, “lanceiros”, para comprovar a existência de confrarias de guerreiros (Almagro Gorbea & Álvarez Sanchís, 1993), não parece fundamentada pela epigrafia, que mais aconselha uma invocação a *D(eo) / R(eve?) . Ancero . L(arauco / arocu)* [(Silva A. C. F., 1986, p. 287)= (Silva A. C. F., 2007a, p. 398)], com significado de deus maior, senhor da vida e da morte, o deus do maço, *Ankou* [Sterckx, 2005, pp. 187-204 (I)], como *Sucellus*, confirmado pela descoberta de um excepcional relevo oculto na igreja paroquial de S. Miguel de Vilar de Perdizes (Fig. 8), nas imediações da epígrafe: meio cego, representação fálica com secreção seminal e um maço caracterizador de um atributo, que não é verdadeiramente guerreiro, mas simbolismo do seu poder ambivalente, simultaneamente letal e vivificante, como o raio que, se muitas vezes mata, é também fonte de vida, porque produz a chuva que fertiliza a terra, definindo um deus que assegura às almas a passagem cíclica de um estado a outro, da vida à morte ou da potencialidade à existência [Sterckx, 2005, p. 72 (I)]. Em última análise, uma ilustração assimilável a *Sucellus*, que nos remete para a interpretação da invocação teonímica a *Tongoe/nabiagoi*, da Fonte do Ídolo, de Braga (Fig. 9) (Olivares Pedreño, 2002, pp. 219-228), como designando uma hierogamia que une um deus jupiteriano, *Tongus/Fors(?)* (Lambert, 1997, p. 156), com uma deusa – mãe *Nabia/Fortuna*, expressa pela masculinização do teónimo feminino, estando ele representado em edícula sob dois símbolos celestes, o maço e uma ave, e ela, com a cornucópia da fertilidade e da abundância.

Afinal de contas, a mesma associação que vemos testemunhada em *Tongobriga* (Freixo, Marco de Canaveses) e na epígrafe aí dedicada a *Fortuna* (Fig. 10) como *interpretatio* romana dessa divindade indígena *Nabia*, que não podemos deixar de relacionar com o seu balneário castrejo (Fig. 1: Inv. n.º 14), cuja construção rupestre representará a mais viva invocação telúrica do carácter desses monumentos, em

geral soterrados e em relação com nascentes ou linhas de água, quadrando bem com o significado, regenerador, da sua etimologia.

Revelada em duas dezenas de referências epigráficas no ocidente peninsular, da Galiza, pelo norte de Portugal, à Extremadura espanhola (Silva A. C. F., 2007c, p. 17), em composições diversificadas, esta designação teonímica de *Nabia/Navia* permite subentender, no panteão castrejo, a unicidade da divindade feminina face à multiplicidade dos deuses masculinos como um dos teogemas fundamentais do sistema ideológico indo-europeu, em que o “estado maior” dos deuses funcionais é contrabalançado por uma deusa transfuncional, eventualmente bem traduzida no epíteto *Mu[]tinaca* da *Nabia* da Laje do Adufe (Redentor, Osório, & Carvalho, 2006), enquanto versão evoluída de uma deusa-mãe originária, propiciadora de fecundidade, saúde, vigor, abundância e felicidade.

A esta concetualização se remeterá o significado da sua análise etimológica como “vale”, “vale fértil”, enquanto derivada do grego *napé*, “bosque, vale” [(Moreira D. A., 1967, p. 118); (Melena, 1984, pp. 242-245)], relacionável com o vocábulo *nava/naba*, e afins, documentado como topónimo e como hidrónimo por toda a Europa até regiões asiáticas, e com presença assinalável na Península Ibérica, a que se atribui uma origem indo-europeia pré-céltica.

E ainda que caibam bem no quadro das etimologias de origem indo-europeia, relacionáveis com a expansão do vaso campaniforme, e alterações conexas, de expressiva presença no País Vasco, havidas como protocélticas, como observou M. Almagro-Gorbea (Almagro Gorbea, 2008, pp. 58-66), não podemos deixar de notar, como eventual alternativa, que a existência deste tema em semítico e em etrusco, exclui a sua origem céltica peninsular, como defendido por alguns linguistas, podendo considerar-se, antes, como um termo autóctone da Península Ibérica, ainda que aparentado, como a maior parte dos termos não indo-europeus do Sul da Europa, com o semita antigo.

Com efeito, a autoctonia desta palavra parece sobressair também do facto de se ter difundido como topónimo por toda a Catalunha, assim como pelo território aragonês, onde teve outrora muito mais importância que hoje, numa mostra de que antigamente esteve mais extensivamente espalhada pelo norte e nordeste de Espanha, testemunhada no Vasco como *nava/naba*, onde os topónimos formados com esta base são muito numerosos.

Bem emblematizados pelo nome de Navarra como “região de vales ou de pastagens”, poder-se-á, porventura, através desta via linguística (Lahovary, 1957, p. 264), radicar em contextos originários bem mais profundos, pré-indoeuropeus, com referência, mesmo, às primordiais representações pré-históricas de fecundidade.

A existência de uma série de monumentos para banhos castrejos no vale do *Navia*, nas Astúrias, funcionará, neste quadro, como indicador útil desta interpretação.

Nestes termos, seja qual for a sua origem desta designação, o registo da sua teonímia e da sua iconografia não deixam de se nos manifestar como expressivas epifanias do património religioso e linguístico proto-histórico regional, que nos aparecem bem apropriadas em contexto céltico como, posteriormente, interpretadas com adequação aos novos parâmetros de uma *koiné* religiosa imperial romana (Marco Simón (Marco Simón, 2013, p. 147) e com pervivência, transformada, em formulações cristãs, designadamente relacionadas com práticas sacramentais, compagináveis com os rituais iniciáticos celebrados nos monumentos balneares da cultura castreja do noroeste peninsular.

A este contexto entendemos poder remeter, como nota final, a interpretação iconográfica do tanque do monumento da Saia (Fig. 1: Inv. n.º 04) como representando um *taurobolium* dedicado à nossa “Mãe dos deuses”, reconhecida como *Nabia/Navia*, sinalizando ascendências traco-frígias do culto de *Cybele*

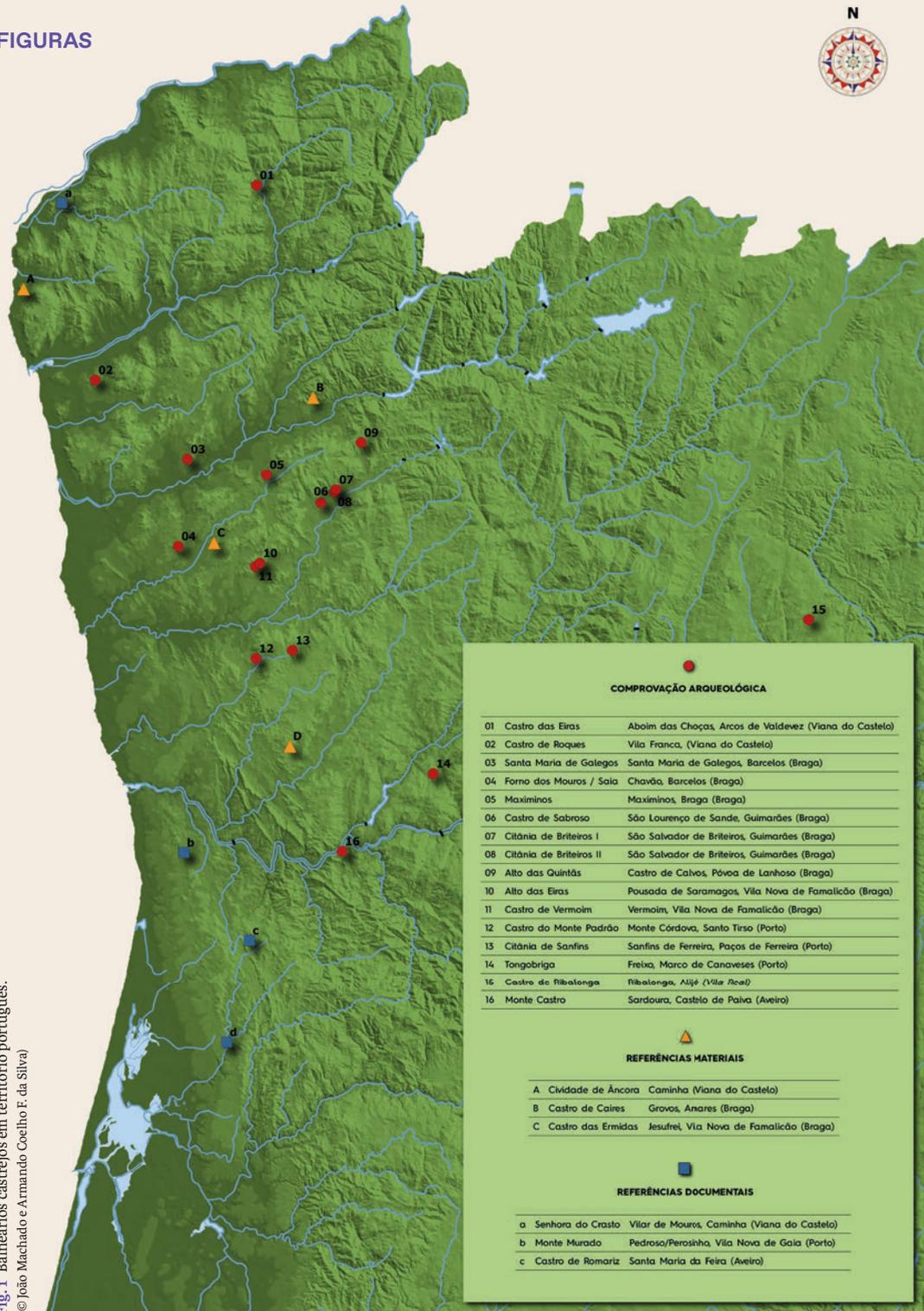
(Dubosson-Sbriglione, 2018, pp. 376-378, fig. 27-31) integrada em contextos de sincretismo religioso característicos da religião indígena em época romana, como quem retorna ao primeiro monumento escavado e se aproxima da sua primeira interpretação, celebrando a obra pioneira que Francisco Martins Sarmento nos legou como fonte perene de renascimento e renovação, palavras que nos dias de hoje se sentem como de especial significado.

BIBLIOGRAFIA

- Almagro Gorbea, M. (2008). *Los orígenes de los Vascos*. Madrid.
- Almagro Gorbea, M. (2013). *Literatura hispana prerromana*. Madrid: Real Academia de la Historia.
- Almagro Gorbea, M., & Álvarez Sanchís, J. R. (1993). La “sauna” de Ulaca: saunas y baños iniciáticos en el mundo céltico. *Cuadernos de Arqueología de la Universidad de Navarra*(1), pp. 177-232.
- Almagro Gorbea, M., & Moltó, L. (1992). Saunas en la Hispania prerromana. *Actas de la Mesa Redonda Aguas Mineromedicinales, Termas curativas y Culto a las Aguas en la Península Ibérica*, (pp. 67-102). Madrid.
- Almeida, C. A. (1974). O monumento com forno de Sanfins e as escavações de 1973. *III Congresso Nacional de Arqueologia*, (pp. 149-172). Porto.
- Almeida, C. A. (1996). *Povoamento romano do Litoral Minhoto entre o Cavado e o Minho* (Vol. 3). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Diss. Doutoramento, policop.).
- Almeida, C. A., & Soeiro, T. (1980). Sondagens nos castros de Abade de Neiva e Roriz/Oliveira (Barcelos, 1978). *Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, 2, pp. 29-35.
- Araújo, J. R. (1920). *Perosinho – Apontamentos para a sua monographia*. Porto.
- Argote, J. C. (1732-34). *Memórias para a história eclesiástica do Arcebispado de Braga*. Lisboa.
- Argote, J. C. (1738). *De antiquitatibus conventus bracaragustani*, 4. Lisboa.
- Azevedo, A. (1946). O «Monumento Funerário» da Citânia (Nova interpretação). *Revista de Guimarães* [56 (1-2)], pp. 150-164.
- Brito, M. J. (1908). Achados de moedas romanas. *O Arqueólogo Português* (XIII), pp. 94-98.
- Cardozo, M. (1928-29). A Pedra Formosa. *Revista de Guimarães*(38), pp. 139-152.
- Cardozo, M. (1931a). A última descoberta arqueológica na Citânia de Briteiros e a interpretação da «Pedra Formosa». I.ª Parte. *Revista de Guimarães* [41 (1-2)], pp. 55-60.
- Cardozo, M. (1931b). A última descoberta arqueológica na Citânia de Briteiros e a interpretação da «Pedra Formosa». II.ª Parte. *Revista de Guimarães* [41 (3)], pp. 201-209.
- Cardozo, M. (1931c). A última descoberta arqueológica na Citânia de Briteiros e a interpretação da «Pedra Formosa». III.ª Parte. *Revista de Guimarães* [41 (4)], pp. 250-260.
- Cardozo, M. (1932a). A última descoberta arqueológica na Citânia de Briteiros e a interpretação da «Pedra Formosa». IV.ª Parte. *Revista de Guimarães*; [42 (1-2)], pp. 7-25.
- Cardozo, M. (1932b). A última descoberta arqueológica na Citânia de Briteiros e a interpretação da «Pedra Formosa». V.ª Parte. *Revista de Guimarães* [42 (3-4)], pp. 127-139.
- Cardozo, M. (1935). Possível identificação do primitivo local da «Pedra Formosa» na Citânia de Briteiros. *Revista de Guimarães* 45 (3-4), pp. 150-153.
- Cardozo, M. (1949). Nova estela funerária do tipo da «Pedra Formosa». *Revista de Guimarães* [59 (3-4)], pp. 487-516.
- Cardozo, M. (1950). *Citânia de Briteiros e Castro de Sabroso*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento (1.º ed., 1930).
- Cardozo, M. (1951). Monumentos arqueológicos da Sociedade Martins Sarmento. *Revista de Guimarães* [61 (1-2)], pp. 5-28.
- Cardozo, M. (1960). Cartas de Ricardo Severo para Martins Sarmento. *Revista de Guimarães* [70 (1-2)], pp. 5-20.
- Cardozo, M. (1969). O acesso ao interior da câmara funerária hipogeia da Citânia de Briteiros. *Archivo Español de Arqueología* [42 (119-120)], pp. 204-208.
- Cardozo, M. (1985). *Catálogo do Museu Martins Sarmento, 1.ª parte: Secção lapidária e de escultura* (3.ª ed.). Guimarães: Sociedade Martins Sarmento.
- Carqueja, B. (ed.). (1909). *Annaes do Município de Oliveira de Azeméis*. Porto: Livraria Chardron.
- Castro, L., & Muñoz, E. (2020). *La significación del mitema indoeuropeo del Fuego en el Agua* (Prelo).
- Centeno, R. M., & Silva, A. C. F. (1978). Corte estratigráfico na Citânia de Briteiros (Guimarães, 1977-1978). *Revista de Guimarães*(88), pp. 421-430.
- Chamoso Lamas, M. (1955). Santa Mariña de Aguas Santas (Orense). *Cuadernos de Estudios Gallegos* [10 (30)], pp. 41-88.
- Cintra, L. (1971). Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses. *Boletim de Filologia* (22), pp. 81-116.
- Conde Valvis, F. (1955). Las termas romanas de la «Cibdá» de Armea en Santa Marina de Aguas Santas. *III Congreso Arqueológico Nacional (Galicia, 1953)*, (pp. 432-446). Zaragoza, 432-446.
- Cortez, F. R. (1948). Actividad arqueológica de Portugal durante 1947. *Archivo Español de Arqueología* [21 (72)], pp. 269-281.
- Craesbeeck, F. X. (1992). *Memórias Ressuscitadas da Provincia do Minho*. Ponte de Lima: Edições Carvalhos de Basto (ms. 1723).
- Dias, L. (1997). *Tongobriga*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural.
- Dinis, A. P. (1993). *Ordenamento do território da bacia do*

- Ave no I milénio a.C.. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Diss. Mestrado, policop.).
- Dinis, A. P. (2002). O balneário do Alto de Quintãs (Póvoa de Lanhoso, Norte de Portugal). Um novo caso a juntar ao livro negro da arqueologia de Entre-Douro-e-Minho. *Mínia* (3ª Série, 10), pp. 159-179.
- Dubosson-Sbriglione, L. (2018). *Le culte de la Mère des dieux dans l'Empire romain*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag.
- Fernández Fuster, L. (1953). Sobre la interpretación de los monumentos con «pedras formosas». *Archivo Español de Arqueología* [26 (88)], pp. 379-384.
- Fernández Fuster, L. (1954). Interpretación de la «Piedra Formosa» de Briteiros. *Cuadernos de Estudios Gallegos* [9 (27)], pp. 15-33.
- Fernández Fuster, L. (1955). La «Pedra Formosa» de Briteiros. *III Congreso Arqueológico Nacional (Galicia 1953)*, (pp. 372-374). Zaragoza.
- Ferreira, J., & Silva, A. C. F. (2018). Localização do balneário castrejo atribuído ao Castro de Eiras/Aboim das Choças, Arcos de Valdevez. *Al-Madan* (2ª Série, 22), pp. 136-137.
- Fontes, L., Vilar, B., Carvalho, H., & Ribeiro, J. (s. d.). *Museu Pio XII: Coleção de epigrafia e de arquitectura antigas (Séculos I a.C. - VII d.C.)* (Vol. 2). Braga.
- García Quintela, M. V. (2016). Sobre las saunas de la Edad del Hierro en la Península ibérica: novedades, tipologías e interpretaciones. *Complutum* [27 (1)], pp. 109-130.
- García y Bellido, A. (1966). O problema dos enterramentos na cultura castreja. *Revista de Guimarães* [76 (1-2)], pp. 5-24.
- García y Bellido, A. (1968). Câmara funeraria de la cultura castreña. *Archivo Español de Arqueología* [41 (117-118)], pp. 16-44.
- Gomez-Tabanera, J. M. (1980). Aspectos de la cultura castreña en sus manifestaciones en Asturias y de los modos de producción en las sociedades protohistóricas del NW de la Península Ibérica. *I Seminário de Arqueologia de Noroeste Peninsular*, 2, pp. 87-110. Guimarães.
- Goudineau, C. (2006). *Religion et société en Gaule*. Paris: Ed. Errance.
- Hübner, E. (1879). Citânea. *Archeologia Artistica* [1 (5)], p. 19.
- Hübner, E. (1880). Citânia, Altherthümer in Portugal. *Hermeszeitschrift für Classische Philologie*.
- Jordá Cerdá, F. (1969). *Guía del Castrillón de Coaña*. Salamanca.
- Kruta, V. (2018). L'iconographie des poteries peintes de Numance et le répertoire de l'art celtique laténien. *Études celtiques* (44), pp. 7-31.
- Lahovary, N. (1957). *La diffusion des langues anciennes du Proche-Orient*. Bern.
- Lambert, P. Y. (1997). *La langue gauloise* (3.ª ed.). Paris: Éd. Errance.
- Lasserre, F. (1966). *Strabon, Géographie*. Paris: Les Belles Lettres.
- Lemos, F. S., Fonte, J., & Cruz, G. (2008). Estruturas de banhos no território dos Bracari: Os casos de Briteiros e de Braga. *Férvedes: Revista de investigação* (5), pp. 319-328.
- Lemos, F. S., Leite, J., Bettencourt, A., & Azevedo, M. (2003). O balneário pré-romano de Braga. *Al-madan* (II Série, 12), pp. 43-46.
- Lorenzo Fernández, J. (1948). El monumento proto-histórico de Águas Santas y los ritos funerarios de los castros. *Cuadernos de Estudios Gallegos* [2 (10)], pp. 157-211.
- Machado, J. (2005). *Balneários castrejos no Norte de Portugal: Algumas considerações*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Seminário de Projecto, policop.).
- Marco Simón, F. (2013). Ritual y espacios de memoria en la Hispania Antigua. *Acta Palaeohispanica XI Palaeohispanica*, 13, pp. 137-165.
- Melena, J. L. (1984). Una ara votiva en el Gaitán, Cáceres. *Veleia* (1), pp. 233-260.
- Monteagudo, L. (1952). Monumentos propiedad de la Sociedad Martins Sarmento. *Archivo Español de Arqueología* [25 (85)], pp. 112-116.
- Moreira, A. B. (2010-2011). O Balneário Castrejo do Monte Padrão, Santo Tirso. *Boletim Cultural Vila Nova de Famalicão* (III Série, 6-7), pp. 97-123.
- Moreira, D. A. (1967). Estudo onomástico sobre alguns rios a Norte e Sul do Douro. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto* [30 (1-2)], pp. 115-118 (XV-Neiva).
- Olivares Pedreño, J. (2002). *Los dioses de la Hispania Céltica*. Madrid: Real Academia de la Historia-Universidad de Alicante.
- Oliveira, E., Galhano, F., & Pereira, B. (1969). *Construções Primitivas em Portugal*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura - Centro de Estudos de etnologia.
- Parente, J. (2003). *O Castro de S. Bento (concelho de Vila Real) e o seu ambiente arqueológico*. Vila Real.
- Pinho, M. R. (1946). *Elementos para a história de Castelo de Paiva*. Coimbra: (reed. Câmara Municipal de Castelo de Paiva, 1991).
- Queiroga, F. M. (1992). *War and Castros. New approaches to the northwestern Portuguese Iron Age*. Oxford: Oxford University (policop.).
- Queiroga, F. M. (2003). *War and Castros. New approaches to the northwestern Portuguese Iron Age. British Archaeological Reports, International Series* (1198).
- Queiroga, F. M., & Dinis, A. P. (2008-2009). O Balneário Castrejo do Castro das Eiras. *Portugalia* (Nova Série, 29-30), pp. 139-152.
- Redentor, A. J. (2011). *A cultura epigráfica no conventus bracaraugustanus (Pars occidentalis). Percursos pela sociedade brácarica da época romana*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Diss. Doutoramento).
- Redentor, A., Osório, M., & Carvalho, P. (2006). Inscrição rupestre da Laje do Adufe: Um novo testemunho do culto à deusa Nabia. *Eburobriga*(4), pp. 51-59.
- Ribeiro, F. (1930). Novas descobertas arqueológicas na Citânia de Briteiros. *Revista de Guimarães* [40 (3-4)], pp. 171-175.
- Ribeiro, F. (1934). Novas descobertas arqueológicas na Citânia de Briteiros. *Revista de Guimarães* [44 (3-4)], pp. 205-208.
- Ríos González, S. (2017). *Los baños castreños del noroeste de la península ibérica*. Pola de Siero, Asturias: Ménsula Ediciones.

- Romero Masiá, A. (1976). *El habitat castreño*. Santiago de Compostela: Colexio de Arquitectos de Galicia.
- Rosário, A. (1973). *Falam documentos* [2-3 (3)].
- Santos Júnior, J. R. (1975). *Berrões proto-históricos no nordeste de Portugal*. Lisboa: Direcção Geral dos Assuntos Culturais.
- Santos, M. F. (1940). *A minha terra. Breves apontamentos sobre Romariz*. Porto (reed. 1984).
- Sarmento, F. M. (1879). *Arte pré-romana. O Occidente* (2), p. 157.
- Sarmento, F. M. (1883). *Expedição científica à Serra da Estrela*. Lisboa: Sociedade de Geografia.
- Sarmento, F. M. (1906). Materiais para a arqueologia do concelho de Guimarães. *Revista de Guimarães* [23 (1)], pp. 41-51.
- Sarmento, F. M. (1933). *Dispersos*. Coimbra.
- Sarmento, F. M. (1999). *Antiqua*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento.
- Schulten, A. (1952). *Estrabón, Geografía de Iberia*. Barcelona.
- Silva, A. C. F. (1983). As tesserae hospitales do Castro da Senhora da Saúde ou Monte Murado (Pedroso, V. N. Gaia). Contributo para o estudo das instituições e povoamento da Hispânia antiga. *Gaya* (1), pp. 9-26.
- Silva, A. C. F. (1983-84). A cultura castreja no Noroeste de Portugal: habitat e cronologias. *Portugalia (Colóquio Inter-Universitário de Arqueologia do Noroeste)* (Nova Série, 3-4), pp. 121-129.
- Silva, A. C. F. (1986). *A cultura castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Museu Arqueológico da Cidadã de Sanfins.
- Silva, A. C. F. (2007a). *A cultura castreja no Noroeste de Portugal* (2ª ed.). Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira/Museu Arqueológico da Cidadã de Sanfins.
- Silva, A. C. F. (2007b). *Pedra Formosa. Arqueologia Experimental. Vila Nova de Famalicão*. Lisboa, Vila Nova de Famalicão: Museu Nacional de Arqueologia, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.
- Silva, A. C. F. (2007c). Introdução. Em A. C. Silva, *Pedra Formosa. Arqueologia Experimental. Vila Nova de Famalicão* (pp. 13-16). Lisboa; Vila Nova de Famalicão: Museu Nacional de Arqueologia; Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.
- Silva, A. C. F. (2012). *Os senhores da guerra*. Boticas: Câmara Municipal de Boticas.
- Silva, A. C. F. (2013). A ocupação do espaço e a modelação da paisagem proto-histórica no noroeste da Península Ibérica. *Brathair-Revista de Estudos Celtas e Germânicos*, (13/2), pp. 22-51.
- Silva, A. C. F., & Ferreira, J. S. (2016). O balneário castrejo do Castro das Eiras/Aboim das Choças, Arcos de Valdevez. Notícia do achado e ensaio interpretativo. *Al-Madav* (2.ª Série, 20), pp. 27-34.
- Silva, A. C. F., & Machado, J. (2007). Banhos Castrejos do Norte de Portugal: O Monumento do Alto das Eiras – Arqueologia Experimental. Em A. C. Silva, *Pedra Formosa: Arqueologia Experimental. Vila Nova de Famalicão* (pp. 19-61). Lisboa; Vila Nova de Famalicão: Museu Nacional de Arqueologia; Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.
- Silva, A. C. F., & Maciel, T. (2004). Balneários castrejos do Noroeste peninsular. Notícia de um novo monumento do Castro de Roques. *Portugalia* [25 (Nova Série)], pp. 115-131.
- Silva, A. C. F., & Pinto, P. (2010/11). O Castro das Eiras no contexto da Cultura Castreja e da Rede de Castros do Noroeste do Noroeste Peninsular. *Boletim Cultural de Vila Nova de Famalicão*, pp. 193-205.
- Silva, A. C. F., & Gomes, M. (1992). *Proto-História de Portugal*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Silva, A. C. F., & Maciel, T. (2005). Balneários castrejos do Noroeste peninsular. Notícia de um novo monumento do Castro de Roques. *Portugalia, Nova Série*, 25, pp. 115-131.
- Silva, A. C. F., Machado, J., & Lobato, R. (2011). Balneários castrejos: Do primeiro registo à arqueologia experimental. *Boletim Cultural de Vila Nova de Famalicão* (III Série, 6/7), pp. 78-87.
- Silva, A. M. (1994). *Proto-histórica e romanização no entre o Douro e Vouga litoral*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Diss. Mestrado).
- Silva, J. P. (1876). Esculptura romana conhecida pelo nome de Pedra Formosa, achada em Portugal, e o que ella representa. *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes* (2.ª Série, 9), p. 136.
- Silva, S. F. (2013). *O Castro de Ul, Oliveira de Azeméis: Contributo para o conhecimento da ocupação proto-histórica e romana no território entre os rios Douro e Vouga*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Diss. Mestrado).
- Sousa, A. (1960). Toponímia Arqueológica de Entre Douro e Vouga (Distrito de Aveiro). *Revista Letras*, pp. 59-101.
- Sterckx, C. (2005). Taranis, Sucellos et quelques autres, I-II-III. *Mémoires de la Société Belge d'Études Celtiques*, 22-23-24. Bruxelles.
- Tranoy, A. (1977). À propos des "Callaeci" de Pline. *Bracara Augusta* [31 (71-72; 83-84)], pp. 225-233.
- Tranoy, A. (1981). *La Galice romaine. Recherches sur le Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité*. Paris: Diffusion de Boccard (Publications du Centre Pierre Paris, 7).
- Uria Ríu, J. (1941a). Excavaciones en el Castellón de Coaña. *Revista de la Universidad de Oviedo* (2).
- Uria Ríu, J. (1941b). Ritos funerários en las cámaras de Briteiros y Coaña. *Revista de la Universidad de Oviedo* (3).
- Vasconcellos, J. L. (1913). Factos Varios. *Religiões da Lusitânia*, 3, pp. 81-83.
- Venâncio, F. (2018). *Assim nasceu uma língua. Sobre as origens do português*. Lisboa: Guerra e Paz.
- Villa Valdés, A. (2007). Saunas castreñas en poblados fortificados de Asturias y Galicia. *Pedra Formosa. Arqueologia Experimental. Vila Nova de Famalicão*, pp. 67-92.
- Villa Valdés, A. (2012). Santuarios "urbanos" en la protohistoria cantábrica: Algunas consideraciones sobre el significado y función de las saunas castreñas. *Boletín del Real Instituto de Estudios Asturiano* (177), pp. 9-46.



COMPROVAÇÃO ARQUEOLÓGICA

| | | |
|----|-------------------------|--|
| 01 | Castro das Eiras | Aboim das Choças, Arcos de Valdevez (Viana do Castelo) |
| 02 | Castro de Roques | Vila Franca, (Viana do Castelo) |
| 03 | Santa Maria de Galegos | Santa Maria de Galegos, Barcelos (Braga) |
| 04 | Forno dos Mouros / Saia | Chavã, Barcelos (Braga) |
| 05 | Maximinos | Maximinos, Braga (Braga) |
| 06 | Castro de Sabroso | São Lourenço de Sande, Guimarães (Braga) |
| 07 | Citânia de Briteiros I | São Salvador de Briteiros, Guimarães (Braga) |
| 08 | Citânia de Briteiros II | São Salvador de Briteiros, Guimarães (Braga) |
| 09 | Alto das Quintãs | Castro de Calvos, Póvoa de Lanhoso (Braga) |
| 10 | Alto das Eiras | Pousada de Saramagos, Vila Nova de Famalicão (Braga) |
| 11 | Castro de Vermoim | Vermoim, Vila Nova de Famalicão (Braga) |
| 12 | Castro do Monte Padrão | Monte Córdova, Santo Tirso (Porto) |
| 13 | Citânia de Sanfins | Sanfins de Ferreira, Paços de Ferreira (Porto) |
| 14 | Tongobriga | Freixa, Marco de Canaveses (Porto) |
| 16 | Castro de Ribalonga | Ribalonga, Alijó (Vila Real) |
| 16 | Monte Castro | Sardoura, Castelo de Paiva (Aveiro) |

REFERÊNCIAS MATERIAIS

| | | |
|---|--------------------|--|
| A | Cidade de Âncora | Caminha (Viana do Castelo) |
| B | Castro de Caires | Groves, Anares (Braga) |
| C | Castro das Ermidas | Jesufrei, Vila Nova de Famalicão (Braga) |

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

| | | |
|---|-------------------|--|
| a | Senhora do Crasto | Vilar de Mouros, Caminha (Viana do Castelo) |
| b | Monte Murado | Pedroso/Perosinha, Vila Nova de Gaia (Porto) |
| c | Castro de Romariz | Santa Maria da Feira (Aveiro) |

Fig. 1 Balneários castrejos em território português.
(© João Machado e Armando Coelho F. da Silva)

Fig. 4 Balneário castrejo da Citânia de Sanfins
(Paços de Ferreira, Porto). Escavações de C. A. F. Almeida
(© Almeida C. A., 1974)



Fig. 5 Balneário castrejo de Santa Maria de Galegos
(Barcelos, Braga). Escavações de A. C. F. Silva
(© Armando Coelho F. da Silva)

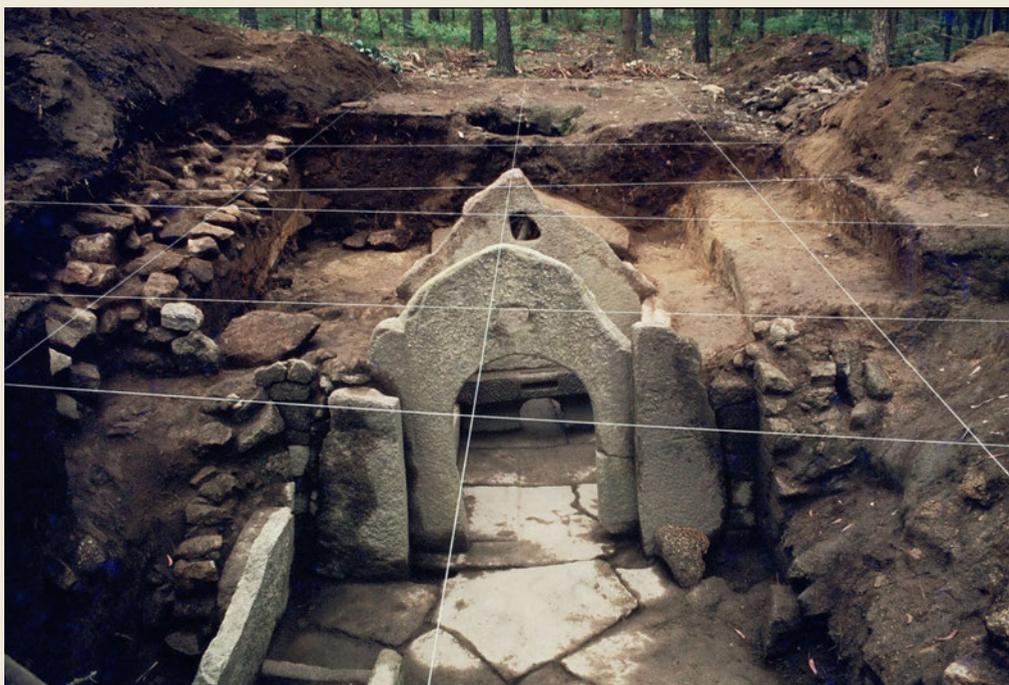




Fig. 6 Balneário castrejo do Alto das Eiras (Vila Nova de Famalicão, Braga). Escavações de F. Queiroga (© Francisco Queiroga)

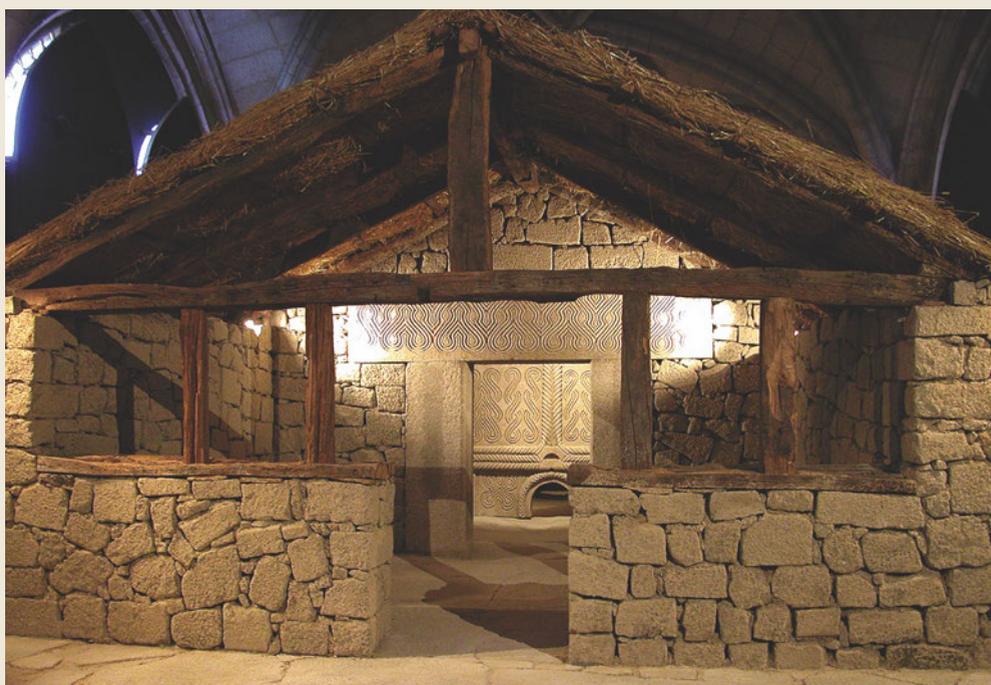


Fig. 7 Reconstituição do balneário do Alto das Eiras (Projeto “Pedra Formosa” – Arqueologia Experimental) (© Museu Nacional de Arqueologia)

Fig. 8 Fonte do Ídolo (Braga)



Fig. 9 Baixo-relevo antropomórfico de Vilar de Perdizes (Montalegre, Vila Real)
(Fonte: Th. Schatner, Instituto Arqueológico Alemán, Madrid)

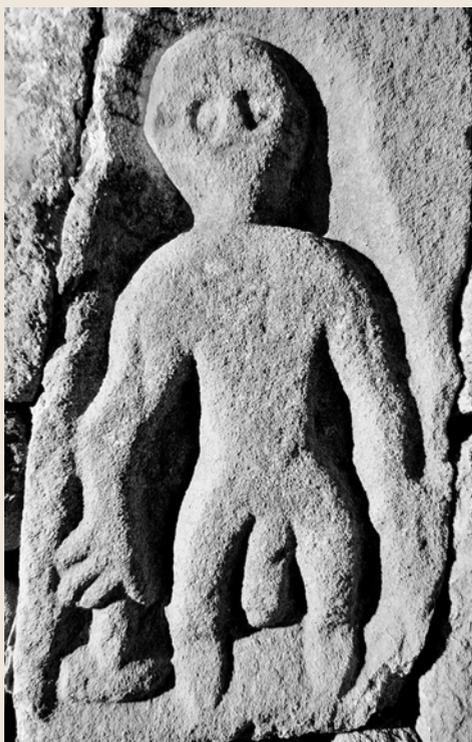


Fig. 10 Ara votiva a Fortuna (Freixo / Tongobriga, Marco de Canaveses, Porto).
(© Direção Regional de Cultura do Norte – Área Arqueológica do Freixo)



3.2 Inventário dos banhos castrejos em território português

↳ TEXTO ARMANDO COELHO FERREIRA DA SILVA
JOÃO OLIVEIRA MACHADO

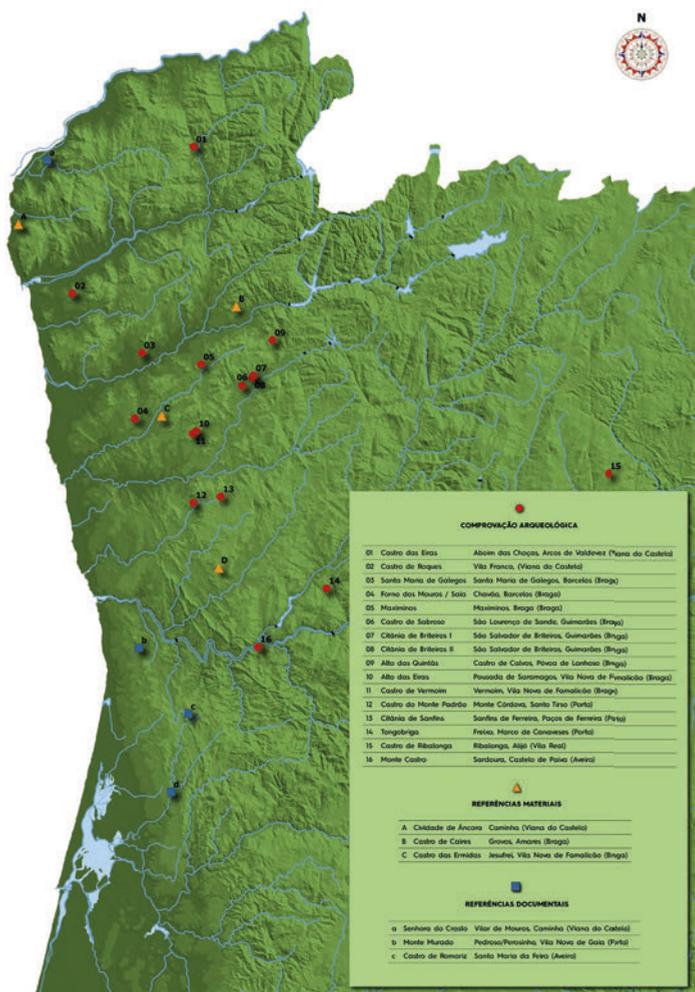
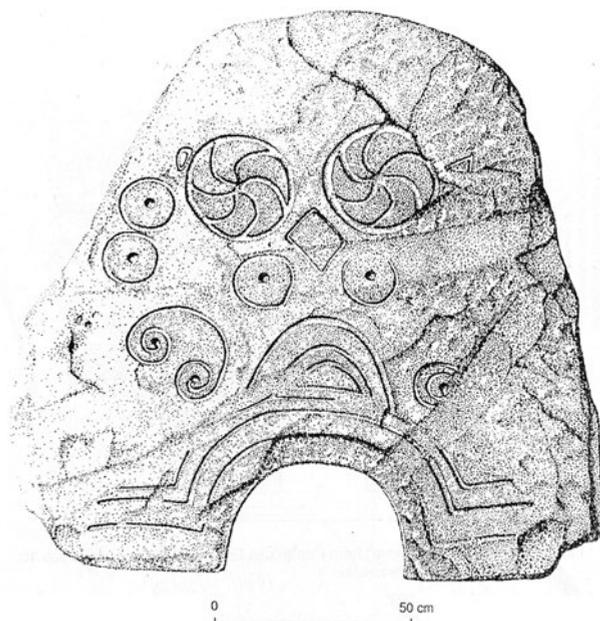


Fig. 1 Balneários castrejos em território português
(© João Machado e Armando Coelho F. da Silva)

01 CASTRO DE EIRAS/ ABOIM DAS CHOÇAS

Fig. 2 Desenho da estela
(© Francisco Queiroga & António Martinho Baptista)



LOCALIZAÇÃO

Distrito: Viana do Castelo

Município: Arcos de Valdevez

Freguesia: Aboim das Choças

Coordenadas (WSG84):

Lat. 41°55'21.00"N | Long. 08°27'10.02"W | Alt. 109m

SÍTIO

Descrição geral

Este povoado fortificado (Silva A. C. F., 2007a, pp. 117, n.º 179) ocupa o alto de uma elevação, localmente designada por *Craсто*, que se estende, na margem direita do rio Vez, numa orientação norte/sul, num planalto longo (400 a 500 m) por 100 – 150 m de largura, com ondulações suaves no seu comprimento e com declives por vezes muito acentuados na sua periferia. A forma do seu relevo sugere a existência de vários segmentos do sistema defensivo, que parecem ser constituídos por taludes de terra cobertos com pedras pequenas para os fixar. A sua extensão é congénere a algumas citânias do norte de Portugal, fazendo supô-lo como “lugar central” de uma unidade étnica dos *Limici dos Grovii*.



Fig. 3 Fotografia da estela
(© J. Silva Ferreira)



Fig. 4 Pormenor da estela
(© J. Silva Ferreira)

Breve história da investigação e circunstâncias do achado

Dado a conhecer pelo P.e M. J. da Cunha Brito a propósito do achado de um tesouro numismático (Brito, 1908, pp. 96-97), nunca foi objeto de investigação arqueológica programada, encontrando-se, à superfície, numerosos fragmentos de *tegula*, indicando, de qualquer modo, a sua ocupação até ao Baixo-império do domínio romano, já atestada pela composição do tesouro numismático mencionado. De resto, os fragmentos cerâmicos detetados são pequenos e pouco numerosos, sendo, por sua vez, muitos os fragmentos de escória de ferro, a denunciar intensidade de atividade metalúrgica.

Sendo apenas conhecido por um desenho da “Pedra Formosa” do seu monumento balnear, identificada por A. Martinho Baptista, quando arqueólogo do Parque Nacional Peneda-Gerês (Queiroga F. M., 2003, p. fig. 16.1), foi, com esta pista, que recentemente se reencontrou a estela de granito original e se identificou a localização do balneário e o respetivo contexto arqueológico [(Silva & Ferreira, 2016); (Ferreira & Silva, 2018)].

MONUMENTO

Descrição

O balneário estava implantado no sopé do castro, a sudeste na Quinta do Caco, no sítio de Aboim, lugar de Sobreiro, freguesia de Aboim das Choças, junto a uma fonte de nascente, antiga, que merece o microtopónimo de “Fonte da Morada”, que se ajusta à implantação mais comum destes monumentos junto de fontes de água e aponta para uma relação com a sua construção oikomorfa, que seria conforme à tipologia comum, de que nos restou, além da “Pedra Formosa”, um longo paralelepípedo de granito de provável banco da antecâmara.

A estela, de face plana de forma pentagonal irregular, está decorada em gravação incisa segundo simetria axial, apresentando na parte superior dois trísceles dextrógiros intermediados por um pequeno losango, a que se segue

uma série de seis círculos concêntricos com pontuação central, três de cada lado, dois na periferia, de que desapareceram os do lado direito, e outro em posição medial. Segue-se um motivo composto por uma linha arciforme de convexidade voltada para a linha média com terminais espiralados, patente no lado esquerdo e vestigial no lado direito, enquadrando um crescente, que faz um sublinhado chamativo da abertura central, de passagem entre câmaras, emoldurada por três semicírculos, que sugerem um certo paralelismo com as ornamentações funcionais de estelas congêneres.

Na vizinhança do balneário situa-se também o Castro de Álvora, que tem ocupação reconhecida desde o Bronze Final ao Baixo-império romano, permitindo-nos pensar que este equipamento sócio-religioso deve estar associado, na sua fundação, com mais probabilidade, ao Castro de Álvora do que ao de Eiras/Aboim das Choças, podendo ter tido uma utilização comum pelos dois povoados em período posterior.

Dimensões

Estela: larg.: 1,52m; alt.: 1,47m. Entrada larg.: 0,46m; alt.: 0,29m.

Bibliografia

(Brito, 1908); (Silva A. C. F., 1986); (Queiroga F. M., 1992); (Machado, 2005); (Silva A. C. F., 2007a); (Silva & Machado, 2007, pp. 60-61); (Rios González, 2017, pp. 154-155); (Silva & Ferreira, 2016); (Ferreira & Silva, 2018)

02 CASTRO DE ROQUES

LOCALIZAÇÃO

Distrito: Viana do Castelo

Município: Viana do Castelo

Freguesias: Vila Franca

Coordenadas (WSG84):

Lat. 41°40'12.64"N | Long. 08°43'48.02"W | Alt. 269m

SÍTIO

Descrição geral

O castro de Roques (Silva A. C. F., 2007a, pp. 112, n° 116m) localiza-se entre os vales do Lima e do Neiva, controlando a passagem entre as duas bacias. Dispondo de ótima visibilidade sobre o meio circundante, é de destacar a proximidade e relacionamento com a Citânia de Carmona, a que se atribui funções de capitalidade do território castrejo do Vale do Neiva provavelmente adstrito ao povo pré-romano dos *Nabiagoi / Nebisoci*.



Fig. 5 Planta (2006)
(© Tarcísio Maciel)

Fig. 6 Vista geral
(© Tarcísio Maciel)



Breve história da investigação e circunstâncias do achado

A ele se reportando referências de F. Martins Sarmiento e Pinho Leal, de finais do século XIX, e, posteriormente, de J. Leite de Vasconcelos, foi apenas intervencionado, muito sumariamente, em 1947, por Leandro Quintas Neves, a que se seguiu uma visita de Arlindo Ribeiro da Cunha, que nos deixou uma pista para a descoberta do monumento balnear localizado, em 2004, por T. Maciel no âmbito de um projeto académico de investigação arqueológica do Vale do Neiva.

MONUMENTO

Descrição

O monumento balnear está localizado na vertente oeste do Castro de Roques, em

terreno pertencente à freguesia de Vila Franca, no interior da última muralha, junto a uma nascente de água e orientado para a foz do Lima.

Após a sua identificação, foi realizada uma campanha de escavação arqueológica em 2006 (Silva & Maciel, 2005), tendo sido descobertos elementos das várias componentes deste monumento, designadamente, a fornalha, câmara, antecâmara, átrio e sistemas de drenagem, que permitem interpretá-lo como congénere das instalações balneares castrejas do Norte de Portugal e Galiza meridional.

De todos os elementos identificados, a fornalha apresenta os melhores índices de conservação deste monumento, que evidencia, de resto, atos de destruição para aproveitamento de pedras aparelhadas. Em todo o caso, ficaram elementos suficientes para a sua interpretação arquitetónica e funcional.

Como os outros edifícios similares, é uma construção hipogea, melhor evidenciada na fornalha, que ainda se mantém totalmente soterrada.

Esta divisão é de planta subcircular e foi construída em falsa cúpula, apresentando fiadas de pedra de tamanho médio, que se elevam até a altura de 1,70m em aparelho irregular com agulhas que penetram no solo, como reforço estrutural, e algumas cunhas e vestígios de argamassa, conferindo-lhe melhor isolamento térmico. A base está assente na rocha natural, aplanada para assentamento de lajeado, de que restam três elementos. A entrada da fornalha deveria possuir duas ombreiras, uma das quais foi reaproveitada em posição horizontal, transformando a área da chaminé numa cisterna, relacionável com a fonte de chafurdo conhecida pela tradição local, como terá acontecido nos banhos de *Tongobriga*.

Dimensões

Fornalha: eixo long.: 1,90m; eixo trans.: 2,90m; alt.: 1,70m.

Bibliografia

(Silva A. C. F., 1986); (Silva & Maciel, 2005); (Machado, 2005); (Silva A. C. F., 2007a); (Silva & Machado, 2007, pp. 58-59); (Ríos González, 2017, pp. 139-142).

03 SANTA MARIA DE GALEGOS

LOCALIZAÇÃO

Município: Barcelos

Distrito: Braga

Freguesia: Santa Maria de Galegos

Coordenadas (WSG84):

Lat. 41°34'6.56"N | Long. 08°34'12.03"W | Alt. 130m

SÍTIO

Descrição geral

O balneário de Galegos está situado num pequeno habitat, designado por Pena Grande (Silva A. C. F., 2007a, pp. 122, n.º 250), rodeado por uma muralha, associado a uma nascente que se localiza nas imediações, que se encontra na base, e em dependência, conseqüente de uma expansão demográfica da Citânia de Roriz também conhecida por Monte do Facho (Silva A. C. F., 2007a, pp. 122, n.º 251), povoado castrejo, este, de grandes dimensões e dotado de forte dispositivo defensivo constituído por três linhas de muralhas, que culmina a Serra da Oliveira, donde se alcança uma vasto horizonte visual.

Breve história da investigação e circunstâncias do achado

Com ocupação desde o final da Idade do Bronze ao Baixo Império romano, segundo os dados das únicas sondagens até agora nele realizadas por C. A. Brochado de Almeida e T. Soeiro, em 1978 (Almeida & Soeiro, 1980), a ele se reportam os achados de uma cabeça de estátua de guerreiro e de uma estátua sedente de granito, que mais indiciam a sua importância no povoamento regional da margem direita do curso perillitoral do rio Cávado, na fase final da cultura castreja e inícios da romanização, a que corresponderá o castro de Pena Grande.

Deste habitat, apenas o seu monumento balnear foi objeto de trabalhos arqueológicos, de escavação, conservação e restauro, aquisição do terreno e classificação como monumento nacional, que foram por nós dirigidos entre 1978 e 1981 [(Silva A. C. F., 1986); (Silva A. C. F., 2007a)], seqüentes à sua descoberta

Fig. 7 Planta
(© Armando Coelho F. da Silva)

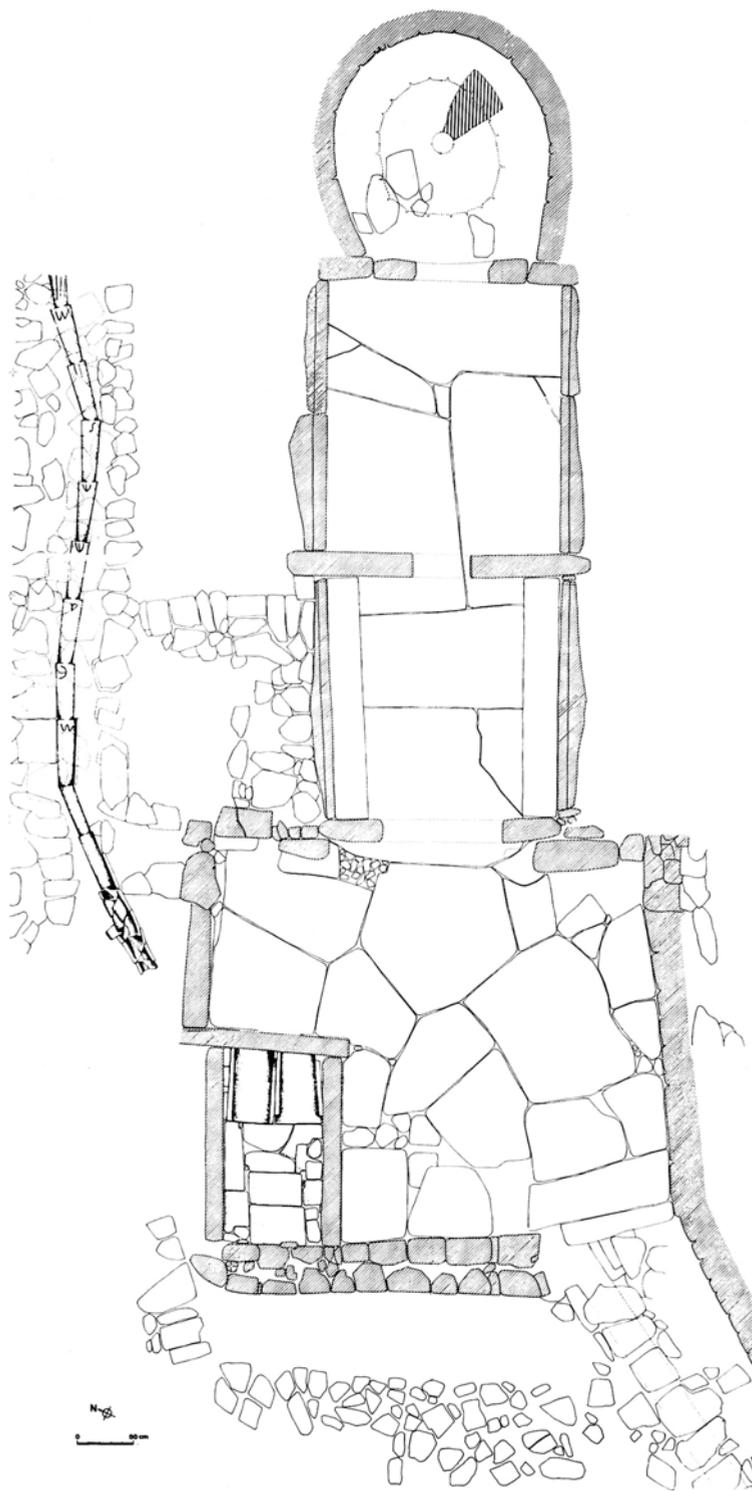




Fig. 8 Vista aérea
(© Armando Coelho F. da Silva)

pelo proprietário do terreno, cuja informação nos foi transmitida pelo, então, nosso aluno T. Maciel, e que proporcionou a sua investigação e salvaguarda.

MONUMENTO

Descrição

Aparecendo em apreciável estado de conservação, a escavação deste monumento forneceu a planta mais acabada deste género de construções, bem como outros valiosos dados para a sua análise.

A sua estrutura arquitetónica compõe-se dos seguintes elementos: átrio de planta retangular com tanque e canalizações; antecâmara, com entrada monolítica em arco perfeito e com bancos corridos no interior, separada da câmara por uma estela lisa com uma trave ricamente decorada sobre a passagem inferior; e uma fornalha em falsa cúpula com fecho. A construção das câmaras utilizou grandes monólitos no piso, paredes e cobertura, formando verdadeiras estufas, sendo as restantes partes em alvenaria.

Diversos indícios de funcionamento, de que se destacam pedras calcinadas, cinzas e carvões, comprovaram a interpretação banear destes monumentos tradicionalmente havidos como fornos crematórios.

Dimensões

Comp. máx.: 11,50m; larg. máx.: 4,00m.

Átrio: eixo long.: 3,50m; eixo trans.: 4,00m; área: 14,00m².

Tanques: comp.: 1,70m; larg.: 0,88m; alt.: 0,82m.

Antecâmara: eixo long.: 2,20m; eixo trans.: 2,15m; alt.: 2,15m.

Entrada larg.: 1, 07m; alt.: 1,75m.

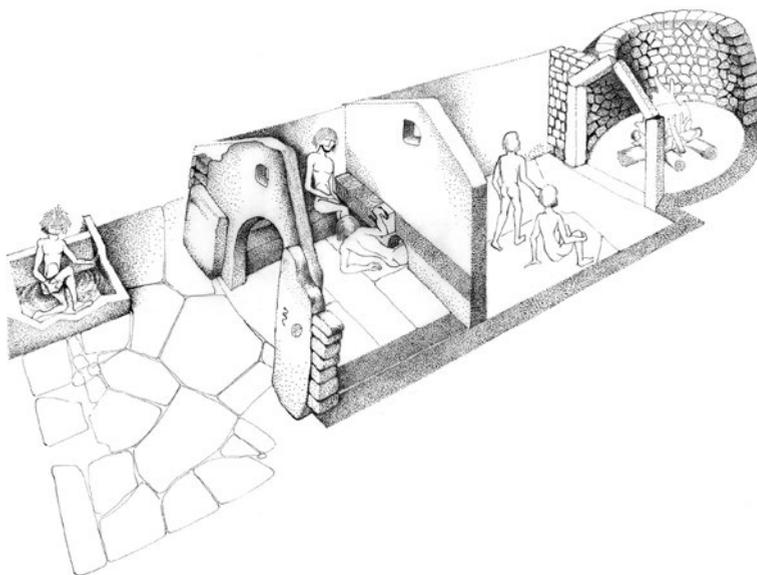
Estela: larg.: 2,70m; alt.: 2,45m; esp.: 0,20m.

Entrada larg.: 0,51m; alt.: 0,43m.

Câmara: eixo long.: 2,45m; eixo trans.: 2,08m; alt.: 2,20m.

Fornalha: eixo long.: 2,00m; eixo trans.: 1,90m; alt.: 2,70m.

Entrada larg.: 0,65m.



Bibliografia

(Silva A. C. F., 1986); (Almagro Gorbea & Álvarez Sanchís, 1993); (Almeida C. A., 1996); (Machado, 2005); (Silva A. C. F., 2007a); (Silva & Machado, 2007, pp. 56-57); (Ríos González, 2017, pp. 108-114).

04 MONTE DA SAIA

LOCALIZAÇÃO

Distrito: Braga

Município: Barcelos

Freguesia: Chavão (União das freguesias de Negreiros e Chavão)

Coordenadas (WSG84):

Lat. 41°27'18.24"N | Long. 08°35'7.12"W | Alt. 150m

SÍTIO

Descrição geral

O Monte da Saia (Silva A. C. F., 2007a, pp. 123, n° 261) é um povoado castrejo de grandes dimensões, com um forte sistema defensivo constituído por três linhas de muralhas, a que se reportará a designação por que era conhecido como *Cidade da Citânia*. Está implantado nos Montes de Fralães, na margem direita do rio Este), com uma amplitude de horizonte visual que lhe terá favorecido o estatuto de “lugar central” de uma unidade étnica, se não dos *Bracari*, pela proximidade, dos *Nemetati*, tal como identificáveis na margem direita do Ave.

Breve história da investigação e circunstâncias do achado

Mesmo depois da intervenção de F. Martins Sarmento na exploração do seu monumento balnear, não foi objeto de qualquer intervenção arqueológica programada, conhecendo-se numerosos achados avulsos, líticos, metálicos e cerâmicos, que apontam para uma ocupação sistemática desde o Bronze Final à romanização, com antecedentes neo-calcolíticos.

O seu monumento balnear, situado na base do castro, para oeste, onde é conhecido por “Forno dos Mouros”, pode considerar-se como o primeiro edifício do género a ser identificado, havendo dele notícia desde 1872, em artigos de jornais de João Torres e posteriormente F. Martins Sarmento, que largamente se lhe refere nos seus apontamentos e estudos, interpretando-o como um santuário ao culto das águas, de que há uma nascente mesmo ao lado.

MONUMENTO

Descrição

O monumento desenvolve-se, estruturalmente, de forma similar aos seus congéneres, com quatro espaços diferenciados, a saber, átrio com tanque, antecâmara, câmara e forno.

A estela de divisão entre a antecâmara e a câmara nunca foi encontrada, podendo, porventura, identificar-se com uma pedra ornamentada com dois tríselos, referenciada nas imediações por F. Martins Sarmento.

O monumento apresenta algumas particularidades, de entre as quais se destacam os dois baixos-relevos encontrados na área dos tanques (Cardozo, 1985, pp. 129, n.º 98) e o aparelho construtivo.

Os baixos-relevos são constituídos por dois blocos paralelepípedicos de granito, com a parte superior desgastada que terão funcionado como guardas do tanque. Uma delas mostra uma figura togada, abrigada num nicho, e a outra, uma figura, também num nicho, segurando a cabeça de um touro, de conformação romana, a condizer com a presença de um aparelho com “blocos regulares de granito em fiadas horizontais” na zona da câmara, porventura resultado de arranjos arquitetónicos.

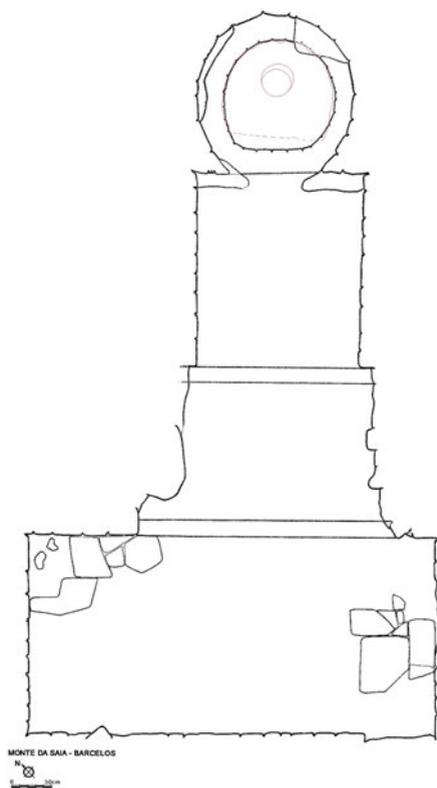


Fig. 10 Planta
(© Armando Coelho F. da Silva)

Fig. 11 Fecho da fomalha
(© João Machado)



Fig. 12 Baixos-relevos da parede do tanque
(© Sociedade Martins Sarmento)



Uma tampa subcircular com orifício central que se encontra no adro da freguesia da igreja paroquial de Pedra Furada, a que deu nome, deverá ter constituído o fecho da fomalha deste monumento, que se encontra nas suas imediações.

Dimensões

Comp. máx.: 9,60m; larg. máx.: 5,25m.

Átrio: eixo long.: 2,55m; eixo trans.: 5,25m; área: 13,40m².

Antecâmara: eixo long.: 2,20m; eixo trans.: 2,10m.

Câmara: eixo long.: 2,50m; eixo trans.: 2,10m.

Fornalha: diâm. médio: 2,00m. Entrada larg.: 1,15m. Fecho: larg.: 1,42m; alt.: 1,22m; esp.: 0,28m; orifício diâm.: 0,40m.

Bibliografia

(Cardozo, 1951); (García y Bellido, 1968); (Cardozo, 1985); (Silva A. C. F., 1986); (Almagro Gorbea & Álvarez Sanchis, 1993); (Almeida C. A., 1996); (Sarmento, 1999); (Machado, 2005); (Silva A. C. F., 2007a); (Silva & Machado, 2007, pp. 44-45); (Ríos González, 2017, pp. 70-77).

05 MAXIMINOS

LOCALIZAÇÃO

Distrito: Braga

Município: Braga

Freguesia: Maximinos (União das Freguesias de Braga: Maximinos, Sé e Cividade)

Coordenadas (WSG84): Lat. 41°32'55.66"N | Long. 08°26'2.88"W | Alt. 150m



Fig. 13 Planta
 (© Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho)



Fig. 14 Escavação arqueológica
 (© Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho)

SÍTIO

Descrição geral

Tradicionalmente considerado como uma fundação romana *ex nihilo*, um conjunto de achados de teor proto-histórico, arquitetónicos, escultóricos, metálicos e cerâmicos, vão permitindo indiciar uma ocupação deste sítio desde os finais da Idade do Bronze à II Idade do Ferro, com anterioridade à criação de *Bracara Augusta* (Silva A. C. F., 2007a, pp. 126, n° 309), que o fazem supor como referentes de uma centralidade primacial alcançada pelo povo pré-romano dos *Bracari*, em sentido estrito, na região de entre Lima e Douro, os *Bracari*, em sentido lato.

Breve história da investigação e circunstâncias do achado

Com ampla documentação arqueológica, epigráfica e numismática, historicamente recolhida sobretudo a partir do século XVIII, onde avulta a obra de D. Jerónimo Contador de Argote (Argote, 1738), cumpre distinguir, entre a plêiade de estudiosos, profissionais e amadores, desta notável cidade, as numerosas intervenções de emergência, escavações programadas e projetos de investigação promovidos pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho e pela autarquia local, que lhe conferem proeminente visibilidade científica e patrimonial.

O seu balneário castrejo foi descoberto em 2003, no decorrer do acompanhamento das obras de remodelação do terminal da C.P. de Braga, no sopé da colina de Maximinos, tendo sido objeto de escavações arqueológicas dirigidas por F. Sande Lemos e Ana Bettencourt (Lemos, Leite, Bettencourt, & Azevedo, 2003). Encontrando-se, aquando da sua identificação, já bastante danificado, provavelmente pela construção da Estação de caminhos-de-ferro em finais do século XIX, constitui um importante contributo para o conhecimento das origens de *Bracara Augusta*.

MONUMENTO

Descrição

No estado em que foi exumado, este monumento balnear apresentava apenas conservadas as seguintes componentes: o átrio, sem tanques, mas com duas lajes talhadas em forma de pia; a antecâmara, de planta retangular, com dois bancos corridos, um junto da parede Norte e outro a Sul e a estela frontal da antecâmara, muito tosca e sem decoração. As paredes do monumento são todas elas em alvenaria de pedra de média e pequena dimensão.

A arquitetura arcaizante deste monumento e o aparecimento de espólio estimado como votivo e em deposição intencional, tornam-se em elementos valorativos de um cânone de cronologia pré-romana, correspondente à II Idade do Ferro, e de uma funcionalidade ritual.



Fig. 15 Musealização
(© Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho)



Fig. 16 Reconstituição
(© Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho)

Dimensões

Átrio: eixo long.: 4,72m; eixo trans.: 2,80m; alt.: 1,20m; área.: 12,22m².

Antecâmara: eixo long.: 1,70m; eixo trans.: 2,55m; alt.: 1,20m.

Estela: larg.: 1,74m; alt.: 0,83m; esp.: 0,31m. Entrada larg.: 0,43m; alt.: 0,38m.

Bibliografia

(Lemos, Leite, Bettencourt, & Azevedo, 2003); (Machado, 2005); (Silva A. C. F., 2007a); (Silva & Machado, 2007, pp. 52-53); (Lemos, Fonte, & Cruz, 2008); (Rios González, 2017, pp. 131-139).

06 CASTRO DE SABROSO

LOCALIZAÇÃO

Distrito: Braga

Município: Guimarães

Freguesia: São Lourenço de Sande

Coordenadas (WSG84): Lat. 41°30'42.00"N | Long. 08°20'27.88"W |

Alt.250-277m



Fig. 17 Planta topográfica (1958)

SÍTIO

Descrição geral

O Castro de Sabroso (Silva A. C. F., 2007a, pp. 129, n° 348) é um povoado fortificado de pequenas dimensões, implantado num esporão com amplo domínio visual sobre o vale do Ave, defendido por uma única, mas potente, alta e espessa, linha de muralhas, com largos treços construídos em aparelho poligonal, na

plataforma superior e com menos robustez na área meridional, de manifesto alargamento posterior. O recinto escavado mostra cerca de quatro dezenas de estruturas domésticas, quase todas circulares e apenas três de planta retangular, e nele foram detetados os vestígios dum provável balneário castrejo.

Breve história da investigação e circunstâncias do achado

Iniciada a sua investigação em finais da década de setenta do século XIX, por F. Martins Sarmento, e depois entregue aos cuidados da Sociedade Martins Sarmento, cumpre distinguir o trabalho de sistematização efetuado por M. Cardozo e as abordagens estratigráficas nele realizadas por C. F. C. Hawkes, em 1958, e por T. Soeiro – R. Centeno – A. C. F. Silva, em 1981, explicativas de três fases da sua ocupação da II Idade do Ferro aos inícios da romanização, a última das quais urbanisticamente relacionável com a Citânia de Briteiros, que lhe fica nas imediações e de quem seria subsidiário.

As primeiras referências à existência de um provável monumento balnear no Castro de Sabroso são feitas quando tal já se encontrava destruído por extração de pedra para construção, dele nada ficando como testemunho. A sua identificação teve lugar a 26 de Maio de 1877 por F. Martins Sarmento a partir de informações locais, que lhe falaram numa pedras provenientes de Sabroso e numa “gruta” que lembrava “o forno dos mouros da Citania da Saya”.

MONUMENTO

Descrição

F. Martins Sarmento refere-se a esta situação nos seguintes termos: *“Fui vê-la de tarde. Não é a mesma cousa, mas por lá anda. Mais acima da bocca da mina, cuja água aforou minha mãe ao Domingos de Melres, há uma bocca d’um poço que faz lembrar o da Citania. Desce porém muitíssimo menos. Entra-se a custo descendo, mas, andados poucos passos, pôde a gente levantar-se n’uma construção de pequena pedra, de pouco mais de cinco palmos de circunferencia, irregularmente circular. Entrando, á mão direita fica um tranqueiro, por cima uma padieira. O tecto é feito grosseiramente de pequenas pedras e fica exteriormente coberto de terra. O tecto não é bem cortiço d’abelhas, nem a construção toda tem a regularidade da Saya. Naturalmente era allí que primitivamente rompia a agua que hoje passa por baixo, na mesma linha, mas talvez 80 palmos abaixo. Mau foi ver-lhe barro em algumas juntas. O solo está balofo de humidade e precisa d’uma escavação. Urge ver se a mina da Citânia descobre alguma cousa que se pareça com isto”* (Sarmento, 1906, pp. 41-42).

Mesmo após a sua destruição, F. Martins Sarmento não esquece o local, nem as informações que assentou nos seus cadernos e a 29 de Setembro do mesmo ano faz diligências para ver a pedra de que lhe tinham falado, que mede, descreve e desenha, depreendendo-se que faria parte do lajeado do monumento,

tratando-se eventualmente da laje onde estaria assente a estela de divisão entre a antecâmara e a câmara ou, segundo opinião de Sarmento, como pertencente à estrutura do tanque.

Neste contexto, caberá ainda a nota de Ricardo Severo, em carta a Martins Sarmento, a propósito de uma “*casa onde (lhe) disseram que está uma pedra semelhante à «Pedra Formosa»*” (Cardozo, 1960, p. 12), o que não é de todo comprovado, considerando a existência de outras estruturas castrejas com decoração similar.

Bibliografia

(Sarmento, 1906); (Cardozo, 1960); (Silva A. C. F., 1986); (Almagro Gorbea & Álvarez Sanchis, 1993); (Machado, 2005); (Silva A. C. F., 2007a); (Silva & Machado, 2007, pp. 46-47); (Ríos González, 2017, pp. 145-151).

07-08 CITÂNIA DE BRITEIROS

LOCALIZAÇÃO

Distrito: Braga

Município: Guimarães

Freguesia: São Salvador de Briteiros (União das Freguesias de Briteiros São Salvador e Briteiros Santa Leocádia)

Coordenadas (WGS84):

Briteiros I – Lat. 41°31'47.28"N | Long. 08°18'51.10"W | Alt. 300m

Briteiros II – Lat. 41°31'33.51"N | Long. 08°19'0.73"W | Alt. 265m

SÍTIO

Descrição geral

A Citânia de Briteiros (Silva A. C. F., 2007a, pp. 129, n° 345) representa, historiograficamente, a mais prestigiada das estações arqueológicas da cultura castreja do noroeste peninsular.

Localizada nas imediações da cidade de Braga, no contraforte meridional do Monte de Campelos, nas encostas do Monte de São Romão, à margem direita do rio Ave, como outros povoados fortificados de grande dimensão, designados como *citânia*, é dotada de um forte sistema defensivo e um ordenamento proto-urbano típico. Com uma área de cerca de 20 ha, é protegida por quatro ordens de muralhas e as zonas escavadas mostram numerosos quarteirões que enquadram unidades de famílias extensas (um deles com designação interpretativa latina de *domus*), revelando traços características indígenas no dispositivo topográfico da povoação, no traçado das muralhas, na planta circular das casas, no processo da sua construção e na decoração com motivos geométricos. Prototipiza, assim, as características gerais da cultura

castreja do noroeste da Península Ibérica, com traços culturais tradicionalmente havidos como célticos, aí denunciados pela antroponímia local sobretudo referente aos *paterfamilias* dos núcleos familiares, dos oleiros e dedicantes votivos.

Um grande edifício de planta circular com bancos adossados às paredes permite a sua interpretação como local de reunião do Conselho de Anciãos, quadrando bem com a organização social dos povos indígenas.

Com a singularidade, entre todos os sítios castrejos conhecidos da Galécia meridional, de possuir dois balneários, o seu monumento mais relevante é mesmo um deles (Biteiros II) e a celebrada “Pedra Formosa” desta Citânia era a entrada da câmara de outro monumento congénere, de que restam importantes vestígios (Briteiros I).

Com ocupação característica da última fase da cultura castreja, em que terá sido lugar central de uma subunidade dos *Bracari*, porventura os *Avici*, “Os do Ave”, insinuados por dois registos locais deste etnónimo e em razão da proximidade a esse rio, numerosos materiais, tais como inscrições latinas, moedas da República e do Império, fragmentos de cerâmica importada (*terra sigillata*), vidros e outros evidenciam uma forte influência da romanização neste povoado, relacionável com a fundação de *Bracara Augusta*

Um cemitério cristão apela a uma reocupação medieval, sagrada, do sítio.

Breve história da investigação e circunstâncias dos achados

Contando já com inúmeras referências anteriores, designadamente de Craesbeeck (1726) (Craesbeeck, 1992), sobre a “Pedra Formosa”, e Contador de Argote (Argote, 1732-34) (Argote, 1738), a Citânia foi objetivamente descoberta por Francisco Martins Sarmiento no último quartel do século XIX, tendo sido as suas escavações sistemáticas retomadas posteriormente por Eduardo de Freitas e sobretudo Mário Cardozo. Aí realizámos (A. C. F. Silva, em colaboração com R. Centeno) um corte estratigráfico em 1977 e 1978 (Centeno & Silva, 1978), a que se seguiram outros trabalhos arqueológicos de Francisco Sande Lemos e Gonçalo Cruz (Lemos, Fonte, & Cruz, 2008).

A “Pedra Formosa” de Briteiros, assim designada desde as primeiras referências escritas, representa o protótipo da estela que divide a antecâmara da câmara do monumento de banhos castrejo.

A sua identificação, descontextualizada, desencadeou uma série de hipóteses sobre as suas origens, funcionalidade e enquadramento, de grande interesse historiográfico, que Mário Cardozo atribui “à sua bizarra ornamentação e grandes proporções, e em segundo lugar ao carácter desconhecido e misterioso do seu uso primitivo” (Cardozo, 1928-29).

Ainda desconhecida aquando da visita de Gaspar Estaço, em meados do séc. XVII, só por volta de 1726 é que a referida estela é identificada, com descrição, desenho e nome por Francisco Xavier da Serra Craesbeeck (Craesbeeck, 1992, pp. 44-45), a ela se referindo posteriormente D. Jerónimo Contador de Argote (Argote, 1738, p. 168).

Só no último quartel do século XIX, com Possidónio Silva e posteriormente por F. Martins Sarmiento, é que esta monumental estela é “trazida de novo a público” para o seio da comunidade científica, dando-se abertura a um debate aceso sobre a sua interpretação, que só veio a ser esclarecida com o aparecimento em 1930, na mesma citânia de Briteiros, de um monumento (Briteiros II), que integrava uma estela congénere.

Cumprido, neste passo, observar que a mesma obra pública que revelou este último monumento, viria a destruir parcialmente, em 1932, o balneário castrejo com a sua arquitetura típica, donde seria procedente a “Pedra Formosa”, conforme por nós identificado, cerca de 600 metros a norte, a partir de notas de M. Cardozo (Cardozo, 1935) e observações próprias (Machado, 2005, pp. 18-19, Est. III-VI).

MONUMENTOS

BRITEIROS I

Descrição

Identificada a função e localização original da “Pedra Formosa” como estela do balneário I da Citânia de Briteiros, segundo os dados de uma intervenção entretanto aí realizada em 2006 (Lemos, Fonte, & Cruz, 2008), este monumento foi implantado entre a segunda e a terceira muralhas da Citânia, para sudeste, permitindo o registo arqueológico das zonas conservadas estimar as dimensões e a estrutura do edifício original, com orientação sul-norte, de que se detetou o átrio, com tanque junto da parede oeste, restos da antecâmara, câmara pavimentada com grandes lajes e vestígios do forno, sendo notória uma abertura na zona média do espaço interior, entre a antecâmara e a câmara, que se ajusta como localização original da “pedra formosa”, estruturalmente pentagonal e tectiforme, adequada arquitetonicamente à função.

A notável riqueza decorativa desta estela, que cobre toda a superfície com diversidade de motivos geométricos relevados, com saliências horizontais, verticais, oblíquas e circulares, justifica, desde a primeira hora, a sua designação como “Pedra Formosa”, que se torna até paradigma para designar, tomando a parte pelo todo, este tipo de monumentos.

A composição ornamental distribui-se em três campos, simetricamente divididos pelo eixo central, em que se distingue: no campo superior, uma série de triplos SS contracurvados, formando “liras”, prejudicada pelo encaixe das pedras de cobertura da antecâmara; um campo médio densamente coberto a reticulado, na zona central, orlado por uma combinação de círculos concêntricos interrompidos com linhas verticais e oblíquas, nas zonas laterais; e no campo inferior, enquadrando a abertura central, um motivo curvilíneo quadripartido, de provável interpretação cosmogónica, que mais aproxima esta “Pedra Formosa” da do Alto das Quintãs / Castro de Calvos (Póvoa de Lanhoso) e Alto das Eiras (Vila Nova de Famalicão), fazendo aproximar o programa deste conjunto do Vale do Ave da sugestão de se tratar de obras de artistas itinerantes.

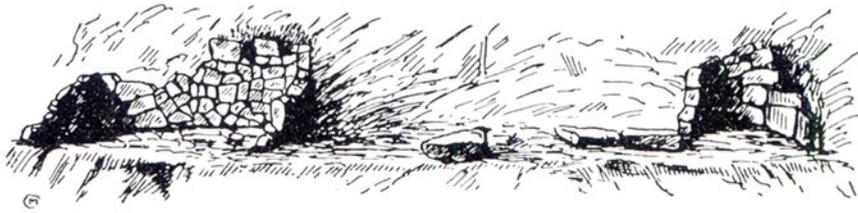


Fig. 18 Planta
© Mário Cardozo



Fig. 19 Vista do monumento 2005
© João Machado

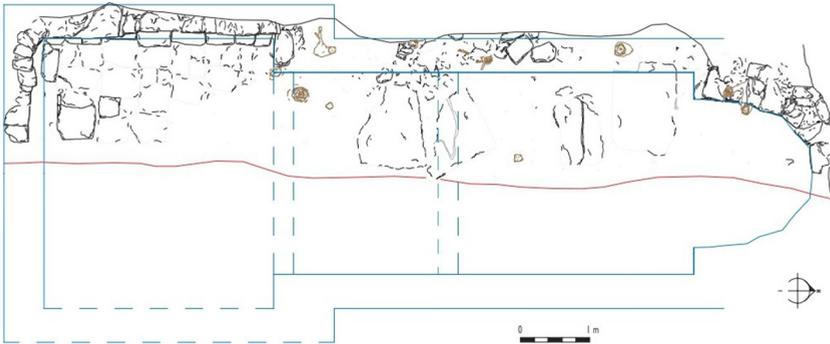


Fig. 21 Planta do monumento
© Sociedade Martins Sarmento



Fig. 20 Pedra Formosa
© Sociedade Martins Sarmento



Fig. 22 Perspetiva longitudinal
(direção Sul-Norte)
© Sociedade Martins Sarmento



Fig. 23 Perspetiva longitudinal
(direção Norte-Sul)
© Sociedade Martins Sarmento

Dimensões

Comprimento máx.: 12m; largura máx.: 2, 50m.

Átrio: eixo long.: 3,20m; alt. máx.: 1,40m.

Estela: larg.: 2,90m; alt.: 2,28m; esp.: 0,24m. Entrada larg.: 0,55m; alt.: 0,55m.

Fornalha: eixo long.: 2,00m; eixo trans. máx.: 1,50m.

Bibliografia

(Craesbeeck, 1992); (Argote, 1738); (Silva J. P., 1876, p. 136); (Sarmiento, 1879, p. 157); (Hübner, 1879, p. 19); (Hübner, 1880); (Vasconcellos, 1913, pp. 81-83); (Cardozo, 1928-29); (Cardozo, 1931a); (Cardozo, 1931b); (Cardozo, 1931c); (Cardozo, 1932a); (Cardozo, 1932b); (Cardozo, 1935); (Cardozo, 1950); (García y Bellido, 1968); (Centeno & Silva, 1978); (Silva A. C. F., 1986); (Almagro Gorbea & Álvarez Sanchis, 1993); (Machado, 2005); (Silva A. C. F., 2007a); (Lemos, Fonte, & Cruz, 2008); (Silva & Machado, 2007, pp. 48-49); (Rios González, 2017, pp. 59-63).



Fig. 24 Vista do monumento
(© Sociedade Martins Sarmiento)

BRITEIROS II

Descrição

O balneário II encontra-se localizado na vertente Sul da Citânia de Briteiros e pode considerar-se como sua construção pré-romana mais relevante.

Este foi o primeiro monumento deste tipo a ser objeto de escavação sistemática, permitindo clarificar as dúvidas levantadas pela Pedra Formosa, originária do mesmo povoado.

A sua descoberta ocorreu nos princípios do mês de setembro de 1930, aquando da abertura de uma nova estrada que faria a ligação Taipas-Braga, que exigiu uma intervenção de emergência face à ameaça da sua destruição.

A sua escavação veio a detetar uma estrutura circular de forma abobadada, a fornalha, aberta para a câmara donde emergiu, na vertical, “*outra Pedra Formosa!*” (1932), que a separava da antecâmara, ambas de construção monolítica, em situação hipogeia, e ainda um pequeno átrio com tanque.

A face frontal desta “pedra formosa” ostenta igualmente uma simetria decorativa, mais simples que a da “Pedra Formosa” (Briteiros I), com três campos lisos circunscritos por alinhamentos em relevo dispostos de forma concêntrica relativamente à abertura de passagem, inferior, enquadrados por um conjunto triangular, de provável simbologia uraniana, composto por um círculo preenchido com um triscelo sinistrógiro, que se destaca no topo, e por

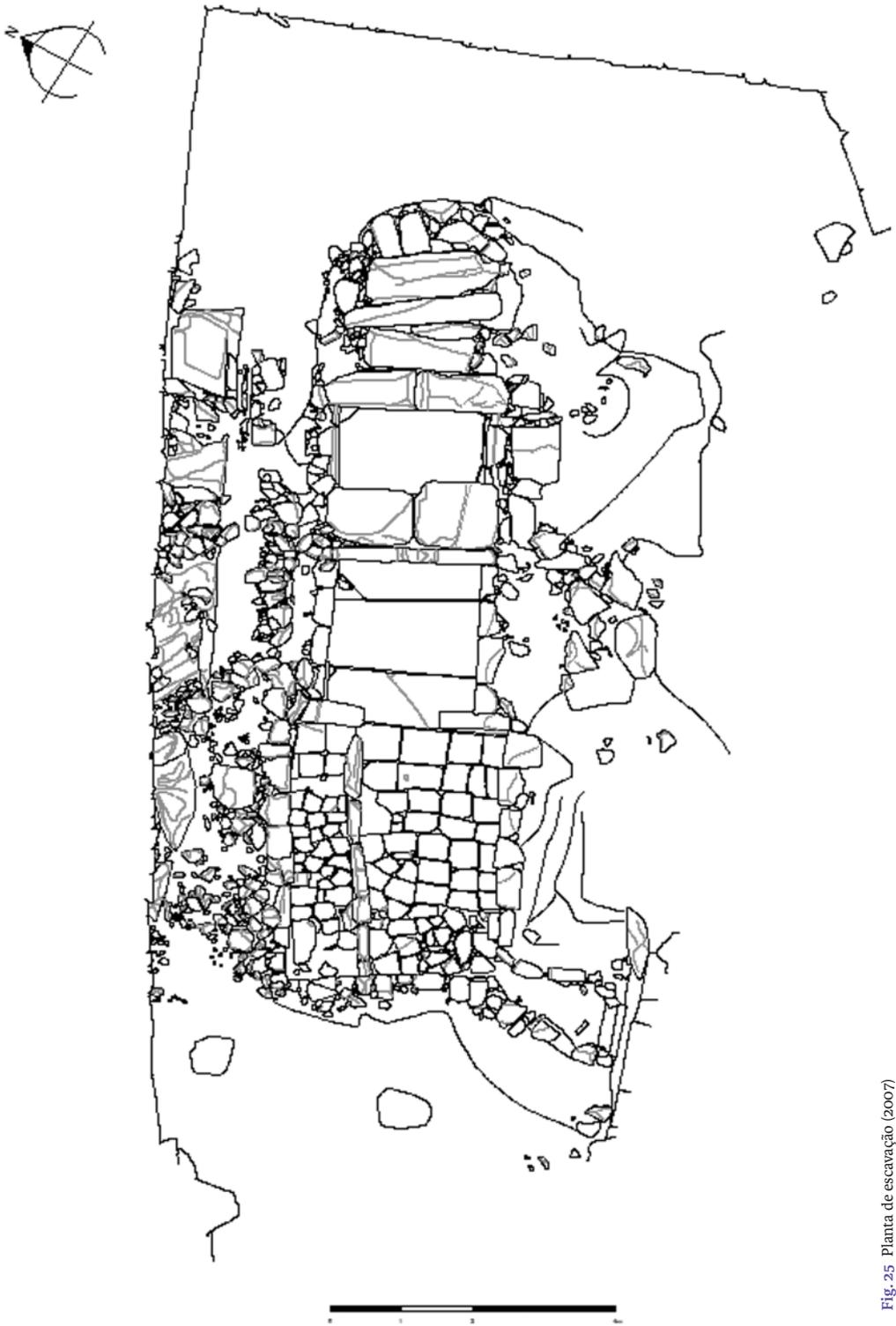


Fig. 25 Planta de escavação (2007)
(© Sociedade Martins Sarmento)

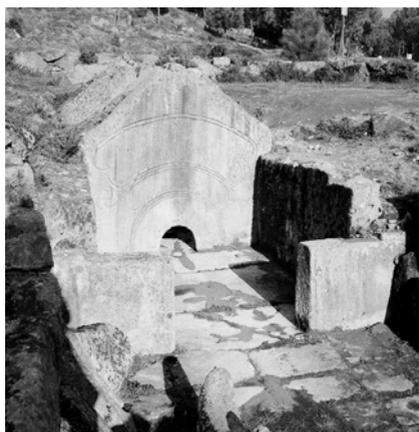


Fig. 26 Vista do monumento
(© Sociedade Martins Sarmento)



Fig. 27 Escavação para projeto de valorização do monumento (2007)
(© Sociedade Martins Sarmento)



Fig. 28 Monumento requalificado (2009)
(© Sociedade Martins Sarmento)



Fig. 29 Monumento requalificado (2009)
(© Sociedade Martins Sarmento)

dois círculos idênticos, mas de menor diâmetro, um preenchido com um tríselo dextrógiro e outro liso, nas zonas laterais, um de cada lado. Na parte inferior, no centro da estela, abre-se a entrada semicircular de acesso à câmara.

Conforme referido anteriormente, esta descoberta pôs em causa todas as hipóteses anteriormente tecidas acerca da função, origem, disposição e contextualização da primitiva Pedra Formosa, abandonando-se a hipótese até então avançada de se tratar de um altar de sacrifícios, disposto na horizontal (Cardozo, 1931a) (Cardozo, 1931b) (Cardozo, 1931c) (Cardozo, 1932a) (Cardozo, 1932b) (Cardozo, 1950).

A constatação de diversos indícios de funcionamento, de entre os quais, muitas cinzas e carvões, veio a suportar a hipótese de um monumento com funções ligadas ao fogo (Cardozo, 1931a) (Cardozo, 1931b) (Cardozo, 1931c) (Cardozo, 1932a) (Cardozo, 1932b) (Cardozo, 1950), merecendo-lhe a interpretação como “forno crematório” posto em relação com os rituais funerários castrejos.

Dimensões

Comp. máx.: 12,40m; larg. máx.: 3,10m.

Átrio: eixo long.: 3,90m; eixo trans.: 3,10m; área: 12,00m².

Tanques: comp.: 2,80m; larg.: 1,00m.

Antecâmara: eixo long.: 2,55m; eixo trans.: 2,20m.

Estela: larg.: 2,34m; alt.: 2,15m; esp.: 0,20m. Entrada larg.: 0,50m; alt.: 0,40m.

Câmara: eixo long.: 2,90m; eixo trans.: 2,20m; alt.: 2,10m.

Fornalha: eixo long.: 1,80m; eixo trans.: 2,20m; alt.: 1,70m.

Entrada larg.: 1,10m; alt.: 1,56m.

Bibliografia

(Ribeiro, 1930); (Cardozo, 1931a); (Cardozo, 1931b); (Cardozo, 1931c); (Cardozo, 1932a); (Cardozo, 1932b); (Ribeiro, 1934); (Cardozo, 1950); (García y Bellido, 1968); (Silva A. C. F., 1986); (Almagro Gorbea & Álvarez Sanchis, 1993); (Machado, 2005); (Silva A. C. F., 2007a); (Silva & Machado, 2007, pp. 50-51); (Rios González, 2017, pp. 63-70).

09 ALTO DAS QUINTÃS

LOCALIZAÇÃO

Distrito: Braga

Município: Póvoa de Lanhoso

Freguesia: Calvos (União das Freguesias de Calvos e Frades)

Coordenadas (WSG84): Lat. 41°35'26.60"N | Long. 08°16'16.89"W |

Alt. 270m

SÍTIO

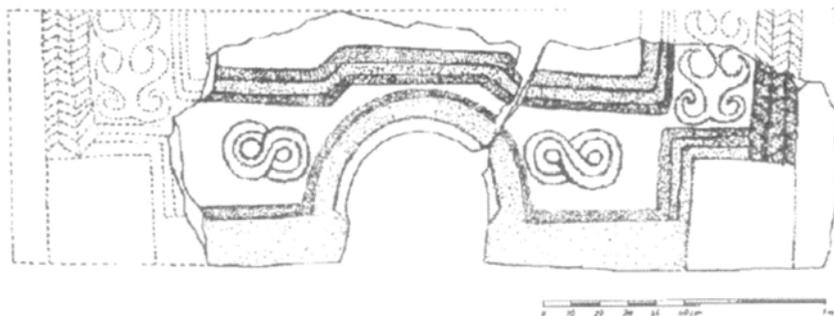
Descrição geral

Este sítio castrejo (Silva A. C. F., 2007a, pp. 127, n° 323), que ocupa toda a plataforma superior do Monte de Calvos também conhecido por Alto das Quintãs, com grande amplitude visual, era dotado de condições naturais de defesa reforçadas por um talude e um fosso, nele se registando a nascente de uma linha de água tributária da Ribeira de Pereiros afluente da margem direita do rio Ave.

Breve história da investigação e circunstâncias do achado

Alvo de assinaláveis destruições por agentes antrópicos, como as que atingiram o sistema defensivo, nunca foi objeto de qualquer escavação arqueológica programada, com exceção digna de registo para a intervenção realizada, em 2001, por A. Pereira Dinis, sequente à identificação do seu monumento balnear

Fig. 30 Desenho da estela
(© António Dinis)



(Dinis, 2002), podendo, pelos materiais de recolha superficial, caracterizar-se como da última fase da cultura castreja com uma intensa ocupação romana, em que poderá ter desempenhado papel de centralidade de mais uma unidade do território oriental dos *Bracari*.

MONUMENTO

Descrição

O balneário deste castro foi apenas identificado após a sua destruição na vertente sudoeste do povoado, junto de uma linha de água, quando foi posto a descoberto por uma retroescavadora, arrasando-o, quando se procedia a movimentação de terras em trabalhos de exploração de água, estando devidamente comprovado por diversos elementos que ficaram esparsos pelo terreno.

Dos elementos identificados contam-se: numerosas pedras pertencentes ao lajeado e guardas de um possível tanque; pedras de menor dimensão, e com marca de fogo, provavelmente pertencentes às paredes da fornalha; algumas pedras com ornamentação e “superior qualidade do trabalho da pedra”, de entre as quais dois fragmentos de uma estela tipo Pedra Formosa, que ostenta uma decoração elaborada, possuindo uma marca de encaixes de bancos da antecâmara, que teria uma entrada decorada com uma moldura simples.



Fig. 31 Fragmento da estela
(© António Dinis)

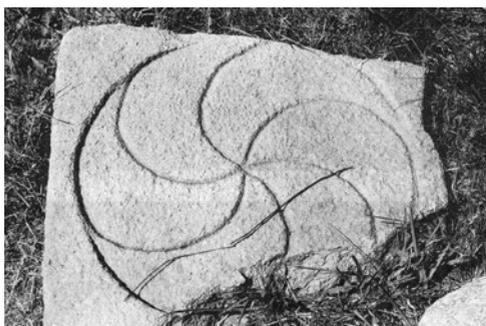


Fig. 32 Tríscolo
(© António Dinis)



Fig. 33 Fragmento da estela
(© António Dinis)

Uma pedra decorada com um tríscolo terá “integrado um painel situado no átrio” e uma pedra em forma de “peanha” deveria ter utilização ritual.

Dimensões

Estela: larg.: 2,80m. Entrada larg.: 0,50m; alt.: 0,40m.

Bibliografia

(Dinis, 2002); (Machado, 2005); (Silva A. C. F., 2007a); (Silva & Machado, 2007, pp. 54-55); (Ríos González, 2017, pp. 155-157).

10 ALTO DAS EIRAS

LOCALIZAÇÃO

Distrito: Braga

Município: Vila Nova de Famalicão

Freguesia: Pousada de Saramagos

Coordenadas (WGS84): Lat. 41°26'1.72"N | Long. 08°26'41.41"W |

Alt. 320m

SÍTIO

Descrição geral

O castro do Alto das Eiras (Silva A. C. F., 2007a, pp. 128, nº 338) está implantado no troço final da linha de alturas que desce da Serra da Cabreira, onde se incluem a serra dos Carvalhos e a da Falperra, erguendo-se num planalto dos Montes de Vermoim, protegido por um complexo sistema defensivo. Considerando a amplitude da sua dimensão, este sítio indicia ter ocupado um papel relevante na hierarquia dos povoados castrejos da região, podendo ser

considerado como “lugar central”, provavelmente santuário, da unidade étnica dos *Valabrigenses* dos *Nemetati*, tal como identificados no curso médio e final do Ave.

Breve história da investigação e circunstâncias do achado

As escavações arqueológicas realizadas até ao presente neste importante povoado castrejo ficaram circunscritas ao seu monumento balnear, situado na vertente sudoeste do castro, e que foi identificado e interpretado por F. Martins Sarmento em 23 de abril de 1880 (Sarmiento, 1999, p. 134), a ele se referindo nos seus apontamentos quando diz que *“A meia encosta... Ao pé do rego, e talvez não a muita distância da nascente de água, havia uns restos de construção cônica igual à do “forno dos Mouros da Saia”.*

Redescoberto em 1990 por F. Queiroga e A.P. Dinis (Queiroga & Dinis, 2008-2009), aí procederam à sua escavação, cujas ruínas revelaram um monumento singular, com uma magnífica “Pedra Formosa”, que se encontra exposta na Casa do Território, no Parque da Devesa, Vila Nova de Famalicão, onde também se pode observar a reconstituição do monumento segundo o projeto de arqueologia experimental, de base etnoarqueológica, que esteve em exposição no Museu Nacional de Arqueologia em 2007 (Silva A. C. F., 2007b).

MONUMENTO

Descrição

A estrutura balnear do Alto das Eiras segue genericamente a tipologia característica dos balneários da área meridional castreja.

À entrada, reconhece-se um espaço aberto, delimitado por um muro baixo, seguido de um átrio exento, de planta subretangular, mostrando um imponente lajeado, com tanque do lado esquerdo.

Seguem-se duas câmaras complementares, de planta e construção análogas, de monólitos nas paredes e na cobertura, em duas águas, separadas por uma estela profusamente decorada, com uma passagem semicircular na parte inferior, que emblematiza este monumento com a designação de “Pedra Formosa”.

A ornamentação da estela é constituída por uma concentração impressionante de motivos geométricos estilizados, em composição simétrica em alto e baixo-relevo: em corda simples, repartida em espinha para ambos os lados, orlando a passagem inferior; em corda dupla, formando espinha a dividir verticalmente a estela, sobre o eixo central; abrindo em corda tripla, emoldurando horizontalmente a estela. Nos campos inferiores, figuram motivos cruciformes, de simbologia cosmogónica, com correspondência aos motivos heliolátricos da parte superior, sugeridos pelo fragmento avulso. O espaço médio é totalmente preenchido por séries de SS encadeados.

Ao fundo, a fornalha, que comunicava com a câmara por uma entrada larga, flanqueada por dois esteios a servir de ombreiras, de planta subcircular,



Fig. 34 Vista geral da escavação
(© Francisco Queiroga)

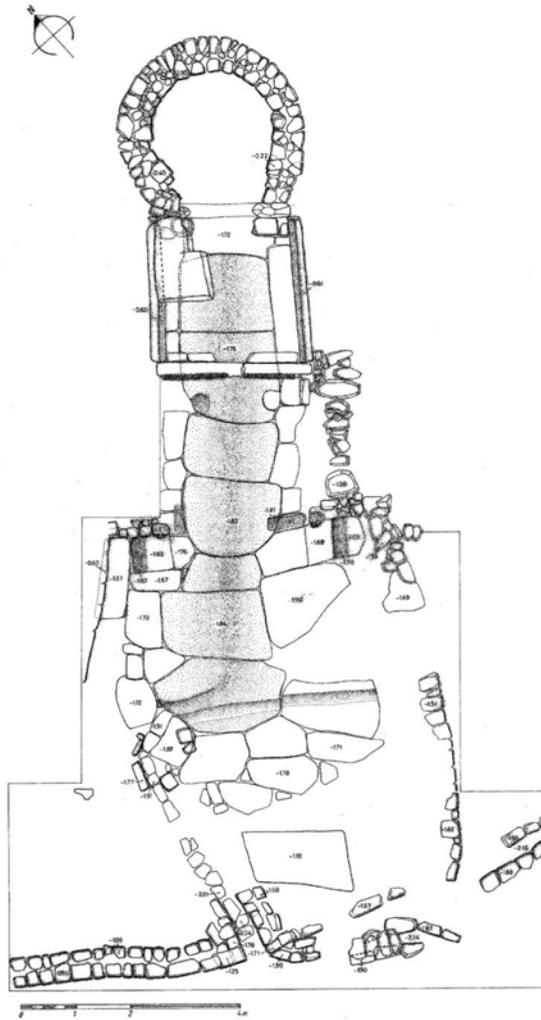


Fig. 35 Planta
(© António Dinis, Francisco Queiroga)

com paralelos na generalidade dos monumentos, mas mais semelhante ao de Sanfins, Roques e Augas Santas.

Dimensões

Comp. máx.: 16,20m; larg. máx.: 5,15m.

Átrio: eixo long.: 3,12m; eixo trans.: 4,63m.

Antecâmara: eixo long.: 3,10m; eixo trans.: 3,00m.

Estela: larg.: 2,80m; alt.: 1,78m; esp.: 0,25/0,35m.

Entrada larg.: 0,49m; alt.: 0,42m.

Câmara: eixo long.: 2,68m; eixo trans.: 2,50m.

Fornalha: eixo long.: 2,45m; eixo trans.: 2,40m; alt.: 2,20m.

Entrada larg.: 1,18m.

Bibliografia

(Sarmiento, 1999); (Queiroga F. M., 1992); (Dinis, 1993); (Silva A. C. F., 1986); (Silva A. C. F., 2007a); (Almagro Gorbea & Álvarez Sanchis, 1993); (Machado, 2005); (Silva & Machado, 2007, pp. 42-43); (Queiroga & Dinis, 2008-2009); (Silva, Machado, & Lobato, 2011); (Ríos González, 2017, pp. 122-130).

11 CASTRO DE VERMOIM

LOCALIZAÇÃO

Distrito: Braga

Município: Vila Nova de Famalicão

Freguesia: Vermoim

Coordenadas (WGS84): Lat. 41°25'46.56"N | Long. 08°27'8.85"W |
Alt. 305

SÍTIO

Descrição geral

O Castro de Vermoim (Silva A. C. F., 2007a, pp. 128, nº 337) está localizado na mais imediata proximidade do Alto das Eiras, em privilegiada situação estratégica dos Montes de Vermoim, que ocupa uma proeminência da Serra do Carvalho, em posicionamento topográfico de excelente visibilidade para o vale fértil do rio Pele. Com boas condições naturais de defesa, era dotado de um forte sistema defensivo, de que se reconhece um recinto definido por uma muralha, reforçado do lado mais vulnerável, o norte, por um conjunto de três taludes e três fossos.

A sua posterior ocupação medieval está comprovada historicamente pela *Chronica Gothorum*, que refere a incursão normanda, datada de 6 de setembro de 1016, ao Castelo de Vermoim.



Fig. 36 Fecho da formalha
(© Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão; Gabinete de Arqueologia)



Fig. 37: Lintel
(© Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão; Gabinete de Arqueologia)

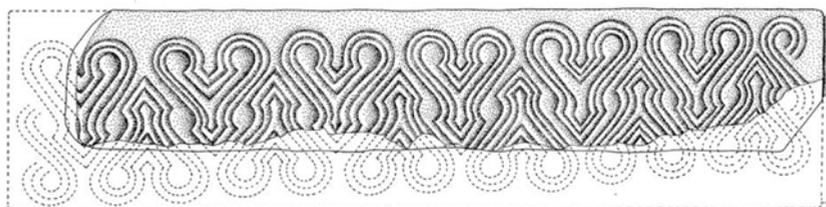


Fig. 38: Reconstituição
(© António Dinis; Francisco Queiroga)



Breve história da investigação e circunstâncias do achado

Identificado por Francisco Martins Sarmento em 1880 (Sarmento, 1999, p. 1722), o Castro de Vermoim só viria a ser objeto de escavações arqueológicas, dirigidas por Francisco Queiroga, a partir de 1982. Os dados arqueológicos evidenciaram a ocupação do sítio entre os séculos III/II a.C. e a época de Augusto e a reocupação medieval.

A referida proximidade ao Castro das Eiras e a identificação (posteriormente comprovada por escavações arqueológicas) de um imponente monumento e sua Pedra Formosa, originaram uma imediata, mas inequívoca, associação de diversos achados (cuja plástica as associam claramente a balneários), ao dito povoado. Uma reinterpretação dos dados (2005) e o aparecimento de novos achados (2007), viria a contribuir para a identificação de um monumento também associado ao Castro de Vermoim.

MONUMENTO

Descrição

Uma pedra ornamentada que se encontrava numa casa perto da Quinta da Breia, e adquirida por F. Martins Sarmento por ocasião da visita aos montes de Vermoim em 23 de Abril de 1880, e que aparece associada ao monumento do Alto das Eiras, em virtude da sua proximidade geográfica e composição ornamental de SS encadeados e contrapostos formando dez conjuntos de “liras”, poderá indicar a existência de outro balneário (Machado 2005, 31-33), que teria a sua localização no sopé do Castro de Vermoim, apoiando a referência antiga de Sarmento ao relatar que “a trouxeram do alto, do fundo do campo alagadiço que fica a Sudoeste do «Cotouto» (Castelo de Vermoim)” (Sarmento, 1999, p. 130).

Esta nova sugestão tem por base o achado por nós feito no ano de 2007 de uma tampa subcircular com buraco central, em tudo congénere a outros fechos de fornalhas de balneários castrejos.

Dimensões

Pedra decorada: larg.: 2,95m; alt.: 0,56m; esp.: 0,29m.

Fornalha fecho: comp: 0,75m; larg.: 0,78m; esp. méd.: 0,20m;
orifício central: 0,20m.

Bibliografia

(Sarmento, Antiqua, 1999); (Silva A. C. F., 1986); (Dinis, 1993); (Almagro Gorbea & Álvarez Sanchís, 1993); (Machado, 2005); (Silva A. C. F., 2007a); (Silva & Machado, 2007, pp. 38-39); (Ríos González, 2017, pp. 160-161).

12 CASTRO DO MONTE PADRÃO

LOCALIZAÇÃO

Distrito: Porto

Município: Santo Tirso

Freguesia: Monte Córdova

Coordenadas (WSG84): Lat. 41°18'38.11"N | Long. 08°27'5.20"W |

Alt. 365m

SÍTIO

Descrição geral

Este castro (Silva A. C. F., 2007a, pp. 134, nº 421) está implantado num esporão rochoso da serra de monte Córdova, conhecido por Monte Padrão, que se localiza na área limite das bacias hidrográficas dos rios Ave, para norte, e Leça, para sul, nas proximidades da Citânia de Sanfins, de que seria subsidiário.



Fig. 39 Vista geral do local de implantação do balneário castrejo do Monte Padrão
(© Álvaro Brito Moreira)



Fig. 40 Vista geral da vala de sondagem após a identificação dos elementos estruturantes do edifício
(© Álvaro Brito Moreira)



Fig. 41 Pormenor do interior do tanque onde é visível o afloramento que configura o fundo
(© Álvaro Brito Moreira)

As sequências estratigráficas das suas escavações evidenciam uma longa ocupação desde os finais da Idade do Bronze até aos finais do século XVII, com mais expressão na fase final da cultura castreja, já sob influência e domínio romano, a que corresponderá o período de construção do monumento balnear, a que se sobrepôs na plataforma superior uma nova fase identificada por duas *domus* datáveis do tempo de Tibério/Cláudio à primeira metade do século II.

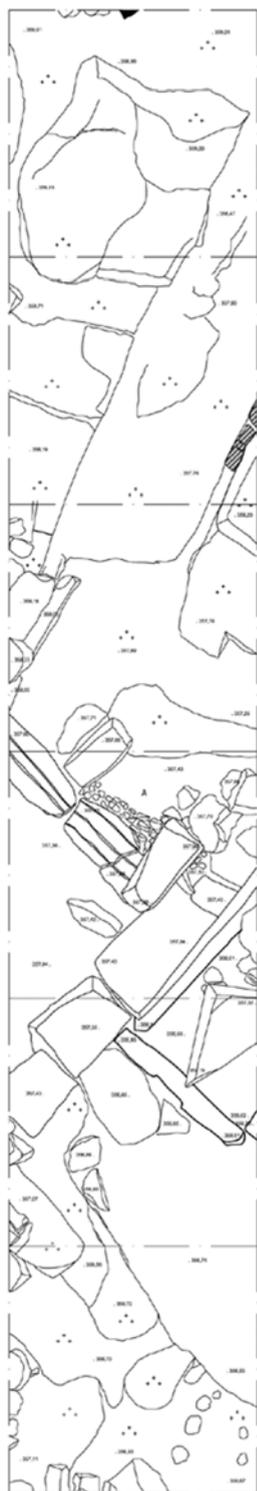


Fig. 42 Levantamento planimétrico da sondagem
(© Álvaro Brito Moreira)

Breve história da investigação e circunstâncias do achado

Conhecido por referências antigas, nele foram realizadas as primeiras escavações arqueológicas a cargo de C. M. Faya Santarém em meados do século passado e, mais recentemente, de modo sistemático, dirigidas por Álvaro Brito Moreira, segundo um projeto de investigação científica regional, que identificou o balneário castrejo, em 2007, no âmbito da realização de sondagens de avaliação do potencial arqueológico da área periférica ao povoado.

MONUMENTO

Descrição

O edifício localiza-se no remate da plataforma intermédia da face sudoeste do castro, cuja topografia configura uma área de transição entre a acrópole e as plataformas inferiores do povoado. A sua implantação concretiza-se numa pequena depressão, modelada por um desnível natural recortado em torno de uma nascente permanente, em conformidade com a inserção deste tipo de monumentos, geralmente localizados na proximidade de linhas de água ou de nascentes nas zonas baixas dos povoados, relacionando-se diretamente com o abastecimento dos banhos de água fria e de produção de vapor.

Ao significado científico e patrimonial da sua identificação, um dos poucos exemplares descoberto através de escavação planeada (não integral, a qual ainda não aconteceu até à data), acresce o facto de, aparentemente, o monumento se encontrar bem conservado, como sugere o estado de preservação dos elementos arquitetónicos identificados, a topografia da envolvente e as estratigrafias

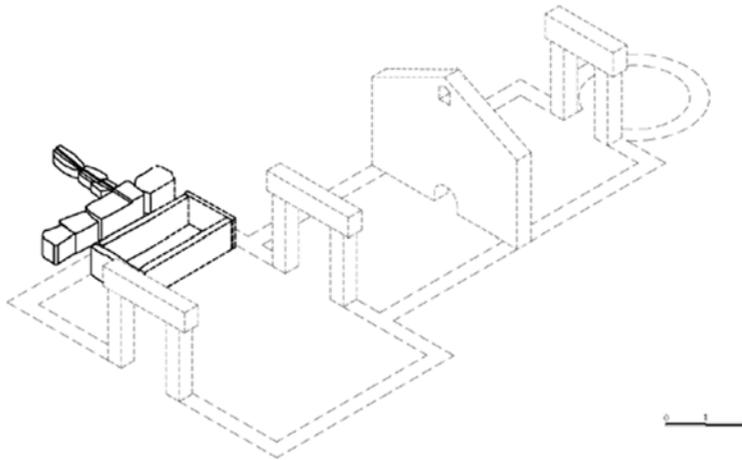


Fig. 43 Extrusão dos elementos identificados sobre o esquema de implantação do edifício com representação dos eventuais elementos estruturantes
(© Álvaro Brito Moreira)

associadas, perspetivando a sua escavação um importante contributo para o conhecimento da cronologia, estrutura arquitetónica e dinâmica operacional deste tipo de equipamentos.

A observação da sua implantação e das estruturas já reveladas, ainda que incoativas, apontam para um certo ar de família com o monumento da Citânia de Sanfins, em cuja área de influência se inscreve o Monte Padrão.

Bibliografia

(Silva A. C. F., 1986); (Silva A. C. F., 2007a); (Ríos González, 2017, pp. 142-144); (Moreira, 2010-2011).

13 CITÂNIA DE SANFINS

LOCALIZAÇÃO

Distrito: Porto

Município: Paços de Ferreira

Freguesia: Sanfins de Ferreira (União das Freguesias de Sanfins, Lamoso e Codessos)

Coordenadas (WGS84): Lat. 41°19'16.58"N | Long. 08°23'18.37"W |
Alt. 520m

SÍTIO

Descrição geral

A Citânia de Sanfins (Silva A. C. F., 2007a, pp. 134, nº 424) é, com a Citânia de Briteiros, uma das estações arqueológicas mais significativas da cultura castreja do Noroeste peninsular e da Proto-história europeia.

Ocupando uma colina com extensa plataforma central, aparece integrada no perímetro de montanhas de meia altitude, com afloramentos graníticos vindos desde a serra da Agrela em direção a Norte. Daqui se abarca toda a região de Entre-Douro-e-Minho, o que terá funcionado como fator de ordem estratégica determinante para a sua implantação e desenvolvimento, conferindo-lhe uma posição de lugar central no quadro da rede de povoamento regional, em que poderá ter desempenhado funções de capitalidade de uma unidade dos *Calaeci*, designada como *Fiduenae* numa inscrição rupestre situada extramuros.

A zona escavada apresenta um forte sistema defensivo, de várias ordens de muralhas, que envolve uma área superior a 15 ha, e uma apreciável organização proto-urbana de estrutura regular com arruamentos ortogonais e mais de centena e meia de construções de planta circular e quadrangular agrupadas em cerca de 40 conjuntos de unidades domésticas.

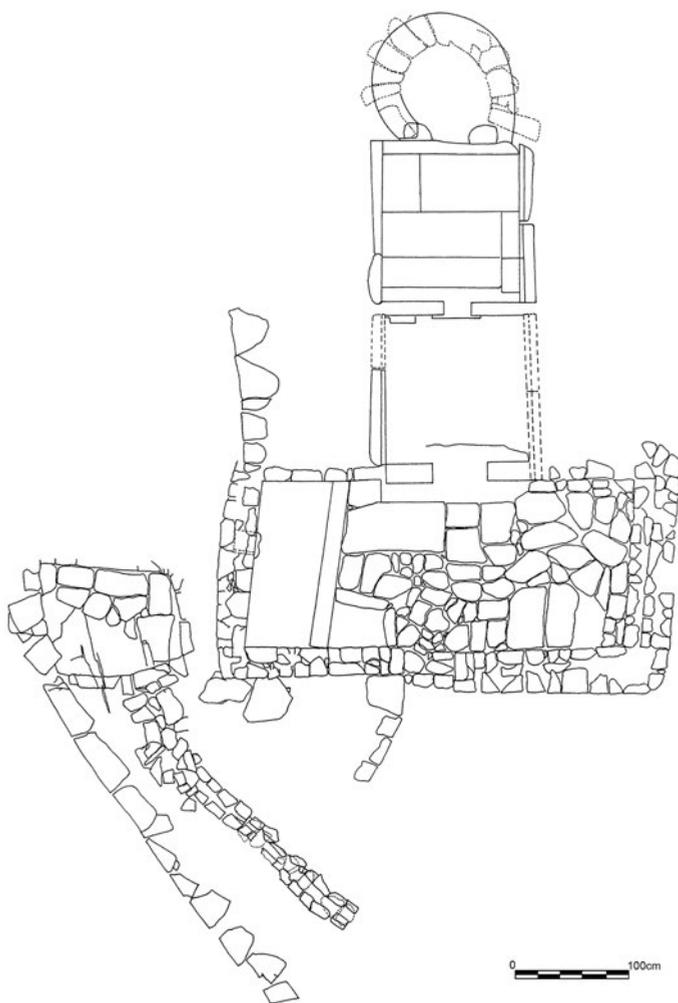


Fig. 44 Planta (1993)
(© Armando Coelho F. da Silva)



Fig. 45 Vista geral
(© Armando Coelho F. da Silva)

Sobressai como monumento singular, pelo seu aparato e técnica construtiva, um balneário castrejo, situado no sopé do povoado abastecido por uma nascente de água, e onde tinham lugar banhos de vapor e água fria para ritos iniciáticos e de purificação.

Breve história da investigação e circunstâncias do achado

Com referências históricas a partir do século XVIII, tornou-se campo privilegiado de investigação desde os tempos pioneiros da Arqueologia nacional, tendo sido as escavações sistemáticas iniciadas em 1944 por Eugénio Jalhay, que contou com a colaboração de Afonso do Paço desde 1946, que as prosseguiu até 1967, e que foram posteriormente continuadas por Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1972-74) e, desde 1977, por Armando Coelho Ferreira da Silva e Rui Manuel Sobral Centeno, professores de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

A cronologia geral deste povoado, com antecedentes de ocupação por determinar, enquadra-se essencialmente no séc. I a.C. até aos finais do séc. I d.C. com pervivências durante o domínio romano bem documentadas na zona da acrópole, onde na Idade Média se implantou um cemitério cristão associado a uma ermida, de que restam vestígios.

O balneário castrejo está localizado na encosta sudoeste da Citânia, sendo já do conhecimento de D. Jerónimo Contador de Argote (Argote, 1732-34, pp. 465-467), onde descreve que *“em hum valle alli perto se descobriu huma grande cova, que estava tapada com huma grande pedra redonda, a qual tem no alto hum orificio quadrado, e na parte inferior tinha outro, guarnecido com hum cordão. A cova é fechada de abóbada, e feita de boa esquadria, e continua para dentro sem lhe descobrir fim. Na mesma parte se vê hum grande*

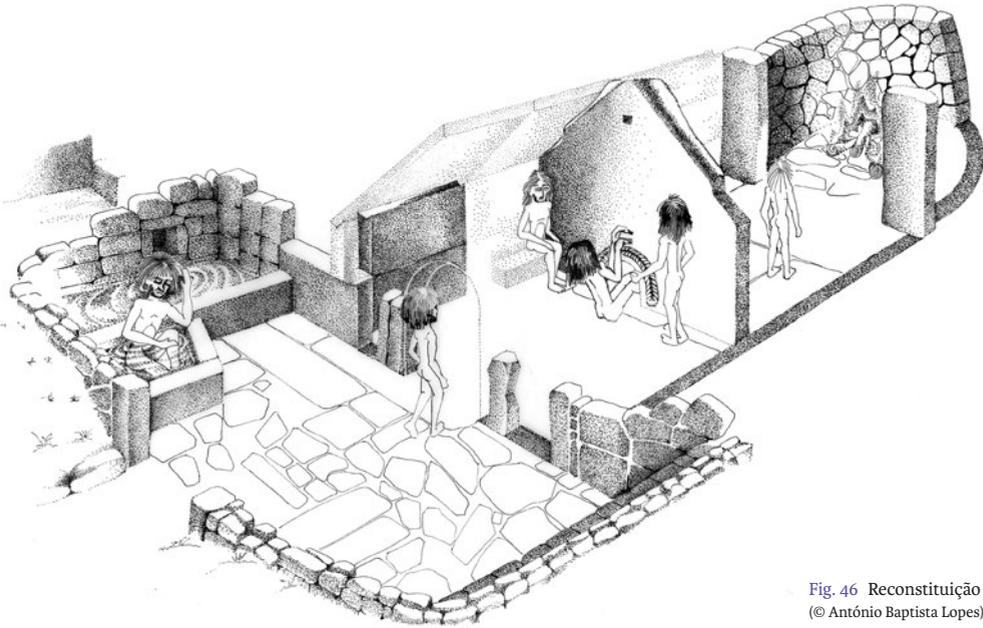


Fig. 46 Reconstituição
(© António Baptista Lopes)

lagedo, e no meyo delle hum grande buraco redondo, por onde cabe huma bola de jogo, e desce com tanta profundidade, que nem pela estimativa se lhe percebe o fundo”.

Em local já referenciado por E. Jalhay e A. Paço, foi praticamente redescoberto por ocasião de um incêndio ocorrido em 1969, que o deixou limpo de vegetação, tendo sido objeto de escavações arqueológicas dirigidas por C. A. F. Almeida em 1972-1973 (Almeida C. A., 1974).

MONUMENTO

Descrição

A escavação arqueológica revelou o conjunto das suas estruturas, compostas por um átrio exento, de planta retangular com tanques, antecâmara e câmara, soterradas e com cobertura em duas águas, separadas por uma estela decorada com uma corda, em relevo, sobre a passagem inferior, a fornalha em falsa cúpula e ainda uma nascente de água com canalizações para o balneário e para uma fonte de mergulho associada.

Na campanha de valorização patrimonial aí realizada em 1993-1994 (A. C. F. Silva – R. M. S. Centeno) foram descobertos numerosos seixos calcinados procedentes das campanhas anteriores, confirmando uma interpretação sem reservas sobre o seu carácter balnear, de acordo com os resultados de outras escavações em monumentos congéneres.

Dimensões

Comp. máx.: 11,30m; larg. máx.: 6,30m.

Átrio: eixo long.: 2,80m; eixo trans.: 6,60m; área: 18,48m².

Tanques: comp.: 2,90/1,00m; larg.: 1,10/0,90m; alt.: 0,50m.

Antecâmara: eixo long.: 2,30m; eixo trans.: 2,48m.

Estela: larg.: 2,53m; alt.: 2,12m; esp.: 0,20m. Entrada larg.: 0,47m; alt.: 0,47m.

Câmara: eixo long.: 2,72m; eixo trans.: 2,48m.

Fornalha: eixo long.: 2,30m; eixo trans.: 2,70m; alt.: 1,80m.

Entrada larg.: 1,12m.

Bibliografia

(Argote, 1732-34); (Almeida C. A., 1974), (Silva A. C. F., 1986); (Almagro Gorbea & Álvarez Sanchís, 1993); (Machado, 2005); (Silva A. C. F., 2007a); (Silva & Machado, 2007, pp. 40-41), (Ríos González, 2017, pp. 101-108).

14 FREIXO (TONGOBRIGA)

LOCALIZAÇÃO

Distrito: Porto

Município: Marco de Canaveses

Freguesia: Marco

Coordenadas (WSG84): Lat. 41° 9'43.72"N | Long. 08° 8'48.89"W |

Alt.310m

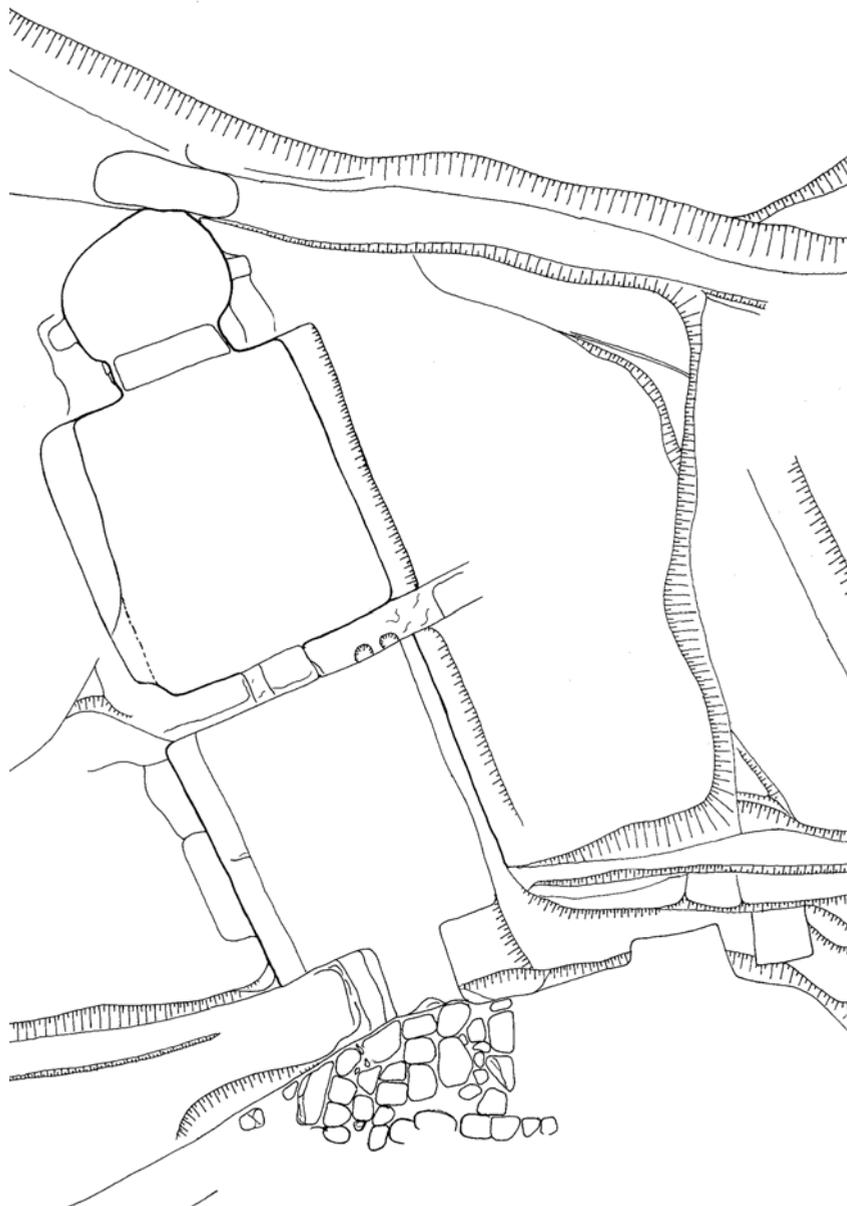
SÍTIO

Descrição geral

Este importante centro urbano romano, com origens castrejas, e paróquia medieval (Silva A. C. F., 2007a, pp. 139, n° 496) mostra uma extensa área descoberta, de que sobressai, para o lado E de um núcleo de penhascos de granito, uma imensa plataforma central, tipo fórum romano, e como tal interpretado, associado a umas termas, formando um conjunto de construção de época flaviana. Nas proximidades, para W, notam-se vestígios de um eventual teatro e, do outro lado, encontra-se área habitacional, com *domus* romanas. A área da necrópole romana está localizada, do lado oposto, fora dos limites urbanos.

Alguns vestígios de construções castrejas, de planta circular, subjazem aos edifícios romanos, sendo notável o seu balneário castrejo, cavado na rocha, desativado e substituído pelas termas romanas. A referência epigráfica ao *Genio Tongobrigensium* e o aparecimento nas termas romanas de uma ara dedicada a *Fortuna* sugerem a possibilidade de interpretar o topónimo indígena deste

Fig. 47 Planta
(© Lino Augusto Tavares Dias)



sítio como relacionado com a prática de rituais de iniciação, que originariamente teriam lugar no balneário/sauna castrejo.

Um mosaico paleocristão encontrado no chão da Igreja paroquial é a principal referência da paróquia altimedieval de *Tongobria* constante do *Parochiale Suevicum* ou *Divisio Theodimiri*.

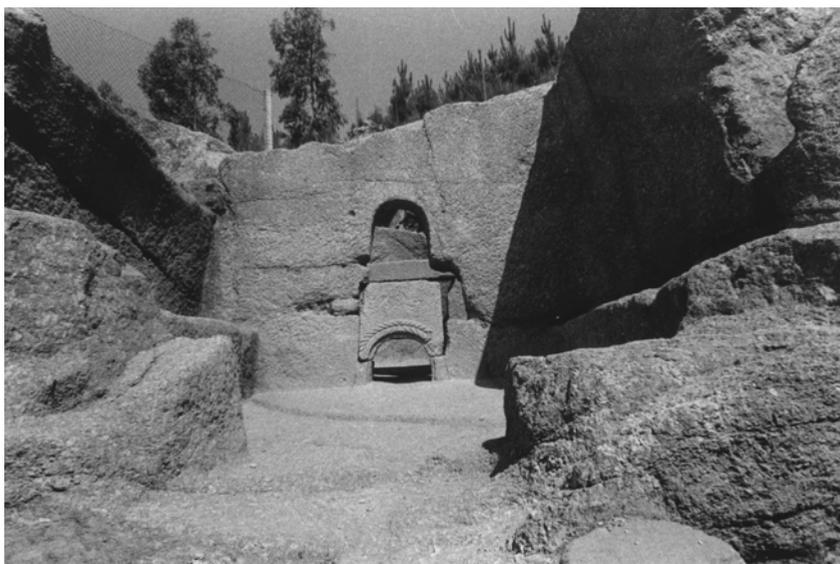


Fig. 48 Antecâmara e estela
(© Lino Augusto Tavares Dias)

Breve história da investigação e circunstâncias do achado

Com referências avulsas anteriores, designadamente referentes a achados epigráficos, a escavação sistemática deste sítio foi iniciada em 1980 por Lino Augusto Tavares Dias, que a constituiu como matéria da sua tese de doutoramento (Dias 1997), prosseguindo até à atualidade pela Escola Profissional de Arqueologia anexa a esta Área Arqueológica do Freixo

O monumento balnear castrejo foi identificado nestas escavações, em 1984, num local designado de “Capela dos Mouros” e onde já F. Martins Sarmiento e Mário Cardozo sugeriam a possibilidade de neste sítio ter havido um monumento deste tipo “e que provavelmente pertenceria... à série de monumentos do tipo do Forno da Saia” (Cardozo, 1950, pp. 104, nota 1).

MONUMENTO

Descrição

O balneário castrejo do Freixo (*Tongobriga*) apresenta como particularidade excecional o facto de ser esculpido no afloramento granítico.

Apesar de danificado na zona frontal, poderá considerar-se, com os monumentos de Galegos, Sanfins e Briteiros, como um dos exemplares mais completos, possuindo a quase totalidade dos elementos que geralmente aparecem neste tipo de construções.

Com efeito, à exceção do átrio, que não seria hipogeu, teria as duas câmaras cobertas em duas águas, como na generalidade destes monumentos e uma fornalha de planta subcircular.

À estela, que normalmente existe dividindo a câmara da antecâmara, e que não teria decoração, provavelmente devido à dificuldade do trabalho de

por menor que a decoração exigia, foi-lhe, à semelhança do monumento de Galegos, posteriormente aplicado um elemento externo decorado, formado por uma pedra com um simples cordão à semelhança da estela de Sanfins, que enquadrava a passagem inferior.

Segundo os resultados das escavações arqueológicas aí efetuadas, o monumento deverá situar o seu uso pleno até “ao último quartel do séc. I d.C.” (Dias, 1997, p. 34).

Dimensões

Comp. máx.: 9,00m; larg. Máx.: 3,20m.

Antecâmara: eixo long.: 3,00m; eixo trans.: 3,00m; alt.: 2,40m.

Estela: larg.: 3,20m; alt.: 2,40m; esp.: 0,36m. Entrada larg.: 0,48m; alt.: 0,42m.

Câmara: eixo long.: 3,10m; eixo trans.: 3,00m; alt.: 2,20m.

Fornalha: eixo long.: 1,50m; eixo trans.: 1,80m; alt.: 2,00m.

Entrada larg.: 1,20m.

Bibliografia

(Cardozo, 1950); (Silva A. C. F., 1986); (Almagro Gorbea & Álvarez Sanchís, 1993); (Dias, 1997); (Machado, 2005); (Silva A. C. F., 2007a); (Silva & Machado, 2007, pp. 34-35); (Ríos González, 2017, pp. 115-122).

15 CASTRO DE RIBALONGA

LOCALIZAÇÃO

Distrito: Vila Real

Município: Alijó

Freguesia: Ribalonga (União das Freguesias de Pópulo e Ribalonga)

Coordenadas (WSG84): Lat. 41°21'32.70"N | Long. 07°30'0.51"W |

Alt. 650m

SÍTIO

Descrição geral

O Castro de Ribalonga (Silva A. C. F., 2007a, pp. 153, nº 702) é um pequeno povoado fortificado implantado numa lomba granítica, com boas condições naturais de defesa e amplitude de horizonte visual, de que resta apenas um reduzido troço de maralha do recinto superior, em grande parte destruído pela construção da capela de Santa Bárbara e outros agentes antrópicos. Faria certamente parte da rede de povoamento castrejo regional, na órbita do vizinho e monumental Castro do Pópulo (Silva A. C. F., 2007a, pp.



Fig. 49 Entrada da antecâmara
(© João Parente)

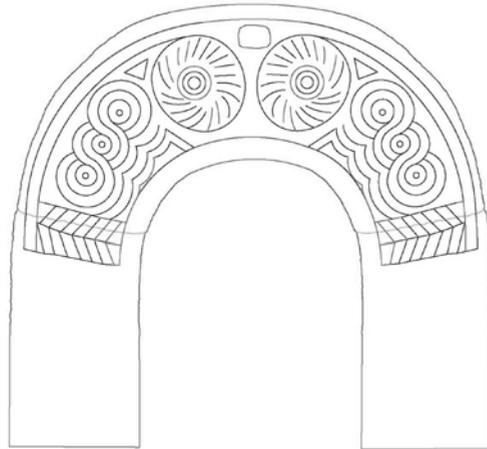


Fig. 50 Reconstituição
(© Armando Coelho F. da Silva; João Machado)

153, nº 701) , que desempenharia o papel de “lugar central” de uma unidade dos *Lapiteae*, epigraficamente registados em Panoias, ou dos *Aliobrigenses*, com capital de o Castro de Cidadelhe, em Mesão Frio, junto ao Douro.

Breve história da investigação e circunstâncias do achado

Este castro nunca foi objeto de trabalhos arqueológicos e a referência a uma estrutura balnear castreja fica a dever-se à descoberta de um monólito com decoração característica da gramática decorativa castreja, num local com muita água, situado junto a um caminho, que avança desde o sopé do castro, descoberta e identificada e valorizada por J. Parente no quadro do Museu de Arqueologia e Numismática de Vila Real (Parente, 2003, pp. 114-116).

MONUMENTO

Descrição

O monólito descoberto, que está fraturado em duas peças, ricamente decoradas, poderia constituir a metade esquerda da entrada da antecâmara, em arco, de um possível balneário castrejo como o monumento de Galegos.

Com altura interna de 1.59m, e a ornamentação apresenta um conjunto de três motivos decorativos, sendo o da parte superior formado por um desenho heliolátrico, com vinte e um raios dextrógiros partindo de uma cavidade central côncava e enquadrado por um círculo externo de 0.50m de diâmetro, seguido de uma série de três círculos encadeados e de um motivo em espiga na parte inferior, interpretáveis com referentes simbólicos da tríade indo-europeia da soberania, força e fecundidade.

Vestígios desta decoração na parte superior fazem supor a simetria da sua reprodução na outra metade em falta.

Dimensões

Entrada da antecâmara: alt. interna: 1,59m.

Bibliografia

(Parente, 2003); (Silva & Maciel, 2005); (Machado, 2005); (Silva A. C. F., 2007a); (Silva & Machado, 2007, pp. 36-37); (Ríos González, 2017, pp. 38-41).

16 MONTE CASTRO

LOCALIZAÇÃO

Distrito: Aveiro

Município: Castelo de Paiva

Freguesia: Santa Maria de Sardoura

Coordenadas (WSG84): Lat. 41° 3'39.26"N | Long. 08°18'10.45"W |
Alt. 200m

SÍTIO

Descrição geral

O Castro de Sardoura (Silva A. C. F., 2007a, pp. 159, n° 793) está implantado num amplo morro conhecido como Monte Castro, voltado ao Douro, na sua margem esquerda, junto à foz do Paiva. Sendo dotado de uma razoável amplitude de horizonte visual, sobretudo para norte e nascente, e com notórios vestígios de estruturas defensivas, poder-se-á caracterizar como “lugar central” da unidade que ocupava o quadrante nordeste do território dos *Turduli Veteres*.

Breve história da investigação e circunstâncias do achado

Sem nunca ter sido objeto de investigação arqueológica programada, é relativamente significativo o conjunto de materiais deste castro sobretudo recolhidos por ocasião de trabalhos agrícolas, que indicam uma ocupação sistemática desde o Bronze Final à época romana.

O balneário deste sítio foi justamente posto a descoberto no sopé do Monte Castro, aquando de uma remoção de terras “para seguidamente construir um elevado muro de suporte do socalco que hoje está transformado em terreno de cultura” (Cardozo, 1949).

A notícia da sua descoberta foi dada a conhecer na publicação de Maria Rosa Moreira de Pinho, então estudante da Universidade de Coimbra (Pinho, 1946), e divulgada por Russell Cortez (Cortez, 1948, p. 279), numa comunicação sobre a atividade arqueológica em Portugal do ano de 1947, como “*un frontón de templo funerário (sic) idéntico al de Briteiros, a pesar de no presentar la piedra ninguna ornamentación*”, sendo posteriormente publicada por Mário Cardozo (Cardozo, 1949).



Fig. 51 Estela
(© Mário Cardozo)



Fig. 52 Estela
(© Armando Coelho F. da Silva)



Fig. 53 Trabalhos de desaterro, mostrando a grande profundidade a que se encontrava o monumento
(© Mário Cardozo)

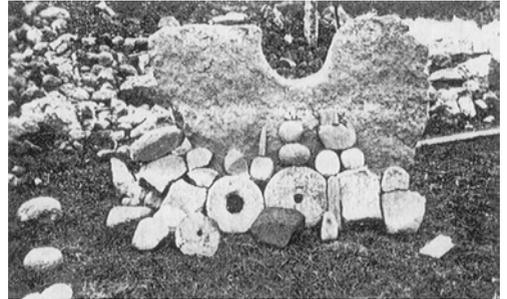


Fig. 54 Estela e outros objetos encontrados na escavação
(© Mário Cardozo)

MONUMENTO

Descrição

Aquando da sua descoberta, o monumento foi praticamente todo arrastado, tendo-se, no entanto, recolhido o espólio arqueológico que restou da destruição, em particular, a estela de divisão entre a antecâmara e a câmara, que não possui qualquer decoração.

Este monólito granítico reproduz a forma comum, neste caso, subtrapezoidal, com a abertura de passagem, sendo a sua simplicidade reveladora de arcaísmo.

Segundo a informação do Sr. Correia de Melo, ele “encontrava-se coberto por uma alta camada de terras de aluvião, soterrado a uns 6 a 7 metros de profundidade” (Cardozo 1949), facto que reforça o carácter hipogeu destes edifícios.

O monumento e a estela foram, desde as primeiras informações, interpretadas à maneira tradicional, associados como “*um caso idêntico ao da «Pedra Formosa», originária da Citânia de Briteiros... pela maneira como foi encontrado na posição vertical, com a abertura voltada para baixo e pequenas pedras encostadas ... que devia ter sido a testeira dum forno crematório*” (Pinho 1946, 52).

O local onde foi exumada a estela apresentava inúmeros indícios de funcionamento do monumento, nomeadamente cinzas.

Dimensões

Estela: largura: 1,39m; altura: 1,85m; espessura: 0,22m.

Entrada larg.: 0,30m; alt.: 0,25m.

Bibliografia

(Pinho, 1946); (Cortez, 1948); (Cardozo, 1949); (Silva A. M., 1994, p. 53); (Silva A. C. F., 1986); (Almagro Gorbea & Álvarez Sanchis, 1993); (Machado, 2005); (Silva A. C. F., 2007a); (Silva & Machado, 2007, pp. 32-33); (Ríos González, 2017, pp. 151-154).

BIBLIOGRAFIA

- Almagro Gorbea, M., & Álvarez Sanchis, J. R. (1993). La “sauna” de Ulaca: saunas y baños iniciáticos en el mundo céltico. *Cuadernos de Arqueología de la Universidad de Navarra*(1), pp. 177-232.
- Almeida, C. A. (1974). O monumento com forno de Sanfins e as escavações de 1973. *III Congresso Nacional de Arqueologia*, (pp. 149-172). Porto.
- Almeida, C. A. (1996). *Povoamento romano do Litoral Minhoto entre o Cavado e o Minho* (Vol. 3). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Diss. Doutoramento, policop.).
- Almeida, C. A., & Soeiro, T. (1980). Sondagens nos castros de Abade de Neiva e Roriz/Oliveira (Barcelos, 1978). *Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, 2, pp. 29-35.
- Argote, J. C. (1732-34). *Memórias para a história eclesiástica do Arcebispado de Braga*. Lisboa.
- Argote, J. C. (1738). *De antiquitatibus conventus bracaraugustani*, 4. Lisboa.
- Brito, M. J. (1908). Achados de moedas romanas. *O Arqueólogo Português*(XIII), pp. 94-98.
- Cardozo, M. (1928-29). A Pedra Formosa. *Revista de Guimarães*(38), pp. 139-152.
- Cardozo, M. (1931a). A última descoberta arqueológica na Citânia de Briteiros e a interpretação da «Pedra Formosa». I.ª Parte. *Revista de Guimarães*(41 (1-2)), pp. 55-60.
- Cardozo, M. (1931b). A última descoberta arqueológica na Citânia de Briteiros e a interpretação da «Pedra Formosa». II.ª Parte. *Revista de Guimarães*(41 (3)), pp. 201-209.
- Cardozo, M. (1931c). A última descoberta arqueológica na Citânia de Briteiros e a interpretação da «Pedra Formosa». III.ª Parte. *Revista de Guimarães*(41 (4)), pp. 250-260.
- Cardozo, M. (1932a). A última descoberta arqueológica na Citânia de Briteiros e a interpretação da «Pedra Formosa». IV.ª Parte. *Revista de Guimarães*;(42 (1-2)), pp. 7-25.
- Cardozo, M. (1932b). A última descoberta arqueológica na Citânia de Briteiros e a interpretação da «Pedra Formosa». V.ª Parte. *Revista de Guimarães*(42 (3-4)), pp. 127-139.
- Cardozo, M. (1935). Possível identificação do primitivo local da «Pedra Formosa» na Citânia de Briteiros. *Revista de Guimarães* 45(3-4), pp. 150-153.
- Cardozo, M. (1949). Nova estela funerária do tipo da «Pedra Formosa». *Revista de Guimarães*(59 (3-4)), pp. 487-516.
- Cardozo, M. (1950). *Citânia de Briteiros e Castro de Sabroso*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento (1º ed., 1930).
- Cardozo, M. (1951). Monumentos arqueológicos da Sociedade Martins Sarmiento. *Revista de Guimarães*(61 (1-2)), pp. 5-28.
- Cardozo, M. (1960). Cartas de Ricardo Severo para Martins Sarmiento. *Revista de Guimarães*(70 (1-2)), pp. 5-20.
- Cardozo, M. (1985). *Catálogo do Museu Martins Sarmiento, 1.ª parte: Secção lapidar e de escultura* (3ª ed.). Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento.
- Centeno, R. M., & Silva, A. C. F. (1978). Corte estratigráfico na Citânia de Briteiros (Guimarães, 1977-1978). *Revista de Guimarães*(88), pp. 421-430.
- Cortez, F. R. (1948). Actividad arqueológica de Portugal durante 1947. *Archivo Español de Arqueología*(21 (72)), pp. 269-281.

- Craesbeeck, F. X. (1992). *Memórias Ressuscitadas da Província do Minho*. Ponte de Lima: Edições Carvalhos de Basto (ms. 1723).
- Dias, L. (1997). *Tongobriga*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural.
- Dinis, A. P. (1993). *Ordenamento do território da bacia do Ave no I milénio a.C.*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Diss. Mestrado, policop.).
- Dinis, A. P. (2002). O balneário do Alto de Quintãs (Póvoa de Lanhoso, Norte de Portugal). Um novo caso a juntar ao livro negro da arqueologia de Entre-Douro-e-Minho. *Minia*(3ª Série, 10), pp. 159-179.
- Ferreira, J., & Silva, A. C. F.(2018). Localização do balneário castrejo atribuído ao Castro de Eiras/Aboim das Choças, Arcos de Valdevez. *Al-Madan*(2ª Série, 22), pp. 136-137.
- García y Bellido, A. (1968). Cámara funeraria de la cultura castreña. *Archivo Español de Arqueología*(41 (117-118)), pp. 16-44.
- Hübner, E. (1879). Citânea. *Archeologia Artistica*(1 (5)), p. 19.
- Hübner, E. (1880). Citânia, Altherthümer in Portugal. *Hermeszeitschrift für Classische Philologie*.
- Lemos, F. S., Fonte, J., & Cruz, G. (2008). Estruturas de banhos no território dos Bracari: Os casos de Briteiros e de Braga. *Férvedes: Revista de investigación*(5), pp. 319-328.
- Lemos, F. S., Leite, J., Bettencourt, A., & Azevedo, M. (2003). O balneário pré-romano de Braga. *Al-madan*(II Série, 12), pp. 43-46.
- Machado, J. (2005). *Balneários castrejos no Norte de Portugal: Algumas considerações*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Seminário de Projecto, policop.).
- Moreira, A. B. (2010-2011). O Balneário Castrejo do Monte Padrão, Santo Tirso. *Boletim Cultural Vila Nova de Famalicão*(III Série, 6-7), pp. 97-123.
- Parente, J. (2003). *O Castro de S. Bento (concelho de Vila Real) e o seu ambiente arqueológico*. Vila Real.
- Pinho, M. R. (1946). *Elementos para a história de Castelo de Paiva*. Coimbra: (reed. Câmara Municipal de Castelo de Paiva, 1991).
- Queiroga, F. M. (1992). *War and Castros. New approaches to the northwestern Portuguese Iron Age*. Oxford: Oxford University (policop.).
- Queiroga, F. M. (2003). *War and Castros. New approaches to the northwestern Portuguese Iron Age. British Archaeological Reports, International Series*(1198).
- Queiroga, F. M., & Dinis, A. P. (2008-2009). O Balneário Castrejo do Castro das Eiras. *Portugalia*(Nova Série, 29-30), pp. 139-152.
- Ribeiro, F. (1930). Novas descobertas arqueológicas na Citânia de Briteiros. *Revista de Guimarães*(40 (3-4)), pp. 171-175.
- Ribeiro, F. (1934). Novas descobertas arqueológicas na Citânia de Briteiros. *Revista de Guimarães*(44 (3-4)), pp. 205-208.
- Ríos González, S. (2017). *Los baños castreños del noroeste de la península ibérica*. Pola de Siero, Asturias: Ménsula Ediciones.
- Sarmento, F. M. (1879). Arte pré-romana. *O Occidente*(2), p. 157.
- Sarmento, F. M. (1906). Materiais para a archeologia do concelho de Guimarães. *Revista de Guimarães*(23 (1)), pp. 41 - 51.
- Sarmento, F. M. (1999). *Antiqua*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento.
- Silva, A. M. (1994). *Proto-histórica e romanização no entre o Douro e Vouga litoral*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Diss. Mestrado).
- Silva, A. C. F. (1986). *A cultura castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins.
- Silva, A. C. F. (2007a). *A cultura castreja no Noroeste de Portugal* (2ª ed.). Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira/Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins.
- Silva, A. C. F. (2007b). *Pedra Formosa. Arqueologia Experimental. Vila Nova de Famalicão*. Lisboa, Vila Nova de Famalicão: Museu Nacional de Arqueologia, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.
- Silva, A. C. F., & Ferreira, J. S. (2016). O balneário castrejo do Castro das Eiras/Aboim das Choças, Arcos de Valdevez. Notícia do achado e ensaio interpretativo. *Al-Madan*(2ª Série, 20), pp. 27-34.
- Silva, A. C. F., & Machado, J. (2007). Banhos Castrejos do Norte de Portugal: O Monumento do Alto das Eiras – Arqueologia Experimental. Em A. C. Silva, *Pedra Formosa: Arqueologia Experimental. Vila Nova de Famalicão* (pp. 19-61). Lisboa; Vila Nova de Famalicão: Museu Nacional de Arqueologia; Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.
- Silva, A. C. F., & Maciel, T. (2005). Balneários castrejos do Noroeste peninsular. Notícia de um novo monumento do Castro de Roques. *Portugalia, Nova Série*, 25, pp. 115-131.

- Silva, A. C. F., Machado, J., & Lobato, R. (2011). Balneários castrejos: Do primeiro registo à arqueologia experimental. *Boletim Cultural de Vila Nova de Famalicão*(III Série, 6/7), pp. 78-87.
- Silva, J. P. (1876). Esculptura romana conhecida pelo nome de Pedra Formosa, achada em Portugal, e o que ella representa. *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*(2.ª Série, 9), p. 136.
- Vasconcellos, J. L. (1913). Factos Varios. *Religiões da Lusitânia*, 3, pp. 81-83.

3.3 Trelanças de vida de minhotos do concelho de Vila Nova de Famalicão e alguns dos seus descendentes na Baía e seu recôncavo nos séculos XVIII e XIX

↳ **TEXTO** ODETE PAIVA

RESUMO

Neste artigo, iremos focar o recorte cronológico dos séculos XVIII e XIX, tomando como *locus* privilegiado de investigação a migração de alguns indivíduos de freguesias do concelho de Vila Nova de Famalicão, dando relevo a dois eclesiásticos nascidos em Mouquim, Francisco da Costa Moreira e Lourenço da Costa Moreira e sua descendência e a parentes dos mesmos, da família Costa Pinto, que se distinguiram na

sociedade brasileira como empreendedores, inovadores e fizeram parte da elite baiana, com alguns dos seus membros a ascender aos títulos de barão, de visconde e de conde.

Palavras-chave: migração Minho-Baía-Brasil; concelho de Vila Nova de Famalicão; século XVIII e XIX; comissário do Santo Ofício; redes empreendedoras e inovação.

INTRODUÇÃO

A exemplo do que acontecia com os espanhóis nas suas colónias da América, os portugueses esperavam descobrir metais preciosos nos territórios do Brasil, daí o investimento da Coroa Portuguesa para que os colonos se internassem nessas terras com o objetivo de extrair esse húmus tão cobiçado. Na reta final do século XVII, a utopia foi-se aproximando da realidade, com a concretização das viagens e explorações dos colonos pelas terras centrais da futura capitania de Minas Gerais, procurando o ouro.

Charles Boxer é de opinião que a hierarquia colonial não nutria a mesma forma de encarar a descoberta e exploração do ouro: a Coroa e o Conselho Ultramarino davam ênfase às virtualidades que esse metal traria para Portugal já, alguns membros do governo, como D. João de Lencastre, revelavam uma atitude de reserva, ao cotejar com o exemplo espanhol nas Américas, no concernente à prata, temendo que essa riqueza fosse moeda para custear as importações de Portugal, ao invés de alimentar o setor produtivo do país (Boxer, 2000, 66).

A materialização da mineração caminhava, paralelamente, com o desbravar das terras, a construção de pequenos aglomerados, anexos e infraestruturas e a produção agropecuária e manufactureira tendentes a prover as novas e maiores necessidades dos que chegavam e a criação de uma teia de comunicações que facilitasse o transporte e comercialização dessa riqueza que brotava nos córregos e nas montanhas.

A par do aumento da extração do ouro, cresciam as povoações e a sua densidade demográfica, fazendo da capitania mineira um aglomerado importante. A produção rural, concomitantemente, com o abastecimento da região mineradora, criava veios ou caminhos que abasteciam o circuito mercantil que a ligava às praças comerciais, como as do Rio de Janeiro e da Baía.

CRIAÇÃO DA PRIMITIVA FREGUESIA DE ITAJUBÁ

Eu El-Rei faço saber aos que este meu alvará virem, que tendo considerado ao que me reprezentou o meu Conselho Ultramarino, (...) e bom governo das ditas Cap. de SP e das Minas, e a sua melhor defeza, que a de S. Paulo se separem das que pertencem ás Minas, ficando dividido todo aquelle districto, que até agora estava na jurisdição de hum só governador, em dous governos e dous governadores (...)

Alvará régio de 2/12/1720

Situada no sul de Minas, a freguesia de Itajubá estava no limite da capitania de S. Paulo, havendo a separá-las a serra da Mantiqueira e foi habitada no início de Setecentos, havendo várias teses sobre o autor dessa ocupação, atribuindo-o certos escritores a Miguel Garcia Velho, da capitania de S. Paulo, a quem se deveria a descoberta das minas do *Itagubá*, entre eles, Geraldino Campista (Campista, s/d, 446). Já, Waldemar Barbosa, autor do *Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais*, imputa-a a António Caetano Pinto Coelho (*Barbosa*, 1971). A freguesia de Itajubá poderá ter sido apelativa para moradores de várias regiões, no início da descoberta e exploração das minas, o que levou à conjugação da mineração com a atividade agropecuária, ainda muito escassa, durante um curto espaço de tempo e depois, segundo Armelino Guimarães, “Só se cuidava (...) do plantio de cereais, do fabrico da rapadura, queijos, manteigas e da criação de aves, cabras, suínos, alguns porcos, ovelhas e gado alto” (Guimarães, 1987, 50).

**LOURENÇO DA COSTA MOREIRA
NATURAL DE MOUQUIM
CONCELHO DE FAMILIÇÃO
FUNDADOR DA FREGUESIA
DE ITAJUBÁ, NA BOA VISTA DO
SAPUCAÍ, EM MINAS GERAIS**

Lourenço da Costa Moreira terá nascido em Mouquim, a 15 de maio de 1778 e falecido em Itajubá, a 14 de junho de 1855, onde está sepultado. Filho natural do padre Francisco da Costa Moreira batizado na mesma localidade, a 22 de fevereiro de 1764 e falecido em janeiro de 1819, em Guaratinguetá, São Paulo, cujos pais foram António da Costa Moreira e Joana da Costa, sua mulher, residentes no lugar de Sarnado. Neto paterno de António da Costa e de Maria de Araújo e materno de Domingos da Costa e de Maria Rodrigues, todos nascidos em Mouquim e lavradores.

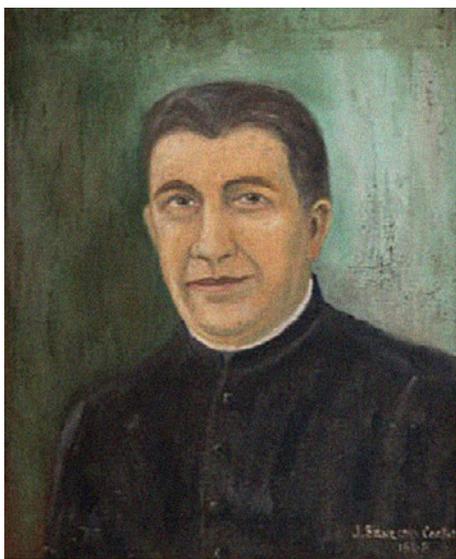


Fig. 1 Padre Lourenço da Costa Moreira
Fonte: oguiade itajuba.com.br

O eclesiástico Lourenço da Costa Moreira, em 1818, talvez por influência paterna, fez diligências, no Rio de Janeiro, para ser provido no lugar de vigário em Itajubá, cuja linha cronológica podemos dividir em 3 fases: a convenção de 1818-19, a estabilização da paróquia em 1832 e a criação da Vila em 1848-1849.

A visão estratégica do padre Lourenço da Costa Moreira, provido na freguesia, em 1818, pelo bispo de S. Paulo, perante uma freguesia pobre, localizada no cimo da serra da

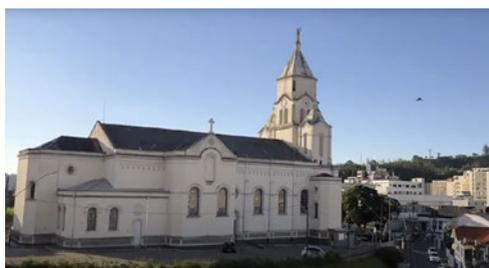


Fig. 2 Igreja matriz de Nossa Senhora da Soledade em Itajubá
Fonte: youtube.com

Mantiqueira, levou-o a propor aos seus parquianos que descessem com ele a serra, em direção a Sapucaí, em procura de um lugar mais próspero e acessível para a nova povoação. Encontrado o sítio, aí rezou uma missa e foi estabelecida a nova sede. Contudo, há que frisar que o padre Lourenço conhecia que, na zona da Boa Vista de Sapucaí, existiam algumas fazendas, onde ele ficou hospedado com sua família, aventando-se que o padre Lourenço aí teria alguns interesses. Doadas terras para a ereção da igreja e para as infraestruturas do povoado pelos sesmeiros, os alicerces da futura freguesia estavam implantados (Guimarães, 1987, 56).

Não houve, porém, unanimidade entre os fregueses na decisão de mudar a localização da freguesia de Itajubá, para a Boa Vista do Sapucaí, conseguindo o eclesiástico uma solução híbrida, levando só os paramentos para a nova igreja e, deixando ficar na outra a imagem de Nossa Senhora da Soledade. A sede da freguesia só viria a ser efetiva na Boa Vista do Sapucaí, pela lei de 14 de julho de 1832, bem como a paróquia, sendo a primitiva transformada em curato, situação que durou 10 anos, posto que voltou a ser freguesia – Itajubá Velho. A elevação a vila, a designada Vila de Boa Vista de Itajubá, ocorreu no ano de 1848 (ainda em vida do padre Lourenço da Costa Moreira) e, em 1862, pela Lei n.º 1149, adquiriu o estatuto de cidade. No século XX, o povoado antigo e originário dos primórdios do século XVIII, adotou o nome de Delfim Moreira (Barbosa, 1995, 159).

Segundo Armelino Guimarães (1987, 56-61), o Padre Lourenço trouxe consigo os seus escravos, a senhora Dona Inês de Castro Silva e duas crianças: Domiciano, de cinco anos, e Delminda, de dois anos, os quais estavam sob os cuidados de amas, admitindo-se que os meninos fossem fruto de relações de concubinato entre o sacerdote e a senhora Dona Inês, aceites pela comunidade. O eclesiástico foi considerado um dos habitantes com mais património e influência.

A lei de terras de 1851 e 1852 consignava que, se o possuidor conseguisse comprovar que as terras lhe pertenciam antes de 1820, seria efetiva a sua posse. O padre Lourenço acautelou a situação dos seus paroquianos, ao deixar expresso, no livro dos escravos entre 1851-1852, que as terras já lhes pertenciam na data vertida na lei.

DESCENDÊNCIA DO PADRE LOURENÇO DA COSTA MOREIRA

Como aconteceu com o pai, e já referimos anteriormente, o padre Lourenço da Costa Moreira teve, pelo menos, dois filhos nascidos em Guaratinguetá, São Paulo, Delminda da Costa Moreira e Domiciano da Costa Moreira. A primeira filha nasceu em 1817, casou no ano de 1837, em Itajubá, com o capitão Juvêncio Alves de Sene nascido em 1818, em Aiuruoca, Minas Gerais, tendo falecido ambos em Silveiras, S. Paulo, ela em 6 de setembro de 1869 e ele, em 24 de fevereiro de 1888¹. (Moura, 1973, 560) O segundo

filho, o Dr. Domiciano da Costa Moreira, contraiu matrimónio com Dona Maria Domiciana de Magalhães, natural de Itajubá, com a qual teve os seguintes filhos: Dr. Aureliano Moreira de Magalhães Júnior; Dona Maria Moreira de Magalhães e Castro, casada com João Guilherme Ferreira de Castro; Dr. Domiciano da Costa Moreira Júnior; major Olímpio Augusto de Magalhães, com 24 anos em 1881 e Dona Amélia Josefina de Magalhães Campista, que se consorciou com o coronel Evaristo da Silva Campista, em 11 de novembro de 1857, em Itajubá e faleceu a 8 de fevereiro de 1874. Este casal teve os seguintes filhos, que constam no inventário da avó materna com a idade indicada a seguir: Geraldino Campista, solteiro, 20 anos; Belbina Amélia da Silva, 18 anos; Ernestino Braulino Campista, 16 anos e Amélia Hortência Campista.

Domiciano da Costa Moreira, no ano de 1839, defendeu a tese *Considerações geraes sobre a syphilis*, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Segundo Carlos Francisco Almeida de Oliveira (2016: 124) na sua tese de doutoramento intitulada *Estudo historiográfico dos tratamentos psiquiátricos no Brasil: mentalismo e organicismo de 1830 a 1859*, a “sífilis, cujo agente etiológico o treponema pallidum só viria a ser isolado em 1905, foi tema recorrente das theses no século XIX. Ela aparece inicialmente no meio acadêmico brasileiro, em these de 1839, de Domiciano da Costa Moreira. Acerca do denominado por este médico como “virus syphilitico” refere:

Quanto ás affecções do systema nervoso, tem-se considerado que a syphilis podia determinar a surdêza, a amaurose, a apoplexia, paralyxia, e diversas alienações mentaes, como a hypocondria, melancolia, mania, &c.; porém nós duvidamos que a syphilis só por si, possa ser causa de semelhantes males, e muito menos de alienações mentaes; apesar de fazer nascer em hum grande numero de doentes, e entre muitos medicos huma inquietação de espirito, que os faz acreditar ver

1 Foi neto deste casal o Dr. Carlos da Silveira, nascido a 21 de junho de 1883, em Silveiras, estado de S. Paulo, casado em 1912, com Maria Clara Pires Martins nascida em S. Paulo, em 1894. Membro do Instituto Genealógico Brasileiro Era catedrático de Psicologia, Pedagogia e Educação Cívica, catedrático da Escola Normal de Campinas, catedrático da Escola Normal da Capital, entre muitos outros cargos e dignidades. Ver *Revista genealógica brasileira*, 1942, ano III, 1.º semestre de 1942, n.º 5, 188 e 193-194. S. Paulo – Brasil. Publicação do Instituto Genealógico Brasileiro.

huma syphilis patente, disfarçada, ou mesmo degenerada em todas as doenças obscuras, que se lhes oferecem (Moreira, 1839, p. 23).

Sobre o tratamento da doença, escreve o médico:

O tratamento da syphilis tem variado com os diversos systemas adoptados, ou rejeitados alternativamente. Os sudoríficos, os diuréticos, os purgativos forão ao principio empregados: porém depois, quando se considerou a syphilis como devida a hum virus, todos os esforços dos medicos dirigiram-se para a neutralisação, ou decomposição deste virus [...] nenhum se julgou então mais proprio, para destruir este virus, do que o mercurio: [...] huma doença era ou não venerea, conforme cedia, ou não ao mercurio (*ibid*,33).

O Dr. Domiciano da Costa Moreira, após concluir o curso viveu em Itajubá, onde exerceu a sua profissão e também foi proprietário e político, segundo o periódico *A Actualidade: jornal político, litterário e noticioso do Rio de Janeiro* de 15 de julho de 1860, na sua página 4. De acordo com a mesma fonte, de setembro de 1858, foi sócio correspondente do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Na 29.ª sessão, de 19 de dezembro de 1839, foi indicado que Domiciano da Costa Moreira havia aceitado a nomeação de membro correspondente da *Revista trimensal de história e geographia ou Jornal do Instituto* (Tomo I n.º 4, 374). Entre 1865 e 1868, exerceu o cargo de prefeito de Itajubá.

Domiciano da Costa Moreira e um dos seus filhos integraram a Loja Macónica Deus e a Humanidade criada em Itajubá, em 4 de outubro de 1874, após um período de cerca de 4 anos, em que vários cidadãos da localidade trabalharam nesse sentido.

De acordo com Graça Dias e Silva e J. S. Dias (1986), em *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal*, citados por Jair Barbosa Araújo (2012, 20): A maçonaria não apareceu feita;



Fundada em 04/10/1874
Itajubá/MG

foi-se fazendo, isto é, foi-se explicitando e concretizando, sob o impulso da sua dialética interna e ao sabor dos estímulos ou travões que lhe vinham do processo histórico global.

Segundo Morel, M. (2001), citado por Barata, A. M. (2005), no caso do Brasil, houve um crescimento considerável, pois se de 1861 a 1865, existiam cerca de 180 lojas maçónicas, este número aumentou para 244 de 1885 a 1890 e alcançou um total de 615, entre 1901 e 1905.

O Dr. Domiciano da Costa Moreira faleceu em Itajubá, a 13 de novembro de 1881, com 68 anos, viúvo de Dona Maria Domiciana de Magalhães, já falecida em 1877². Foi um “chefe conceituado do partido liberal, medico ilustrado e caridoso, fazendeiro abastado, que contava numerosos amigos e apreciadores de seu distinto carácter” (Veiga, 1884, 442).

Dois filhos do Dr. Domiciano da Costa Moreira frequentaram e concluíram um curso universitário: Domiciano da Costa Moreira Júnior e Aureliano Moreira de Magalhães. O primeiro estava matriculado na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, como aluno do 5.º ano, em 1874, (Veiga, 1874, 459). Apresentou a tese de doutoramento nessa Faculdade, intitulada

2 Os dados genealógicos desde o casal Dr. Domiciano da Costa Moreira e Dona Maria Domiciana de Magalhães foram recolhidos do PROJETO COMPARTILHAR, elementos da autoria de Bartyra Sette e por si disponibilizados no mencionado projeto.

Das operações reclamadas pelas collecções de liquidos no thorax, em 30 de setembro de 1875, publicada pela Typographia da Reforma, nesse ano.

O segundo filho, o Dr. Aureliano Moreira de Magalhães, tirou o curso de Direito em 1865, exerceu como advogado e deputado provincial pelo 3.º distrito de Minas no biênio de 1868 a 1869 (Veiga, 1874, 284); foi ainda plantador de café (Veiga, 1884, 446) e subprocurador Geral do Estado de Minas Geraes, pelo menos nos anos de 1901 e 1903, delegado da polícia, inspetor da administração pública (Veiga, 1884, 445). Exerceu os cargos de presidente da União Auxiliadora do Teatro (Veiga, 1874, 287), de Presidente da Sociedade Dramática (Veiga, 1884, 445) e criou e dirigiu o primeiro jornal de Itajubá, com o nome da localidade, em 12 de maio de 1872.

O jornal *O Itajubá*, de periodicidade semanal (domingo), tinha como proprietário e redator o Dr. Aureliano Moreira de Magalhães, como editor o seu irmão Olímpio Moreira de Magalhães, era publicado na cidade de Itajubá e composto na tipografia de Magalhães e Baião.

Outro filho do major Olímpio Augusto de Magalhães, proprietário de um engenho movido por animais (Veiga, 1884, 446), foi um dos fundadores do *Club Litterario e Recreativo Itajubense* criado em 15 de junho de 1897 e seu presidente, de 5 de janeiro de 1901 a 5 de janeiro de 1902.

Uma das filhas do Dr. Domiciano da Costa Moreira, Dona Amélia Josefina de Magalhães Campista, casou com um homem bem posicionado na sociedade, o Coronel Evaristo da Silva Campista, oficial da Guarda Nacional (15-04-1825; 28-10-1895), farmacêutico em Itajubá (Veiga, 1874, 289) e, desde 12 de abril de 1871, que foi dono da Farmácia Humanitária, sendo de se salientar a sua atuação como vacinador municipal, aquando do surto epidêmico da varíola que grassou entre 1872 e 1875.

Entre os vários cargos que Evaristo da Silva Campista desempenhou em Itajubá,

ressaltamos o de subdelegado da polícia, em 1863 e o de vereador em dois mandatos: 1857-1860 e 1861-1864. Foi proprietário e, das diversas propriedades, era detentor da Chácara Barro Branco (Veiga, 1874, 288).

Na justiça, o Coronel Evaristo da Silva Campista desempenhou as funções de 1.º tabelião, escrivão do Júri e oficial do Registo de Hipotecas (Veiga, 1884, 445)

O Dr. Geraldino da Silva Campista, filho deste casal, tirou o curso de Direito na Faculdade de Direito de S. Paulo, em 5 de março de 1886, foi o autor do estudo “Itajubá 17-03-1832 memória histórica”, publicado na *Revista do Instituto Histórico*, “por ocasião do 1.º Congresso de História Nacional, e também foi editado em separata, em opúsculo n.º 72 no Rio de Janeiro”.

O Dr. Geraldino da Silva Campista exerceu a docência na Escola Normal de S. Paulo, onde estava, no ano de 1884, segundo o periódico *Correio Paulistano* de 23 de dezembro de 1884. Fez parte dos criadores da Biblioteca Machado de Assis:

Os inteligentes cidadãos João Dalle Afflalo, Frederico Schumann Sobrinho, **Geraldino Campista**³ e Christiano Brazil fundarão, ha um anno, uma bibliotheca que tem o nome de Machado de Assis, como uma homenagem de apreço a este illustre escriptor brasileiro, que tem um admirador em cada amigo das letras pátrias. Essa bibliotheca, confiada á guarda de João Dalle, já possui mais de 600 volumes (Veiga, 1884, 442).

A outra filha do Dr. Domiciano da Costa Moreira, Dona Maria Moreira de Magalhães e Castro, contraiu matrimônio com João Guilherme Ferreira de Castro, de quem não temos mais elementos.

Destacamos alguns acontecimentos de Itajubá, retirados de *Datas Marcantes – O guia de Itajubá*, começando com a data mais

3 Sublinhado nosso.

relevante, a da fundação: a 19 de março de 1819, Lourenço da Costa Moreira partiu com 80 paroquianos da primitiva Itajubá (Delfim Moreira), celebrou a primeira eucaristia, na Boa Vista do Sapucaí, local onde se encontra a Matriz de Nossa Senhora da Soledade e, desse modo, deu lugar à criação da atual Itajubá. A 15 de julho de 1872, a Lei n.º 1867, criou a Comarca de Itajubá. A 11 de março de 1888, foi declarada extinta a escravidão em Itajubá e seu município, o primeiro em Minas Gerais. Em 25 de setembro 1891, foi inaugurado o caminho de ferro do Vale do Sapucaí. A 2 de maio 1897, foi fundada a sociedade Beneficente Itajubense, que deu origem à Santa Casa de Misericórdia. A 16 de maio 1897, inaugurou-se o Clube Itajubense.

SUBSÍDIOS PARA O PERCURSO DE VIDA DE FRANCISCO DA COSTA MOREIRA, PAI DO FUNDADOR DE ITAJUBÁ

Francisco da Costa Moreira, vivendo em Jesufrei, freguesia próxima de Mouquim, solicitou habilitação para ordens menores, em 25 de fevereiro de 1778 e, em 2 de julho de 1790, teve carta de encomendação para a Igreja de Santiago da Cruz⁴, não sabendo nós, por falta de fontes, se exerceu o cargo, pois os livros dos registos paroquiais desse período não se encontram disponíveis ou extraviaram-se.

O clérigo migrou para o Brasil, em companhia de seu primo em segundo grau, João de Araújo Lima. Vamos encontrá-lo presente no recenseamento de 1798, da vila de Guaratinguetá, declarando possuir uma morada de casas, onde vivia e comprar açúcar que exportava para a capital do reino, pelo porto de Parati. Decorrido um curto espaço de tempo, vieram morar com ele o sobrinho Manoel da Costa Pinto, e Anacleta Teresa de Jesus, natural de Lisboa, governanta de sua casa e do seu engenho

4 PT/UM-ADB/DIO/MAB/001/0210/047279. Cota A – 210-142-142v.

de açúcar e dois seus filhos ilegítimos, Lourenço de Costa Moreira e Madalena Teresa da Costa Moreira (Moura, 1972).

Francisco da Costa Moreira foi nomeado vigário da igreja matriz da vila de Santo António de Guaratinguetá no bispado de S. Paulo, onde exerceu entre os anos de 1801-1817; seu sobrinho Manoel da Costa Pinto foi vigário dessa vila, entre 1818 e 1847 e, em 29 de agosto de 1842, recebeu a comenda da Ordem de Cristo (Ordens Honoríficas – caixa 787 – fundo 69). Francisco da Costa Moreira exerceu também as funções de vigário da vara da comarca, comissário do Santo Ofício e visitador da comarca por designação do bispo de S. Paulo, D. Mateus. Uma dessas visitas foi à aldeia de Queluz, dia 20 de novembro de 1803 (Reis, 1965, 148-149).



Fig. 4 Pintura do forro da capela-mor da matriz de Santo António de Guaratinguetá

Fonte: Acervo Digital: Catedral de Santo António de Guaratinguetá (unesp.br)

Francisco da Costa Moreira seria da família de António da Costa Pinto, natural da Vila Nova de Famalicão, que emigrou para a Bahia, onde casou e teve os filhos António da Costa Pinto e Manoel Lopes da Costa Pinto (Moura, 1972), que foram figuras de relevo na Baía e de quem falaremos em lugar próprio.

O ser senhor de engenho é título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos. E se for, qual deve ser, homem de cabedal e governo,

bem se pode estimar no Brasil o ser senhor de engenho, quanto proporcionadamente se estimam os títulos entre os fidalgos do Reino.

Andreoni, 2013, 15

Francisco da Costa Moreira, pai do padre Lourenço Moreira, possuía muitos escravos e um moinho de cana, em Guaratinguetá, sua paróquia, não podendo nós afirmar, se produzia a cana-de-açúcar, ou se a comprava e a transformava.

FRANCISCO DA COSTA MOREIRA COMISSÁRIO DO SANTO OFÍCIO

Dentre as instituições que consagravam a limpeza de sangue e funcionavam como “atestado” de boa ascendência e linhagem estava o Tribunal do Santo Ofício. Integrar seu corpo de agentes significava atravessar com sucesso o apurado e exigente processo de devassa pelo qual o passado familiar era submetido, expediente este em que se inquiria a origem genealógica, o procedimento e a capacidade dos habilitandos. Portanto, a aprovação das diligências investigativas e a consequente conquista de um cargo na Inquisição eram a comprovação pública que muitos almejavam para se distinguirem, e seria ambicionada principalmente por padres, desejosos de serem notários e comissários, e por aqueles que ocupavam estratos intermediários da sociedade, como os que ganhavam a vida em ofícios liberais e no comércio, que pleiteavam o cargo de familiar.

Lopes, 2018, 14

Ser um agente inquisitorial era um símbolo de prestígio e distinção social. O padre Francisco da Costa Moreira requereu o cargo mais importante da Inquisição no espaço da colônia, o de comissário do Santo Ofício. Francisco da Costa Moreira vigário de Guaratinguetá justificou o seu pedido para o cargo de comissário por não haver nenhum na sua comarca com

“70 leguas de âmbito compreendendo 25 mil almas [...] e distando de S. Paulo 40 leguas”⁵.

Constava no processo para comissário do Santo Ofício do padre Francisco da Costa Moreira que foi provido no cargo de comissário do Santo Ofício, a 30 de outubro de 1800 e os rendimentos da sua fazenda, igreja e vigaiaria ultrapassavam três mil cruzados. Entre setembro e outubro de 1800, foram ouvidas as testemunhas do processo do habilitando e, nele se apurou por várias testemunhas que o vigário teve dois filhos com Maria, solteira, filha de Rosa da Costa, viúva de Bento José da Silva, alfaiate, de Mouquim: os meninos, Lourenço e Madalena, que o habilitando tomou ao seu cuidado e inspeção. Haveria cerca de 2 anos, o pai fez transportar para a América, Lourenço, ainda menor, e veio, quase um ano depois, da América, rever os seus parentes e levar a filha, Madalena, menor, e foram ambos para Lisboa, sendo afirmado pelas testemunhas de Mouquim que a mãe dos meninos nunca teve contato íntimo com qualquer outro homem.

Francisco da Costa Moreira exerceu um papel relevante neste xadrez, competindo-lhe, (tal como aos outros comissários), que teriam de ser eclesiásticos seculares, recolher as declarações nos processos de habilitação de agentes inquisitoriais, inquirir as testemunhas, ordenar as prisões dos condenados, providenciar a sua condução, proceder às contraditas e vigiar os degredados. É de frisar que, não existindo Tribunal da Inquisição no Brasil, este contava nesta colônia com três tipos de agentes: os comissários, os notários e os familiares, respondendo os primeiros diretamente à Inquisição de Lisboa. “Levantamentos realizados nos livros de provisões da Inquisição de Lisboa revelam que a capitania de Minas, ao longo do século XVIII, contou com 457 familiares, 22 comissários e 8 notários”. (Rodrigues, 2009, 147)

5 ANTT, HSO, Francisco, mc. 130, doc. 1957, fl. 3.

Entre os casos tratados pelo comissário Francisco da Costa Moreira, inserimos, a título exemplificativo, uma situação de bigamia que ocorreu com Francisco Borges, da freguesia de Baependi, denunciada pelo pároco da aldeia de São João de Queluz, Francisco das Chagas Lima, do Bispado de São Paulo. Tendo, inicialmente, casado na freguesia das Areas, dessa circunscrição eclesiástica, cometeu esse crime punível pela Inquisição⁶. (Ferreira, 2017, 113)

PARENTES PRÓXIMOS DE FRANCISCO DA COSTA MOREIRA

[...] As terras situadas a oeste da cidade de São Paulo foram o ambiente para a rápida expansão das lavouras de cana-de-açúcar neste final de século XVIII. Solos e clima propícios, e uma relativa proximidade do porto de Santos serviram de estopim para um rápido crescimento dessa cultura, com diversos novos engenhos açucareiros sendo instalados [...] Diversas vilas do Oeste paulista transformaram-se em polos açucareiros [...] Em tal contexto, nossa atenção se volta para analisar um fenômeno bastante recorrente em função do crescimento econômico do Oeste paulista: o da migração. Atraídos pela crescente nova riqueza, indivíduos e famílias tomaram o rumo das férteis terras na nova região açucareira, em busca de fortuna. Alguns, com maiores posses, sonhavam em se tornarem senhores de engenhos. É um fenômeno que ocorreu com certa intensidade no período açucareiro paulista [...].

Bacellar (2019, 1-2)

Antônio da Costa Pinto, barão, visconde com grandeza e conde de Sergimirim, (Baía, 1807 – Baía, 13 de setembro de 1880) (Vasconcellos, 1918, 474) e Manoel Lopes da Costa Pinto (Santo Amaro, 8 de dezembro de 1809 – Santo Amaro, 22 de novembro de 1889), primeiro e

único barão, visconde de Aramaré, eram filhos dos famalicenses Antônio da Costa Pinto e de sua mulher Mariana Joaquina de Jesus ou da Costa Pinto. Os dois irmãos foram fazendeiros, proprietários de engenhos e empreendedores sucroalcooleiros, no Recôncavo Baiano, e coronéis da Guarda Nacional. O mais velho, Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa, presidiu ao Imperial Instituto Bahiano de Agricultura, criado pelo decreto 2.500-A, de 01/11/1859. Ouçamos o que o imperador D. Pedro II disse na sua alocução, aquando da inauguração:

Desejando assinalar a época de Minha Visita a esta Província com uma nova demonstração de constante atenção, que presto à Agricultura, como a principal fonte de riqueza do Estado; Hei por bem criar uma Associação com o título de Imperial Instituto Bahiano de Agricultura, a qual se regulará por Estatutos organizados segundo as bases, que com este baixam, assinadas por João de Almeida Pereira Filho, do Meu Conselho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, que assim o tenha entendido e faça executar. Palácio na cidade de S. Salvador da Bahia de Todos os Santos, em o primeiro de novembro de mil oitocentos e cinqüenta e nove, trigésimo oitavo da Independência e do Império⁷.

O conde de Sergimirim foi um dos idealizadores da Imperial Escola Agrícola de São Bento das Lages, situada na Vila de São Francisco do Conde, recôncavo baiano, principal disseminadora de conhecimento em agronomia na Bahia, na segunda metade do século XIX. No ano de 1875, criou o Engenho Central do Bom Jardim, com seu filho Antônio da Costa Pinto Júnior, (Visconde da Oliveira) e o seu genro Cícero Dantas Martins (Barão de Jeremoabo). O Decreto n.º 6.145 de 10/03/1876 concedia garantia de juro de 7% sobre o capital

6 Ver ANTT. IL. Denúncias Dispersas. Cx.1643-doc. 17517.

7 Nessa visita, foi planeada a Companhia da Estrada de Ferro de Santo Amaro (Pang, 1979, 35-36).

de 700:000\$000 à companhia que o visconde de Sergimirim, barão de Aramaré, barão de Oliveira, Francisco Xavier Catilina e Manoel Pinto de Novais organizarem para o estabelecimento de um engenho central, destinado ao fabrico de açúcar de cana, na freguesia do Bom Jardim, município de Santo Amaro, província da Baía. Sobre o Engenho Central do Bom Jardim, atentemos ao que escreveu Vinicius Bonifacio Santos Alves:

Colocando em um quadro o ano da primeira concessão para construção de um engenho central no Recôncavo baiano, feita pelo negociante Joaquim Fernandes Ribeiro em 1874, Lei n.º 1.385, de 4 de maio desse ano, até o real funcionamento de um engenho central que só ocorreu em 21 de janeiro de 1880, no engenho central Bom Jardim da família Costa Pinto (Pang 1979), é fácil notar o atraso que acompanhou a implantação dos engenhos centrais no Recôncavo da Bahia. Mesmo com as informações chegando a Bahia, através dos métodos, manuais, panfletos, os senhores de engenho, os lavradores de cana, os proprietários de terras não acompanharam os saltos dos processos de desenvolvimento da agricultura da cana e isso foi sentido quando houve o despertar para a crise e a necessidade de renovar a produção agrícola. A lavoura canavieira do Recôncavo baiano tentou se adequar ao novo apenas no final do século XIX, quando as técnicas já não eram tão novas na Europa, nem nos EUA, tampouco nos países administrados por eles.

Alves, 2019, 42

É de acrescentar que o conde de Sergimirim se casou com Maria Delfina de Santo Hilário Lopes. Tiveram 5 filhos, de que destacamos António da Costa Pinto Júnior, visconde de Oliveira, e Mariana da Costa Pinto (Santo Amaro, Baía, 23 de janeiro de 1840-Itapiquira, Baía-16 de setembro de 1913), que se uniu conjugalmente a Cícero Dantas Martins, 1.º barão de Jeremoabo

(Jeremoabo, Baía, 28 de junho de 1838-Baía, 27 de outubro de 1903) e o visconde de Aramaré que se consorciou com Maria Joaquina Ferreira de Moura, sua sobrinha, com quem teve vários filhos (Vasconcellos, 1918, 474).



Fig. 5 Conde de Sergimirim
Fonte: pt.wikipedia.org

O engenho de açúcar Aramaré pertencia a Luiz Paulino d' Oliveira Pinto da França, brasileiro, nascido em Cachoeira, Baía, em 30 de junho de 1771, que casou a 17 de julho de 1792, na igreja de Santo Idelfonso, no Porto, com D. Maria Bárbara Garcês Pinto de Madureira, portuguesa, natural de Penafiel, distrito do Porto e foi adquirido dos herdeiros do casal por 100 contos, em 1854, por Manuel da Costa Pinto, que foi o visconde de Aramaré, título atribuído pelo imperador D. Pedro II.

O VISCONDE DE ARAMARÉ DONO DO ENGENHO CANABRAVA E O ENGENHEIRO TEODORO FERNANDES SAMPAIO

Na região de Santo António de Jesus, o visconde de Aramaré era detentor de vários engenhos, um dos quais o de Canabrava, onde nasceu o engenheiro Teodoro Fernandes Sampaio, filho de uma escrava do visconde.

Acerca da progenitura de Teodoro Fernandes Sampaio, uma das figuras centrais da história brasileira, nascido no engenho, hoje localizado no município baiano de Teodoro Sampaio, existem várias versões: sobre a mãe, há autores que a denominam Domingas da Paixão do Carmo, outros Domingas da Silva e, sobre o pai, vários lhe são atribuídos:

A escrava Domingas servia tanto na casa dos Costa Pinto, quanto na capela da localidade, onde cozinhava e lavava para o padre Manoel Fernandes Sampaio, o qual posteriormente veio a assumir a paternidade do menino para prover-lhe uma boa educação, sem nunca, entretanto, afirmar ser Theodoro seu filho biológico ou não. Tal atitude por parte do pároco dá margem a algumas suposições de que o verdadeiro pai de Theodoro pudesse vir a ser o Visconde de Aramaré, Manoel Lopes da Costa Pinto ou ainda Francisco Antônio da Costa Pinto e que o reconhecimento da paternidade por parte do vigário tinha o intuito de ocultar o fato de um dos Sampaio ter tido um descendente no berço da escravidão. Contudo, o mais provável é que Theodoro fosse mesmo filho do padre Sampaio.

Lima, 1981, 11

Teodoro Sampaio fez os estudos primários em Santo Amaro e, em 1865, partiu com o clérigo para S. Paulo e para o Rio de Janeiro, frequentando o colégio de S. Salvador, posto que ingressou no Colégio Central, no curso de engenharia, que concluiu em 1878. Regressou a Santo Amaro, na Baía, reviu a mãe e os irmãos e comprou, paulatinamente, a carta de alforria dos irmãos.

Incorporou a Comissão Hidráulica encarregada de fazer um estudo sobre portos e rios do interior brasileiro, coordenada pelo engenheiro americano William Milnor Roberts, designada pelo Imperador D. Pedro II, composta por técnicos dos Estados Unidos, sendo o engenheiro Teodoro Sampaio a exceção. Foi

geógrafo, cartógrafo, geólogo, historiador, linguista, escritor e autor de várias obras como: *O Tupi na geografia nacional* (1901); *O Rio São Francisco e a chapada diamantina* (1906), *Atlas dos Estados Unidos do Brasil* (1922); *História da fundação da cidade de Salvador*, obra póstuma publicada em 1949, durante o Congresso de História da Bahia; *Os naturalistas e viajantes dos séculos XVIII e XIX e a etnografia indígena* (1955, 2.ª ed.). São ainda da sua gênese, uma série de estudos, a saber: *Os Kraôs do rio Preto no estado da Bahia* (1912); *O estado da Bahia: agricultura, criação de gado, indústria e comércio* (1925). Foi sócio efetivo de honra do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; sócio efetivo fundador do Instituto Histórico de São Paulo e do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, tendo presidido a este de 1923 a 1937. Foi ainda sócio correspondente dos institutos históricos de Minas Gerais, Rio Grande do Norte e Ceará; correspondente do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco; sócio do Instituto Histórico de Sergipe, do clube de Engenharia do Rio de Janeiro e do Instituto Politécnico da Bahia e sócio fundador da Sociedade Capistrano de Abreu. Dois municípios brasileiros, um na Bahia e outro no estado de São Paulo têm o seu nome (Sousa, 2016).

MARIANA DA COSTA PINTO FILHA DO CONDE DE SERGIMIRIM E O CASAMENTO COM O 1.º BARÃO DE JEREMOABO

Mariana da Costa Pinto nasceu no Engenho Oiteiro e consorciou-se com Cícero Dantas Martins, 1.º barão de Jeremoabo, no Engenho Regalo, em 4 de novembro de 1865. O casal teve 2 filhos e uma filha, que faleceu na menoridade e João da Costa Pinto Dantas e Antônio da Costa Pinto Dantas.

A baronesa de Jeremoabo faleceu em Camuciá, na casa que construíram em 1894, no município de Itapicuru, em 16 de setembro de 1913 e foi sepultada na igreja Matriz do

mesmo. Cícero Dantas Martins, Barão de Jeremoabo, foi inumado em 1903, na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Bom Conselho, na Cidade de Bom Conselho (atual Cícero Dantas). Além de ter sido um dos responsáveis pela construção do Engenho Central do Bom Jardim, em Santo Amaro, desempenhou os cargos de deputado do império e senador estadual, respeitado como uma figura central da região.

O edifício de residência, o Solar do Camuciata em Itapicuru, foi tombado em 1994, pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), parcialmente restaurado em 2011, sendo agora, o Museu do Nordeste Barão de Jeremoabo, que se caracteriza pelo seu estilo neoclássico e um elevado acervo constituído por mobiliário antigo, arte sacra, louças, pratarias, quadros, objetos de arte decorativa, livros, documentos e indumentárias, datados dos séculos XVIII e XIX.



Fig. 6 Barão e baronesa de Jeremoabo e os filhos João e Antônio
Fonte: BAU DE CÍCERO DANTAS (baudecicerodantas.blogspot.com)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A procura da distinção numa sociedade em formação na colônia luso americana assumia especial relevo nos arraiais sertanejos que se

formavam, mas também em meios urbanos, conquanto nos primeiros territórios, a fluidez social fosse mais facilitada, como se observou com o familiar do Santo Ofício e cavaleiro da Ordem de Cristo Tomé Dias Coelho, natural de Bairro, concelho de Famalicão⁸.

O sacerdote Francisco Moreira beneficiou, igualmente, do respaldo social que a Inquisição desfrutava, ocupando o lugar de comissário do Santo Ofício, uma das funções mais prestigiadas dentro da Instituição, pelas funções e valor simbólico que este lugar carregava. A ambos foi atribuída a medalha que ostentavam, por norma, em eventos públicos, os individualizava e lhes dava visibilidade e privilégios, como os de ocupar lugares distintos do comum da população.

Migrantes minhotos, seguiram rumos diversos, o primeiro facilitado pela sua pertença à hierarquia eclesiástica e o segundo, trilhando vias menos diretas, com o exercício de carpinteiro e o de minerador, chegando a exibir duas medalhas de prestígio.

Se o padre Francisco Moreira, pese embora o seu dever de celibato, experienciou a paternidade. O eclesiástico viu a sua vida continuada através dos filhos que gerou, de que destacamos Lourenço da Costa Moreira e a sua progénie.

Outros migrantes do concelho foram observados, como o filho do padre Lourenço da Costa Moreira, Domiciano da Costa Moreira, que já cursou numa universidade, bem como alguns dos seus descendentes, e foram terratenentes ou senhores de engenho e mesmo altos funcionários da administração pública ou judicial, desenhando percursos de elite.

Entre os parentes do padre Francisco da Costa Moreira encontramos uma ascensão social que os conduz ao topo dos empresários do recôncavo baiano, a família Costa Pinto que, ao longo de gerações, desenhou caminhos múltiplos e complementares, no campo económico

⁸ Contamos, a breve trecho, aprofundar o curso de vida deste migrante.

– em vários sectores de atividade e construiu alianças matrimoniais, algumas com membros destacados da política, como os Dantas, mostrando um elevado pioneirismo, bem patente nas treliças que ia tecendo, como o seu papel na criação do Imperial Instituto Baiano de Agricultura, logo no início da segunda metade do século XIX, para a modernização da agricultura, e a visão do contributo do caminho de ferro e os correlatos ganhos de acessibilidade, entre eles, o escoamento mais fácil de produtos (veja-se a criação da Companhia da Estrada de Ferro de Santo Amaro). Com grande conhecimento da gramática empreendedora, das regras da construção de redes políticas, os dois irmãos Costa Pinto, o conde de Sergimirim e o visconde de Aramaré, e Antonio da Costa Pinto Júnior constituíam o “ patriarcado da modernização agrária do século XIX ” (Pang, 1979, 24). A filha do conde de Sergimirim, Mariana da Costa Pinto, pelo casamento com o barão de Jeremoabo, grande proprietário, industrial e político de relevo ajudou à construção da notoriedade das duas famílias, que continuou nos seus descendentes.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Alvará régio de 2/12/1720 de Dom João V. Acedido em 14 de junho de 2021 em: <https://www.em.com.br> > gerais > interna_gerais,1125409

Lei n.º 1.385, de 4 de maio de 1874. Acedido em 14 de junho de 2021 em: www.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio consultado a 15/7/2021.

A Actualidade: jornal político, litterário e noticioso do Rio de Janeiro, de 15 de junho de 1860, ano II, Edição 00099. Typographia de Quirino & Irmão. Rio de Janeiro, p. 4. Acedido em 14 de julho de 2021, em: <http://memoria.bn.br> >

Correio Paulistano de 23 de dezembro de 1884, ano XXXI, edição 08505. Editor gerente Joaquim Roberto de Azeredo Marques. S. Paulo, p. 3. Acedido em 14 de junho de 2021, em: <http://memoria.bn.br> > docreator > WebIndex >

O guia de Itajubá. Acedido em 14 de junho de 2021, em: <https://oguiadeitajuba.com.br>

Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz (Ed.) Dicionário Histórico-Biológico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-

1930)º. Acedido em 11 de agosto de 2021, em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>

Alves, V. (2019). *Os engenheiros centrais no Recôncavo baiano: 1874-1890. Cachoeira*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Baía. Acedido em 14 de julho de 2021, em: Vinicius Bonifacio Santos Alves (ufrb.edu.br)

Andreoni, J. (2013). *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. 1.ª Edição, Fundação Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro. Acedido em 14 de julho de 2021, em: <https://fundar.org.br> >

Araújo, J. (2012). *Boletim official do GOLU: diálogo da maçonaria portuguesa e brasileira (1869-1909)*. Dissertação de Mestrado em História. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra. 172 pp. Acedido em 14 de julho de 2021, em: <https://bibliot3ca.com>

Bacellar, C. (2019). *A família Galvão de França e as famílias de seus escravos: as múltiplas estratégias de organização familiar de livres e cativos em Itu, 1790-1830*. Em 30.º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, ANPUH, Brasil-Recife. 1-18. Acedido em 14 de julho de 2021, em: <https://www.snh2019.anpuh.org>

Barata, A. (2005). “Grande Oriente tropical: compasso e esquadro na sala de aula. Em O poder secreto da Maçonaria”. *Nossa História*, ano 2/n.º 20. Editada com o Conselho de Pesquisa da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 25. *Apud*: Barata, A. M. (1999). *Luzes e sombras: a ação da Maçonaria brasileira (1870-1910)*. CMU – Editora da Unicamp. Campinas.

Barbosa, W. (1995). *Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais*. Itatiaia. Belo Horizonte-Rio de Janeiro. Acedido em 14 de junho de 2021, em: <http://www.dominiopublico.gov.br>

Boxer, C. (2000). *A idade de ouro do Brasil. Dores de crescimento de uma sociedade colonial*. Nova Fronteira. Rio de Janeiro.

Campista, G. (1914). “Itajubá. 1703-1832. Memória histórica”, em *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Livraria J. Leite (Ed.). Rio de Janeiro V.º 2, 437-485. Acedido em 14 de junho de 2021, em: <http://fgv.br> > itajuba-1703-1832-memoria-historica.

Ferreira, E. (2017). “Servir ao Santo Tribunal”: trajetórias e atuação dos oficiais da Inquisição no termo de São João del-Rei (século XVIII). Dissertação de mestrado em História. (PGHIS/UFSJ) Universidade Federal de São João del-Rei. São João del-Rei. 152 pp. Acedido em 14 de junho de 2021, em: [DissertacaoEricaFerreira.pdf](https://dissertacaoEricaFerreira.pdf) (ufsj.edu.br)

França da, A. (1980). *Cartas Baianas (1821-1824)*. Companhia Editora Nacional. S. Paulo.

Guimaraes, A. (1987). *História de Itajubá*. Imprensa Oficial. Belo Horizonte.

Instituto Genealógico Brasileiro (Ed.). *Revista genealógica brasileira*, 1942, ano III, 1.º semestre de 1942, n.º 5,

9 Ver verbete Imperial Escola Agrícola da Bahia.

- 188 e 193-194. S. Paulo – Brasil. Acedido em 20 de julho de 2021, em: <https://ihgb.org.br> › Pesquisa › Hemeroteca › Periódicos
- Junior, A. e Imbiriba, M. (2013). “Inquisição e imigração: as trajetórias de familiares do Santo Ofício no Estado Grão-Pará e Maranhão e na capitania do Ceará (séc. XVIII)”. Fernando S. et al (org.). *De colonos a emigrantes e (imigração) de portugueses para o Brasil*. Editora Alameda. S. Paulo. 397-408.
- Júnior, M. (1875). *Das operações reclamadas pelas collecções de líquidos no thorax*. Tese de doutoramento em Medicina, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Typographia da Reforma. Rio de Janeiro. Acedido em 14 de julho de 2021, em: Teses Médicas (cultura.mg.gov.br) 25 pp
- Lima, A. (1981). *Teodoro Sampaio: sua vida e sua obra*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador. 158 pp. Acedido em 14 de julho de 2021, em: [https://ppgh.ufba.br](https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br) › sites › ppgh.ufba.br ›
- Lopes, L. (2018). *Indignos de servir: os candidatos rejeitados pelo Santo Ofício português (1680-1780)*. Tese de doutoramento em História. Universidade Federal de Ouro Preto Mariana. 309 pp, Acedido em 14 de julho de 2021, em: REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFOP: Indignos de servir : os candidatos rejeitados pelo Santo Ofício português (1680-1780).
- Magalhães, A. (1901). Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes, secretario do interior, contendo consultas jurídicas e outros trabalhos. Imprensa: Imprensa Oficial de Minas Geraes. Cidade de Minas. Acedido em 14 de julho de 2021, em: <https://www.lexml.gov.br> › urn › urn:lex:br:redede.virtual...
- Magalhães, Aureliano Moreira (1903). Relatório apresentado aos Exmos. Srs. Dr. Delfim Moreira da C. Ribeiro e Dr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, secretarios do interior e das finanças, contendo consultas, questões jurídicas e fiscais. Imprensa: Imprensa Oficial do Estado. Belo Horizonte. Acedido em 14 de julho de 2021, em: <https://www.lexml.gov.br> › urn › urn:lex:br:redede.virtual...
- Moreira, D. (1839). *Considerações geraes sobre a syphilis*. Tese de doutoramento em Medicina. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 46 pp. Acedido em 14 de julho de 2021, em: 273767.pdf (ufrj.br)
- Moura, C. (1973). *Os Galvão de França no povoamento de Santo Antônio de Guaratinguetá, (1733-1972)*. Gráfica da Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, S. Paulo, 2.ª edição. V.º2. Acedido em 14 de julho de 2021, em: <http://pt.pankracdudok.xyz>
- Oliveira de, C. (2016). *Estudo historiográfico dos tratamentos psiquiátricos no Brasil: mentalismo e organicismo de 1830 a 1859*. Tese de doutoramento. Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas–UNICAMP. Campinas. Acedido em 14 de julho de 2021, em: <http://repositorio.unicamp.br>
- Pang, E. (1979). *O Engenho Central do Bom Jardim na Economia Baiana. Alguns aspetos da sua história 1875-1891*. Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro.
- Reis dos, P. (1965). “Os puri de Guapacaré e algumas achegas à história de Queluz”. *Revista de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de S. Paulo*. São Paulo, V.º 30, n.º 61:117-158. Acedido em 14 de julho de 2021, em: revistas.usp.br/revhistoria/issue. V. 30 n.º 61 (1965), 117-158.
- Revista trimestral de história e geographia ou Jornal do Instituto*, Tomo I, 4.º trimestre de 1839. Typografia Universal de Laemmert. Rio de Janeiro, 1856.
- Rodrigues, A. (2009). “Formação e atuação da rede de comissários do Santo Ofício em Minas colonial”, *Revista Brasileira de História*. São Paulo, V.º 29, n.º 57: 145-164. Acedido em 14 de junho de 2021, em: Redalyc.Formação e atuação da rede de comissários do Santo Ofício em Minas colonial.
- Sobrinho, J. (2006). *Para o sul das minas colonial: formação e estrutura produtiva da freguesia de Itajubá (1766-1810). Usos do passado, XII Encontro Regional de História, ANPUH*. Rio de Janeiro. 1-11. Acedido em 14 de junho de 2021, em: <http://www.snh2011.anpuh.org>
- Santos dos, M. (2013). “Inquisição e família: possibilidades a partir da habilitação de familiar do Santo Ofício”, *Revista Estudos Amazônicos*. Vol. N.º IX, n.º 1. 101-130.
- Sette, B. e Junqueira, R. PROJETO COMPARTILHAR. Acedido em 14 de julho de 2021, em: www.projotocompartilhar.org
- Sousa de, R. “Theodoro Sampaio: um intelectual enciclopédico brasileiro”. *XX Encontro Regional de História, História em Tempos de Crise*, 26 a 29 de julho de 2016, UFTM –UBERATABA/MG.1-10.
- Vasconcellos, B. e Vasconcellos B. (org.) (1918). *Archivo Nobliarchico Brasileiro*. Impremerie de la Concorde. Lausanne, Suisse.
- Reis dos, P. (1965). “Os puri de Guapacaré e algumas achegas à história de Queluz”. *Revista de História*, Universidade de S. Paulo. S. Paulo. Acedido em 14 de julho de 2021, em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article>
- Veiga da, B. (1874). (org., red., ed.), *Almanach Sul – Mineiro*, 00001. Typografia do Monitor Sul Mineiro. Campanha. Acedido em 14 de junho de 2021, em: Almanaque Sul Mineiro 1874 by Fundação Cultural de Varginha/MG – issuu
- Veiga da, B. (1884) (org., red., ed.), *Almanak Sul – Mineiro*, 00002. Typografia do Monitor Sul Mineiro. Campanha da Princesa. Acedido em 14 de junho de 2021, em: Almanaque Sul Mineiro 1884 by Fundação Cultural de Varginha/MG – issuu

3.4 A Agricultura e os Partidos Políticos na Primeira República

↳ **TEXTO** ANTÓNIO JOSÉ QUEIROZ

RESUMO

O presente estudo reproduz a comunicação feita nos Encontros de Outono de 2012, edição subordinada ao tema: “A agricultura Portuguesa – Da Regeneração Oitocentista ao século XXI”. Numa panorâmica geral, desde 1910 a 1925, tempo balizado pela tentativa falhada de criação de um Partido Agrário Nacional e pelo surgimento do Partido Popular Agrário (nascido à sombra do PCP), dar-se-á conta das tentativas avançadas pelo poder político para solucionar o “problema da terra” ou a “questão agrícola”.

Os "Encontros de Outono" têm suscitado um vivo interesse por parte de inúmeros investigadores e contribuído para um significativo avanço no conhecimento da História Contemporânea. A edição de 2012 foi subordinada a um tema que, apesar da sua dimensão multifacetada, raramente merece a atenção que a sua importância requer. Louve-se, pois, esta feliz iniciativa que, remando contra a maré, honra o Museu Bernardino Machado e a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.

No dia 28 de Agosto de 1910 realizaram-se as últimas eleições legislativas do regime monárquico. A vitória coube aos *governamentais*, do chamado Bloco Liberal (58%, com 89 deputados), que conseguiu impor-se ao Bloco Conservador (33%, com 50 deputados). Sem surpresa, os republicanos levavam os Parlamento 14 deputados (a que correspondia uma percentagem de 9%)¹.

Mais que partidos, o que então havia em Portugal eram grupos. Entre os monárquicos, fossem eles regeneradores ou progressistas, como dizia Fernando Pessoa, não havia "ideologias diferentes, mas apenas grupos sem noção diferente das coisas e, portanto, como em todo o caso onde a inteligência não impera, governados apenas pelos instintos e pela politiquice de caciques" (Pessoa, 1978: 17). Daí que no Bloco Liberal, isto é, na esquerda do regime, se posicionassem os dissidentes progressistas, de José de Alpoim, os franquistas, de Melo e Sousa e Malheiro Reimão, e os católicos de cariz franciscano, de Quirino de Jesus e Abúndio da Silva, defensores da democracia cristã. No Bloco Conservador, isto é, na direita, agrupavam-se os progressistas, de José Luciano, os regeneradores de Campos Henriques, os franquistas de Vasconcelos Porto, e os nacionalistas de Jacinto Cândido.

Quanto aos republicanos, estavam também longe de constituírem um bloco homogêneo, como se veria em breve, podendo falar-se numa esquerda, à volta de Afonso Costa (e do jornal *O Mundo*), e de uma direita, à volta de Brito Camacho (e do jornal *A Lucta*).

Na *Gazeta das Aldeias*, um popular "*semanário de propaganda agrícola e vulgarização de conhecimentos úteis*", fundado a 5 de Janeiro de 1896 pelo Padre João Pereira Vidal e pelo vitivinicultor Júlio Gama, um dos seus colaboradores, o publicista Júlio de Melo e Matos, especialista em assuntos de caça, comentava, em Setembro de 1910, as referidas eleições legislativas. Ao percorrer as listas de candidatos a deputados, o articulista referia que em nenhuma delas constavam os nomes "da resumida e brilhante plêiade de agrónomos e publicistas" que vinham dedicando à causa agrícola "a sua inteligência e a sua propaganda".

1 Nas eleições anteriores, em 5 de Abril de 1908, haviam conseguido apenas seis.

Onde ficava, pois, “a verdadeira representação nacional”?, questionava Júlio de Melo e Matos. Que classe tinha “mais direito, pelo número, pelo trabalho, pela riqueza, a ter representação do que a classe agrícola?”. Não ignorava que a grande massa dos eleitores, embora fosse “forte pelo número”, era “fraca pelo isolamento” em que se encontrava. Não ignorava ainda que nas aldeias se votava “para acompanhar um amigo, um compadre, um patrão”. Sabia também que se alguns deputados eram “grandes lavradores”, estavam no Parlamento “não por essa característica, mas pela situação partidária que representa[va]”. Daí que, nos debates em que estava em jogo a agricultura, se não orientassem “pelos interesses da terra portuguesa, mas pelo santo-e-senha” que lhes davam “o chefe político”. Por tudo isso é que, “justificadamente”, o eleitor rural assistia “indiferente à vitória de uns ou de outros”, já que todos lhes eram “desconhecidos”.

O quadro real das eleições era, pois, “desanimador”. Fora assim no passado, assim seria no futuro, a não ser que a classe agrícola tivesse efectivamente no Parlamento os seus defensores, que conquistassem “para a grande família rural portuguesa as regalias a que aspira[va]”. E que regalias eram essas? Júlio de Melo e Matos respondia deste modo: “a difusão do ensino agrícola sob uma forma prática e experimental; o aumento dos agrónomos, silvicultores e veterinários do Estado e dos municípios; a uniformização e barateamento das tarifas ferroviárias; a irrigação, transformada de uma utopia numa realidade; a polícia real efectiva; o complemento da rede de comunicações terrestres e fluviais; e, enfim, o crédito agrícola organizado de uma forma democrática, beneficiando principalmente o pequeno proprietário”.

Tudo isto, porém, só seria possível quando se realizasse “uma coisa muito fácil e muito difícil: quando todos os lavradores portugueses” o quisessem².

Pouco tempo após a implantação da República, renovando uma ideia antiga da *Gazeta das Aldeias*, o seu director, Júlio Gama, lançava “um apelo patriótico à grande família agrícola portuguesa”: a criação do Partido Agrário Nacional. A intenção, dizia, não era a de “combater inimigos novos”; o que pretendia com a sua iniciativa era, isso sim, “conquistar no novo regime” que fora “pertinazmente” negada aos agricultores ao longo dos últimos anos. O Partido Agrário Nacional não hasteava, pois, “um pavilhão de guerra” mas pretendia acolher-se “à bandeira sagrada da pátria”; não seria “um partido revolucionário”, antes “a legião da Paz”; não se entregaria “à idolatria política”, já que vinha “condensar a voz e as aspirações legítimas de três milhões de indivíduos”, tantos eram os que constituíam “a classe agrícola portuguesa”³.

2 *Gazeta das Aldeias*, 18/9/1910, p. 133.

3 *Gazeta das Aldeias*, 25/12/1910, p. 301.



Partido agrário nacional

Com este número encerra a *Gazeta das Aldeias* o seu décimo-quinto anno de existência.

Poucas pessoas poderão avaliar a somma de sacrificios, de esforços e de trabalho absorvente que representam os trinta volumes publicados deste periódico, que pôde ufanar-se de têr exercido na lavoura nacional uma influência fecunda, combatendo preconceitos, propagando novos métodos culturais, suggerindo práticas proveitosíssimas, educando as populações rurais, promovendo em summa o resurgimento da nossa primeira indústria. E só os mais íntimos conhecem as graves contrariedades e amarguras que por mais de uma vez trouxeram o desalento a quem assumira o encargo de sustentar e dirigir esta publicação.

Pois bem: a certeza, assente em factos incontestáveis, de que realmente a *Gazeta das Aldeias* tem sido um lealíssimo amigo e defensor estrénuo dos lavradores portugueses, e que no culto dessa affeição e no exercício dessa defeza tem prestado á nossa pátria bons serviços; e a consoladora convicção de que esta obra evangelisadora tem sido reconhecida e abençoada por grande número de agricultores, dão-nos valor bastante para que continuemos consagrando a nossa actividade á causa que ha quinze annos abraçamos com ardôr e animados de esperanças, que felizmente não foram inteiramente frustradas.

E hoje, mais do que nunca, precisamos apercebêr-nos para a batalha, e fortalecêr-nos pela união agrícola, não para combater inimigos novos, mas para conquistar no novo regime a protecção que pertinzmente nos foi negada durante aquêlle longo periodo de combate.

Dentro do nôvo regime ha lugar para a constituição de um nôvo partido, que tem de organizar-se, traçar e estabelecer o seu programma, defendê-lo em todos os campos — na associação, na imprensa, no parlamento — partido verdadeiramente patriótico, porque precisamente êlle deverá têr por principais pontos de apoio a *Ordem* e o

Trabalho, como factôres da riqueza e da felicidade da pátria!

Esse partido não hasteia um pavilhão de guerra—acolhe-se á bandeira sagrada da pátria; não é um partido revolucionário—é a legião da Paz; não se entrega á idolatria política—vem condensar a voz e as aspirações legítimas de três milhões de indivíduos, que constituem a classe agrícola portuguesa. Esse partido é, emfim, o Partido Agrário Nacional.

A ideia não é nova, a iniciativa não é de hoje. Ha muitos annos que a *Gazeta das Aldeias* a lançou, e já por mais de uma vez foi renovada. As condições políticas e sociais em que o país se encontrava, é que eram adversas á viabilidade de tal projecto.

Agora, que entramos numa phase de renovação da sociedade portuguesa, é indispensável que todos os bons agricultores despertem da atonia em que têm vivido e venham entrar na liça para fazerem vingar as suas justas reivindicações.

Façamos, pois, o Partido Agrário Nacional!

E para que possamos sabêr se esta iniciativa é bem acolhida por aquêlle a quem tanto interessa, convidamos todos os nossos leitores a communicarem-nos o mais breve possível a sua opinião sobre tão momentôso assumpto, e as disposições em que estejam de apoiar esta iniciativa e prestar o seu concurso para a formação do Partido Agrário Nacional.

E' este um plebiscito dos mais opportunos e dos mais justificados. As opiniões que nos forem dirigidas devem sêr sempre assignadas, e serão ou não publicadas, segundo os signatários o indiquem. Quando queiram que sobre a iniciativa da organização do partido se conte apenas o seu voto negativo ou affirmativo, deverão pôr a indicação *reservado*.

No dia consagrado á festa da família, lançamos nós este appêllo patriótico á grande família agrícola portuguesa! Que isto nos seja proprio—e que ella aceite as nossas mais affectuosas saudações!

JÚLIO GAMA.

A Gazeta das Aldeias

pêde aos seus presadíssimos collegas da imprensa jornalística a inestimável finêza de citarem este periódico, quando quizerem honrá-lo, fazendo d'elle alguma transcrição



Assignante dêste jornal escreveme apresentando-me dúvidas relativamente á conservação dos bagaços e á sua distillação para o preparo de aguardente, tão largamente usada no nosso país sob o nome de *Bagaçeira*. Quando esta aguardente provém de bagaço de vinhos de primeiras qualidades, forma um producto fino, grato ao paladar e que pôde sêr considerado como um cognac de segunda ordem, com vantagens para o organismo, e sem os inconvenientes dos aperitivos baseados em álcooes industriaes.

O bagaço conserva-se perfeitamente bem durante meses, desde que seja mettido e comprimido em recipientes de madeira, de pedra ou de alvenaria, hermeticamente fechados e fora de toda a acção do ar exterior.

A distillação dos bagaços faz-se geralmente a fogo nû. O bagaço é desfeito á mão, o mais dividido possível, e deitado na caldeira onde se lhe junta água pura que o banhe por completo, a fim de que as partes sólidas não se queimem no fundo ou em contacto com as paredes do recipiente.

Dispõe-se nêste uma camada de palha ou uma grade, afim de sustentar a massa e isolá-la do metal directamente em contacto com o fogo da fornalha.

E' sempre conveniente mexêr a massa para evitar a sua prejudicial adherência ás paredes do fundo do recipiente. Para evitar esquecimentos, muitos dos alambiques modernos possuem agitadores apropriados a este fim.

Collocada a tampa do alambique, fixa-se a serpentina, e, logo que o reservatório desta estiver cheio de água fria para a condensação dos vapôres, deita-se lume á fornalha. Tapam-se cuidadosamente todas as juntas do alambique com papel e massa de farinha ou barro, a fim de se evitar que haja perda de vapôres espirituosos.

Assim que o aquecimento da massa se accentua, os vapôres que começam a sair da caldeira vão-se condensar na serpentina sañdo sob a forma de uma espécie de aguardente leitosa, de forte cheiro acre e

Fig. 1 Gazeta das Aldeias - n.º 782 - 25 Dez. 1910

Duas semanas depois, Júlio Gama voltava à carga: o programa do Partido Agrário Nacional seria “a consubstanciação das aspirações justas da Lavoura Nacional”. E mesmo que o partido não viesse a organizar-se, “algum proveito” haveria “em agitar a opinião dos lavradores sobre este assunto, chamando-os à defesa dos seus interesses”⁴.

Ao repto lançado na *Gazeta das Aldeias* responderam agrónomos, pequenos e grandes proprietários e agricultores e até um político e intelectual republicano de indiscutível prestígio, como era o caso de Tomaz Cabreira. As opiniões, naturalmente, dividiram-se: o engenheiro agrónomo Carlos de Melo e Faro Coutinho, por exemplo, considerava a constituição de um Partido Agrário Nacional não apenas uma necessidade mas até “uma medida complementar de alta significação para a indispensável consolidação da República”⁵.

Para o já referido Júlio de Melo e Matos, a designação de “partido” não era feliz. Nos partidos políticos havia “chefes com um programa administrativo”, havia “dirigentes vitalícios” destinados “às diversas pastas ministeriais”; havia “os centros locais”, que glorificavam “os seus patronos” e vociferavam “contra a obra dos adversários”. O Partido Agrário Nacional não podia ser nada disso: tinha de viver “com todas as instituições, com todos os governos, com todas as maiorias parlamentares”. Não tinha que ter “chefes vitalícios, nem candidatos a regedores ou a comissários de governo”: devia aspirar apenas “a ter representantes no parlamento e na pasta da agricultura”. Os seus centros locais deveriam ser, pois, “as associações disseminadas pelas mais humildes povoações, sob as direcções eleitas”. Simples associações de classe ou sindicatos, nelas caberiam “todas as opiniões políticas”, fossem de miguelistas, de republicanos radicais ou de socialistas. Os “chefes” seriam os directores dessas associações; a defesa dos interesses agrícolas constituiria o seu programa “único e imutável”. Por tudo isto, Júlio de Melo e Matos considerava “irrealizável”, pelo menos temporariamente, o Partido Agrário Nacional, pois tudo o que fosse um “partido no significado vulgar da palavra” não passaria de “uma especulação eleitoral”⁶.

Também Francisco Machado se pronunciou contra a ideia de fazer do Partido Agrário Nacional um partido político: os agricultores, em sua opinião, não precisavam “de política”: precisavam, isso sim, “de estradas, de caminhos-de-ferro, de crédito, de ensino profissional e da solução de outros tantos problemas indispensáveis ao progresso da nossa indústria”⁷.

Outro participante do debate, o naturalista e agricultor João Salema, colocava uma questão muito concreta: fora possível criar um Partido Agrário durante a Monarquia? Não. Pois também o não seria na República. Se era certo que o 5 de Outubro mudara, “como por encanto, as instituições”, os homens, esses, “infelizmente”, ficaram “com os mesmíssimos defeitos”. Num “país de

4 *Gazeta das Aldeias*, 8/1/1911, p. 13.

5 *Gazeta das Aldeias*, 15/1/1911, p. 25.

6 *Gazeta das Aldeias*, 22/1/1911, pp. 37-38.

7 *Gazeta das Aldeias*, 29/1/1911, p. 49.

doutores e analfabetos” como o nosso, necessário e indispensável era dar “educação cívica” ao povo das aldeias, sem a qual seria impossível “uma política limpa”, chamasse-se ela “agrária” ou “outra qualquer designação”. Aconselhava por isso Júlio Gama a pôr de lado, “por alguns anos, a ideia do Partido Agrário” e, em vez disso, trabalhar “na fundação da Liga Nacional da Educação Cívica e Instrução Profissional”. Quando esta produzisse “os seus benéficos frutos”, então, se ainda fossem vivos, ir-se-ia ao Partido Agrário Nacional⁸.

Um grande proprietário e vitivicultor de Manhufe, lugar da freguesia de Mancelos, do concelho de Amarante, o monárquico José Emídio de Sousa Cardoso (pai do pintor Amadeo de Souza-Cardoso), num artigo que respondia sobretudo ao que Júlio de Melo e Matos escrevera, dizia não conceber que um partido, fosse de que natureza fosse, tivesse “viabilidade sem chefes ou directório”, que tivesse “representantes sem acordos políticos”. O *plebiscito* da *Gazeta das Aldeias* mais não passava, pois, “de uma tremenda maçada”.

Num registo que denunciava um evidente ressabiamento pelas mudanças políticas acontecidas no país, dizia José Emídio de Sousa Cardoso que se principiasse “por pouco”, porque pouco se podia “pedir à fraqueza dos nossos recursos”. Que não se pensasse “por enquanto em prescindir do apoio e auxílio governamental, visto que o nosso povo agrário é pouco dado a espontaneidades, pouco generoso no seu concurso e menos ainda no seu patriotismo, vencido sempre por uma mórbida indiferença”. Não se devia, pois, contar com ele “para o primeiro lance”. Era preciso ir “marcando passo”, até que ele (povo) se convencesse, se instruisse e, por último, se entusiasmasse.

Atendendo ao “estado de atraso e incompreensão” que então se vivia em Portugal, José Emídio de Sousa Cardoso propunha, pois, que o governo lavrasse um decreto “destinado à formação de juntas ou comissões agrícolas municipais”, que seriam eleitas, em simultâneo, com as câmaras municipais. Com o mesmo número de vogais e de sessões, sujeitas à mesma organização administrativa, “o seu programa de fiscalização e administração seria variado e extensivo a todos os ramos de cultura, indústria e comércio agrícola, de que poderiam auferir receita, sem prejuízo sensível dos beneficiados com a sua gerência”. O mesmo decreto determinaria novamente a constituição dos Conselhos Distritais de Agricultura ou Juntas Provinciais, a quem competiria “uma nova organização e larga autonomia administrativa, em atribuições compatíveis com a sua acção e recursos”. Como vogais ficariam os presidentes das Juntas Municipais, que se reuniriam, em épocas determinadas, na sede do distrito ou da província. Os assuntos de maior importância, “que ficassem fora da sua alçada”, seriam estudados, discutidos e coordenados em projectos de leis, após o que seguiriam para a Direcção-Geral de Agricultura, a quem, por sua vez, “como estação tutelar”, competiria revê-los e remodela-los, “em harmonia com as forças do tesouro e da utilidade pública regional”. Cumprida esta última

8 *Gazeta das Aldeias*, 5/2/1911, p. 61-62.

formalidade, os projectos dariam entrada no Parlamento, no qual teriam assento, “por nomeação do governo”, os directores-gerais da Agricultura e do Mercado Central de Produtos Agrícolas, bem como o presidente da Associação Central da Agricultura. Mas isto apenas quando se tratasse da discussão e aprovação dos ditos projectos. Só assim, concluía José Emídio de Sousa Cardoso, com uma organização “encadeada de baixo para cima”, poderiam “surtir os efeitos desejados e despertar a população rural da inércia e indiferença” em que se deixava sucumbir⁹.

O debate, como se vê, ameaçava degenerar num impasse, situação que levou Júlio Gama a simplificar o que designava por plebiscito, reduzindo-o “a uma forma mais prática”. Os leitores da *Gazeta das Aldeias* que eram pela organização do Partido Agrário Nacional apenas teriam de dizer “adiro”; quem não concordasse, responderia “não adiro”. A abstenção, dizia Júlio Gama, é que daria “uma deplorável ideia da educação cívica dos lavradores”¹⁰.

Apesar de um leitor do Espinhal, do concelho de Águeda, Joaquim Pires Claro, concordando embora com a organização do partido, questionar o *timing* escolhido para o plebiscito, que, em sua opinião, colidia com o momento político que se avizinhava, isto é, a eleição da Assembleia Nacional Constituinte”, nem assim Júlio Gama o suspendeu. Ressalvava, porém, que não pretendia que a organização do Partido Agrário Nacional pudesse “redundar num movimento perturbador da acção republicana”. Sabia, aliás, que não haveria tempo para organizar o partido antes das referidas eleições (que tiveram lugar a 28 de Maio de 1911). Mas isso não impediria que todos quantos se interessavam pelo assunto ficassem habilitados a conhecer as forças com que a lavoura portuguesa podia contar para a organização de um partido seu¹¹.

As respostas com as adesões começaram, de facto, a chegar, de norte a sul do país. Mas em número reduzido. Um dos agricultores aderentes era Joaquim Bernardino de Sá Costa Reis, de Vila Nova de Famalicão. Algumas respostas foram negativas. Entre elas, a de Tomás Cabreira, republicano histórico, militar e professor da Escola Politécnica de Lisboa. Em carta datada de 20 de Março de 1911, na qualidade de “pequeno lavrador algarvio”, justificava deste modo a sua posição:

“Eu tenho a opinião que um partido exclusivamente agrícola não é viável e que o único meio dos agricultores conseguirem a realização das suas aspirações consiste na formação de um grande partido de governo que concentre todas as forças vivas nacionais. Fatalmente, num prazo curto, e após a eleição das Constituintes, a política portuguesa se há-de desdobrar em dois grandes partidos, um tendo por objecto principal as reformas políticas e sociais e outro destinado principalmente a desenvolver o comércio, a indústria e a agricultura, de modo a dar ao nosso país um lugar de destaque nos mercados estrangeiros.

9 *Gazeta das Aldeias*, 12/2/1911, pp. 73-75.

10 *Gazeta das Aldeias*, 26/2/1911, p. 97.

11 *Gazeta das Aldeias*, 12/3/1911, p. 121.

Pôrto—Domingo, 8 de Janeiro de 1911

16.º ANNO—N. 784



Semanário Ilustrado de Propaganda Agrícola
e Vulgarização de Conhecimentos Úteis
(FUNDADO EM 1896)

Premiado com medalha de prata na Exposição Industrial Portuguesa de 1897, grande diploma de honra na Exposição da Imprensa de 1898, medalha de bronce na Exposição Universal de 1900, medalha de ouro na Exposição Hortícola do Palácio de Crystal Português de 1900, medalha de ouro na Exposição Agrícola do Palácio de Crystal Português em 1903, medalha de bronce na Exposição Universal de S. Luis (Estados Unidos da América) em 1904 e medalha de prata na Exposição do Rio de Janeiro em 1908

DISTRIBUE-SE AO DOMINGO EM TODO O PAÍS

Administração e redacção
Rua do Sá da Bandeira, 257-1.º—Pôrto

Proprietário e Director—JÚLIO GAMA

Composto e Impresso na Imprensa Portuguesa
De Assalho de Moraes, Alvesvelles—Pôrto

ASSIGNATURA

—Um anno, 28000 réis; um semestre, 15000 réis.
Brasil (em moeda portuguesa)—Um anno, 25250 réis.
Qualquer país estrangeiro (excepto Hespanha) 15,00 fr., ou importância equivalente na moeda do país.
A assignatura conta-se sempre a partir de 1 de Janeiro ou 1 de Julho de cada anno.

Número avulso—50 réis

Pelo correio, pôde fazer-se a assignatura enviando o pedido e respectiva importância em vale do correio ou carta registada, ao director da GAZETA DAS ALDEIAS.

Directamente, pôde fazer-se a assignatura e pagar a respectiva importância, na administração da Gazeta das Aldeias, rua do Sá da Bandeira n.º 257-1.º andar, Pôrto.

Como espécime, remette-se um exemplar gratuitamente a quem o requisitar.

Toda a correspondência relativa à GAZETA—a Júlio Gama, Rua do Sá da Bandeira, 257-1.º andar—Pôrto

ANNÚNCIOS

Annúncios avulsos ou eventuais:
Uma só ou primeira inserção, 100 réis cada linha de columna (cárpico B).
Cada repetição do mesmo annuncio, 80 réis a linha.

Annúncios permanentes:
De trinta e os 12 publicações seguidas, 60 réis a linha de columna, em cada publicação.

De sessenta ou 24 publicações seguidas, 40 réis a linha, em cada publicação.

De anno ou 60 publicações seguidas, 30 réis a linha em cada publicação, ao de publicar annuncios.

Em qualquer das casas precedentes os srs assignantes, que tenham pelo menos um anno de assignatura, a 30 dias, gozam a contagem do desconto de 25 por cento.

Annúncios multa página, 250 réis a linha, sem deducção alguma.
A publicação de annuncios é inalteravelmente regulada por esta tabella, sendo de todo inutil que nos envieis qualquer proposta para a modificação destas condições.

SUMMARY

PARTIDO AGRÁRIO NACIONAL—Júlio Gama, António de Carvalho Cirne e Alfredo Moutinho da Fonseca.
TECNOLOGIA RURAL: O vinho referido no botado—Henrique Coêlho.
ZOOTECNIA: Os ramos das árvores na alimentação do gado—Eduardo Sequeira.
HORTA E JARDIM: As Glicínias da China (com gravuras)—Eduardo Sequeira.
ARBORICULTURA: Pêra Delices de Froyennes—Eduardo Sequeira.
PUBLICAÇÕES—Dr. Júlio A. Henriques.
HYGIENE E MEDICINA PLÁTICA: A peste (III)—P.º Daniel da Cruz.
ECONOMIA DOMÉSTICA: Preparo de gallinholas—D. Sophia de Sousa.

CONSULTAS: 22, Pê topinho no boi—23, Preconceitos sobre a raiva dos cães—24, Chaveira e a glicícerose do pórcico—25, Bronchite do cavallo—26, Seguros pecuários—27, Esgana do cão—J. V. de Paula Nogueira.
28, Aduações para jacinthos e ranúnculos—29, Colmeias com zangãos—30, Trabalhos sobre a flora—Eduardo Sequeira.

SECÇÕES E ARTIGOS DIVERSOS: A CRISE DURIEUSE—ECONOMIA AGRÍCOLA: Exportação dos productos agrícolas (III) (com gravuras)—CRÓNICA DOS ACONTECIMENTOS.
FOLHETIM: BAZAR DE ANTIQUIDADES, romance illustrado, de Carlos Dickens, tradução livre do João da Azenha.

Ainda dispomos de alguns CANIVETES DE ENXERTIA typo Kund, o mais próprio para a enxertia da vinha.

Este excellento canivete, que dêde ha annos fornecemos sempre com agrado dos assignantes que o adquirem, **custa apenas 400 réis.**

Todos os assignantes que desejem adquirir este brinde podem fazer dêde já os seus pedidos, dirigindo-os á administração da *Gazeta das Aldeias*, rua do Sá da Bandeira, n.º 257-1.º, Pôrto,—acompanhando sempre o pedido da respectiva importância, pois nos causa grande embaraço abrir numerosas contas para este serviço especial.

Pedimos aos srs. assignantes que não façam as remessas de dinheiro em sellos ou estampilhas, mas sim em vale do correio ou ordem postal.

Fig. 2 Gazeta das Aldeias—n.º 784—8 Jan.1911

É preciso conjugar, o que é fácil, todas estas forças vivas para que tal desideratum se consiga. Lavradores ou industriais isolados pouco poderão fazer; coligados num grande partido é fácil alcançarem o triunfo e a realização prática do seu programa”¹².

Contrário à ideia da formação desse partido se mostrava também J. Soares das Neves, de Coimbra, por não ver maneira, “supondo possível a sua organização, dele dar os resultados práticos que adviriam de uma sólida organização dos lavradores desprendidos da veleidade de eleger representantes seus”. Havia, pois, que afastar a “política”, que considerava ser a causa da desunião dos agricultores. Havia, isso sim, que organizar sindicatos, cooperativas e associações agrícolas e estabelecer entre estas organizações “fortes laços de solidariedade”. Em vez de tentar formar um partido, Soares das Neves aconselhava a *Gazeta das Aldeias* a encetar uma campanha a favor do crédito agrícola, “fornecendo ao lavrador as noções elementares para a fundação das Caixas de Crédito Agrícola”, explicando, simultaneamente, as disposições da lei que sobre o assunto o Governo Provisório havia publicado no mês anterior¹³.

Apesar de considerar as adesões valiosas, tanto pelo número como pela qualidade, Júlio Gama, muito pragmaticamente, confessava não se lhe afigurar ser possível “dar uma orientação prática” à sua iniciativa enquanto não terminasse o período o eleitoral. Adiantava, porém, julgar indispensável a realização de um congresso de agricultores, que discutisse “o problema proposto” e apreciasse as bases que lhe fossem apresentadas “para a formação de um Partido Agrário”, elegendo “a comissão incumbida de elaborar definitivamente a lei orgânica desse partido e o seu programa de acção”¹⁴.

Terminado o período eleitoral e aprovada a nova Constituição, a ideia da criação do Partido Agrário Nacional foi abandonada pela *Gazeta das Aldeias*. A nível partidário, porém, nada ficaria como dantes. Finda essa “primeira jornada”, já não havia motivos que impedissem “o embate formidável” entre os homens que haviam feito a República. Os partidos, segundo o deputado democrático (ex-socialista) Sá Pereira, “estavam de antemão formados”¹⁵.

Quebrada a aparente unidade do PRP, a maioria dos republicanos permaneceria nas suas fileiras, acompanhando Afonso Costa; outros juntaram-se a António José de Almeida e Manuel Brito Camacho na União Nacional Republicana, cujo programa seria dado a conhecer na edição de 21 de Dezembro de 1911 do jornal *A Lucta*. A ligação entre estes dois dirigentes revelar-se-ia, porém, efémera, prolongando-se apenas até Fevereiro de 1912. Neste mesmo

12 *Gazeta das Aldeias*, 26/3/1911, p. 145.

13 *Gazeta das Aldeias*, 2/4/1911, p. 157. A lei, de 1 de Março (e não de 2 de Março, como, por lapso, referia Soares das Neves), da responsabilidade do ministro do Fomento, Brito Camacho, criava a Junta de Crédito Agrícola e facultava “aos agricultores que efectiva e directamente explorem a terra e às associações agrícolas devidamente organizadas os recursos necessários para a constituição, aumento e mobilização do respectivo capital de exploração”.

14 *Gazeta das Aldeias*, 23/4/1911, p. 193.

15 “A decadência do Partido Democrático II”, *O Mundo*, 21/10/1926, p. 1.

ano, António José de Almeida funda o Partido Republicano Evolucionista¹⁶ e Brito Camacho a União Republicana¹⁷.

Apesar de Pedro Fazenda, futuro membro da Esquerda Democrática, considerar que os primeiros partidos da República foram “simples manifestações do mesmo fenómeno político: três pessoas distintas num só deus verdadeiro” (Fazenda, 1921: 65), havia diferenças (algumas bem significativas), que não se confinavam a simples fenómenos “personalistas”. E isso mesmo poderia verificar-se a nível das políticas agrárias: se é verdade que democráticos e evolucionistas preconizavam medidas afins relativamente à reflorestação, sistemas de irrigação e desenvolvimento do crédito agrícola, os primeiros iam bem mais longe, sublinhando também as questões relacionadas com o ensino agrícola, cooperativas de produção, enfiteuse e subinfiteuse em zonas de latifúndio, defesa de pequena propriedade e regulamentação de legislação relativa aos salários e horários de trabalho dos trabalhadores rurais, questões praticamente ignoradas por evolucionistas e unionistas. Estes últimos, pese embora o seu líder, Brito Camacho, tivesse sido ministro do Fomento (responsável, portanto, pelo sector da Agricultura), de concreto propunham apenas o recolhimento dos vadios em colónias penais agrícolas e a rápida organização do cadastro rústico, que serviria de base para a reforma da contribuição predial, nele assentando igualmente o regime de crédito hipotecário (Leal, 2008: 153-154, 202-205, 212-216).

Embora tenha sido o partido com mais tempo no poder durante a Primeira República, o PRP esteve longe de o monopolizar. E se é certo serem raros os governos em que não esteve representado, não deixa também de ser verdade que poucos foram os governos exclusivamente democráticos. Em vários desses governos a pasta do Fomento (e mais tarde a da Agricultura) acabaria por ser sobraçada por ministros estranhos ao PRP. Esta situação, naturalmente, não era vista com bons olhos pelos militantes democráticos, que disso não deixavam de dar conta nos congressos do partido. E mesmo quando à frente da respectiva pasta estavam figuras gradas do PRP, como era o caso de António Maria da Silva, o escrutínio da acção governativa era apertado e severo, o que levaria este dirigente (e então ministro) a afirmar, durante a leitura do seu relatório no congresso de 1913, avultarem as dificuldades para a “perfeita organização” dos serviços do seu ministério. Daí considerar que, “só mediante um aturado estudo e uma prudente e equitativa distribuição das verbas orçamentais”, fosse possível realizar a obra de fomento reclamada pelas necessidades públicas. O que tinha para apresentar, naquilo que dependia da Direcção-Geral da Agricultura, não era, de facto, nada que se comparasse às ditas necessidades; e o que apresentava era o seguinte: criação de cinco escolas profissionais, várias caixas de

16 O primeiro congresso deste partido decorreu de 8 a 11 de Agosto de 1913, em Lisboa.

17 O seu programa foi dado a conhecer em 28 de Março de 1912. O seu primeiro congresso, porém, só ocorreu em 2 e 3 de Maio de 1915, em Lisboa.

crédito agrícola mútuo e sindicatos agrícolas, bem como alguns regulamentos, nomeadamente para a Escola de Medicina Veterinária¹⁸.

No Congresso Geral Ordinário de 1914, o mesmo António Maria da Silva seria o relator de uma tese intitulada “O problema das subsistências”. A par do arroteamento racional da terra e da intenção de “facilitar pelo mutualismo o desenvolvimento do crédito agrícola e industrial”, propunha aos seus cor-religionários opor “a filantropia laica à caridade preconizada pelas diferentes confissões religiosas”. Daí defender a fundação de cozinhas económicas nos centros industriais, bem como a adopção, na maioria dos casos, do “regime vegetariano misto”, que era, em seu entender, “o mais racional, sadio e económico”. A melhoria das condições de vida dos trabalhadores, “obtida pela redução dos encargos de ordem física e material (alimentação, vestuário e alojamento) seria assim “menos perturbadora e mais eficaz do que a alcançada pelo aumento dos salários”¹⁹.

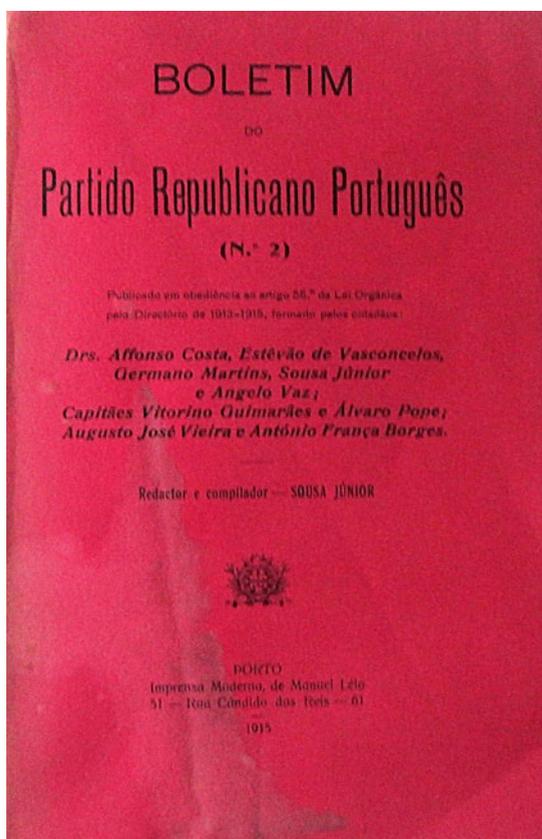


Fig. 3 Boletim do Partido Republicano Português

18 *Boletim do Partido Republicano Português* (n.º 2), Porto, Imprensa Moderna, de Manuel Lelo, 1915, pp. 232-233.

19 *Ibidem*, p. 349.

Discursando nesse mesmo congresso, Afonso Costa, num registo claramente demagógico, diria que o que se fizera “até 1910 em benefício do povo era uma burla, simplesmente para destruir a propaganda republicana, corrompendo a classe trabalhadora”. Mas nem o PRP nem a República haviam esquecido o povo. Eles (democráticos) é que o representavam, eles é que eram o povo. Por isso se abolira o imposto de consumo sobre alguns géneros alimentícios e se procurara “modificar o regime de alimentação sobre todos os aspectos”. Por isso se fizera a lei da contribuição predial, por isso é que o PRP estava convencido de que não devia agravar-se mais a contribuição predial rústica. O PRP, diria ainda Afonso Costa no final da sua apoteótica intervenção, tinha “obrigação de defender o povo, mesmo contra a vontade do próprio povo, como se faz a uma criança que quer aproximar a mão de um braseiro, imaginando que a aproxima de um brinquedo inocente”²⁰.

Quebrando essa propalada unanimidade, um dos congressistas, Gastão Rodrigues, apresentaria e defenderia uma moção em que considerava que, “além de definições abstractas”, eram “indispensáveis medidas” que promovessem “o barateamento das subsistências públicas”. Daí propor, entre outras medidas, modificações à lei dos cereais, de modo a tornar mais barato o preço do pão; a elaboração de leis que reprimissem os *trusts* da moagem e dos géneros alimentares; a reorganização do sistema de fiscalização e repressão contra a adulteração dos alimentos e a isenção de contribuição industrial às cooperativas operárias de produção e consumo²¹.

Não eram só os democráticos, naturalmente, que se preocupavam com o problema das subsistências, e da magna questão que, a montante, lhe estava associada, isto é, a organização da propriedade fundiária. No 2.º congresso dos Trabalhadores Rurais, realizado em Évora, de 5 a 7 de Abril de 1913, perfilhara-se um projecto de lei apresentado por Machado Santos, que previa a expropriação dos terrenos incultos, por parte dos municípios, caso os mesmos não fossem explorados pelos seus proprietários. O decreto, porém, não foi aprovado.

Também o Partido Socialista (pese embora o papel secundário que desempenhou ao longo da Primeira República), no programa que aprovou no seu VI congresso, que teve lugar no Porto, de 21 a 24 de Junho de 1913, previa a aplicação de um imposto progressivo sobre os terrenos incultos durante um determinado prazo, findo o qual, continuando esses terrenos sem aproveitamento, reverteriam para o respectivo município, que, por sua vez, os distribuiria por cooperativas agrícolas e pequenos agricultores, que estavam proibidos de os alienar.

Com o deflagrar da Grande Guerra, a questão das subsistências tornou-se ainda mais dramática para largos sectores da população portuguesa. Um maior e melhor aproveitamento das terras, e sobretudo dos milhares de

20 *Ibidem*, pp. 353-354.

21 *Ibidem*, p. 354.

hectares de baldios e incultos²², era vital para dar pão a cerca de seis milhões de portugueses.

A vasta e avulsa legislação publicada em 1915 mais não fez (se me é permitida a expressão) do que navegar à vista, procurando, por todos os meios, intervir no sentido de garantir as ditas subsistências, obrigando os produtores a manifestar trigos e farinhas, determinando preços máximos de venda ao público e estabelecendo guias de marcha para os cereais que o próprio Estado se encarregaria de importar, fornecendo-os, sem riscos, à indústria moageira.

À política intervencionista do Estado, que, para além do acima citado, alterava os tipos de pão e obrigava os produtores nacionais a vender o trigo à Manutenção Militar a preços da tabela de 1899, responderiam os latifundiários com uma atitude absentista, deixando terrenos lavrados por cultivar.

Em boa verdade, nem produtores, nem consumidores se mostravam agradados com as políticas que vinham sendo implementadas. Não admira, pois, que logo em Janeiro de 1915, o publicista e futuro engenheiro agrónomo Artur Saraiva de Castilho (que nessa altura ainda frequentava o Instituto Superior de Agronomia) recuperasse o já citado projecto de Júlio Gama e defendesse nas colunas de *A Vida Portuguesa*, boletim da “Renascença Portuguesa”, cujo director era Jaime Cortesão, a formação de um partido agrário.

Segundo Artur Castilho, ao apelo de Júlio Gama, só cerca de 60 cidadãos “tiveram a *fraqueza* de aderir ao partido agrário”. O caso era “lamentável e assombroso”. Caso “patológico” este, que demonstrava bem a “passividade que de longe” vinha possuindo um povo “sebastianizado”, esperando “na nebulosidade do futuro”. A lavoura, dizia ainda Artur Castilho, vivia numa situação de “espera”, julgando que “só a sete ou oito homens” era dado “o poder, e com ele a faculdade de a salvar”. Era, porém, necessário que a lavoura se convencesse de que só no dia em que tivesse “consciência do seu poder” e se emancipasse de “tutelas” é que a agricultura poderia ressuscitar “para melhores dias advirem à nossa caducada Pátria”²³.

No mês seguinte, Artur Castilho insistia na formação de um partido agrário, que fosse “a consubstanciação das vontades dos agricultores” e se impusesse “pela razão e força e pela isenção e honestidade dos seus processos”²⁴. Tal como acontecera anos antes, este apelo acabaria por se revelar inconsequente.

Mais feliz seria a iniciativa de Egas Moniz e de outros dissidentes evolucionistas, que, não concordando com a convergência com os democráticos para a formação do chamado governo da União Sagrada (governo que se bateu pela intervenção portuguesa na Grande Guerra), com antigos monárquicos da Dissidência Progressista, de José Maria Alpoim, viriam a formar o Partido Centrista Republicano²⁵. Um dos pontos desse programa consistia na criação do

²² Em 1918, segundo Anselmo de Andrade, só 59,5% dos terrenos estavam cultivados.

²³ *A Vida Portuguesa*, n.º 33, Janeiro de 1915, p. 98.

²⁴ *A Vida Portuguesa*, n.º 34, Janeiro de 1915, p. 106.

²⁵ O programa do Partido Centrista Republicano foi tornado público em 20 de Outubro de 1917.

Pela formação de um partido agrário

No dia 25 de dezembro de 1910, o ilustre director da «Gazeta das Aldeias», sr. Júlio Gama, aproveitando a atmosfera de paz e bondade e concórdia que devia reinar na família portuguesa, fez um apêlo aos lavradores para se constituírem num grande partido agrário nacional.

Apêlo justo o do sr. Gama.

Os motivos que a tal o levaram, condicionados todos pelo seu alto sentimento patriótico, são óbvios. — As nações não valem tanto pelo seu passado como pela sua riqueza. Só pela criação desta, elas teem existencia própria, não precisando de estar á mercê dos capitais estrangeiros que se podem retrair, o que produziria uma crise essencialmente perturbadora pela paralisação de braços, ou inundá-las e, neste caso ainda, seriam prejudicialísimos por desnacionalisadores e derivantes para fóra dos novos capitais em que o trabalho se transformasse. Só por ela, visto que o factor económico é a condição de todos os outros, as nações poderão progredir e evolucionar individualizadas para a realisação do ideal comum.

Mas uma situação económica desafogada não se consegue sem a aplicação persistente e metódica das actividades ao aproveitamento dos recursos próprios.

Da observação do país de norte a sul e do cotejo das estatísticas ilac-se que os nossos recursos se cifram, por assim dizer, na terra, na agricultura. Esta, aliás, é para a maioria dos povos o manancial quasi inexgotável de riqueza, que persiste através de todas as suas vicissitudes: obrando constantemente a sua matéria prima, que nunca lhe falta, fornece aos povos os meios de prover ás suas necessidades, assegurando-lhes a existencia. É, pois, a esta fonte de riqueza que urge prestar todas as atenções: o país será tanto mais próspero quanto mais aproveitada ela estiver.

Justo o apêlo do sr. Júlio Gama.

Era de esperar que, expurgada da politiquice improduttiva e esterilizante, a ele corresse a maior parte da lavoura nacional, e tanto mais que pelas medidas legislativas e governativas a favor da agricultura, só se poderiam verdadeiramente empenhar — apresentando-as, exigindo-as — os cidadãos que á terra tivessem os seus interesses adstritos.

E assim foi!... A lavoura leu, a lavoura ia reflectir, mas quedou-se, não fôsse perturbar a doce paz da sua digestão!

Sessenta, aproximadamente, fóram

os cidadãos que tiveram a *fraqueza* de aderir ao partido agrário! Sessenta, no-tem bem, num país essencialmente agricola!...

O caso é lamentavel e assombroso. É significativo, muito symptomatico; revela, na sua simplicidade, um estado que a medicina social não duvida de classificar de patológico — uma anormalidade, um fenómeno *sui generis*, cujas causas, por certo, são multiplas: — indifferença, catalepsia da vontade, desconfiança, crença numa predestinação, arranjsimo e ignorância de sicongregando-se umas, actuando separadas outras.

— Indifferentes e sem vontade, embora com recursos e qualidades, persistimos na passividade assustadora que de longe nos vem possuindo, não querendo saber que, neste século de luctas económicas, todas as nações, pequenas e grandes, procuram viver, ter autonomia *de facto*, e acompanhar a marcha ascensional da civilização.

Sebastianizados e desconhecendos, esperamos na nebulosidade do futuro... A lavoura espera e julga que só a sete ou oito horrens é dado o poder, e com ele a facilidade, de a salvar, como se ela não fosse o verdadeiro poder e governo, a força viva da nação, como se ela tivesse de viver submissa e inutilisar-se em luctas partidárias para aqueles satisfizerem as suas ambições. Este é o grande mal.

Pois é necessario que a lavoura se convença de que, só no dia em que tiver consciencia do seu poder e se emancipar de tutelas, a agricultura poderá resuscitar para melhores dias advirem á nossa caducada Pátria. É imprescindível que á semelhança das outras classes a lavoura se una para reivindicar as regalias que de direito lhe pertencem.

Se eu tivesse autoridade bastante, nóvo apêlo faria aos lavradores invocando o seu patriotismo e o amor de si-mesmos. E dir-lhes-ia que acordem, que reajam, e que os primeiros sejam — porque ainda não comprometidos — os noveis e futuros agrónomos e agricultores.

As eleições estão á porta. É começar.

ARTUR CASTILHO.

TEIXEIRA DE PASCOAES VERBO ESCURO

1 vol. — 50 ct. vob.

CAROLINA MICAELIS DE VASCONCELOS

A SAUDE PORTUGUESA

1 vol. — 50 ct. vob.

Shi

Ministério da Agricultura, facto que haveria de se concretizar em pleno dezembrismo (7 de Março de 1918), com Sidónio Pais a entregar essa pasta a Eduardo Fernandes de Oliveira, latifundiário alentejano e um dos financiadores do golpe militar de 5 de Dezembro²⁶.

Para Sidónio Pais, o problema da terra era “o facto capital da economia portuguesa”. Não era, obviamente, uma ideia nova. Mas o apoio que desde o início lhe foi oferecido pelo sector patronal agrário foi generosamente retribuído com a protecção aos grandes latifundiários, barateando os produtos industriais necessários à agricultura, facilitando o crédito e a modernização das explorações agrícolas, fomentando o aumento dos preços dos produtos agrícolas, nomeadamente os cereais (cuja produção cresceu significativamente em 1918), a par da contenção das reivindicações laborais e da consequente diminuição dos salários reais dos trabalhadores agrícolas (Telo, 1977: 168-172).

Apesar desse aumento da produção cerealífera, a carestia da vida era uma realidade dramática e indesmentível. Num dia marcante para o país (realizavam-se então as eleições presidenciais e legislativas) o semanário *Estrela do Minho*, de Vila Nova de Famalicão, denunciava a situação e alertava para eventuais consequências:

“De semana para semana, senão de dia para dia, o preço dos géneros vai subindo de uma forma verdadeiramente aterradora. Os géneros de primeira necessidade aumentam os preços sem que ninguém ponha a isso um dique. Já nalgumas partes do país se vai esboçando a fome, e os causadores desta enorme fatalidade não calculam até onde o desespero pode levar o povo. Os lavradores, abusando extraordinariamente da sua posição, pedem pelos géneros preços quase fantásticos. Por uma rasa de milho ou centeio há concelhos onde já pedem três escudos! Por seu turno, o comércio de comestíveis, não querendo ficar-lhes atrás, também aumenta o preço a tudo de uma forma doida! Azeite, feijão, batatas, enfim tudo está fora do alcance da bolsa dos pobres, e quase inacessível aos remediados. Aonde chegará isto? É a pergunta que de todos os lados se ouve.

Pois quem meditar bem no alcance desta desgraça encontra fácil resposta. Termina no dia em que os desgraçados, fartos de sofrer, chorar e pedir, recorram aos meios violentos. É certo que os assaltos são condenáveis, mas não é menos certo que há abusos que são criminosos, e este é um dos casos em que as violências têm grandes atenuantes”²⁷.

Após o sidonismo, como bem observou o Victor de Sá num estudo que dedicou aos projectos de reforma agrária na I República, os governos dessa

26 Facto curioso: poucos dias antes do golpe de Sidónio Pais, Lima Basto, ministro do Trabalho do 3.º governo de Afonso Costa, fizera publicar um decreto-lei (27 de Novembro) que obrigava os proprietários a cultivar “terrenos de alqueive, incultos e de pouso”, sob pena de arrendamento ao Estado ou de requisição pelo Estado, quando não os explorassem directamente ou recusassem o dito arrendamento.

27 *Estrela do Minho*, 28/4/1918, p. 1.

época “continuavam insensíveis à questão fundamental”, ignorando, pois, as reclamações que visavam a “gradual e progressiva socialização da terra”, como se exigiu num comício operário realizado no 1.º de Maio de 1919 (Sá, 1983: 591-610).

O ano de 1919 (que tantas novidades trouxe nos chamados sectores “avançados, como adiante se verá) viu nascer mais duas formações políticas demoliberais: em Setembro, evolucionistas e unionistas fundiam-se dando origem ao Partido Republicano Liberal²⁸. No mês seguinte, por não terem aceitado o compromisso que esteve na origem desse partido, alguns deputados evolucionistas, chefiados por Júlio Martins, constituíram o Grupo Parlamentar Popular. A ele se juntariam alguns deputados democráticos, daí resultando, a partir de Maio de 1920, o Partido Republicano Popular.

Vencedor das eleições de 1921, o Partido Republicano Liberal, heterogéneo e pouco coeso, sustentou os ministérios de Tomé Barros Queiroz, António Granjo e Cunha Leal. No seu programa partidário, os liberais reiteravam o que, no essencial, já constava do programa evolucionista. Uma das mais lúcidas intervenções vindas desse grupo parlamentar aconteceu na sessão de 13 de Setembro de 1921. Foi seu autor o deputado Mário Fortes, engenheiro agrónomo e oficial do Exército, que considerou “ruinosas” as orientações que haviam sido tomadas desde 1917 relativamente à questão cerealífera. De facto, a política do pão barato, que vinha sendo seguida pelos governos no período em causa, era, em seu entender, “desastrosa”, atendendo aos enormes prejuízos anuais do erário público, que atingiam as centenas de milhares de contos. Esta situação implicava que se descursasse e esquecesse a produção frumentária, além de ferir a lavoura no que esta mais tinha de respeitável, isto é, o “direito de propriedade”. O que se praticara nos últimos quatro anos, “nesse regime de arbitrariedades agrícolas”, que se traduzia “em tabelamento de cereais, em requisições, em vexames de toda a espécie”, ultrapassava em muito o que era corrente nos tempos distantes das Sesmarias.

Historiando o que se passara nos últimos 80 anos, Marcos Fortes dizia que a lei dos cereais, de 1837, “rasgadamente protectora”, contribuíra para que o país passasse de importador a exportador, até 1854. Os três anos seguintes foram de crise, motivada por “estiagens prolongadas”. Os governos da época optaram então pelo regresso ao livre cambismo que vigorou até 1820. A partir de 1860, a legislação foi vacilando entre políticas proteccionistas e livre-cambistas. Assim se conservaria até à famosa lei dos cereais, de 14 de Julho de 1899, da autoria do Professor Sertório Monte Pereira e da iniciativa governamental de Elvino de Brito, que, no essencial, se manteve até 1917. O referido diploma não era, em boa verdade, uma lei de fomento. Os consumidores diziam-na “lei da fome”, já que a farinha de trigo nacional era bem mais cara do que a de trigo importado; os produtores, pelo contrário, chamavam-lhe a “lei da fartura”, já

28 O primeiro congresso deste partido decorreu nos dias 22 e 23 de Outubro de 1919, em Lisboa.

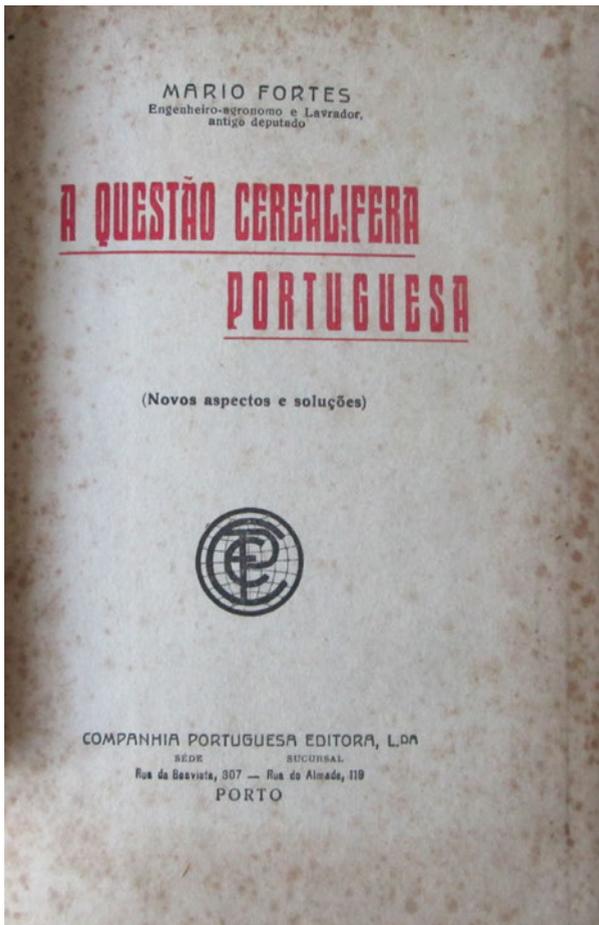


Fig. 5 A Questão Cerealífera Portuguesa

que a protecção dada ao trigo nacional levou ao aumento dos arroteamentos de muitos terrenos incultos no Alentejo.

Apesar da protecção dada pela legislação, só em 1911 é que houve produção suficiente para abastecer o mercado interno. Os *déficits* cerealíferos voltariam, pois, a registar-se nos anos seguintes, situação que se agravaria pela eclosão da Grande Guerra, passando-se de uma importação que oscilava (antes desse conflito) de 50 a 80 mil toneladas para as 150 mil toneladas de trigo, em 1920.

O país tinha, pois, de decidir se mantinha, a Sul, a superfície “entregue à frumenticultura”, em sistema extensivo (não ultrapassando a média geral de produção de 8,4 hectolitros por hectare, fruto de um clima impróprio e de terras fracas e pouco profundas, como testemunhavam alguns reputados técnicos, nomeadamente os Professores Monte Pereira e Almeida Figueiredo) ou se, pelo contrário, reduzia essa área, apostando noutra tipo de explorações, que, a seu ver, seriam mais atractivas e mais bem remuneradas.

Afirmando concordar com o Professor Sertório M. Pereira, que dizia ser o problema agrário em Portugal, tal como em Espanha e na Itália, “um problema de hidráulica agrícola”, a solução, como não podia deixar de ser, passaria pela irrigação do Alentejo, situação que potenciaria sua conversão agro-cultural, arrastando com ela uma natural colonização e a conseqüente transformação económico-social do Sul do país (Fortes, 1923: 7-45).

Apesar de não ter conseguido representação parlamentar nas eleições de 1921, facto que os levaria a desaparecer silenciosamente da vida política, os populares estiveram representados em vários governos, de Junho de 1920 a Maio de 1921 (governos liderados por António Maria da Silva, Álvaro de Castro, Liberato Pinto e Bernardino Machado). Embora se considerassem “na extrema-esquerda da República”, o programa dos populares, como refere Oliveira Marques, “não ia além dos habituais *slogans* de fomento e moralidade” (Marques: 1978, 562). Daí ter de se considerar com reservas o 4.º ponto da sua “Plataforma Política”, que referia explicitamente o compromisso de uma “*Reforma Agrária* pela melhor distribuição e cultura da terra, tendo em vista a fixação dos portugueses ao solo pelo êxito agrário” (Leal, 2008: 255).

Oliveira Marques não se equivocou no seu juízo: basta seguir o percurso político de Cunha Leal, um dos barões do Partido Popular e figura cimeira dos partidos Nacionalista e União Liberal Republicana, fundados respectivamente em Fevereiro de 1923 e Março de 1926. Em nenhuma destas formações há referência a qualquer tipo de reforma agrária. Se no Partido Nacionalista se retomam ideias já expressas por evolucionistas e liberais, nomeadamente nas questões respeitantes à arborização florestal, hidráulica, crédito agrícola e formação de sindicatos e associações agrícolas, na União Liberal Republicana o programa, mantendo embora essa filosofia, ficava-se por vagas intenções de “uma rápida utilização da energia das quedas de água” e de “uma eficaz protecção à agricultura, pelo estabelecimento de prémios de cultura, escolas experimentais e desenvolvimento do crédito agrícola” (Pinto, 1995: 197).

Após a cisão de 1911/1912 verificada no PRP, nova cisão aconteceria em 1920, de que resultaria a formação do Partido Republicano de Reconstituição Nacional, vulgarmente designado por Partido Reconstituente. Se a sua figura principal foi, sem dúvida, Álvaro de Castro, que viria, em Dezembro de 1923 a protagonizar também uma cisão neste partido, dando origem ao Grupo Parlamentar de Acção Republicana, o militar e deputado Américo Olavo, um dos seus fiéis *compagnons de route*, foi quem, com mais clareza e frontalidade, apresentaria as linhas mestras do que os reconstituintes (e proto-accionistas) propugnavam em termos de política agrária, ao apresentar no Parlamento, na sessão de 9 de Agosto de 1922, um projecto de lei que autorizava o governo a promover o aproveitamento dos baldios e incultos. Por terrenos incultos considerava não só os baldios mas também os que se encontrassem “periodicamente de pousio por mais de dois anos consecutivos”. O seu aproveitamento era considerado “uma operação de colonização agrícola”, que podia ser efectuada

pelo Estado, corpos e corporações administrativas, sindicatos e cooperativas agrícolas e pelos particulares. Havia, porém, uma condição prévia: a submissão, à consulta e aprovação da Direcção-Geral de Hidráulica, Colonização e Fisiografia Agrícolas, do plano ou projecto de divisão e utilização dos respectivos terrenos. Tudo isto, naturalmente, se ficaria, uma vez mais, pelas boas intenções.

A 12 de Janeiro de 1925, Ezequiel de Campos, enquanto ministro da Agricultura do governo presidido por José Domingues dos Santos²⁹, levou ao Parlamento uma “Proposta de Lei de Organização Rural”. O seu interesse pela questão agrícola, que em 1918 considerava ser a “magna questão nacional”, não era novo. Na Assembleia Nacional Constituinte apresentara, em 27 de Julho de 1911, um “projecto de lei de utilização dos terrenos incultos”, moldado, segundo as suas palavras, na legislação norte-americana. Para além da exploração agrícola, o objectivo era a fixação no sul do país de parte da população nortenha que optava pela emigração. Fizera-o também, posteriormente, em várias publicações.

Em 1922, de parceria com Quirino de Jesus (o mentor da sua ida para o governo), apresentara um plano financeiro e económico para o país, em cujo capítulo IV (“Economia política”) se propunha a “solução do instante problema de *produzir os alimentos e as matérias primas fundamentais oriundas da agricultura e de fixar no país o crescimento da população*, para assim se valorizar o território e a gente portuguesa”³⁰. Nos inícios de 1924, publicou no diário *O Comércio do Porto* um conjunto de artigos, retomando as questões dos incultos, do regadio, da electricidade e da fixação da população. Estes artigos seriam posteriormente coligidos em livro (Campos, 1954).

A proposta que levou ao Parlamento em 1925 estruturava-se em cinco capítulos: Povoação, Irrigação, Garantias da Povoação e do Equilíbrio Rural, Reforma Agrícola e Organização Administrativa. No essencial, Ezequiel de Campos pretendia que fossem expropriadas (para venda ou arrendamento de lotes) as terras pousias mal aproveitadas ou ermas nos concelhos cuja densidade populacional fosse inferior a 40 habitantes por Km². Seria igualmente parcelado o que fosse agricultável nos baldios. Assim, surgiriam mais propriedades familiares aumentando-se simultaneamente a densidade populacional. Ezequiel de Campos pretendia, em suma, que se resolvesse o problema agrário português, situação que, a concretizar-se, resolveria também outras três grandes questões: “a da emigração, a do parasitismo oficial e a do desequilíbrio económico”. Paralelamente resolver-se-ia, outrossim, o problema da colonização ultramarina³¹. A proposta, porém, acabaria por baixar às respectivas comissões, não chegando sequer a ser votada. Como diria o seu autor, “perdeu-se em letra

²⁹ Este governo esteve em funções de 22 de Novembro de 1924 a 15 de Fevereiro de 1925.

³⁰ *A Acção Cooperativa*, Lisboa, 22/8/1922, p. 3. Na edição de 11/9/1922, p. 2, este jornal publica uma síntese do plano. No ano seguinte, também em parceria com Quirino de Jesus, publica um livro onde são desenvolvidas as ideias então expostas (Jesus, Q. e Campos, E.: 1923).

³¹ *A Águia*. 3.ª Série (Janeiro a Junho de 1925), Vol. VI (XXVI), p. 75.

morta, no *Diário das Sessões da Câmara dos Deputados* (...), não tendo deixado de provocar aborrecimento e distração ao Dr. Pequito Rebelo e a outros críticos” (Campos, 1948: 43).

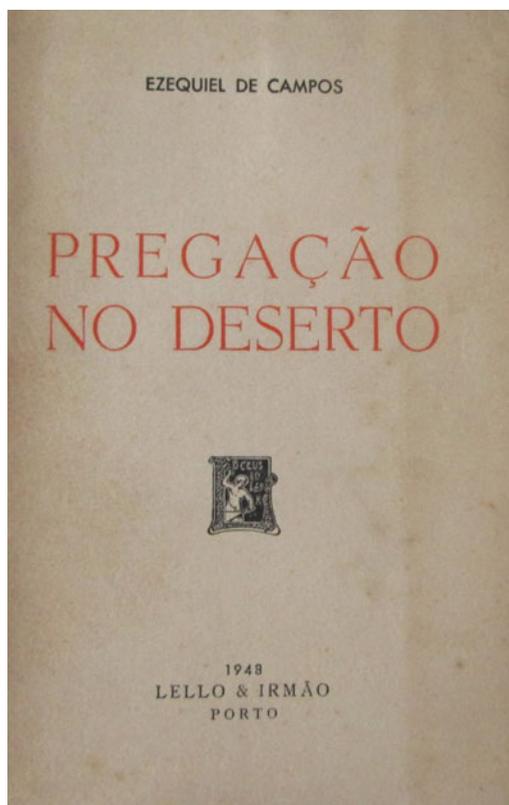


Fig. 6 *Pregação no Deserto*

Foi, de facto, José Pequito Rebelo, monárquico e latifundiário alentejano, um dos que mais a contestaram. Logo no dia 15 de Janeiro, publicava um artigo no diário *O Século* (intitulado “O desastre das reformas agrárias”) em que demolia a proposta governamental, que considerava “*ineficaz na sua técnica, injusta na sua contextura jurídica, contraproducente nos seus critérios agronómicos e económicos e encerrando ademais um princípio de guerra civil e de dissolvente ataque à propriedade*”³². A polémica prosseguiria noutros artigos, com réplica de Ezequiel de Campos³³.

³² *O Século*, 15/1/1925, p. 1.

³³ Pequito Rebelo voltaria à carga numa conferência realizada em 5 de Abril de 1925 no salão nobre da Liga Naval, em Lisboa. O texto da conferência seria publicado no ano seguinte. Inicia a “Série Oliveira Martins” da revista monárquica e integralista *Nação Portuguesa* (Rebelo, 1926).

A contestação à “Proposta de Lei de Organização Rural” alargar-se-ia a outros sectores da direita. No diário lisboeta *A Época*, o seu director, Fernando de Sousa (Nemo), considerava-a “inaceitável”. Chegará mesmo a questionar se o que se pretendia era visar especificamente a Casa de Bragança, já que na proposta se previa que, aos proprietários residentes no estrangeiro (antes de 1916), se podia expropriar metade das terras pousias; aos residentes no país, a proposta previa apenas até 2000 hectares³⁴.

Alguns meses após a saída do governo, Ezequiel de Campos publicaria em livro a sua proposta, com um posfácio justificativo. Era sua intenção, dizia, fazer acompanhar essa proposta de mais duas: uma de Contribuição Predial Rústica, outra de Fomento Floresta. Em conjunto constituiriam “o substracto da reforma rural”. Não foi possível, porém, concretizar este projecto, por força da “agitação política” que antecedeu a queda do governo (Campos, 1948: 47).

Embora reconheça alguns defeitos na sua redacção, Ezequiel de Campos rejeita, porém, tratar-se de “uma radical reforma agrária, menos ainda a perseguição do grande proprietário”. O seu escopo visava tão-somente a “coordenação dos três factores de correcção” da crise rural: possibilitar o acesso da terra arável, a rega dos campos e os estímulos de auto-educação agrícola. A execução da lei podia até “dispensar completamente toda e qual quer expropriação”. Mas para isso era necessário que os proprietários fizessem “o aproveitamento e a povoação regular” que a lei pretendia realizar (Campos, 1948: 49-50).

Estas ideias, defendidas em Junho de 1925 no congresso do PRP por José Domingues dos Santos e pelos seus apaniguados (os designados *canhotos*)³⁵, provocaram novamente a ira da imprensa conservadora (que chegará mesmo a agitar o fantasma do bolchevismo) e até de alguns parlamentares democráticos. Foi o caso do senador Joaquim Ribeiro que, em entrevista ao *Diário de Lisboa*, deixava este aviso: “Se eu posso continuar lavrador e democrático, fico no partido. Agora, se não há o respeito pela propriedade, pelo passado social, pelas garantias da família, não temos nada feito”³⁶.

Pouco antes do congresso do PRP, em Abril de 1925 publicava-se em Lisboa o primeiro número do jornal *O Camponez*. Subintitulava-se “Orgão mensal do Partido Popular Agrário de Portugal (S.C.C.I.)”. Com redacção e administração na Rua Monte Olivete, 57, 1.º, em Lisboa, o PPA tinha como director Manuel Ferreira Gaspar e como editor António Teixeira. Nesse seu número inicial

34 *A Época*, 16/1/1925, p. 1.

35 Em Abril de 1926, no Congresso Geral da Esquerda Democrática, no qual se decidiu a formação do Partido Republicano da Esquerda Democrática, José Domingues dos Santos voltaria a defender a política agrária do governo a que presidira.

36 *Diário de Lisboa*, 6/6/1925, p. 8.

(que deverá ter sido o único) apresentava o Programa de Acção³⁷ e o Estatuto do PPA³⁸. Realizava-se, finalmente, a velha aspiração de Júlio Gama e Artur Castilho? Definitivamente, não. Este partido, que tem passado despercebido aos historiadores da Primeira República, e pouca atenção tem merecido aos investigadores da questão agrária em Portugal³⁹, foi, ou quis ser, um instrumento de que o PCP (de Carlos Rates) se serviu para penetrar num vasto sector populacional que pretendia seduzir para a revolução a fazer.

Recuemos, porém, a 1919, ano (como já se disse) de importantes decisões nos sectores operários, nomeadamente entre os anarco-sindicalistas. Foi esse, de facto, o ano em que a União Operária Nacional deu lugar à Confederação Geral do Trabalho (CGT), ano em que começa a circular o seu importante órgão, o diário *A Batalha*. É justamente no seio dos anarco-sindicalistas que, ainda em 1919, se forma a Federação Maximalista Portuguesa, organização pró-soviética e embrião do que seria, a partir de Março de 1921, o Partido Comunista Português.

Não cuidemos de saber (pois para o caso não interessa) quem tinha ou não tinha razão nas questiúnculas internas do PCP: se o grupo de José Carlos Rates ou o de José de Sousa, ex-secretário da Juventude Sindicalista e principal obreiro da Juventude Comunista, cuja formação, segundo um controverso livrinho de Bento Gonçalves (futuro secretário-geral do PCP), trouxera a este partido “a base proletária de que estava carecido, a experiência da luta sindical e, até certo ponto, o controlo à sua orientação e actividade” (Gonçalves, 1974: 44).

O certo é que essas lutas intestinas levaram a que a Internacional Comunista (IC) enviasse, em 1923, um emissário a Portugal, pelo facto de a delegação portuguesa que havia participado, em Moscovo, no IV Congresso Mundial da IC só tivesse “conseguido fornecer informações muito unilaterais sobre a crise que afectara o partido pouco tempo depois da sua constituição” (Oliveira, 1975: 75).

37 “O Partido Popular Agrário propõe-se como fim imediato: 1.º Lutar pela redução das contribuições que afectam a pequena e média propriedade rústica; 2.º Lutar pelo abaixamento das rendas e dos foros das propriedades rústicas; 3.º Reclamar, em cada concelho, o estabelecimento de assistência veterinária gratuita; 4.º Reclamar o estabelecimento de missões móveis agrícolas com o fim de exercerem junto dos agricultores o ensino prático agrícola; 5.º Reclamar facilidades e garantias na obtenção de crédito agrícola; 6.º Reclamar facilidades e auxílio financeiro para a constituição de cooperativas agrícolas com o fim, entre outros, de fornecer sementes, adubos, alfaias e gados; estabelecer o seguro mútuo agrícola e pecuário; colocar os produtos dos associados; fundar oficinas para a industrialização dos produtos agrícolas, adegas, lagares, leitarias, etc.” (*O Camponez*, Abril de 1925, p. 4).

38 Do Estatuto Provisório, destacamos: “art. 2.º O Partido Popular Agrário é dirigido por uma Comissão Executiva de 7 membros, eleita em congresso ou conferência; art. 7.º Podem fazer parte do Partido Popular Agrário: a) Os organismos que agruparem os rendeiros, os pequenos e médios proprietários que exerçam a exploração agrícola; b) Onde não houver organismos, os rendeiros, pequenos e médios proprietários maiores de 18 anos que exerçam a profissão agrícola. [...]”; art.12.º O Partido Popular Agrário organiza-se sob os princípios do centralismo democrático; delega, pelos seus congressos ou conferências, todos os poderes na sua Comissão Executiva no intervalo dos referidos congressos ou conferências, intervalo que não poderá, em caso algum, ser superior a 3 anos” (*Ibidem*).

39 A excepção terá sido um estudo sobre a “Campanha do Trigo” (Pais et al., 1978: 350).

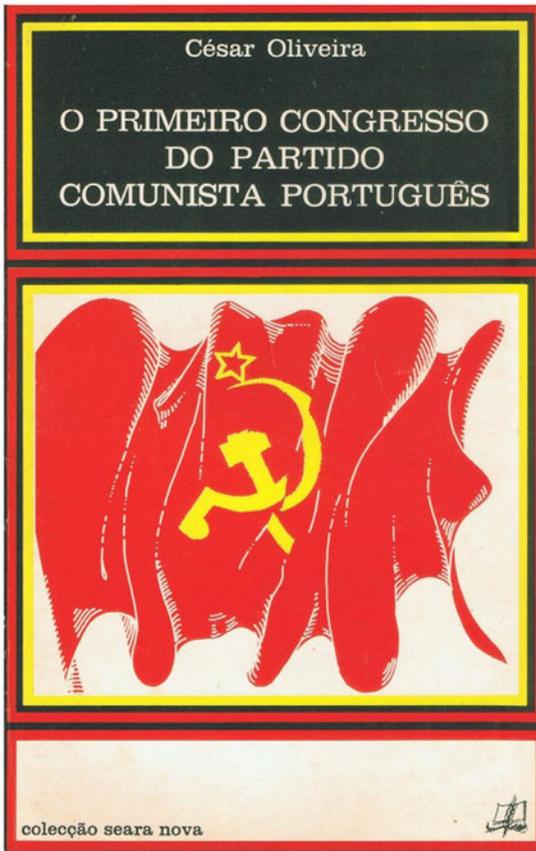


Fig. 7 O Primeiro Congresso do Partido Comunista Português

Jules Humbert Droz (assim se chamava o referido emissário) acabaria, pragmaticamente, por optar pela “fracção” que, como afirmaria no seu relatório, considerava “organizada em partido”, exigindo, em nome da Internacional, que, apesar das “lutas pessoais” e dos “ressentimentos” que elas deixavam, a unidade fosse restabelecida em torno da organização existente, que era a de José Carlos Rates (Oliveira, 1975: 78).

No Verão desse ano, sinais evidentes de que a crise voltaria a afectar a unidade do partido fizeram com que Jules Humbert Droz regressasse a Portugal. Por cá ficaria mais alguns meses, acabando por participar activamente no 1.º congresso do PCP, que se realizou em Lisboa, de 10 a 12 de Novembro desse ano de 1923.

No referido relatório, Droz refere terem participado nessa magna reunião dos comunistas portugueses 129 delegados, que constituíam então cerca de um quarto dos militantes do PCP. Entre esses delegados encontrava-se “uma muito interessante e importante delegação de camponeses operários agrícolas do sul e pequenos camponeses pobres do norte”. Com surpresa, e perante a participação de alguns desses elementos, constatou que, “apesar da ausência

quase total de literatura comunista em Portugal”, esses camponeses “tinham, à falta de cultura, um sentido proletário e revolucionário”, que prometia “boas perspectivas ao futuro do partido” (Oliveira, 1975: 93).

Uma das teses apresentadas no congresso (4.ª sessão, no dia 12 de Novembro, às 21 horas, no Centro Socialista de Lisboa) intitulava-se “A questão agrária”. O seu autor era justamente José Carlos Rates. A questão camponesa (diria mais tarde Bento Gonçalves) “trazia o Rates apaixonado” (Gonçalves, 1974: 64). A observação, para além de deselegante, é manifestamente despropositada, até porque Bento Gonçalves não ignorava certamente que o interesse de José Carlos Rates pelas questões agrárias vinha de longe, pelo menos desde 1912, ano em que, como refere João Quintela, fora “o principal animador das legendárias brigadas operário-camponesas de propaganda sindicalista”, que percorreram, “em condições muito difíceis, o Sul e uma parte do Norte do País” (Quintela, 1976: 68).

Foi seguramente o conhecimento dessa realidade, a par das notícias que vinham sendo divulgadas sobre as dificuldades havidas na Rússia para implementar as novas políticas agrárias, que fez com que José Carlos Rates (pese embora a oposição manifestada por Neves Anacleto na referida sessão do congresso) defendesse “a entrega da terra ao camponês, em usufruto pessoal”, contrariando, pois, a doutrina do PCP, que num manifesto de 7 de Julho de 1921 preconizava “a abolição total da propriedade individual”, referindo expressamente “a socialização integral das terras” (Quintela, 1976: 42).

Pragmático, José Carlos Rates responderia a Neves Anacleto dizendo que os marxistas não eram como os anarquistas, que queriam “uma sociedade moldada à sua imaginação”. O comunismo dos marxistas não brotava da imaginação: resultava, sim, do exame atento de todos os factos históricos”. Não desconhecia, pois, que o camponês tinha “o instinto da propriedade”. Por isso, “querer extinguir esse instinto, que tem raízes de séculos, é estabelecer a luta contra o impossível”. Aceitava, porém, que dar ao camponês o usufruto pessoal da terra não seria “de verdade praticar o socialismo”. Mas entre dois males, escolhia-se sempre o mal menor. Valia, pois, “a pena sacrificar uma parcela do socialismo para se obter a solução do problema da maior produção”. E que não houvesse dúvidas: “pela divisão dos latifúndios mal aproveitados e entregues à cultura extensiva”, obtinha-se “rapidamente um aumento da produção agrícola”. Nessas condições, não seria o camponês a exigir “uma restrição da jornada de trabalho”. Pelo contrário: ele esforçar-se-ia “por tirar da terra tudo o que ela é susceptível de lhe dar”. De resto, era bom que não se esquecesse que não havia apenas o Alentejo quando se discutia a questão agrária: concentrando o centro e o norte do país 4/5 da população continental, era aí que se encontrava “a grande maioria da população campesina, absolutamente alheia a toda a propaganda socialista de qualquer escola” (Oliveira, 1975: 69-73).

A tese, cujas conclusões acabariam por ser aprovadas “com a redacção primitiva”, representava objectivamente uma ruptura com a que havia sido

defendida e aprovada no 4.º Congresso dos Trabalhadores Rurais, realizado em Beja, a 15 e 16 de Março de 1920. A “socialização comum de toda a terra” voltaria a ser reiterada no 5.º Congresso dos Trabalhadores Rurais, que teve lugar em Évora, a 16 e 17 de Dezembro de 1922 (Sá, 1983: 605)⁴⁰.

No seu relatório, Jules Humbert Droz dava conta das ligações do PCP ao mundo rural; afirmava, porém, não ignorar as dificuldades de recrutamento de camponeses no norte do país. Daí que os comunistas encarassem a possibilidade, logo que tivessem entre eles alguns elementos “seguros e educados, de criar um partido camponês”. Esse partido, que englobaria “os pequenos camponeses do norte”, estaria sob a “influência e controle” do PCP (Oliveira, 1975: 95).

Foi, pois, neste âmbito e nestas circunstâncias (mas não no norte) que surgiu o Partido Popular Agrário de Portugal, cujos nomes mais conhecidos – os já citados Manuel Ferreira Gaspar e António Teixeira – eram, ou haviam sido, militantes do PCP⁴¹. Os textos do seu órgão oficial não contrariavam, de modo algum, a tese defendida por José Carlos Rates. No editorial intitulado “Ao que vimos”, considerava-se “um verdadeiro abuso” que fossem “os senhores”, que em geral viviam nas cidades, a falar “em nome da lavoura nacional”, ignorando as queixas, as aspirações e as necessidades dos rendeiros e dos pequenos proprietários, que, com as suas famílias, representavam metade da população portuguesa. Uma tal situação era “equivoca”. Daí que “o lobo armado em protector do cordeiro que devora, devia e tinha de acabar. Por isso nascera o Partido Popular Agrário. Um organismo que não era “dominado por outra inspiração” que não fosse a defesa “dos interesses materiais e sociais dos pequenos e médios produtores, dos que passam uma vida inteira curvados sobre a terra e a fazem frutificar”⁴².

Noutra página do jornal, num manifesto (assinado pelo editor António Teixeira) contra a Lei n.º 1645, de 4 de Agosto de 1924 – diploma sobre arrendamentos, do governo do democrático Rodrigues Gaspar, de que Torres Garcia era o ministro da Agricultura – fazia-se o seguinte apelo à unidade e à luta:

“Trabalhadores do campo, pequenos proprietários, fazendeiros, pequenos rendeiros e foreiros, somos a maioria da população portuguesa, unamo-nos em volta da bandeira do Partido Popular Agrário e fortemente organizados, nós saberemos meter na ordem os nossos exploradores, que nos levam todo o nosso suor, e impedir que governos reaccionários façam aprovar no parlamento leis que venham ferir os interesses da nossa classe em particular e a economia nacional em geral. Avante, pois; que o nosso grito seja um por todos e todos por um”⁴³.

40 A ruptura entre comunistas e anarco-sindicalistas acabaria por ser “oficializada” no 6.º (e último) Congresso Nacional da Federação dos Trabalhadores Rurais, realizado em Santarém, de 20 a 22 de Setembro de 1925.

41 Os nomes de Manuel Ferreira Gaspar e António Teixeira constam da lista de membros do PCP na I República (Pereira, 1983: 16-19).

42 *O Camponez*, Abril de 1925, p. 1.

43 *Ibidem*, p. 3.

Se dúvidas houvesse relativamente à ligação do Partido Popular Agrário ao PCP elas ficavam (e ficam) desfeitas com o artigo “A questão agrária e camponesa em Portugal”. De facto, o seu autor, Miranda Júnior, faz aí o elogio do PCP. Mas não o considera ainda um partido de massas. Em seu entender, a situação portuguesa, especialmente a que se vivia nos campos, era “o mais possível revolucionária”. O PCP saberia cumprir o seu dever, chamando à vida política o trabalhador do campo, não só o que trabalhasse na sua própria terra como o que fosse assalariado na grande propriedade. O PCP saberia igualmente “enfileirar os camponeses [...] no seu partido de classe”, ao lado de tudo o que havia “de honesto e são no proletariado industrial português”⁴⁴.

No relatório que José Carlos Rates, enquanto secretário-geral, publica no jornal *O Comunista*, reafirma algumas das considerações que havia feito em defesa da sua tese, no 1.º congresso do PCP. A dado altura escreve:

“Impõe-se-nos a tarefa de organizar ou promover a organização de uniões regionais de camponeses e auxiliá-los na luta contra os proprietários, os intermediários e o Estado. É o único processo de penetração prático e aconselhável, pois renunciar a esta penetração é tornar impossível o triunfo do proletariado, que, em caso algum poderia manter-se sem o apoio desta grande massa de população. Felizmente, está já constituído o Partido Popular Agrário, cujo órgão *O Camponez* temos seguido com agrado. Cumpre-nos auxiliar quanto possível esta iniciativa e manter com a organização citada a mais estreita cooperação”⁴⁵.

É bem provável, pois, seguindo a estratégia preconizada por Jules Humbert Droz, que o próprio José Carlos Rates tenha sido um dos impulsores da criação do Partido Popular Agrário de Portugal. E como este partido se dizia ser uma Secção do Conselho Camponês Internacional, isto é, do KRESTINTERN, organismo fundado em Outubro de 1923 e que estava filiado na III Internacional (a Internacional Comunista ou KOMINTERN), é bem provável que tenha sido também através de José Carlos Rates (que partira para Moscovo no Verão de 1924) e/ou Jules Humbert Droz que o Partido Popular Agrário de Portugal fora inscrito na dito Conselho Camponês Internacional⁴⁶.

44 *Ibidem*, p. 2.

45 *O Comunista*, 9/5/1925, p. 2.

46 Na criação do Conselho Camponês Internacional estiveram representadas organizações da Alemanha, França, Polónia, Bulgária, Checoslováquia, Rússia, Escandinávia, USA e México.

BIBLIOGRAFIA

- Boletim do Partido Republicano Português* (1915). Imprensa Moderna. Porto.
- Campos, E. (1925). *Proposta de Lei de Organização Rural*. Renascença Portuguesa. Porto.
- Campos, E. (1948). *Pregação no Deserto*. Lello & Irmão. Porto.
- Campos, E. (1954). *Política*. 2.ª ed., Lello & Irmão. Porto.
- Fazenda, P. (1921). *A crise política (em Portugal)*. Lúmen, Lisboa.
- Fortes, M. (1923). *A questão cerealífera portuguesa (novos aspectos e soluções)*. Companhia Portuguesa Editora, L.^{da}, 1923. Porto.
- Gonçalves, B. (1974). *Palavras Necessárias. A vida proletária em Portugal de 1872 a 1927*. 4.ª edição, Editorial Inova. Porto.
- Jesus, Q. e Campos, E. (1923). *A Crise Portuguesa: subsídios para a política de reorganização nacional*. Emp. Indust. Gráf. do Porto. Porto.
- Leal, E. C. (2008). *Partidos e programas. O campo partidário republicano português (1910-1926)*. Imprensa da Universidade de Coimbra. Coimbra.
- Marques, A. H. de O. (1978) – *História da 1.ª República Portuguesa – As estruturas de base*. Iniciativas Editoriais. Lisboa.
- Oliveira, C. (1975). *O Primeiro Congresso do Partido Comunista Português*. Seara Nova. Lisboa.
- Pais, J. M. et al. (1978). *Elementos para a história do fascismo nos campos: A «Campanha do Trigo»: 1928-38 (II)*. *Análise Social*. XIV (54): 321-389.
- Pereira, J. P. (1983). *O PCP na I República: Membros e Direcção. Estudos sobre o Comunismo*. 1: 16-19.
- Pessoa, F. (1978). *Da República (1910-1935)*. Ática, Lisboa.
- Pinto, R. L. (1995). *União Liberal Republicana (ULR): 1926-1930*. *Polis*. 4/5: 131-260.
- Quintela, J. G. P. (1976). *Para a história do movimento comunista em Portugal: 1. A construção do partido (1.º período, 1919-1929)*. Afrontamento. Porto.
- Rebelo, J. P. (1926). *As falsas ideias claras em Economia Agrária*. Nação Portuguesa. Lisboa.
- Sá, V. (1983). *Projectos de reforma agrária na I República. Análise Social*. XIX (77-78-79): 591-610.
- Telo, A. J. (1977). *O sidonismo e o movimento operário português*. Ulmeiro. Lisboa.

3.5 A acção política pedagógica e económica de Bernardino Machado durante a monarquia

O Ministro das Obras Públicas Comércio e Indústria (1893)

↳ TEXTO ELZIRA MACHADO ROSA

RESUMO

Bernardino Machado assume o cargo de Ministro das Obras Públicas Comércio e Indústria na sequência da crise política e financeira de 1890-91. Critica a gestão económica do governo Dias Ferreira e propõe alternativas. Subindo ao poder, em 1893, empreendeu um vasto programa de medidas de fomento industrial e agrícola, acompanhadas da respectiva protecção social da mão-de-obra laboral. Através das fontes escritas e iconográficas, que integram as colecções públicas e privadas do Estadista, pretendemos demonstrar que uma parte das suas iniciativas ainda encontra eco em preocupações actuais.

Palavras-chave: atraso económico; fomento; ensino profissional; progresso científico; socialização do trabalho.

INTRODUÇÃO

Interpretando o percurso político e pedagógico de Bernardino Machado os historiadores tendem, por vezes, a privilegiar o desempenho de cargos emblemáticos, exercidos em momentos considerados marcantes, na carreira pública do Estadista Republicano (por exemplo, as funções de Ministro dos Negócios Estrangeiros, de Ministro de Portugal no Rio de Janeiro, de Presidente da República e outras), em detrimento da sua actividade política, pedagógica e económica desenvolvida durante a Monarquia. Na verdade foi durante a época monárquica que Bernardino Machado compaginou a profissão de professor catedrático, na Universidade de Coimbra, com o exercício das funções de Deputado Regenerador (1882-1884); (1884-1886), de Par do Reino, eleito pelo Colégio Científico (1890-1893 (Fevereiro)); (1894-1895) e de Ministro das Obras Públicas Comércio e Indústria, sem prejuízo da sua intensa campanha pedagógica, reconhecida no plano internacional, nem dos cuidados inerentes ao desvelo de um Pai de família.

É no âmbito desta dinâmica de vectores convergentes que o homem público se prepara para a exigência de novos desafios políticos, confrontando-se com a realidade económica e social do País: a dependência do Estado face ao estrangeiro; a elevada taxa de analfabetismo da população portuguesa; e a «questão social». Em suma: o político Regenerador tomou consciência do atraso de Portugal em relação à Europa industrializada (questão amplamente debatida na segunda metade do século XIX e que ainda hoje se encontra em aberto). Não é por acaso que, no período de reflexão e auto crítica que se seguiu à sua demissão do Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria, (os dez anos que se completaram com a sua adesão à República) Bernardino Machado se encontrava em condições de mobilizar um capital de informação e de experiência acumulado sobre a «Vida portuguesa», bagagem de conhecimentos que alimentaria, mais tarde, a propaganda republicana, permitindo-lhe falar sobre os mais diversos e, por vezes, espinhosos, problemas nacionais. É o próprio que vai referindo essa aprendizagem, nos discursos de crítica à Monarquia e de apelo à República, recordando, nomeadamente, a sua experiência no âmbito do Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria, até para estabelecer o



Fig. 1 Retrato de Bernardino Machado, Ministro das Obras Públicas Comércio e Indústria (1893). Coleção Particular.

contraste entre a gestão orçamental dos governos do rotativismo partidário (Hintze Ribeiro, José Luciano de Castro, Hintze Ribeiro) e a sua gestão financeira, enquanto Ministro das Obras Públicas (como adiante se demonstra).

Neste sentido optámos, no presente artigo, por revisitar a acção política e económica do Estadista, no Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria (1893), salientando a modernidade do seu pensamento e identificando certos aspectos da sua legislação que permanecem actuais.

Explorando o Espólio de Bernardino Machado que detemos, encontramos a documentação indispensável para a elaboração do texto proposto, nomeadamente, os dois Relatórios do Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria (a Agricultura e a Indústria), além de diversas obras da autoria do político, complementadas pela correspondência pública e particular envolvendo figuras da época...

Anotamos que, após muitos anos de pesquisa, não encontramos o Relatório sobre «Os meios de Comunicação e o Comércio», obra que deveria acompanhar as duas publicações acima referidas. No entanto Bernardino Machado afirma que esse texto se encontraria «em vias de publicação», em nota incluída na sua obra «Da Monarquia para a República», editada em 1905, p.91. Em contrapartida identificámos um documento que, em princípio, deveria integrar a publicação em falta. Trata-se de uma «Informação sobre os acordos feitos pelo Conselho de Administração da Companhia real dos caminhos de ferro portugueses, com diversos grupos de credores, a que se refere a representação do mesmo Conselho, datada de três de Maio de 1893», publicada pelo Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria – Secção do Comércio... Bernardino Machado teria solicitado uma informação sobre os caminhos de ferro, ao Director Geral do Comércio e Estatística, Ernesto Madeira Pinto. O funcionário responde ao Ministro emitindo a Informação e um parecer sobre o assunto, em 5 de Junho de 1893. Ignoramos se o Ministro chegou a utilizar o dito parecer quando se ocupou dos caminhos de ferro.

Apresentando o resultado da pesquisa sobre a actuação de Bernardino Machado, no âmbito do referido Ministério, enquadrámos o tema na conjuntura política e económica, de finais do século XIX; recordamos a crítica do Par do Reino à gestão orçamental do Chefe do governo, José Dias Ferreira, responsável por tentar equilibrar o prolongamento da crise financeira dos anos 1890-91; explicamos, na obra do Ministro, os aspectos essenciais do projecto de modernização agrícola e industrial bem como as medidas de protecção social experimentadas; concluímos pela avaliação do desempenho político de Bernardino Machado, comparando metas com realizações, e reavivamos seu Legado político.

1. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E FINANCEIRO

Em termos económicos a história de Portugal, durante a segunda metade do século XIX, «ilustra o caso dos países cuja industrialização foi bloqueada pela Grã-Bretanha. Aproveitando a precocidade da Revolução industrial, a Grã-Bretanha procurou dominar o mercado mundial de produtos industriais: era-lhe, para isso, necessário impedir a industrialização das outras nações europeias...»¹.

Parafrazeando a autora (que, por sua vez, utiliza a expressão empregada por Oliveira Martins) a política de livre câmbio teria transformado o País, durante cerca de 40 anos, «numa vasta granja para exportação». Portugal produzia e vendia vinho, frutos, bois, cortiça e minerais. A esta corrente de exportação correspondia uma corrente inversa de importação, composta de produtos industriais, na sua maioria produtos de consumo. Um único país, a Grã-Bretanha, absorvia à volta de 50% a 60% do total do comércio externo: era o principal mercado consumidor e abastecedor de Portugal.

Se o sector industrial fora «vivamente prejudicado por esta situação quase colonial» a agricultura, pelo contrário «beneficiara, nitidamente, da existência de um vasto mercado externo», rico e relativamente estável.

O escoamento seguro da produção agrícola e a procura de mercadorias de qualidade, incentivaram a propagação de inovações técnicas: difundira-se a rotação campo-prado, aperfeiçoara-se a criação de gado, surgiram as primeiras tentativas de produção industrial de leite, empreenderam-se os primeiros passos na mecanização agrícola, vulgarizara-se a aplicação de adubos químicos, inicialmente nalguns centros vitícolas, e mais tarde, nos campos de trigo (iremos encontrar algumas destas novidades no âmbito do M.O.P.C.I.).

A intensificação do comércio agrícola provocara a extensão do sector comercializado da agricultura. O período da Regeneração aparece, deste modo, como uma fase de prosperidade agrícola e o «lento desenvolvimento industrial é compensado, durante largo tempo, por um nítido crescimento agrícola baseado na exportação».

Entretanto, a desigualdade do crescimento dos sectores agrícola e industrial acaba por travar o próprio desenvolvimento agrícola e, por refrear o conjunto da economia nacional. «Cria-se um círculo aparentemente vicioso, sem solução, no contexto social existente. O progresso do País marca passo...».

No fim do século, já a corrente exportadora, na sua totalidade, se encontra sensivelmente reduzida (em 1889-1891), enquanto a corrente importadora continua a aumentar, ao mesmo tempo que as transferências de dinheiro dos emigrantes diminuem, deixando de cobrir o défice crescente. É nessa altura que surgem, claramente, os graves inconvenientes da dependência económica criada por essa via de desenvolvimento, pondo em perigo a própria independência

1 Pereira, Miriam Halpern (1983). *Livre-câmbio e Desenvolvimento Económico: Portugal na Segunda Metade do Século XIX* Lisboa, Sá da Costa Editores, Segunda Edição corrigida, p.315.

política. «...E a ideia de que Portugal possuía um futuro esperançoso, corrente até 1870-1875, ter-se-á desvanecido, completamente, no fim do século. A consciência do atraso do País, torna-se geral e tudo impregna...».²

À crise económica de finais do século veio adicionar-se a crise financeira e política. O surto económico dos governos fontistas, empreendido à custa de empréstimos estrangeiros deixara as finanças do País em difícil situação. Entre 1868 e 1890 verificou-se um agravamento do défice e da dívida pública interna e externa: o pagamento dos respectivos juros absorve grande parte dos empréstimos, conseguidos pelo Estado no estrangeiro. Duas crises financeiras (a de 1876 e a de 1891) vêm abalar uma economia alicerçada numa agricultura com as características já referidas e, numa forte actividade especulativa, que originara a expansão do sistema bancário, com o aumento do número de bancos, multiplicação das operações e subida do montante dos depósitos. Os capitais são, então, aplicados quase, exclusivamente, na constituição de sociedades vocacionadas para comércio e transportes, sociedades de existência, por vezes, fictícia, reduzidas a pura especulação.

É esta situação financeira, agudizada por certos acontecimentos políticos que vai estar na origem da crise de 1890-91. O que iria acontecer com o Ultimato quando a Inglaterra, aproveitando a situação vulnerável das finanças do Estado português lhe infligiu a humilhação que conhecemos, contribuindo para arruinar o crédito tanto político como financeiro dos partidos monárquicos. «O Ultimato mergulhando os sucessivos gabinetes na confusão e no desânimo, não ajudou, por certo, a resolver o problema financeiro.»³

Entretanto, os Republicanos jogam decisivamente o factor «nacionalismo» para atrair a opinião pública: a defesa dos territórios africanos mistura-se com o ódio à Monarquia e aos partidos que, no governo, cediam face à «grande e velha aliada». Entre 1890-91, a propaganda republicana estende-se às principais cidades e vilas; a imprensa veicula o discurso político, e o clamor de todos que, unidos contra a monarquia e os seus crimes, buscavam levantar «o esplendor de Portugal», humilhado pela Inglaterra. A República já não se apresenta como uma esperança vã. Transforma-se num movimento capaz de atrair o exército: um grupo de militares de baixa patente desencadeia a revolta republicana de 31 de Janeiro de 1891. Apesar do fracasso, a oposição consegue os seus objectivos: mostrar a fraqueza do regime. É o começo da desagregação da monarquia, enquanto os republicanos aumentavam o seu poder político e a implantação popular.

2 Idem, *Ibidem*. p.10.

3 Cabral, Manuel Vilaverde (1979). *Portugal na Alvorada do século XX*. Porto, A regra do jogo, Edições, pp.51 e 52.

2. A CRÍTICA DE BERNARDINO MACHADO À OBRA DO MINISTÉRIO DIAS FERREIRA: DIAGNÓSTICO DA CRISE E PROPOSTAS DE SOLUÇÃO

Envolvido no contexto acima descrito Bernardino Machado vai tomar posição. No primeiro dia de Fevereiro de 1893, profere na Câmara dos Pares um discurso centrado no tema do ensino, em resposta ao discurso da Coroa. Na realidade aproveita as suas funções de Par do Reino e a circunstância para fazer o diagnóstico da crise, apontar soluções e criticar a actividade do Ministério Dias Ferreira. Apresenta o diagnóstico da crise nos seguintes termos:

«...Sr. Presidente, a crise financeira que, patenteando-se em toda a sua agudeza, determinou o advento do Sr. Dias Ferreira à Presidência do Conselho, formidável em si mesma, não era, contudo, senão mais uma manifestação desgraçada, como o fora o «*ultimatum*» inglês, como o fora a revolta do Porto, da nossa profunda dissolução política. E tanto o País assim o entendia que a imputou à incapacidade governativa dos partidos, fazendo-os responsáveis pelo descalabro das nossas finanças. Uma missão, por conseguinte, necessária e culminante se impunha aos novos homens do governo e, principalmente, ao chefe do gabinete: era restabelecer a ordem e a confiança. tão abaladas, na economia das instituições parlamentares, fora das quais não existe, pelo menos não se vê, recurso algum normal para a vida colectiva da Nação. E, para isso, cumpria-lhes operar uma selecção salutar dentro dos partidos para esclarecer a opinião que, se tinha razão contra eles, não a poderia ter contra cada um dos seus membros e estava longe de ser justa na condenação absoluta que fulminara contra alguns; cumpria-lhe captar as adesões patrióticas de tantas individualidades de valor que, por esse País se vão divorciando da política, com desalento ou indignação, e que tornam, dia a dia, mais difícil, mais árduo, o exercício da governação, quer pesando sobre ele, com toda a massa inerte da sua indiferença, quer trazendo-o em sobressalto com as ameaças crescentes da revolução: e, cumpria-lhe não só aviventar assim o organismo do Estado, fortalecer o poder central, mas, ainda, cercá-lo de apoio de todos os poderes locais, porque tudo não é demais para nos arrancar do mau passo em que naufragámos...»

Identificada a situação o orador sublinha que apesar de tudo isso, o Presidente do Conselho fizera, exactamente o contrário. E Bernardino Machado interroga-se, deste modo, sobre o motivo dessa atitude: «E, para quê? Para servir algum ideal? Mas S. Ex^a até desdenha os idealistas... seria para servir a Monarquia? Não se justificava, mas compreendia-se. Mas, afinal, nem seria para isso... seria, então, para realçar a sua figura de Estadista? ...A grandeza dos homens públicos não se afere pelos poderes que concentram nas suas mãos, mas sim pelos bons ofícios

que prestam à sua Pátria: e o Sr. Presidente do Conselho não lhe prestou, sequer, aqueles que podia e devia prestar-lhes com as suas eminentes faculdades...».⁴

Após esta resposta lapidar prossegue o discurso cingindo-se aos assuntos da instrução, que eram aqueles que lhe competiam, visto que se encontrava na Câmara em representação dos estabelecimentos científicos. Destaca as contradições do Chefe do Governo em matéria de educação: por um lado, aquele reconhecera a importância da causa da educação; mas, por outro, apressara-se a extinguir o Ministério da Instrução. E não procedera desse modo para obedecer às imposições da opinião que, até não era adversa à existência desse Ministério (até as vereações municipais tinham o seu pelouro da instrução) mas, apenas, com o objectivo de economizar... Este comportamento levou o Par do Reino a acrescentar, ironicamente que, nesse caso, seria preferível suprimir todos os serviços do Estado, com excepção, unicamente, dos serviços de lançamento e cobrança dos impostos e do pagamento aos nossos credores. Seria radical!

Comprovada a sua hostilidade à política do governo Dias Ferreira, Bernardino Machado conclui, sem sombra de dúvida, pela incapacidade política daquele ministério: «Aqui tem V. Ex^a e a Câmara, porque sou hostil à política do Sr. Presidente do Conselho... Quando mesmo o Parlamento lhe aprovasse as suas propostas financeiras, isso significava que lhe adoptava as soluções, mas não se inferia que S. Ex^a não tivesse agravado, e muito, o problema financeiro: agravou-o, até, porque as boas finanças são inseparáveis da boa administração. Mas o que, mais que tudo, o Sr. Presidente do Conselho agravou, exacerbou, foi a temerosa crise política, que nos esfacela...».⁵

A intervenção de Bernardino Machado na Câmara dos Pares não foi em vão (como adiante se comprova).

3. A ACÇÃO DO MINISTRO DAS OBRAS PÚBLICAS COMÉRCIO E INDÚSTRIA

No dia 23 do mês em que acabara de pronunciar este discurso, o político regenerador subiu ao poder «pelo favor do Hintze», como o próprio diria mais tarde. Bernardino Machado encarou o convite do Presidente do Conselho de Ministros como um dever cívico, visto que o País atravessava uma perigosa conjuntura de crise tanto no plano interno (a centralização do poder monárquico, a limitação das liberdades individuais e públicas) como no plano externo (a pressão da supremacia britânica que se tornara odiosa). Do lado do novo governo regenerador pretendia-se «refrescar» (passe a expressão) o elenco do executivo, com pessoas de mente liberal mais aberta. Não havendo pasta da Instrução (pelouro que Bernardino Machado sempre manifestou interesse em

4 Machado, Bernardino (1893). *A Crise Financeira e o Ensino. Discurso proferido na discussão da resposta ao discurso da Corôa, em 1 de Fevereiro de 1893*. Lisboa, Imprensa Nacional, pp 4 e 5.

5 Idem, *Ibidem*, pp.11 e 12.

obter, mas sem sucesso) atribuíram-lhe a pasta das Obras Públicas, Comércio e Indústria, tarefa que não seria espectacular mas de inegável importância para o progresso do País. Augusto Fuschini, engenheiro de formação e também político, recebeu, em simultâneo, a pasta da Fazenda, mais complexa dado o contexto. Os dois ministros simbolizavam, de certo modo, «a ala esquerda» do partido regenerados, formando uma equipa de trabalho e de amizade.

3.1 O PROJECTO DO MINISTRO

Anotemos, antes de prosseguir nesta exposição, que o recado parlamentar que, poucos dias antes, fora dirigido a Dias Ferreira, se resumia, praticamente, numa proposta que passava pelos seguintes pontos: a gestão financeira decorria da orientação política e administrativa do governo; a estratégia aconselhada, consistiria em congregar as boas vontades intelectuais do país, em torno das soluções dos problemas nacionais.

Em que medida é que o novo Ministro das Obras Públicas adoptou, para uso próprio, os tópicos normativos preconizados para o governo anterior?

A nossa investigação desenvolve-se, precisamente, nesse sentido: avaliar a distância entre os ideais formulados pelo Par do Reino e as medidas concretas aplicadas pelo Ministro (não esquecendo, entretanto, que a responsabilidade deste último se restringia a um sector parcelar da administração pública).

Clarificadas as nossa pretensões, passamos à análise das metas governamentais: o desempenho do Ministro das Obras Públicas Comércio e Indústria, em 1893, norteou-se pela interdependência de dois objectivos que o próprio explica do seguinte modo: em primeiro lugar, «fez-se a revisão orçamental, operando-se, principalmente, pelo Ministério das Obras Públicas, profundas reduções de despesa e tratando-se, em simultâneo, do problema da dívida externa, abrindo-se aos credores a esperança do seu integral pagamento»; em segundo lugar, «e, até para essa esperança não se malograr, equacionou-se o nosso problema económico, que tinha que ser resolvido, pelo escrupuloso aproveitamento de todos os recursos remanescentes». Articulou-se, nesse sentido, o «fomento da produção» com o «fomento da circulação».⁶

Analisando a legislação aplicada no âmbito da agricultura e da indústria encontramos, claramente, as três seguintes directrizes que inspiram o trabalho político de Bernardino Machado: o propósito de articular a inovação científica com as práticas laborais; um plano de formação profissional da mão de obra, porque ele considerava que o investimento na economia não era, apenas, um problema financeiro, mas, antes, uma necessidade de instrução dos trabalhadores. Como é que os lavradores e os operários poderiam experimentar novos métodos ou manejar instrumentos modernos se nem sequer sabiam ler nem escrever?

6 Machado, Bernardino (1905). *Da Monarquia para a República, 1883-1905*. Coimbra, Tipographia França Amado, pp.295, 296 e 297.

Finalmente, uma perspectiva humanista que passaria pela protecção social dos recursos humanos, especialmente, das mulheres e dos menores. Segue a súmula das realizações conseguidas durante os dez meses de vigência governativa.

3.2 AS MEDIDAS EMPREENDIDAS NOS DIVERSOS SECTORES DA ECONOMIA

3.2.1 OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Neste sector «urgia consolidar a obra dispendiosíssima que tantos sacrifícios importara, do fomento da circulação, que estava em risco de se desmantelar por culpa da nossa perdulária administração». Ordenou-se, portanto, a reparação das estradas arruinadas, seguiu-se a supremacia do Estado no domínio público dos caminhos de ferro; providenciou-se o acabamento do porto de Lisboa, a reparação dos portos de Leixões e Funchal, adquiriram-se barras para o porto de Aveiro e Figueira da Foz; dotou-se a construção dos faróis (chamavam à nossa costa a costa negra da Europa) tentaram-se as primeiras experiências para a ligação telefónica entre Lisboa e Porto; ligou-se Continente com os Açores através do cabo submarino; decretou-se o serviço de aviso das cheias e tempestades protegendo as populações ribeirinhas e marítimas.⁷

3.2.2 INDÚSTRIA

As medidas aplicadas na indústria não passavam, apenas, pelo fomento do sector mas, em especial, pela protecção social dos trabalhadores e pela sua qualificação através de formação profissional adequada.

3.2.2.1 FOMENTO INDUSTRIAL

Com o objectivo «de se avaliar, mais exactamente, as forças económicas do País», procedeu-se a um ensaio cadastral e determinou-se a estatística industrial. Fomentou-se a indústria do carvão, do ferro, dos vidros e do cimento. Através do Decreto de 13 de Setembro de 1893, abriu-se concurso para adjudicação das minas de carvão e de ferro, aparentemente abandonadas, no distrito de Leiria, dado que havia 22 anos que estavam em litigio, sem poderem ser explorados os valiosos jazigos de carvão e de ferro dessa área geográfica. Deste modo pôs-se termo à questão, ressaltando os direitos do Estado; o Ministro pensara, ainda, no aproveitamento das riquíssimas minas de ferro de Moncorvo bem como na implantação da indústria siderúrgica. No âmbito da indústria vidreira nomeou-se, através da portaria de 12 de Setembro de 1893, uma comissão que

⁷ Machado, Bernardino (1905). *Da Monarquia para a República, 1883-1905*. Coimbra, Tipographia França Amado, pp.296 e 297.

procedeu à inspecção da fábrica da Marinha Grande. O Relatório da comissão alertava o governo para a urgência de proceder à adjudicação da fábrica, para evitar a crise que poderia resultar para a Marinha Grande, da falta de trabalho. Esta fábrica, à data, empregava 317 pessoas (293 homens e 24 mulheres).

3.2.2.2 PROTECÇÃO SOCIAL DOS RECURSOS HUMANOS

Valorizando a mão de obra através da componente pedagógica e social e não, apenas, enquanto factor de produção, o Ministro apressou-se a proteger os trabalhadores decretando um conjunto de medidas de carácter social que ele designava por «Socialização industrial». O objectivo consistia em encaminhar, de certo modo, os trabalhadores da indústria, no momento em que estes entravam no mercado de trabalho, promovendo-se a sua colocação e melhor remuneração. Deparamos, assim, com a publicação de uma série de diplomas legais que regulavam dois tipos de iniciativas: as Bolsas de trabalho e os Tribunais de árbitros – avindores. De acordo com a definição constante do Decreto de 9 de Março de 1893, as Bolsas de trabalho eram estabelecimentos públicos, legalmente autorizados, destinados a servir de intermediários para a oferta e a procura de trabalho. Procediam de dois modos: pondo em relação os patrões com os empregados, operários e aprendizes da respectiva especialidade, para facilitar a colocação destes; e, também, coligindo e patenteando informações exactas sobre o mercado de trabalho de cada especialidade no País, afim de dar a conhecer aos empregados, operários e aprendizes as condições de oferta e de procura nos principais centros industriais. Seriam criadas em cada uma das cidades de Lisboa ou Porto e, em cada uma das localidades, capital de distrito ou de concelho que fosse um centro industrial. Em cada Bolsa de trabalho devia organizar-se, semanalmente «o preço corrente dos salários de cada profissão, formando-se um boletim de cotação, que seria afixado na mesma Bolsa».

A instituição dos Tribunais de trabalho aparece-nos sob a designação de Tribunais de Árbitros-avindores. Atendendo ao que lhe fora representado pela Câmara de Lisboa, o Ministro publica o Decreto criando um Tribunal de Árbitros-avindores, em 18 de Maio de 1893 destinado a gerir os conflitos entre patrões e assalariados. O Diploma registava entre outros pontos que seria criado em Lisboa um destes Tribunais cuja circunscrição abrangeria a área do mesmo município; ficariam sujeitas à jurisdição do referido Tribunal as indústrias exercidas na mencionada circunscrição.

Os mecanismos de protecção social que se consideravam adequados para o enquadramento das classes laboriosas, constituídas por pessoas adultas, não seriam exequíveis na actividade profissional de dois grupos especiais, no mercado de trabalho: os menores e as mulheres. A Revolução industrial, embora tímida na versão nacional, arrastara a multiplicação de trabalhadores provenientes das categorias sociais referidas. Entre a Escola e a Fábrica o fosso prometia tornar-se cada vez maior. Bernardino Machado nunca se iludira a

esse respeito.... Tentou salvar a Escola e impor limites às exigências da fábrica, atenuando os efeitos provocados pela crescente necessidade de mão de obra. Não solucionou, na essência, a injustiça da situação. É nesta perspectiva que o Ministro promulga o Decreto aprovando o Regulamento para o trabalho dos menores e das mulheres nos estabelecimentos industriais, em 16 de Março de 1893. Referimos, apenas, alguns tópicos: o trabalho nocturno de menores com mais de 12 anos, só poderia ter lugar a título excepcional, com permissão do inspector industrial, e num lapso de tempo muito curto; tentou-se salvaguardar, na medida do possível, a instrução primária elementar dos menores, mediante a apresentação de uma caderneta especial, preenchida pelos professores das escolas primárias, atestando a frequência escolar ou a falta dela; em relação às creches previa-se uma regulamentação especial para determinar as acomodações, as condições higiénicas, a organização interna e as horas de amamentação das crianças. As medidas de carácter social empreendidas neste sector culminaram no desenvolvimento, em simultâneo, do ensino técnico-profissional, mais prático e virado para uma economia do futuro.

3.2.2.3 O ENSINO TÉCNICO-PROFISSIONAL

No âmbito deste ramo de ensino (cuja reforma Bernardino Machado iniciara com o Plano de 1891) avultam as seguintes iniciativas: a instituição dos cursos primários nas escolas industriais, a descentralização das mesmas e a remodelação dos institutos industriais e comerciais. O conjunto das medidas apresenta-se acompanhado de outras de carácter complementar, tais como publicações, conferencias, organização de missões de estudo, uma exposição industrial e a criação do Museu etnográfico português. A orientação que inspira este leque de iniciativas passa pela eficácia do trabalho manual encarado numa tríplice perspectiva formativa, económica e social.⁸

Destacamos, aqui, quatro iniciativas por aquilo que significam de inovação: a instituição de cursos primários nas escolas industriais; a criação de pensões para filhos de proletários; a missão de estudo atribuída a Alice Pestana, professora e escritora; a fundação do Museu etnográfico português. Vejamos em detalhe: no primeiro caso o Ministro das Obras Públicas apresentou ao Ministério do Reino uma proposta para a implementação das seguintes medidas: em primeiro lugar o estabelecimento de uma aula de instrução primária, para o sexo masculino, em cada uma das escolas industriais indicadas numa nota-A; e uma aula de instrução primária, para o sexo feminino, em cada uma das escolas industriais indicadas noutra nota-B; a execução desta primeira medida ficaria assegurada transferindo-se para a escola industrial respectiva alguma aula que houvesse nas proximidades se fosse conveniente fazer a transferência)

8 Machado, Bernardino (1898). «O ensino industrial» in *O Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria, em 1893 (de 23 de Fevereiro a 20 de Dezembro)*. A Indústria. Coimbra, Tipographia França Amado, pp. 31 a 206.

ou criando-se uma nova aula de instrução primária. Em segundo lugar, a organização dos cursos nocturnos em todas aquelas aulas de instrução primária anexas às escolas industriais, além dos cursos diurnos. A fundamentação desta proposta que, entretanto, foi aprovada, residia no facto de se ter verificado que muitos dos candidatos aos cursos industriais eram analfabetos, tendo que desistir, por esse motivo, da frequência dos cursos profissionais. Concretizando medidas deste teor o Ministro acreditava na possibilidade de alcançar um duplo objectivo: por um lado facilitar a transição dos alunos/as das escolas primárias para o ensino industrial; e, por outro, iniciar a aprendizagem dos trabalhos manuais educativos, na instrução primária elementar, consubstanciando-se, deste modo, um dos antigos «sonhos» de Bernardino Machado: a completa «profissionalização do ensino» cujo ponto de partida deveria arrancar da instrução primária. Tentava, assim, remediar aquilo que ele designaria, mais tarde, como «o vício profundo da actual organização pedagógica: a incompatibilidade entre o trabalho e a instrução» (1897). O processo de implementação desta aula decorreu com grande movimento de matrículas, nomeadamente, nas escolas de Setúbal, Leiria e Peniche, sendo esta última frequentada, de preferência, pela população feminina, nos cursos diurnos.⁹

A segunda iniciativa que destacamos confirma que Bernardino Machado não se esqueceu dos filhos dos proletários que revelassem aptidão superior e, por isso, instituiu Pensões que lhes permitissem ascender à frequência dos Institutos Industriais e Comerciais. Nesse sentido enviou um ofício aos Directores das Escolas industriais, para que eles convidassem os alunos pobres, que tivessem completado, com «aproveitamento notável» os cursos das mesmas, levando-os a requerer Pensão para poderem frequentar os Institutos Industriais de ensino médio. Ordenou, também, que se fizesse o respectivo Regulamento para, de futuro, assegurar a concessão a novas pensões.

A missão de estudo atribuída a Alice Pestana é a terceira iniciativa que nos interessa. Alice Pestana (que por vezes assinava os seus textos sob o pseudónimo de Caiel), era uma professora e escritora, defensora da causa feminista com provas dadas no domínio da educação. Trabalhou com Bernardino Machado em diversos contextos culturais (cuja análise não cabe no âmbito do presente artigo). A própria pedagoga propõe ao Ministro, através de uma carta datada de 18 de Abril de 1893, fazer uma viagem de estudo à Europa, onde pudesse informar-se sobre qualquer ramo de ensino ainda pouco conhecido em Portugal, como, por exemplo, «as Escolas Maternais ou Educação Profissional para a mulher». A opção recaiu, de comum acordo, sobre a instrução profissional feminina. Alice Pestana solicitou a concessão do estatuto de pensionista oficial, prescindindo de qualquer remuneração pecuniária e preparou-se para conhecer a situação do ensino profissional destinado às raparigas, no estrangeiro.

9 Rosa, Elzira Terra Dantas Machado (1991) *Bernardino Machado. Protagonista de Mudança*. Cadernos Vale do Ave n.º 1 Departamento de Cultura e Educação. Edição da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. pp.53 e 54.

É nomeada por Portaria de 5 de Maio de 1893, para o efeito. A sua viagem realizou-se desde os fins de Maio até ao fim de Julho de 1893. Em 31 de Agosto do mesmo ano a professora apresentou ao Ministro o Relatório correspondente. Este documento, interessante em diversos domínios, abre com uma introdução sobre a pedagogia da chamada «Escola Nova», corrente vanguardista (para a época), no âmbito da qual se defendia um ensino centrado na criança. A pedagoga e Bernardino Machado partilhavam esta concepção pedagógica que, na opinião de ambos, deveria servir de base a todos os ramos de ensino, incluindo o ensino feminino. Alice Pestana visitou um número importante de escolas francesas para as meninas, em vários ramos e níveis de ensino, tais como escolas municipais profissionais com uma componente educativa para «*ménagère*» (dona de casa); Sociedade para a instrução elementar; Escola primária superior de meninas «*Sophie Germain*»; Sociedade para a assistência paternal às crianças empregadas nas fábricas de flores; Cursos comerciais da Câmara de comércio de Paris para mulheres e raparigas; Cursos comerciais da cidade de Paris; Instituto poliglota em Paris; Sociedade comercial para o estudo das línguas estrangeiras, em Paris etc. Entre os vários estabelecimentos de ensino profissional e sociedades dedicadas ao ensino técnico de raparigas estavam, precisamente, as Escolas Elisa Lemonnier que foram, em França, as primeiras escolas profissionais laicas, destinadas a raparigas pobres, visto que a educação religiosa das alunas era deixada, inteiramente, ao cuidado das famílias. Pretendiam transformar as suas alunas em boas mães de família, com hábitos de dignidade pessoal, de estima e de respeito por si próprias. Inspirando-se neste modelo, misto de padrões burgueses, reabilitação pelo trabalho manual e laicismo, Alice Pestana sugere ao Ministro a criação de asilos – oficinas, espécie de escolas profissionais para raparigas órfãs e pobres, onde estas trabalhassem deveras para uma clientela certa, à semelhança do que a pedagoga acabara de observar, nas escolas parisienses.

Pensamos que, dado o interesse do Estadista pelo ensino profissional laico e feminino, a proposta da pedagoga chegaria a concretizar-se, se a demissão do Ministro não se tivesse verificado, poucos meses depois.¹⁰

Finalmente, a criação do Museu etnográfico português, que é hoje o Museu de Arqueologia, merece uma referência especial. Apresentando o projecto da sua fundação ao Rei, Bernardino Machado explicava que era necessária uma instituição onde estivesse representada a parte material da vida de um povo, as suas indústrias, os seus trajes, os seus usos e costumes. Acentuava, de preferência, o seu valor educativo, desdobrando-o em três aspectos: no campo

10 Rosa, Elzira Terra Dantas Machado (1999). *A Educação Feminina na Obra Pedagógica de Bernardino Machado. Propostas a Favor da Igualdade e da Emancipação das Mulheres*. Dissertação de Mestrado em História Social Contemporânea. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (Secção Autónoma de História, 1997). Lisboa. Cadernos Museu Bernardino Machado n.º 2 Edição da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. pp. 63,64 e 65.

da história serviria para ministrar documentos, pelos quais se apreciaria melhor, «assim em globo», os caracteres desse povo, e as suas relações com outros, tanto no presente como no passado; no que tocava ao sentimento nacional, o Museu faria com que o povo, sabendo as condições históricas da sua própria existência, amasse e venerasse a Pátria, com conhecimento de causa e seguisse, afoito, na via do progresso; quanto às artes, contribuiria para que elas se aperfeiçoassem porque só quando o artista se inspirasse nas tradições do País poderia produzir obras, verdadeiramente, de cunho. O Decreto de criação do Museu etnográfico, datado de 20 de Dezembro de 1893, organizava a nova instituição como se este servisse de alargamento ao Museu de Antropologia (que já se devia à iniciativa de Bernardino Machado), dividindo-o em duas secções: secção arqueológica e secção moderna. O Ministro nomeou, para o cargo de Director do Museu, José Leite de Vasconcellos Pereira de Melo, professor, etnólogo e filólogo de reconhecida competência. Este erudito apressou-se a adquirir, para o novo Museu, a colecção de antiguidades algarvias, pertencente a Estácio da Veiga (parte do espólio já pertencia ao Estado), comprando a parte restante à família do arqueólogo. O Ministro aprovou, imediatamente, aquisição desse espólio arqueológico valioso para o enriquecimento do Museu.

Em suma: a criação do Museu etnográfico inspira-se nas instituições europeias similares, assentes numa concepção de História destinada a fomentar o sentimento de amor à Pátria, concepção ligada, naturalmente, ao reforço do Estado-nação. Facto que só comprova que Bernardino Machado era um homem do seu tempo. Parafraseando Jaime Cortesão, seu amigo e, mais tarde, companheiro do 2º exílio, quando este se referiu à fundação do Museu etnográfico «Bernardino Machado, na justificação do decreto respectivo, revela-se, juntamente, o homem de ciência e o democrata».

3.2.3 AGRICULTURA

No sector agrícola as medidas mais eficazes distribuíram-se pelos seguintes domínios: fomento agrícola e socialização interligados, ensino e estudos agrícolas. Através de um esforço de «socialização agrícola», o Ministro pretendia envolver todos os parceiros sociais (proprietários, trabalhadores e governo) na solução dos problemas do sector.

3.2.3.1 FOMENTO AGRÍCOLA E SOCIALIZAÇÃO:

- COLONIZAÇÃO DE TERRENOS INCULTOS

Empregando a expressão utilizada pelo Ministro, promoveu-se, especialmente, a «indústria agrícola». No domínio do fomento incentivou-se, de modo prático, a colonização alentejana. Para alcançar esse objectivo o Ministro empregou dois processos: suscitar e favorecer a iniciativa dos nossos grandes proprietários, e dar-lhes, oficialmente, o exemplo: no preâmbulo do projecto

legal relativo a esta matéria, faz-se notar que este diploma não visava «a solução completa do problema» do despovoamento alentejano. Mas, pelo menos, «encerrava os fundamentos para início da colonização em terras incultas do país, aproveitando-se, desde já, as que estivessem na posse do Estado». Possibilitava, portanto, «o aproveitamento imediato de várias extensões de terrenos incultos, existentes na posse do Estado, criando incentivos para o estabelecimento de colónias agrícolas que, principalmente, no Alentejo, podiam e deviam tornar-se centros importantes de população, derivando para essa província a corrente de emigração que iria, desde logo, desbravar e valorizar o solo estrangeiro e, ao mesmo tempo, factores valiosos de civilização e de progresso, destinados a transformar as áridas charnecas, empobrecidas pela incúria e pelo abandono, em centros de actividade de riqueza». Considerava-se colónia agrícola o agrupamento de vinte casais, ocupando, pelo menos, 100 hectares; o governo estabeleceria as colónias agrícolas servindo-se de alienação ou de arrendamento; os colonos beneficiavam de algumas benesses sociais, tais como transporte gratuito nos caminhos de ferro do Estado em certas circunstâncias; socorros médicos gratuitos pelos médicos desses caminhos de ferro, desde que a colónia não estivesse a mais de 10 km de uma estação; escola primária elementar; isenção de contribuições durante 20 anos; fornecimento gratuito de sementes, plantas e madeiras para construção e outras.

O projecto do Ministro, aprovado por Decreto de 20 de Dezembro de 1893, despertou reacções bastante favoráveis por parte da população.¹¹

- PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Incentivou-se a produção de cereais distribuindo-se, «pela primeira vez», sementes seleccionadas de trigo, adubos e preparados cúpricos, com a finalidade de «atenuar quanto possível, o enorme desequilíbrio existente entre a produção e o consumo deste cereal e, conseqüentemente, restringir a avultada exportação de oiro que, anualmente, se está fazendo, em troca do pão, indispensável para consumo público». Esta distribuição de adubos químicos fez-se a primeira e única vez, em 1893, «sem ónus nem risco para o tesouro, sendo extraordinária a sua compra pelos lavradores, principalmente rendeiros».

- INDÚSTRIA VINÍCOLA

Na indústria vinícola subsidiou-se a primeira adega social, em Viana do Alentejo, orientando-se o fabrico e comércio dos nossos vinhos, e planeando a sua propaganda, nos mercados estrangeiros.

11 Machado, Bernardino (1899). *O Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria, em 1893 (de 23 de Fevereiro a 20 de Dezembro). A Agricultura*. Coimbra, Tipographia França Amado, pp. 93 a 104.

● SERICULTURA E AQUICULTURA

No apoio à sericultura, uniu-se de todos os meios de trabalho e de acção a estação oficial de Mirandela e auxiliou-se a iniciativa particular na Guarda e em Coimbra.

No desenvolvimento da aquicultura, criou-se «a primeira estação aquícola, em Vila do Conde», dotando-a com 20 contos provenientes dos fundos do fomento agrícola existentes no Ministério, mandando-os entregar, para esse fim, ao Banco de Portugal, e nomeando-se seu director o naturalista Augusto Nobre.

O conjunto destas medidas aparece enquadrado pela organização dos sindicatos agrícolas.

3.2.3.2 ENSINO AGRÍCOLA

Consideramos que as iniciativas mais interessantes tomadas pelo Ministro no sector primário da economia são as que radicam na preocupação de formar a mão de obra rural, desde o seu nível mais elementar até aos altos programas ministrados no Instituto de Agronomia e Veterinária, culminando, por fim, nos «Estudos agrícolas». Neste sentido começemos por sublinhar a atenção dispensada pelo Ministro-pedagogo à instituição escolar, passando em revista os vários graus deste tipo de ensino:

- Reorganizou-se o ensino superior de agricultura, professado no Instituto de Agronomia e Veterinária, visando uma articulação entre a teoria e a prática.¹²
- Determinou-se que o ensino médio agrícola, ministrado na Escola Moraes Soares «se tornasse, essencialmente, prático, devendo os professores explicar todos os assuntos compreendidos nas disciplinas, em presença dos objectos a que se referem as lições, para o que estas teriam lugar, geralmente no campo, nas oficinas, nos estábulos e mais dependências da escola».¹³
- O ensino elementar agrícola continuaria a ser ministrado nas escolas já existentes (de Viseu, Bairrada, Torres Vedras, Santarém, Faro, Ponte de Lima e ilha de S. Jorge) «procurando sempre moldar este nível de ensino pela feição agrícola peculiar da região em que se achasse estabelecida a escola».

Em suma: o ensino profissional, «sempre prático seria, geralmente, dado no campo, nas oficinas e mais dependências das escolas, devendo ser utilizados os aprendizes em todos os trabalhos rurais».

12 Idem, *Ibidem*, pp. 39 a 45.

13 Idem, *Ibidem*, p. 48.

Enquanto medidas complementares do Ensino agrícola, o governo fomentou e desenvolveu a instrução nos campos, por meio de conferências, visitas de estudo e propagando realizada pelos agrónomos e veterinários ou pelos professores dos quadros, abrangendo a formação profissional dos adultos. Adicionou, ainda, a criação de uma Biblioteca Nacional Agrícola, destinada à população rural e composta por obras de reconhecido mérito, escritas por autores portugueses que não tivessem sido publicadas; o Museu agrícola e florestal; as conferências realizadas pelos especialistas (Luís Grandeau, sábio professor de agricultura no Conservatório das artes e ofícios de Paris; Cincinato da Costa, lente do Instituto de Agronomia e Veterinária; Jayme Batalha Reis, cônsul de Portugal em New Castle), bem como uma exposição de vinhos em Chicago (onde todos os expositores de vinho do Porto foram premiados) e missões de estudo. Tudo isto complementou o ambicioso programa de difusão de conhecimentos no domínio da agricultura.

3.2.3.3 ESTUDOS AGRÍCOLAS

Estudos agrícolas com uma fundamentação mais sólida culminaram o processo:

- Adiantaram-se os «Estudos agrológicos» necessários para o conhecimento da adaptação das castas resistentes das vinhas aos nossos terrenos, concluindo-se as análises, deste tipo, relativas a todo o distrito de Lisboa; promoveu-se, igualmente, o estudo de diversas castas nacionais e exóticas de cereais cultivados no País.
- Para ocorrer às crescentes necessidades da «Estação químico-agrícola de Lisboa», que se tornara em centro principal dos estudos agronómicos de todo o País, deu-se-lhe uma direcção própria, independente do serviço de administração distrital, sendo nomeado, exclusivamente, para essa direcção o agrónomo Ramir Larcher Marçal. Este funcionário foi louvado pelo Rei, «pela inteligência e zelo com que desempenhara o cargo de Director da Estação químico –agrícola de Lisboa, especialmente, nos estudos das variedades das oliveiras e do azeite nacional, os quais muitos deveriam concorrer para o aperfeiçoamento de fabrico deste produto e desenvolvimento do seu comércio». Pouco depois determinou-se que o mesmo agrónomo procedesse com urgência ao exame e apuramento dos factos sobre os quais se pudesse basear a determinação das variedades de trigo, centeio e milho, que fossem de qualidade superior e preferíveis em cada região cerealífera.
- Regulamentou-se o «Serviço meteorológico agrícola», dividindo-se em duas secções: meteorologia pura e meteorologia aplicada á agricultura.
- No âmbito da «Nosologia agrícola», por iniciativa de Elvino de Brito, director geral da agricultura, encomendou-se aos agrónomos dos distritos

de Évora e Beja, um estudo sobre o «insecto vulgarmente denominado burgo», considerando os prejuízos que este vinha causando aos montados de sobre e de azinho no baixo Alentejo, com a agravante de nunca ter sido estudado, nem classificado, nem combatido, por ausência de informação e de iniciativas oficiais nesse sentido.

- Realizaram-se, igualmente, «Estudos rurais nos Açores», em matéria de economia pecuária e de regime de propriedade rural, enviando-se às ilhas uma missão científica composta pelos seguintes membros: João Viegas Paula Nogueira, professor do Instituto Agrícola, José Maria do Rego Lima, engenheiro e João da Motta Prego, agrónomo e químico. A missão durou de 20 de Agosto de 1893 até 29 de Outubro do mesmo ano, dela resultando a publicação de um livro intitulado «As ilhas de S. Miguel e Terceira» bem como a provável saída de um outro «Os gados e as culturas em S. Miguel e Terceira»¹⁴. Eis a obra do Ministro em dez meses de trabalho.

4. A DEMISSÃO MINISTERIAL

Em Dezembro de 1893 Bernardino Machado demite-se do cargo. Porquê? Aparentemente porque os dois ministros, Bernardino Machado e Augusto Fuschini, representando a ala vanguardista do governo de Hintze Ribeiro, exerciam os seus mandatos em contraciclo partidário dado que a tendência ideológica dominante progredia no sentido inverso: as ideias «de engrandecimento do poder real» que significavam, simplesmente, a concentração dos poderes do Estado nas mãos do monarca. Convicções defendidas por João Franco, Ministro do Reino, representante da ala direita do Partido Regenerador. Era tanto assim que Augusto Fuschini, deixando a sua versão sobre os acontecimentos, que levaram à auto demissão do seu colega no governo, atribuía a João Franco a responsabilidade da intriga urdida para substituir o Ministro das Obras Públicas por Carlos Lobo de Ávila (cujos serviços parlamentares o Ministro do Reino considerava inegáveis), forçando Bernardino Machado à demissão. E, tudo isto, com o assentimento do Chefe do Governo.

Recordemos, a título de curiosidade, que Hintze Ribeiro convidara, pessoalmente, Bernardino Machado para ocupar o cargo de Ministro das Obras Públicas Comércio e Indústria, no seu governo de 1893; João Franco, além de pertencer ao mesmo partido e ao mesmo governo, havia colaborado com o Ministro na elaboração do Plano de Reforma do Ensino Profissional que ambos publicaram, em 1891; Carlos Lobo de Ávila, conselheiro particular de João Franco e que fora condiscípulo de Bernardino Machado, na Universidade, alimentava, entretanto, uma campanha contra o Ministro das Obras Públicas, propagando a

14 Idem, *Ibidem*, pp. 31 a 35.



Fig. 2 Perfis Ministeriais. Bernardino Machado, no Ministério das Obras Públicas. Caricatura de Rafael Bordalo Pinheiro com a seguinte legenda: «Caniço por fora ...aço por dentro». Coleção Particular.

intriga, na imprensa da época. Perante esta «trindade» de interesses pessoais, o que poderíamos acrescentar? Sem comentários...

Apesar da insistência de Augusto Fuschini, esforçando-se por evitar que o Ministro tomasse a iniciativa da própria demissão, este mostrou-se inflexível, alegando, junto de Hintze Ribeiro, que a sua permanência no governo «estaria a dificultar a política ministerial»; e, junto de Fuschini, seu amigo, que este deveria continuar no cargo, dignamente, «porque entrara com a sua força»; enquanto «ele, não, porque só por favor do Hintze fora ministro». Compreende-se, perante o desfecho da situação, que o Estadista não tenha aceitado mais cargos políticos, a favor do regime monárquico, exceto a sua reeleição de Par do Reino, pelos estabelecimentos científicos (1894).

Em contrapartida havia uma elite intelectual que reconhecia a necessidade de mudança partidária ou mesmo de regime e que, por esse motivo, avaliava, positivamente, o desempenho do Ministro demissionário. É o caso de António Aurélio da Costa Ferreira, médico e professor notável, que fora discípulo de Bernardino

Machado, e que fez questão de assinalar que «era assombrosa a lista de serviços prestados ao País, durante a sua curta passagem pelo Ministério e, mais assombroso era, ainda, que tivesse saído das cadeiras do poder impoluto como entrara». Bernardino Machado era «Caniço por fora e aço por dentro», como foi caricaturado por Rafael Bordalo Pinheiro.

Mais interessante, é descobrir que até das hostes políticas contrárias surgiram vozes que, aparentemente, teriam ficado desiludidas com o malogro da experiência governativa. Exemplo disso é a atitude de José Maria de Alpoim que, correspondendo-se, mais tarde, com Bernardino Machado, teria deixado cair o seguinte desabafo: «Que pena, Bernardino, você ter ido para a República...».

5. BALANÇO CRÍTICO DA OBRA POLÍTICA, PEDAGÓGICA E ECONÓMICA DE BERNARDINO MACHADO NO MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS COMÉRCIO E INDÚSTRIA

Estabelecendo um balanço crítico sobre a obra política, pedagógica e económica de Bernardino Machado, poderemos passar em revista os seguintes aspetos:

a) Desempenhando as funções de Ministro das Obras Públicas Comércio e Indústria, no meio de um governo regenerador, no qual representava a «ala esquerda» do partido, Bernardino Machado visou a contenção das despesas e o aumento das receitas, através do desenvolvimento económico. Na prossecução desse objectivo mostrou-se, especialmente sensível ao desenvolvimento dos meios de comunicação e de informação os quais, na sua óptica, assumiam um papel importante enquanto instrumentos para o alargamento do mercado e para a divulgação de conhecimentos úteis aplicáveis à experimentação económica. Esta perspectiva motivou a dependência do «fomento da produção» relativamente ao «fomento da circulação». O incremento da agricultura parece ocupar um lugar secundário na hierarquia económica, estabelecida pela estratégia política. A própria expressão «indústria agrícola» sugere uma conclusão nesse sentido.

b) Consciente do atraso nacional o Ministro não se limitou a proclamar o espectáculo da ignorância popular, ao contrário das vozes críticas suas contemporâneas: tentou obviar à situação de pobreza em capital humano. Compreendeu que o progresso económico do País não dependia, apenas, do investimento financeiro mas, também, da formação da mão de obra e da respectiva protecção social. Contrariando a conjuntura de centralização do ensino, restaurada pelo Ministro Dias Ferreira, lança o seu Plano de Reforma do Ensino Técnico-Profissional, dando prioridade à instrução primária, à criação e descentralização das escolas industriais e comerciais e à ligação entre as aulas teóricas e as oficinas de trabalhos manuais. Rodeou-se de personalidades competentes no domínio profissional, de reconhecido mérito científico, às quais, sendo necessário, encomendou estudos, posteriormente divulgados com a preocupação de os tornar acessíveis tanto aos letrados como à população rural, menos culta, mas onde não faltavam os adultos interessados. Trata-se de um esforço de democratização da instrução que, aliás, sempre constituiu a tónica do seu pensamento político e da sua acção no sector do ensino. De um modo geral os cientistas foram convidados para proferir as palestras (um deles, Luís Grandeau, até agradeceu, por carta, a hospitalidade portuguesa); os intelectuais eram chamados para colaborar na resolução dos problemas da «res pública». São, por exemplo, entre outros, o caso de Alice Pestana, pedagoga responsável pelo estudo sobre o ensino profissional feminino, que veio preencher uma lacuna nesse sector; e o caso de Oliveira Martins, que fora afastado pelo Ministro Dias Ferreira, e agora nomeado para vogal do Conselho Superior de Agricultura, por diploma de 23 de Março de 1893.

c) Recuperemos a interrogação que funcionou como ponto de partida metodológico para a investigação, no presente trabalho: em que medida é que as realizações do Ministro corresponderam aos ideais do Par do Reino? A resposta encontra-se no balanço crítico que o próprio fez do seu mandato:

«... E tudo isto se fez sem défice, um verdadeiro escândalo para os nossos hábitos governativos. E tudo isto se fez em dez meses, de Fevereiro a Dezembro de 1893, liberalmente, descentralizadamente, impondo o cumprimento do dever a todos, e atendendo, desveladamente, à sorte dos humildes e pobres, um completo horror para as cobiças vorazes de dentro e fora do País. Os dois ministros responsáveis por tamanhos delitos, o Sr Augusto Fuschini, e ele, orador (Bernardino Machado) acusados de governar com princípios, foram, portanto, sacrificados, proscritos...». ¹⁵

Trata-se, evidentemente, de um documento autobiográfico, dotado, portanto, de um valor relativo. Mas, baseados no exame da «obra feita», também não dispomos de elementos para negar a verdade da referida informação... Aliás, foi, precisamente, devido ao tal «governo com princípios» (confirmado pelo testemunho de Augusto Fuschini) que o Ministro se viu afastado do governo, antecipando, ele próprio, a sua demissão. Entretanto o Ministro do Reino, João Franco, e a sua ala prevaleceram e o País virou para a tendência que estava «na moda»: o cesarismo real.

6. O LEGADO POLÍTICO E PEDAGÓGICO DE BERNARDINO MACHADO

Qual será o legado político e pedagógico de Bernardino Machado, Ministro nos finais do século XIX? Cremos que o Estadista desempenhou um papel de pioneiro antecipando três questões que permanecem atuais:

- a necessidade de articular o conhecimento científico com o progresso técnico, no sector económico, à semelhança do que se pretende fazer, actualmente, nas políticas de educação, no âmbito das quais se tenta ligar as descobertas científicas do ensino universitário, às experiências inovadoras, na vida das empresas;
- a aposta lançada na Educação Permanente, nomeadamente, na formação dos recursos humanos, através dos diversos graus e ramos do ensino público, aspiração que voltamos a encontrar, hoje, na vertente social do Projecto Europeu. Neste ponto, as afinidades com o Plano Educativo de Bernardino Machado são impressionantes. Verificámos, recentemente, que no quadro das cimeiras europeias, realizadas no Porto, os Chefes de Estado e de Governo da União Europeia assinaram um acordo designado por «Compromisso social do Porto». Trata-se de um documento importante através do qual os líderes europeus e os parceiros sociais se comprometem a passar das palavras aos actos, em matéria de direitos

¹⁵ Machado, Bernardino (1905). O despotismo económico in *Da Monarquia para a República, 1883-1905*. Coimbra, Tipographia França Amado, p 298.

sociais. O acordo assenta em três grandes objetivos do Plano de Acção, desenhado pela Comissão Europeia, metas que devem ser alcançadas ao longo da próxima década. Acontece que um desses três objetivos reside, precisamente, no propósito que levará a União Europeia á indispensável qualificação da população ativa. O Plano prevê que 60% da força de trabalho adulta possa beneficiar de acções de formação anuais, o mais tardar até ao ano de 2030. A meta vai exigir «reformas na formação profissional e contínua», onde Portugal tem dos piores resultados do grupo. (Refira-se, de passagem, que os outros dois objetivos do acordo relacionam-se com o emprego e com a redução da pobreza) (Maio de 2021).

Finalmente, a preocupação com o problema da igualdade de género, no domínio da instrução, campanha em que o pedagogo foi pioneiro, defendendo o acesso das mulheres em todos os graus do ensino e passando, como vimos, pelo ensino profissional (assunto que transcende o âmbito do presente artigo). Reencontramos, mais uma vez, nos nossos dias, referência explícita à «Promoção da igualdade entre homens e mulheres», nos documentos que integram o projecto social europeu, no âmbito da Presidência Portuguesa da União Europeia, alínea que, aliás, motivou os protestos da Hungria e da Polónia (Maio de 2021).

Em suma: será que não «revisitámos» questões semelhantes há 128 anos atrás? Que pensaria Bernardino Machado acerca do que acabámos de expor, se lhe fosse dado «visitar» a atualidade portuguesa e europeia?

BIBLIOGRAFIA

- Cabral, M. Vilaverde (1979). *Portugal na Alvorada do Século XX*. Biblioteca de História. A regra do jogo, Edições. Porto.
- Machado, Bernardino (1893). *A Crise Política e Financeira e o Ensino. Discurso proferido na discussão de resposta ao discurso da Coroa, em 1 de Fevereiro de 1893*. Imprensa Nacional. Lisboa.
- Machado, Bernardino (1898). *O Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria em 1893 (de 23 de Fevereiro a 20 de Dezembro)*. *A Indústria*. Tipographia França Amado. Coimbra.
- Machado, Bernardino (1899). *O Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria, em 1893 (de 23 de Fevereiro a 20 de Dezembro)*. *A Agricultura*. Tipographia França Amado. Coimbra.
- Machado, Bernardino (1905). *Da Monarquia para a República, 1883-1905*. Tipographia França Amado. Coimbra.
- Pereira, Miriam Halpern (1983). *Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico. Portugal na Segunda Metade do Século XIX*. Coleção Nova Universidade. Sá da Costa Editora. Segunda Edição corrigida. Lisboa.
- Rosa, Elzira Terra Dantas Machado (1991). *Bernardino Machado. Protagonista de Mudança*. Cadernos Vale do Ave, n.º 1. Departamento de Cultura e Educação. Edição da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. V. N. F.
- Rosa, Elzira Terra Dantas Machado (1999). *A Educação Feminina na Obra Pedagógica de Bernardino Machado. Propostas a Favor da Igualdade e da Emancipação das Mulheres*. Dissertação de Mestrado em História Social Contemporânea. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (Secção Autónoma de História, 1997). Lisboa. pp. 276. Coleção Cadernos Museu Bernardino Machado, n.º 2. Edição da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. V.N.F.

3.6 O amigo de Bernardino em S. Pedro do Sul

↳ TEXTO JOÃO AFONSO MACHADO

Conhecemos o passado monárquico de Bernardino Machado – ministro, Par do Reino... – e a sua adesão ao Partido Republicano em 1903. Já então fora aceite no Grande Oriente Lusitano, onde se alçapremou às honras de Grão-Mestre, de 1895 a 1899.

Nasceu Bernardino em 1851, no Rio de Janeiro. Umhas décadas depois, em 1888, a freguesia de Serrazes, do concelho de S. Pedro do Sul, via chegar ao mundo um tal Eduardo Rodrigues de Carvalho. Sem dúvida, um rapazito arguto, destinado aos estudos, os quais, depois do liceu em Viseu, prosseguiram na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Porque não em Coimbra, mais perto e menos onerosa para os seus Pais, gente de humilde viver?

Num livro que recentemente descobri, da autoria de Eduardo Nuno Oliveira – *Implantação da República e Monarquia do Norte (Ocorrências e Vivências em S. Pedro do Sul)* – diz-se de Eduardo de Carvalho: «*para manter os estudos e a vida lisboeta, pôs os seus dotes à disposição da imprensa local e nacional, desempenhando funções de articulista e redactor em O Século, o Povo de Lisboa, a Voz do Operário de Viseu, a Democracia de Lafões e o Jornal de Lafões*».

Valerá dizer, logo no início do seu percurso universitário, Eduardo de Carvalho manifestava já, sem pejo, a sua propensão pró-República. Tais «*ideais*» confirma Eduardo Nuno Oliveira, «*devem ter penetrado profundamente no espírito do jovem Eduardo*».

Em 1909, andaria com o seu curso jurídico por metade, viu-se forçado a interrompê-lo para cumprir o serviço militar no Regimento de Artilharia n.º 1. O episódio que se narra seguidamente, Eduardo Nuno Oliveira classifica-o como exemplar da «*intolerância e do fanatismo político*» Não por parte do «*jovem Eduardo*», é claro. Sucede, porém, que este, «*soldado*», já convictamente republicano, resolveu um dia participar num comício monárquico – mais a mais fardado, infere-se do texto. E aos gritos «*Viva a República!*»... No estilo do que correntemente se chama uma “provocação” e, nas actuais manifestações partidárias, ainda dá direito a uma troca de estalos e pontapés. A Eduardo de Carvalho, a justiça militar condenou-o em 60 dias de reclusão. *Mutatis mutandis*, o que lhe sucederia se assim procedesse – pela Monarquia – nos severos tempos de Afonso Costa?

Mas Eduardo Nuno Oliveira aclara questões muito mais interessantes. Conta ele – «*o jovem Eduardo, com os estudos a terminarem e com a sua adesão à República, perspectivou uma boa oportunidade de emprego: foi para casa do académico, diplomata e político Bernardino Machado, para tratar da organização e catalogação da sua vastíssima biblioteca pessoal.*

Lá conheceu e conviveu com destacados republicanos e livres-pensadores, teve acesso a novos livros e novas filosofias. Tornou-se muito conhecedor e sabedor, com mais cultura e estímulo para continuar na busca por uma verdade nacional. Aproveitou o ensejo para, enquanto demorou a arrumação dos livros, ler todas as obras que lhe aguçaram o espírito, resultando num significativo atraso da incumbência.

"Lá conheceu e conviveu com destacados republicanos e livres-pensadores, teve acesso a novos livros e novas filosofias. Tornou-se muito conhecedor e sabedor, com mais cultura e estímulo para continuar na busca por uma verdade nacional."

Assim, quando o trabalho ficou concluído e o Bernardino Machado quis pagar ao Eduardo, este disse que nada mais devia, porque se considerava pago com os muitos livros que aproveitou para ler, com o prejuízo na demora para terminar o serviço!».

Por volta de 1912, iniciou-se – porque, para tanto, «*foi considerado limpo e puro*»!!! – na Loja Cândido dos Reis. Era agora – não um Familiar do Santo Ofício – mas, de pleno direito, um membro da Maçonaria. Transitaria ainda, na mesma agremiação secreta, para o «*quadro dos obreiros*» da Loja Solidariedade, onde atingiria, em 1922, «*o grau de mestre*».

A sua vida profissional, entretanto, beneficia de um timoneiro seguro e indisturável. Senão vejamos: no Ministério dos Negócios Estrangeiros «*cumpriu vários cargos no corpo diplomático português: vice-cônsul em Tui (1912), em*

La Guardia (1919), na Direcção-Geral dos Negócios Comerciais e Consulares (1920), novamente vice-cônsul em La Guardia (1920), em serviço do presidente do ministério (1921), em Boston (1921-1925), pelo meio cônsul em Porto Alegre (1923), em S. Paulo (1926), em Montevideu (1927-1929), em Buenos Aires (1930), em Trieste (1931), em Atenas (1936-1939), novamente no consulado de Porto Alegre (1946)».

Recorde-se que o seu protector e amigo Bernardino foi o Ministro dos Negócios Estrangeiros do 1.º Governo Provisório da República, antes de se alcañorar a mais altos voos que culminaram na chefia do Estado...

Como era inevitável, a autocrática II República (que hoje muito escondem sob o singelo nome de “o Estado Novo”) passou-lhe uma guia de marcha...

Antes – e durante – todavia, Eduardo de Carvalho convivera com a elite cultural e política do seu tempo. Sobretudo com gente da Maçonaria. Gente, também, monárquica que hoje nos orgulha – sirva o exemplo de Aristides de Sousa Mendes. Sirvam outros nomes que Eduardo Nuno Oliveira discrimina (além de Bernardino) – Aquilino Ribeiro, Jaime Cortesão, o grão-mestre maçónico Magalhães Lima, António Sérgio, Ricardo Pais Gomes... Os tempos seguintes não lhe foram fáceis, a República impunha agora a ordem à força.

Morreu Eduardo Rodrigues de Carvalho em 1946. Ao que Eduardo Nuno Oliveira narra, existe múltipla correspondência sua com Bernardino arquivada na Fundação Mário Soares. E, estranhamente, tendo-se proposto a deputado por duas vezes, nunca foi eleito, apesar de toda a ajuda da imprensa da época nesse sentido.

Outrossim, deixou muita obra escrita. O derradeiro volume intitulou-se *À Porta de Armas*, pretendendo ser as memórias da sua vida. Nele dirigiu uma carta a El-Rei D. Manuel II que vale a pena ser transcrita, na íntegra do que Eduardo Nuno Oliveira deu à estampa:

«(...) O destino de V. Ex.cia é um destino quase igual ao meu. Entre um homem que preside à vida de um reino, glorificado nas antífonas da imprensa monárquica, e ao direito a rodar à voz de um sargento, nem sempre amável, há um ponto de contacto, uma espécie de semelhança, que eu vou ter a ousadia de expor aos régios e esclarecidos olhos que eram V. M. antes que as desgraças de família o chamassem ao trono.

Um estudante. V. M. estudava algumas ciências, na companhia de alguns professores ilustrados. Ia-se familiarizando com as fórmulas, químicas, com as classificações botânicas e zoológicas e já sabia, talvez, o que era o barómetro de Furtin e em que ano se realizou a descoberta da Índia. Começava a ter noções, mais ou menos exactas, do hendecassilábico e era muito capaz de saber onde colocar o ponto, o ponto e vírgula e os dois pontos. E o que era eu? Um colega de V. M.. Na aula do “coxo”, eu estudava os difíceis problemas que se relacionam com as primeiras operações aritméticas. Em frente do paleógrafo, executava as caligrafias difíceis, enquanto

a férola do professor, numa impassibilidade feroz, abria para mim os seus cinco olhos. Aos sábados batia-me heroicamente com a tabuada e sabia tão bem como eram três a multiplicar por cinco, como V. M. sabe qual é o diâmetro de Júpiter e quantos são os anéis de Saturno. Em suma, eu era um estudante, era um colega de V. M.: do “coxo” ao Sr. Aquiles Machado não vai um abismo. Nós eramos, mais ou menos, colegas e camaradas.

"Desde que entrei na caserna, comecei a ouvir palavras de um feio sentido, que faziam corar as minhas orelhas pudicas."

Deste convívio fraterno com as ciências nós fomos desviados. Para onde? V. M. para um trono e eu para o árido ambiente da caserna. V. M. começou a sentir amargura dos princípios e agudos ataques de demagogia. Eu senti, não menos cruelmente, a insipidez do rancho e as ferroadas homicidas das pulgas. A V. M. rodeavam-no homens que o exortavam, mulheres que o cobriam de flores, tribunas que erguiam cânticos à sua mocidade radiosa, um poder que o engrandecia e uma lista civil que o engordava. A mim rodeavam-me criaturas com divisas vermelhas, de aspecto carregado e severo, explodindo em frases odiosas, a prometer bofetadas e a chamarem-me bruto, deram-me um leito pouco Luís XV, obrigaram-me a despejar o biasco, imundo receptáculo de urina, a lavar as latas do rancho, trataram-me por tu e substituíram o meu nome por um número. Desde que entrei na caserna, comecei a ouvir palavras de um feio sentido, que faziam corar as minhas orelhas pudicas. Explicaram-me, um dia, a diferença entre um 2.º cabo e um 1.º cabo, entre um capitão e um major. E, depois de terem percorrido a escala dos postos, disseram-me que havia um, superior a todos os outros, o de generalíssimo. E esse generalíssimo quem havia de ser? Era V. M.!

Eu, real senhor, ao ouvir isso, caí das nuvens! Como era possível que V. M., mais novo do que eu, fosse incorporado num exército, com a alta posição de generalíssimo, enquanto me incorporavam a mim na triste posição de galucho? Como era possível que V. M. passasse a receber continências de todos e eu passasse a receber ordens de todos; V. M. a receber jantares de gala e eu a receber macarrão com grão, a contextura usual do meu rancho? O que tem V. M. a mais para que tanto se distanciasse de mim? Nasceu da senhora D. Amélia de Orleães? Eu da senhora D. Maria da Piedade! Para ocuparmos lugares tão diferentes, nós limitamo-nos ambos a nascer. V. M. de um ventre, eu de outro. O que distinguia esses ventres? Nada! As mesmas leis fisiológicas presidiam à nossa elaboração e aparecimento no mundo. E, no entanto, que sorte! Com o mesmo esforço, foi V. M. feito generalíssimo e eu magala!

É isto justo, real senhor? (...).

A história da República enche-se de diatribes assim. Desde logo porque, na liberdade em que se vivia, elas vinham assoberbada, provocadoramente a público. Deixemo-las... Depois porque, acima da demagogia, os factos: Eduardo de Carvalho, *afonsista* radical, combateu Pimenta de Castro e o Sidonismo. Não consta fosse preso. Cada um tirará as conclusões que lhe aprouverem. Mas o «*generalíssimo*», uma vez caída a Monarquia, foi para o exílio na Inglaterra, de onde não mais voltou em vida. E durante a Grande Guerra de 14/18, sempre no exílio, tudo fez para proporcionar as melhores condições aos combatentes portugueses feridos nas trincheiras da Europa. Eduardo de Carvalho, cônsul então com 29 anos, nem da Flandres se aproximou...

Neste capítulo, os anais nada reportam acerca da actuação do cônsul (queixoso «*magala*») Eduardo de Carvalho. Nem mesmo pela sua amizade com Bernardino, um dos grandes impulsionadores da nossa escusada entrada nesse conflito. Mais um burocrata... Se alguém o incomodou, foi depois a República. A II, a de Salazar.

3.7 A Obra de Manuel Faria à guarda da BGUC: um tesouro a descobrir

↳ TEXTO PAULO BERNARDINO

RESUMO

No passado dia 28 de junho foi defendida a tese *Obras orquestradas de Manuel Faria na BGUC: Edição e Interpretação* apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Música na Área de Direção (coro e orquestra). Esse trabalho de investigação almeja contribuir para um maior conhecimento e divulgação da vida e obra do famalicense Pe. Manuel Faria (1916-1983) no panorama atual musical português. Mais do que uma breve súmula desse trabalho, este artigo – com particular enfoque sobre o espólio à guarda da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (BGUC) – pretende essencialmente estimular outros estudiosos a perscrutarem os variadíssimos campos de investigação desbravados nessa tese.

MANUEL FARIA – SÍNTESE BIOGRÁFICA

Manuel Ferreira de Faria, figura relevante no contexto da música portuguesa do séc. XX, nasce a 18 de novembro de 1916 em São Miguel de Ceide e falece no Porto a 5 de julho de 1983. Conclui, em junho de 1943, a sua licenciatura em Canto Gregoriano pelo Pontifício Instituto di Musica Sacra – Roma, obtendo, um ano depois, o *Magisterio* em Composição Sacra nessa mesma instituição. É nessa cidade que, a 20 de novembro de 1945, Manuel Faria dirige

o seu primeiro grande concerto na Aula Magna do referido instituto, sendo a segunda parte do programa composta exclusivamente por obras da sua autoria. Regressado a terras lusas em 1946, dá início a diversas atividades e movimentos que paulatinamente modificaram e reestruturaram o panorama musical litúrgico português. É de destacar neste âmbito a criação, em 1971, da *Nova Revista de Música Sacra* (NRMS) da qual é diretor o resto da sua vida. Em 1972 conquista o 1º Prémio no Concurso Nacional de Composição Carlos Seixas. Devido a problemas de saúde, vem a falecer em 1983, sendo-lhe atribuído postumamente, no ano seguinte, o grau de Comendador de Santiago da Espada.

ALGUMAS CORREÇÕES BIOGRÁFICAS

Da vontade da Arquidiocese de Braga, do município de V.N. de Famalicão e da Fundação Cupertino de Miranda foi publicada, em 2016, a propósito do centenário do nascimento do compositor, uma obra biográfica sobre Manuel Faria (Oliveira 2016). Por se tratar de uma publicação recente, reveste-se de uma maior pertinência a retificação de algumas gralhas que teimam em persistir, a começar pela sua data de nascimento. Manuel Faria nasceu a 18, e não a 16 (cf. *ibid.*, 10), de novembro de 1916. Esta incorreção, proveniente da dissertação de Cristina Faria (vide Faria 1992, 7), encontrou eco na sua publicação posterior (vide Faria 1998, 10) e adveio, segundo a autora, da similaridade, e sequente confusão, com o ano de nascimento. Mais à frente no texto, somos informados que as primeiras composições de Manuel Faria datam de 1936 (vide Oliveira 2016, 15), o que corresponde a uma outra incorreção que brota igualmente da fonte (cf. Faria 1998, 14). Este lapso é mais difícil de compreender considerando que Cristina Faria identificou no seu catálogo várias obras anteriores a 1936, sendo a mais antiga de 1933 (vide *ibid.*, 57, 117). Por outro lado, a página 20 da mais recente publicação traz-nos um excerto do *Diário do Minho* de 24 de março de 1953 no qual consta a notícia de que a *Missa Votiva* (1949-1952) será estreada no dia 31 desse mesmo mês, o que contradiz a informação registada por Cristina Faria de que a mesma teria sido estreada em 1952 (cf. *ibid.*, 102). Também a constatação abaixo é outro lugar-comum que não corresponde inteiramente à realidade observável:

A 15 de setembro deslocou-se a Roma para trabalhar com Godoffredo [sic] Petrassi, pedindo à Fundação Calouste Gulbenkian prolongamento da bolsa, mas não teve êxito neste seu intento o que impossibilitou a sua permanência em Itália, regressando ao fim de 2 meses a Portugal. Desta passagem por Itália resultaram as “Nove Pequenas Peças” para orquestra de Câmara (Oliveira 2016, 22).

Esta dedução advém também da fonte consultada que afirma que “das primeiras obras resultantes deste estágio [realizado em Roma] destacam-se as

«Nove Pequenas Peças» para orquestra de câmara” (Faria 98, 32), informação que se repete posteriormente noutros trabalhos (cf. Pereira 2009, 20; Ferreira e Faria 2010, 459; Melo 2015, 12; Pereira 2017, 11). Na verdade, a partir da observação dos manuscritos, pode dizer-se que, da formação recebida em Roma no ano de 1961, resultaram as seguintes obras: *Ave Maria* (1961) para 2 vozes iguais (SA), *Duetto per Flauta e oboe* [sic] (1961), *Quatro Pequenas Peças para piano* (1961), *8 Variazioni su una serie di suoni* (1961) e *Due saggi per Fl., Cl., Cor e Fag* (1961). O contacto mais próximo com o espólio revelou que era prática comum de Manuel Faria recorrer a outras obras da sua autoria para a recriação de obras novas, sobretudo agrupando-as em ciclos e alterando a instrumentação. Este é um desses casos. A obra *Nove pequenas peças para Orquestra de Câmara* (1965) é o resultado da (re)orquestração e junção das peças anteriormente referidas às quais se ade a “Introdução”, que constitui o primeiro andamento da obra e que, como o próprio nome indica, preludia os andamentos seguintes. Como não se encontrou no espólio qualquer correspondência para este primeiro andamento, assumo que se trate de um original propositadamente composto para esta obra para orquestra de câmara (cf. Bernardino 2018, 89) e que reflete, como nenhuma outra, a vertente pedagógica de Manuel Faria. O educador que, durante as suas viagens ao ouvir a *Antena 2*, pedia aos seus passageiros que identificassem os instrumentos (cf. Oliveira 2016, 40-57), cria aqui, a meu ver, uma obra didática em que, um pouco à semelhança da obra *The Young Person’s Guide to the Orchestra* (1945) de Benjamin Britten (1913-1976), apresenta os instrumentos, inicialmente como solistas e, posteriormente por naipes, até atingir a dimensão da orquestra clássica.

Seguem-se mais dois enganos: na mesma página onde lemos sobre as *Nove Pequenas Peças*, somos informados que as *Três canções portuguesas* (1954) foram interpretadas a 3 de setembro de 1961, tendo sido, na verdade, estreadas pelas intérpretes¹ indicadas no dia seguinte, ou seja, a 4 de setembro (cf. Bernardino 2018, 83). Um equívoco similar ocorre na página 25 quando se atesta que as três canções acima referidas, bem como as *Quatro Canções de Fernando Pessoa* (1960), foram estreadas em Portugal em 1962. Segundo inscrição na página de título pelo próprio compositor, as mesmas foram estreadas em 1961 (cf. *ibid.*, 82)². Outra confusão recorrente é a que surge na página 57, desta vez da pena do Pe. António Azevedo de Oliveira que, contudo, não é o único a afirmar que Manuel Faria recebeu o Prémio Nacional de Composição “Carlos Seixas” em 1971. Este reconhecimento data de 1972, conforme impresso na capa da cópia heliográfica disponível na BGUC (cf. *ibid.*, 51), e datado corretamente na página 26 desse mesmo livro. Outras incongruências, sobretudo aquelas

1 Pela soprano Gloria Sanguinetti e pela pianista Antonietta Natariello.

2 A página de título contém a inscrição “Cantadas em 1ª Audição pelo cantor de lied FRANCISCO LOUREIRO DINIZ, Domingo 31 de Dezembro de 1961 num concerto promovido pela Fundação K. Gulbenkian em Lisboa no Cinema do Pavilhão da F[eira] I[n]ternacional de] L[isboa]”.

relacionadas com a dimensão e tipologia da sua obra, poderão ser consultadas na tese referida (Bernardino 2021, 125-161).

O ACERVO DE MANUEL FARIA NA BGUC

Atualmente o espólio de Manuel Faria depositado na BGUC é composto por 286 manuscritos que ostentam um total de 230 obras e encontra-se dividido em onze partes³. O acervo é constituído por rascunhos, ensaios, composições inacabadas, partituras finalizadas e passadas a limpo, notas de programa avulsas, partes cavas, manuscritos autógrafos, manuscritos e/ou cópias por mãos de copistas vários. Todos estes dados, e outros, encontram-se devidamente assinalados em *Catálogo e Estudo Crítico da Obra de Manuel Faria* (Bernardino 2018).

1. A música vocal

Cinquenta e quatro obras para coro *a capella*, sessenta e cinco para coro e instrumento(s), dezanove para voz e instrumento(s) e quarenta arranjos e harmonizações para coro – o que perfaz um total de 178 obras maioritariamente dedicadas à música sacra – representam bem a predileção de Manuel Faria pela voz humana. Se ainda se adicionar a esse valor as restantes obras do acervo que também recorrem ao canto⁴, obtém-se um conjunto de 197 obras num total de 230. A nível estatístico pode dizer-se que 85,7% do espólio deixado à BGUC é destinado à voz humana, ou então, no que respeita à atividade coral, que 77,4% (o que corresponde a um total de 178 obras) do acervo de Manuel Faria à guarda dessa instituição é para coro. Trata-se de um verdadeiro tesouro ainda por explorar e que muito valoriza o nosso património coral português do séc. XX.

1.1 A obra coral

Estamos, pois, diante de um repositório coral constituído por 178 obras. A análise e contextualização individual de cada uma destas obras representa um trabalho hercúleo. Simultaneamente, há obras que, por si só, merecem estudos mais aprofundados, como, por exemplo, as missas, ou então os *27 Responsórios da Semana Santa* (1965), ou ainda as *Parábolas da Montanha* (1967) com as quais ganhou o prémio Nacional de Composição “Carlos Seixas” em 1971. Deixo, porém, algumas observações de carácter mais holístico e que resultam, por um lado, da minha estreita colaboração, enquanto cantor e organista, com o coro D. Pedro de Cristo⁵, da minha experiência com o Manuel Faria Ensemble

3 1) Ópera, Música Dramática e Bailado; 2) Missas; 3) Coro à Capela; 4) Coro Acompanhado: Conjunto Instrumental; 5) Coro Acompanhado: Piano, Órgão ou Harmónio; 6) Canto; 7) Obras para Orquestra e Banda; 8) Obra Instrumental de Câmara; 9) Obra Instrumental: Instrumento Solo; 10) *Varia*; 11) Arranjos e Harmonizações.

4 “Ópera, Música Dramática e Bailado” – 6 (em 7); “Missa” – 11 (em 11); “*Varia*” – 2 (em 2).

5 Orientado primeiramente por Francisco Faria e depois por Cristina Faria.

e do meu contacto privilegiado com o espólio do compositor. Ainda assim, não posso afirmar que conheço bem a obra coral de Manuel Faria. Contudo, o conhecimento empírico permite-me a identificação de alguns traços gerais.

Grosso modo podemos dividir a música coral de Manuel Faria em duas grandes áreas: uma de carácter mais tradicional, ou se preferirmos, de influência etnográfica; outra, claramente de traço erudito. Isto aplica-se tanto à sua música sacra e/ou religiosa como à sua música secular. Na vertente tradicional sobressai o homem do Minho, como o seu irmão Francisco tão bem nos esclarece:

Todos sabemos que a técnica tradicional do cantar em coro do nosso povo, desde as beiras até ao extremo norte (com centro cultural na zona do Douro e Minho), é a do gymel, para duas vozes e do duplo gymel ou fábordão [sic], para três vozes (o fábordão resulta da transposição para a oitava superior da voz mais grave do duplo gymel). Ora, se observámos a obra coral de Manuel Faria, mesmo a profana, constatamos que ele usa com particular efeito a técnica de fazer cantar as vozes agudas um gymel e as graves outro, mas em sentidos contrários: deste modo, transpõe para o mundo erudito a técnica tradicional que caracteriza a nossa música popular (Faria 1983, 6).

Será redutor considerar apenas esta característica nortenha como influente na linguagem tradicional de Manuel Faria, mas deixo esse trabalho analítico para outros, pois, o que me interessa salientar é a profunda simbiose entre Manuel Faria, as suas origens e a música que escreve. A esse respeito sublinho e reitero o seguinte testemunho de Francisco Faria:

Mas a grande pedra de toque que destaca o compositor como símbolo dum povo que canta é o “Cântico para a Coroação de Nossa Senhora de Fátima” (1946). Pode afirmar-se que esta composição representa um marco no estilo de Manuel Faria. [...] Este é o começo duma identificação perfeita, plena da alma do artista com a estética colectiva do povo a que pertence (*ibid.*, 3).

Quanto à restante obra coral, fica-me a impressão, apesar de um elevado grau de experimentalismo, que nunca a levou aos extremos análogos da sua escrita instrumental, ou mesmo, da sua obra para piano e canto. É certo que o percurso da linguagem estética é idêntico a estes, chegando mesmo a compor, na década de 60, algumas obras atonais para coro (vg. *Ave Maria* (1961) – *P Cug* M.M. MF 50), embora a obra coral não partilhe, no meu entender, das experiências impressionistas (talvez alguns vestígios na *Missa Solene em honra de N.ª S.ª de Fátima* de 1945?) ou mesmo românticas como aquelas descritas noutros trabalhos (cf. Pereira 2009; Melo 2015). A linguagem coral de Manuel Faria, de forma genérica, situa-se dentro de um tonalismo moderno e também de um neo-modalismo, que funcionam, por vezes, como um sistema híbrido no

Na obra coral para grupos tecnicamente mais limitados, como são, por exemplo, a grande maioria dos coros litúrgicos, muitas destas “técnicas” são transpostas para o acompanhamento instrumental, mantendo a simplicidade das linhas vocais. Todavia, Manuel Faria não recorre a estes artificios técnicos por mera gratuidade. À semelhança da obra para canto e piano (cf. Melo 2015), também na sua obra coral a música está ao serviço da palavra⁶, o que acaba por imprimir uma profunda expressividade aos textos usados. Barbosa de Melo, leal ao testemunho de Cristina Faria, sustenta que nem sempre o compositor respeita a palavra em sentido estrito. Contudo, o seu significado acaba por se expressar na música e, além da dissonância como instrumento expressivo, a complexidade harmónica inerente às obras vocais almeja destacar a palavra e/ou o seu sentido pela música (cf. Melo 2015, 17). Esta preocupação de colocar a música sempre ao serviço do texto é, segundo Jorge Alves Barbosa, uma marca estética de Faria, mas também um dos seus limites, considerando que a música de Manuel Faria revela uma “predileção pelo descritivismo, madrigalismo, ou maneirismo [...] Em alguns casos quase até ao exagero, mas noutros quase inconscientemente” (*ibid.*, 20).

Todavia, no que concerne à música coral de Manuel Faria, a questão mais difícil de responder coloca-se ao nível interpretativo e performativo: como devemos interpretar as obras corais de Manuel Faria? Existe alguma estética e/ou sonoridade subjacente ao seu pensamento musical? Apesar dos muitos elogios recolhidos ao seu modo de trabalhar com coros e respetivos coralistas, não consegui vislumbrar em nenhum testemunho – nem oral, nem escrito – que competências teria ao nível da técnica vocal e da preparação/direção de coros de modo a garantir uma *performance* coral a um nível, no mínimo, idêntico à qualidade das suas composições. Por outro lado, ao longo de largos anos, tive o fortúnio de colaborar em diversos trabalhos corais, orientados por Cristina Faria, coadjuvada pelo seu pai Francisco Faria e pelo seu primo Boaventura Faria – todos músicos e/ou com elevada formação/cultura musical – nos quais ouvi abundantes vezes a observação: “era assim que o meu tio queria”, ou então, “ele não o escreveu assim, mas era deste modo que o ouvi a ensaiar os seus coros”. Embora fascinante – e confiando na experiência e autenticidade dos sobrinhos – não me deixava de causar confusão, enquanto jovem músico, a quantidade de vezes que o próprio Faria se contrariava. A maioria destas contradições situava-se nos campos da dinâmica, do fraseado e da agógica: dinâmicas em *piano* onde a partitura pedia *forte* (ou vice-versa); um tratamento demasiado silábico – regra geral para evidenciar uma determinada palavra ou passagem do texto – que anulava o fraseado sugerido pela ligadura de expressão; *molto rall.*, outras variações rítmicas e suspensões não assinaladas na partitura, tudo isto em nome

6 Há quem assuma, assim como a própria Leonor Barbosa de Melo, que o espírito da música ao serviço do texto – aplicado também, no caso de Manuel Faria, à música secular – é um facto consumado e inerente à inspiração da música sacra. Ora quem conhece a história da música (também sacra) sabe que a dicotomia palavra vs. música tem sido muito volúvel.

do “era assim que o meu tio queria”. Naturalmente a pergunta que se formulava na mente de outros “jovens músicos” como eu era a seguinte: “se queria assim, porque não o escreveu assim?” Se, por um lado, segundo testemunho de Jorge Alves Barbosa, Manuel Faria pretendia rever toda a sua obra depois de deixar as aulas do Seminário, por outro, a observação e a análise das suas obras orquestrais, fruto de posteriores orquestrações de obras suas, não revelam modificações de monta comparativamente aos seus originais, sobretudo nos campos da dinâmica, fraseado e agógica onde, salvo raríssimas exceções, não se verifica qualquer tipo de alteração⁷. Contudo, nunca será de excluir a hipótese do compositor, ao colocar a sua obra em contexto performativo, sentir a necessidade de alterar uma ou outra passagem e/ou indicação em função de um determinado efeito pretendido, ou então, mais adequado aos meios que tem à disposição. Na verdade, a *praxis* coral de Manuel Faria é amplamente superior à sua experiência orquestral, o que poderá justificar um maior número de alterações (por realizar) face à sua produção orquestral.

Na ausência de dados concretos e objetivos, ocorrem-me duas abordagens possíveis para uma interpretação mais “informada”⁸ da obra coral de Manuel Faria: ou, à semelhança da música etnográfica, se proceda à recolha, ao registo e à análise das várias interpretações corais ainda em uso em muitos coros do Minho⁹ – que experienciaram “na primeira pessoa” o trabalho e o contacto com Manuel Faria –, ou então procure-se aplicar à sua linguagem e sonoridade coral as técnicas e a interpretação inerentes à *praxis* coralística do séc. XX, imbuídas do espírito do canto gregoriano e da prática da polifonia renascentista que em muito influenciaram Manuel Faria. Creio que a primeira abordagem, além de aliciante, poderá trazer alguns dados novos e surpreendentes ao que acima foi exposto. Contudo, no meu campo de ação, tenho-me focado fundamentalmente em respeitar a partitura (sobretudo no que diz respeito às dinâmicas e indicações agógicas), valorizando o texto devidamente enquadrado no fraseado proposto, procurando sempre um equilíbrio sonoro e uma boa fusão do coro. O efeito do canto gregoriano far-se-á sentir especialmente na condução melódica das frases enquanto a prática polifónica se reflete nos andamentos a imprimir às obras (v.g. a *praxis* polifónica requer, regra geral, que cada frase seja cantada numa única respiração. Por outras palavras, se o andamento imprimido à obra “obrigar” os cantores a respirar a meio de uma frase, é sinal que essa interpretação está demasiado lenta. Naturalmente isto não se aplica àqueles que não possuam qualquer técnica vocal e/ou respiratória).

7 Neste contexto é de salientar *O Tríptico Litúrgico de Manuel Faria: especificidades da versão para orquestra* (Martins 2008b) de Celina Martins, um trabalho não publicado, mas notável, que se debruça sobre a versão de orquestra comparativamente à sua versão original para órgão, composto 5 anos antes.

8 Traço aqui um paralelo com toda a prática musical relacionada com a *performance* historicamente informada (cf. Butt 2002).

9 Nos quais também se deve incluir o Coro D. Pedro de Cristo de Coimbra, fundado por Francisco Faria, e para o qual Manuel Faria escreveu e dedicou muitas obras.

Quanto à prática performativa, Cristina Faria é perentória ao afirmar que há muitos coros a interpretarem os arranjos de Manuel Faria, mas pouquíssimos aqueles que se dedicam às suas obras de raiz, principalmente por se tratar de obras com um extensíssimo âmbito vocal (cf. Melo 2015, 17). Lembra que Manuel Faria compunha para as vozes do povo que conhecia, neste caso o minhoto, onde se podem encontrar, ainda segundo o mesmo testemunho, “as vozes mais graves e também as mais agudas das mulheres” (*ibidem*), sendo este o figurino normal para Manuel Faria. Embora Cristina Faria procurasse meramente justificar o uso extremado das vozes – “os tenores andam nos píncaros e os baixos na subcave” (*ibidem*) –, a associação das “vozes minhotas” à escrita coral fariana é muito interessante, pois indica um modo, para mim encantador, de interpretar as suas obras corais de carácter mais tradicional. É do conhecimento comum que a forma de cantar do povo, regra geral, não se adequa a uma boa fusão e sonoridade coral – i.e. para o repertório coral usual –, mas entendo que pode conferir aos temas tradicionais um carácter mais autêntico. Vejo assim dois tipos de interpretação e/ou abordagens possíveis ao repertório coral fariano: uma primeira, para as suas composições de traço erudito, orientada pelas filosofias e técnicas próprias da prática coral moderna imbuídas do espírito da música antiga e, uma segunda, de carácter mais “rude¹⁰”, para a sua obra coral de traço mais tradicional, influenciada pelo modo de cantar do povo.

Em jeito de conclusão, sem querer contrariar o testemunho de Cristina Faria, não creio que o uso extremado das vozes seja fruto das práticas vocais minhotas. Pessoalmente, ao cantar as obras de Manuel Faria, ficava-me, por vezes, a sensação de a obra ter sido composta ao piano (o que é perfeitamente normal), isto porque a composição ao teclado comporta sempre um risco. Para aqueles que têm por base uma formação organística/pianística e se preocupam essencialmente com questões harmónicas, como é o caso de Manuel Faria, o perigo de compor ao piano, quando transposto para coro a partir de uma perspetiva organística, traduz-se, regra geral, em linhas muito agudas para os tenores e em passagens muito graves para os baixos. Isto é meramente uma constatação que resulta da experiência prática, mas a minha suspeita encontra algum fundamento no testemunho do compositor e pianista Amílcar Vasques-Dias (1945):

Neste mesmo Seminário [Braga], entre Outubro de 1965 e Janeiro de 1967, desempenhando eu funções de organista, fui vizinho de quarto do Dr. Faria, tendo assim o privilégio de “o ouvir a compor” (ao piano), nomeadamente os *27 Responsórios da Semana Santa*, para 4 vozes iguais (*cit. in Bernardino 2021, 139*).

10 Este termo aparece por vezes associado à música de Manuel Faria, principalmente àquela de influência minhota. Segundo Jorge Alves Barbosa, era um termo acarinhado por Manuel Faria e usado pelo próprio.

Para os mais incautos, o perigo acima assinalado é uma realidade. A minha experiência ao nível organístico e da composição, aliada às múltiplas abordagens da obra de Manuel Faria enquanto maestro, cantor, organista, pianista e investigador, permite-me constatar que Manuel Faria seria um excelente organista/pianista, pois a sua escrita evidencia um excelente domínio da técnica e da linguagem organística/pianística, embora não revele a mesma destreza na escrita para os restantes instrumentos, nos quais se inclui a voz. Mesmo assim, partindo da naturalidade do cantar, o tratamento vocal aproxima-se muito da qualidade da música para teclado e não se pode dizer que a sua escrita para outros instrumentos seja má, muito antes pelo contrário. Procuo apenas destacar que, na minha opinião, a sua desenvoltura para instrumentos de tecla tem por base um conhecimento mais académico e consolidado, enquanto a sua restante obra, mesmo a vocal, resultará um pouco mais da sua curiosidade, da vontade de experimentar e, sobretudo, da sua enorme necessidade de se expressar e compor. Assim, e mais uma vez na minha humilde opinião, creio que o tratamento vocal extremado das vozes resulta essencialmente da perspetiva do “organista” aliada a uma lacuna na sua formação vocal e coral. No entanto, esta “limitação” não o impediu de escrever obras corais magníficas.

Fica uma análise assaz genérica e superficial da obra coral de Manuel Faria. Nesta matéria faz-se sentir a falta de estudos mais aprofundados. Por exemplo, não basta referir que a linguagem de Manuel Faria se situa dentro de um neo-modalismo, pois, dentro deste sistema encontramos, *v.g.*, a *Missa cum Jubilo* (1953), estilisticamente influenciada pelo cantochão, e o *Stabat Mater* (1970), embora anterior, muito próximo da estética subsequente de Arvo Pärt¹¹.

Amílcar Vasques-Dias ouviu o Dr. Faria a compor os seus 27 *Responsórios*, na altura, para 4 vozes iguais (TTBarB). O acervo da BGUC conta-nos que, no final da sua vida, Manuel Faria procurou adaptar esses mesmos responsórios a coro misto. Ficou-se pelos primeiros três (*cf.* Bernardino 2018, 53), pois viria a falecer cerca de um mês depois da adaptação do terceiro. É um trabalho que deve ser completado e o acervo, no verso do manuscrito *P-Cug* M.M. MF 256, tem a “chave” para essa tarefa: nas costas do *Embaló*¹² para 4 vozes iguais [TTBarB], encontra-se a seguinte nota:

Este trecho pode ser cantado a 4v. mixtas – Sopr., Contr., Tenor e Baixo, transportando-o uma 4.ª a baixo [*sic*] para o tom de Ré; ou então a três vozes femininas e uma masculina (Tenor), transportando-o uma 3.ª menor para o tom de Mi maior. (Assinado: Manuel Faria).

11 Mais concretamente, o “estilo tintinnabulum”, designação do próprio Arvo Pärt para as suas obras a partir de 1976 cujo início foi marcado com a sua peça para piano *Für Alina*.

12 Harmonização da canção de embalar de Johannes Brahms: *Wiegenlied: Guten Abend, Gute Nacht* – op. 49, n.4 (1968) com *incipit* literário em português: “Boa noite meu bem, dorme até vir o dia”.

1.2 A obra para canto

O acervo de Manuel Faria, à guarda da BGUC, contempla 19 obras para canto que partilham, na quase totalidade dos casos, do mesmo problema da obra coral. A não atribuição das partes, quer da voz, quer da parte instrumental que a acompanha, exige uma análise da partitura que, por vezes, coloca outro tipo de problemas. Considere-se, por exemplo, a clave de sol não oitavada: esta sugere, regra geral, obras para soprano ou alto, o que obriga a considerar o âmbito vocal para uma correta classificação. Contudo, no caso de Manuel Faria, constata-se que as mesmas podem ser cantadas por uma voz masculina. O estudo aprofundado do espólio revelou que, para acompanhar o canto, o piano foi o instrumento de eleição de Manuel Faria. Este género, canto e piano, foi sobejamente estudado por Leonor Barbosa de Melo (Melo 2015) e, por isso, remeto para a sua dissertação os mais curiosos e interessados nesta matéria. Outras informações poderão ser encontradas na literatura já citada (Bernardino 2018, 78-84; 2021, 140-142).

1.3 As missas

No espólio à guarda da BGUC existem 11 missas das quais uma está inacabada¹³. Esta última, em português, não se encontra datada. No entanto, à semelhança das outras duas missas em língua vernácula¹⁴, terá sido gizada na década de 70. As restantes obras são em latim¹⁵ e o conjunto das missas cobre um período que se estende de 1938 a 1978. Foi já referida a necessidade de um estudo mais aprofundado desta matéria e encontramos no artigo de Jorge Alves Barbosa (Barbosa 2005) um excelente ponto de partida para essa reflexão. Trata-se de um breve texto analítico que contextualiza a *Missa Solene de N.ª S.ª de Fátima* (1945) na obra de Manuel Faria no ano em que a composição completou o seu sexagésimo aniversário e parte de uma análise comparativa da mesma com as suas restantes missas. Confrontando esse artigo com o catálogo, ficamos a saber que o espólio à guarda da BGUC contém os manuscritos originais de todas as missas compostas por Manuel Faria, à exceção da *Missa Dialogada* (1967) que não consta no referido acervo¹⁶. Por outro lado, o autor do texto parece desconhecer a existência da missa inacabada.

Este artigo confirma algumas suspeitas que surgiram ao longo da minha investigação, a começar pelo facto de a *Missa Solene* constituir o “primeiro trabalho de fôlego de Manuel Faria neste género musical sacro”, jamais ultrapassado pelo próprio, e que haveria de marcar o seu estilo (cf. Barbosa 2005, 566). Atesta também que a obra nasce de – e para – um contexto académico e nela procurou apresentar toda a sua panóplia de técnicas compositivas e demonstrar o seu grande espírito criativo (cf. *ibid.*, 575). O texto reflete igualmente o

13 *Missa Festiva* para 2VVig [SA] e [órgão] – só contém “Kyrie” – P-Cug M.M. MF 31.

14 *Missa Popular de S. Francisco de Assis* (1970) e *Missa em Honra de São Jorge* (1978).

15 Naturalmente que o “Kyrie” é grego e não latim.

16 Nem tão pouco se encontra catalogada por Cristina Faria.

espírito empreendedor do compositor que se desalenta com as orientações do Concílio Vaticano II, com consequências na sua produção artística. Refere ainda que Manuel Faria terá encontrado por fim a sua própria linguagem na *Missa em Honra de São Jorge* (1978), pouco tempo antes de conhecer Hermann Schroeder (1904-1984) – maestro, compositor e organista – com o qual se sentiu profundamente identificado (*cf. ibidem*). O artigo apresenta ainda um conjunto de análises críticas a cada secção da missa, apontando, por vezes, algumas limitações e/ou incorreções técnicas, assinalando igualmente algumas características estilísticas de Manuel Faria, sendo ainda de observar a seguinte curiosidade, não necessariamente equivocada:

Seguir-se-ia a *Missa Votiva* (1954), para três vozes iguais e orquestra (em versão de câmara e em versão sinfónica), executada então por um coro feminino que o autor dirigia no Porto (*ibid.*, 566).

O próprio Manuel Faria escreveu na capa da missa acima referida: “Missa Votiva composta em cumprimento dum voto a N.ª S.ª para Grande Orquestra Sinfónica e Coro masculino a 3 v. iguais por Manuel Ferreira de Faria. Braga, 1949-1952”, acabando por a sua atuação, com o coro feminino, “atraiçoar” os seus próprios intentos. Todavia, em nota de rodapé à sua afirmação, Barbosa elucida que a mesma obra foi interpretada também, e por diversas vezes, pelos seminaristas do Seminário Conciliar de Braga (SCB).

Jorge Alves Barbosa coloca assim a *Missa Solene em Honra de N.ª S.ª de Fátima* no centro da produção deste género sacro de Manuel Faria. Embora seja desejável um estudo mais aprofundado, é notória a similaridade estrutural e estilística entre a *Missa Solene* e outras que se seguiram. Ainda concernente à forma e ao carácter da obra, mas não analisada no artigo de Barbosa, é a similaridade entre a *Missa Solene* de Faria e a *Missa Solemnis* em Ré Maior, op. 123 de Ludwig van Beethoven. Todavia, a constatação desta realidade só se compreende quando se confronta a *Missa Solene* de Faria com o seu texto *Beethoven Compositor Católico* (Faria 1977) no qual o autor procede, entre outros, a uma análise musical e hermenêutica das obras sacras do compositor germânico.

Ao analisar a *Missa Solemnis*, Manuel Faria começa por constatar que “sob certos aspectos, a Missa Solene parece ser uma monumental ampliação da outra Missa em dó, que a precedeu dez anos” (*ibid.*, 16). Refere-se, naturalmente, à primeira missa composta por Beethoven que se encontra igualmente analisada por Manuel Faria nesse texto. Enceta depois a análise individual de cada parte da *Missa Solemnis*, a começar pelo “*Kyrie*”, sublinhando, neste caso específico, o respeito do compositor pelo carácter trinitário do texto litúrgico (*Kyrie, Christe, Kyrie*). Para melhor compreensão da analogia que se pretende estabelecer, seguem-se alguns quadros comparativos.

Quanto ao “Kyrie”:

| REFERÊNCIAS À <i>MISSA SOLEMNIS</i> NO TEXTO DE MANUEL FARIA (FARIA 1977) | PARALELO COM A <i>MISSA SOLENE</i> DE MANUEL FARIA |
|--|--|
| <i>Kyrie</i> – <i>Assai sostenuto</i> . | <i>Kyrie</i> – <i>Andante</i> (cc. 1-22). |
| <i>Christe</i> – “o ritmo muda para ternário, ao mesmo tempo que se aviva um pouco mais o andamento – andante assai ben marcato ” (<i>ibid.</i> , 16). | <i>Christe</i> – compasso $\frac{3}{4}$ – <i>Poco più mosso</i> (cc. 22-41). |
| <i>Kyrie</i> – “O último grupo de invocações retoma o quadro inicial numa admirável construção simétrica” (<i>ibid.</i> , 16-17). | <i>Kyrie</i> – Tempo I (cc. 42-63). |

E assim introduz o “Gloria”:

Aqui, (como depois no Credo) temos um grande fresco coral-sinfónico comparável às arquitecturas pictóricas de um Miguel Ângelo na capela Sixtina [sic]. Assim é que a forma se distende em estruturas a um tempo complexas e compactas, num autêntico milagre da unidade na riquíssima diversidade de pormenores. Para melhor apreensão do leitor, vamos encará-la como construída em **quatro quadros sonoros**: o 1.º desde «Glória» até «gratias agimus tibi»; o 2.º daqui até «qui tollis peccata mundi»; o 3.º até «quoniam tu solus sanctus» e o 4.º até final (*ibid.*, 17)¹⁷.

Embora em dimensão inferior, encontramos igual divisão no “Gloria” da *Missa Solene* de Faria. Em mais pormenor:

| REFERÊNCIAS À <i>MISSA SOLEMNIS</i> NO TEXTO DE MANUEL FARIA (FARIA 1977) | PARALELO COM A <i>MISSA SOLENE</i> DE MANUEL FARIA |
|---|---|
| “A primeira parte do «Gloria» é um brado formidável de toda a multidão dos homens voltados para o alto a fazer subir até aos céus o cântico da glorificação divina” (<i>ibid.</i> , 17). | Allegro molto (cc. 1-36) |
| “O segundo quadro – Meno Allegro –, com a mudança de tonalidade traz-nos também uma nova expressão” (<i>ibidem</i>). | Meno mosso (cc. 37-54) – Verifica-se igualmente uma mudança de tonalidade e de carácter. |
| “Terceiro quadro – Larghetto ” (<i>ibidem</i>). | Adagio non troppo (cc. 55-97). |

¹⁷ O negrito é meu.

“Finalmente o último quadro veste-se outra vez de esplendores da glória celeste – **Allegro maestoso**” (*ibidem*).

Tempo primo (cc. 98-141) – Apesar do “Tempo primo” corresponder ao “Allegro molto”, o carácter fugado e a dificuldade técnica organística deste quadro impõem um “**Allegro maestoso**”. O mesmo se aplica ao primeiro quadro.

Embora se possa apresentar o mesmo exercício para o “Credo” (cf. Bernardino 2021, 144-145), partilho apenas um outro dado revelador:

No «Et homo factus est» o andamento passa de **Adagio** a **Andante** e a métrica a ternária, com particular acentuação da palavra «homo» quase como um eco da palavra santa – «tomando a forma de servo» (*ibidem*)¹⁸.

Veja-se, no excerto seguinte, o tratamento dado por Manuel Faria à mesma passagem:

Exemplo 4 Excerto *Missa Solene em honra de N.ª S.ª de Fátima* (1945) – “Credo” – cc. 71-74.

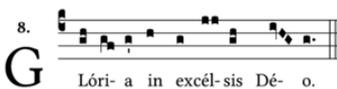
Creio que já terá ficado claro como Manuel Faria adotou a estrutura da *Missa Solemnis* de Beethoven à sua própria *Missa Solene* que, por sua vez, acabou por emprestar a sua forma e elementos estéticos a algumas missas que lhe seguiram. Como será fácil de imaginar, encontramos no “*Sanctus*” e no “*Benedictus*” correspondências idênticas às acima assinaladas, constituindo o “*Agnus Dei*” a única parte da missa que Faria procede de modo diferente de Beethoven. No caso do compositor luso, este repete a estrutura e os materiais do “*Kyrie*”, como é frequente em Manuel Faria bem como em muitos outros compositores.

18 O destacado é do autor.

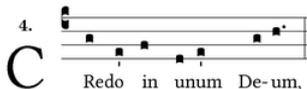
Contudo, Manuel Faria não se limitou a perfilhar apenas a forma da *Missã Solemnis*, também o carácter das partes está muito presente na sua própria criação. Assim, as descrições e as análises das partes da *Missã Solemnis* (cf. Faria 1977) acabam por assumir, na grande maioria dos casos, um carácter autobiográfico muito útil enquanto chave hermenêutica para a interpretação/*performance* da *Missã Solene* de Manuel Faria. Veja-se um excerto do 3.º quadro do “*Gloria*”:

A orquestração toma um colorido roxo¹⁹: a harmonia escurece; as vozes começam a angustiar-se. – É a consciência da humanidade pecadora, que se prostra em penitência, implorando o perdão das suas culpas. – Quem, ao ouvir esta música, poderá afirmar que Beethoven não sentia no mais fundo do seu íntimo a vivência da ascética cristã? (*ibid.*, 17).

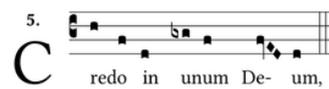
Ainda quanto à *performance*, não devemos esquecer que, no caso de Manuel Faria, as missas foram pensadas para um contexto litúrgico, com exceção da *Missã Solene*. Mesmo esta, apesar de delineada num contexto académico, terá sido composta por Manuel Faria, pelo menos na altura, também com intenções litúrgicas. Assim, não devemos esquecer que os textos do “*Gloria*” e do “*Credo*” não estão completos, faltando, em ambos os casos, a invocação que pertence ao presidente da celebração. Estas invocações costumam ser cantadas usando as melodias oficiais do canto gregoriano. Sendo esta uma das áreas de especialização e de predileção de Manuel Faria, devemos ter um especial cuidado na seleção destas melodias. Assim, especificamente para a *Missã Solene* sugere-se o ex. 5 para o “*Gloria*” e o ex. 6 para o “*Credo*”. A terceira proposta (ex. 7) é, por exemplo, uma melodia a não ser usada nas missas de Manuel Faria, pois é do período barroco, preferindo Manuel Faria o cantochão mais arcaico, por sinal, e para ele, mais puro²⁰.



Exemplo 5 Incipit “*Gloria III*”.



Exemplo 6 Incipit “*Credo I*”.



Exemplo 7 Incipit “*Credo III*”.

A aversão ao cantochão mais tardio está bem patente na conferência *O Canto Gregoriano na Composição Sacra* proferida por Manuel Faria nas Semanas Gregorianas de Fátima em 1950:

¹⁹ O roxo é a cor litúrgica própria do Advento (recolhimento) e da Quaresma (recolhimento e penitência). Neste caso específico, estamos na presença do segundo significado.

²⁰ Estas informações foram obtidas em conversa particular com Isaías Hipólito a 4 de maio de 2019 no Seminário Maior de Coimbra.

Uma novidade interessante deram-na os que começaram a fazer dialogar o povo em *canto gregoriano* com a *Schola* em música cecilian, e só foi pena que o mau gosto dos novos compositores não encontrasse no extenso repertório oficial senão a *Missa dos Anjos*, **já de si tonal e nada gregoriana**, e ainda para mais reduzida a autêntica caricatura da melodia litúrgica (Faria 1950, 10)²¹.

Reitero a necessidade de um estudo mais aprofundado das missas de Manuel Faria nas quais a *Missa Solene* acaba por ocupar um lugar preponderante. Faço notar que a mesma foi composta em 1945 e que a reflexão sobre a música sacra de Beethoven data de 1977, podendo não haver uma correspondência e/ou uma consequência direta entre ambas. Todavia, na conferência acima citada, são bem claros o perfeito conhecimento e a admiração profunda de Manuel Faria pela *Missa Solemnis* de Beethoven (*vide* Faria 1950, 9).

1.4 A ópera

A ópera *Auto de Coimbra* (1963) é a obra que presentemente encabeça o valioso espólio que se encontra na BGUC e encontra-se catalogada na secção “Ópera, Música Dramática e Bailado”. Esta secção, correspondente a sete entradas, é constituída pela ópera, por cinco composições diferenciadas para peças de teatro – escritas entre 1936 e 1939 no tempo de seminarista de Manuel Faria – e por um bailado. O bailado – *Bailado de Inês Pereira* (1982) – está dividido em nove partes e é, na verdade, uma obra inacabada de Frederico de Freitas com o título «Farsa de Inês Pereira» (1979) sobre o Auto de Gil Vicente (1523) e orquestrada e terminada por Manuel Faria (Delgado 2005, 75). Quanto à orquestração, há quem ateste que foi concretizada por um grupo de alunos de Manuel Faria e não pelo próprio. A investigação, porém, junto de fontes próximas de Manuel Faria, além de revelar que não era propriamente um professor de composição no sentido académico – e, conseqüentemente, não ter um grupo de alunos que possibilitasse um trabalho desta envergadura e/ou responsabilidade –, em nada parece indicar que assim tenha sido. Por outro lado, a página de título da obra contém a seguinte inscrição: “Inês Pereira, Bailado. Música de Frederico de Freitas e Orquestração de Manuel Faria (1981-82)”, encontrando-se a obra assinada e datada no final (pág. 291): “Braga, 28 de Maio de 1982 – L.D.V.M.”

A ópera, em dois atos, foi composta sobre um libreto de Campos de Figueiredo e resulta de uma encomenda da Câmara Municipal de Coimbra, em 1962, para a comemoração do IX Centenário da Conquista de Coimbra aos Mouros. Foi estreada, embora sem encenação, a 24 de julho de 2004 no Teatro Académico de Gil Vicente (Coimbra) pelo Choral AEminium e pela Orquestra Filarmonia das Beiras, tendo como solistas Elsa Saque, Carlos Guilherme, Wagner Diniz, Ciro Telmo, Isabel Alcobia, Pedro Correia e Manuel Soares, sob

21 O itálico é do autor e o negrito é meu.

a direção do maestro Luís Carvalho. Esta apresentação, gravada ao vivo pela Public-Art Editora, encontra-se publicada pela Câmara Municipal de Coimbra (Faria 2006). Posteriormente foi apresentada em 2007, na primeira encenação académica no Centro de Cultura Musical do Colégio das Caldinhas, por Norma Graça-Silvestre, com a direção musical do maestro brasileiro Emilio de César, com a Orquestra Sinfónica das Escolas de Música da ARTAVE. Antes da publicação referida, o município de Coimbra tinha já publicado em 1988 uma reprodução fac-similada da redução da obra para piano, solistas e coro (Faria 1988), igualmente em 2 volumes na qual é omitida a página do 2.º volume onde consta a discriminação das personagens que entram no 2.º ato.

Apesar de diversos trabalhos e outras iniciativas, tem-se vindo a notar, ao longo destes capítulos, uma ausência da obra musical de Manuel Faria no panorama contemporâneo musical português. Essa lacuna é particularmente intrigante quanto ao *Auto de Coimbra*. Considerando o exposto acima, bem como a ínfima produção operática portuguesa, é de estranhar que esta obra não esteja já inscrita na história da música portuguesa do séc. XX. A este propósito, embora recorrente noutras publicações similares, serve de exemplo a mais recente edição da *História da Música Portuguesa* de João de Freitas Branco (Branco 2005). Revista, atualizada e reeditada em 2005, foi acrescentado a esta obra de 1959 um anexo “sobre a criação musical em Portugal 1960-2004” pelo compositor e músico José Eduardo Rocha (n. 1961). A obra reveste-se assim de um interesse peculiar pois, além de incluir uma perspetiva sobre a atualidade recente, reflete também sobre a música da primeira metade do século XX na perspetiva de um musicólogo contemporâneo de então, ou seja, João de Freitas Branco (1922-1989). Embora seja mais ou menos admissível a parca informação contida nesta publicação quanto à atividade musical de Manuel Faria na primeira metade do séc. XX, o mesmo já é mais difícil de compreender relativamente ao anexo redigido em 2004 por José Eduardo Rocha. Na introdução aos 14 textos que constituem o anexo, o autor constata a grande emergência de novos compositores, com as mais variadas tendências e diversidade estético-estilísticas mas, por outro lado, lamenta haver ainda uma lacuna no estudo e divulgação da música das gerações que nos precedem, o que dificulta seriamente a formação de uma opinião sobre um passado que em parte lhe é desconhecido. Em simultâneo assume que o facto de não ser musicólogo lhe complica um pouco mais a tarefa, por si só complicada, pois não existe uma distância confortável em relação ao «processo histórico» em que todos estamos envolvidos. Assim, a opção de José Eduardo Rocha passou por “escrever 14 textos, quantitativamente [*sic*] e qualitativamente diversos, onde pudesse cruzar informações variadas, abarcar o maior número possível de factos relevantes e contribuir para assuntos que nem sempre se vêem desenvolvidos na documentação acessível” (Rocha 2005, 346). Devido a estas e outras razões, o anexo aborda fundamentalmente “a contribuição para a arte da música dos chamados **compositores**”. Note-se, relativamente à totalidade

deste anexo, que a presença da «música sacra», ou dos seus compositores, é praticamente nula. Apesar de haver certas passagens que mereceriam alguma atenção, pretendo apenas sublinhar que no terceiro texto, intitulado de “Operático e operístico (Ópera e outros tipos de teatro musical)”, não é feita referência alguma ao *Auto de Coimbra*. O mais curioso é que José Eduardo Rocha, após constatar uma produção operática portuguesa muito residual, coloca a tónica nos compositores que **não** se sentiram atraídos pelo género, assim como Frederico de Freitas e Fernando Lopes-Graça, ambos com uma única composição dentro do género (*ibid.*, 358). Considerando a publicação do município de Coimbra em 1988 e a estreia do *Auto de Coimbra* em 2004, é de lamentar que a mesma não tenha sido considerada nas mais diversas edições sobre a história da música portuguesa desde então.

O *Auto de Coimbra* divide-se, pois, em duas partes: no primeiro ato é relatada a fundação de Coimbra, recorrendo ao mito da sua fundação e à personalização dos elementos que regulam a cidade (o Mondego, Pirene e Tirintio), enquanto o segundo quadro ilustra a reconquista da cidade por Fernando Magno. A separar as partes, Manuel Faria introduziu uma parte instrumental/orquestral de modo a servir um bailado.

Apesar das publicações e dos trabalhos já apresentados, faz-se ainda sentir a falta de uma revisão e edição crítica da partitura, bem como de um estudo aprofundado e definitivo desta grandiosa obra dedicada à Lusa-Atenas (Cardoso 2018, 11).

1.5 Os arranjos e adaptações

Remonta a 1954 a fundação do Coral dos Estudantes de Letras da Universidade de Coimbra pelo irmão mais novo de Manuel Faria, o que se refletiu num impulso na criação de obras para coros mistos por parte do primogénito, com particular destaque para os arranjos de melodias tradicionais. Esse ímpeto criativo é posteriormente incrementado ao ser fundado em 1970, também por Francisco Faria, o Coro D. Pedro de Cristo, a quem Manuel Faria dedicou algumas obras. Os 40 arranjos à guarda da BGUC são testemunhos dessa vitalidade coral e encontram-se, na sua grande maioria, editados e divulgados nas mais diversas publicações (*cf.* Faria 1998; Bernardino 2018, 103-112).

2. A música instrumental

O acervo musical de Manuel Faria entregue à BGUC guarda em si um pequeno tesouro relativo à música instrumental. Esta encontra-se dividida em 3 secções: “Obras para Orquestra e Banda” com 10 entradas, “Obra Instrumental de Câmara” com 5 entradas e “Obra Instrumental: Instrumento Solo” com 17 entradas, o que perfaz um total – enganador, como veremos – de 32 obras instrumentais. Estatisticamente este valor corresponde a 13,9% da totalidade do espólio. Cerca de 20% da obra instrumental é de influência tradicional e todas as composições são marcadamente seculares, com exceção das obras

orquestrais *Jacob e o Anjo* (1960) e *Triptico Litúrgico* (1968)²² de carácter mais religioso. Apesar de indissociável o sacerdote do compositor, é talvez na música instrumental que se revelam de modo mais genuíno a curiosidade, o engenho criativo e o homem puramente ao serviço da arte. A esse respeito é muito oportuno o testemunho de Cândido Lima:

Nunca me pareceu compositor fadado para se embrenhar abertamente em mundos que não fosse a música sacra. O que fez foi para além da sua própria essência de homem religioso com uma missão. A inevitabilidade das incursões em outras formas de expressão instrumental vem da sua dimensão humana, como uma fatalidade que não assumia com convicção de um músico profano sem compromisso funcional de tipo religioso ou outro. Mérito de ter contrariado, com qualidade mínima essa fatalidade da sua “vocação”. As suas idas a Lisboa para se encontrar e receber conselhos de Frederico de Freitas atestam-no. Uma admiração mútua, foi protegido pelo músico lisboeta que lhe divulgou algumas obras e a quem dedicou o “Ditirambo” (o título o diz) para orquestra (*cit. in* Bernardino 2021, 149).

O testemunho acima, além de realçar a dimensão humana, descreve também a relação de amizade com o maestro e compositor Frederico de Freitas que foi o principal motivador e promulgador da obra orquestral de Manuel Faria.

2.1 A obra instrumental de câmara

Esta é a secção mais “enganadora” do acervo de Manuel Faria, pois é constituída por cinco entradas, mas, na realidade, três destas obras²³ foram posteriormente incluídas nas *Nove pequenas peças para Orquestra de Câmara* (1965). Assim, excluindo essas três, restam apenas duas obras compostas exclusivamente para música de câmara. A primeira, uma *Giga per quattro strumenti a fiato* (1942), em 3/8 (*Allegro Grazioso*), não é mais que um breve exercício de composição, sobre um tema dado, para quarteto de sopros (fl, ob, cl A e fag) em Mi M com a forma A:|BA'. O mais interessante surge na secção B que inclui, por duas vezes, uma sequência harmónica que será muito característica em Manuel Faria (*vide* ex. 8, cc. 52-59).

22 Que, por sua vez, é a orquestração do *Triptico para órgão* (1963).

23 *8 Variazioni su una série di 12 suoni* (1961), *Due saggi per Fl., Cl., Cor. e Fag.* (1961) e *Duetto per Flauta e oboe [sic]* (1961).



Exemplo 8 Excerto *Giga* (1942) – cc. 49-59 (1.º t).

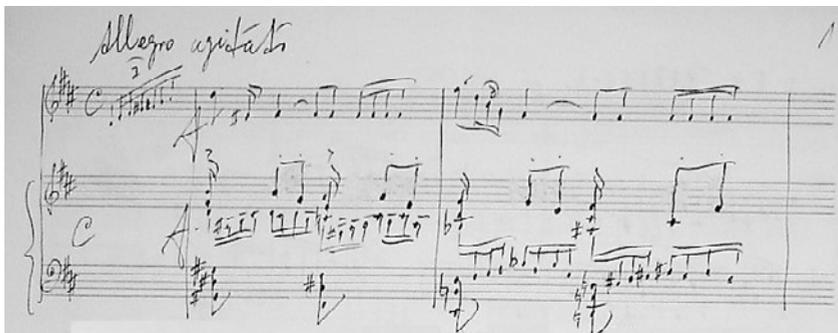
Resta assim a *Sonata para violino e piano* (1945) como a única obra de fôlego do compositor nesta categoria instrumental. Esta obra foi apresentada²⁴ a 14 de abril de 2018 na Biblioteca Joanina (Coimbra) aquando do lançamento do livro *Catálogo e Estudo Crítico da Obra de Manuel Faria* (Bernardino 2018). Trata-se de uma obra politonal em que a tonalidade presente na mão direita do pianista concorre com outra na mão esquerda. Acresce-se a esta bi-tonalidade uma terceira interpretada pelo violino (*vide ex. 9*).

Ao nível formal estamos perante a forma sonata, ou seja, AB-C-AB' (*vide tabela seguinte*). É notório o equilíbrio formal entre as partes: cerca de 30 compassos para cada secção e cerca de 40 compassos para o desenvolvimento.

| SONATA PARA VIOLINO E PIANO (1945) | | | |
|------------------------------------|---------|-----------|--|
| Forma | Secção | Compassos | Notas |
| Exposição | Tema A | 1-29 | <i>Allegro agitato</i> – apresentação do tema A. |
| | Tema B | 30-61 | <i>Calmo ed espressivo</i> – apresentação do tema B. |
| Desenvolvimento | C | 62-100 | <i>Allegro agitato</i> (62-78) – com recurso ao material temático A; <i>Adagio com Cadenza</i> (79-83) – espécie de uma ponte de temática B; <i>Andante um poco mosso</i> (84-100) – exploração temática B – [<i>accel.</i>] (cc. 99-100). |
| Reexposição com coda | Tema A | 101-129 | Reexposição tema A. |
| | Tema B' | 130-162 | Reexposição tema B na “tonalidade” de A; Coda (151-162). |

²⁴ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ZHoHx_UvXuk. Trata-se de uma gravação ao vivo, efetuada por um telemóvel, na qual falta a anacrusa para o primeiro compasso.

O primeiro tema (A) é caracterizadamente vivo (*vide ex. 9*) e o contraste com o segundo (tema B), que completa a exposição, é conseguido principalmente através de uma mudança de ambiente imprimido pela alteração do andamento (*calmo ed espressivo* – *vide ex. 10*) e por uma mudança na linguagem: note-se que o tema B não é politonal.



Exemplo 9 Incipit Tema A – Sonata para violino e piano (1945) – cc. 1-2.



Exemplo 10 Incipit Tema B – Sonata para violino e piano (1945) – cc. 39-42.

À semelhança do repertório para piano solo (*cf.* Pereira 2009), também nesta obra existem influências de Debussy e Beethovenianas. Os elementos românticos, sobretudo os rítmicos e a intensidade da trama, estão particularmente presentes nas secções onde é desenvolvido o material temático A, enquanto a influência impressionista – nomeadamente ao nível da textura, das escalas (pentatónica e de tons inteiros) e da qualidade dos encadeamentos harmónicos (*v.g.* a sequência harmónica de 7.^{as} plagais e 5.^{as} autênticas nos cc. 84-91) – emprestam, especialmente à temática B, uma atmosfera bastante idílica e etérea²⁵. A escrita instrumental é muito escorreita com particular destaque

25 Contudo, a similaridade com a obra para piano não se limita à presença de elementos românticos e impressionistas, mas também como são usados para diferenciar e estruturar as partes. Parece ser um padrão em Manuel Faria utilizar elementos românticos para a secção A e influências impressionistas para a secção B, *v.g.*, *Marcha fúnebre* (1941) (*cf.* Pereira 2009, 46-51).

para a parte pianística. O violino apresenta passagens bem escritas e bastante violinísticas, mas o verdadeiro virtuosismo reside no piano. O domínio da escrita é um indicador da elevada técnica pianística que Manuel Faria certamente terá alcançado no seu tempo de estudos em Roma. Quanto consegui apurar, não há testemunhos relevantes quanto à prática e agilidade pianística/organística de Manuel Faria. Contudo, casos como o da *Sonata para violino e piano*, demonstram um excelente domínio da escrita e, por sinal, do próprio instrumento. A *Sonata para violino e piano* apresenta algumas passagens menos conseguidas ao nível da junção que acabam, na humilde opinião dos intérpretes, por minorar um pouco a obra. Pessoalmente – que tive o privilégio de estudar a parte pianística e de seguida juntá-la à do violino – ficou-me a impressão que a sonata resulta melhor na sua parte pianística do que no seu todo, intuindo até que ponto a parte do piano não terá sido composta sem a inclusão do violino. Todavia, além de se tratar de uma constatação pouco simpática, a própria análise à obra revela outros detalhes que contrariam tal intuito. Fica o desafio para um estudo mais aprofundado da “única” obra para música de câmara de Manuel Faria.

2.2 A obra para orquestra e banda

À guarda da BGUC encontram-se nove obras para vários tipos de formações orquestrais e uma outra para banda²⁶. Quatro²⁷ encontram-se registadas em CD (Faria 2002) pela Orquestra Sinfónica Nacional ao abrigo de um projeto do Ministério da Cultura. Faz-se sentir, uma vez mais, a falta de um estudo mais aprofundado de todas estas obras. Encontra-se já disponível, porém, alguma informação relevante a respeito das mesmas no catálogo publicado bem como na tese apresentada (cf. Bernardino 2018, 86-92; 2021, 165-206). A obra para banda encontra-se estudada em *O Projecto de Encomendas de Música para Banda da S.E.C. de 1977 a 1983* (Granjo 2012). Deixo apenas uma breve observação relativa ao modo de orquestração e possível interpretação. Veja-se um excerto da análise de Manuel Faria ao “Kyrie” da *Missa em Dó* de Ludwig van Beethoven:

O **Kyrie** está compartimentado em três secções: a primeira, que principia com os baixos a descoberto, por introdução, ocupa a invocação – «Senhor, tende piedade de nós», com o prístino texto grego. – «É a oração de uma criança, convencida da sua participação na graça, e de ser atendida pelo Senhor», no dizer de um comentador antigo. [...] Mas, como é comovente verificar o cuidado do Mestre em não ferir a delicadeza e recolhimento deste apelo à misericórdia do Senhor, eliminando da orquestra não só trompetes e timbales, mas até as próprias flautas, limitando-se às cordas de arco e à doçura de oboés, clarinetes, fagotes e trompas discretas! (Faria 1977, 11).

26 Romaria Minhota (1979) – P-Cug M.M. MF 209.

27 *Ditirambo a Frederico de Freitas* (1973), P-Cug M.M. MF 200, sob direção de Silva Pereira e *Imagens da Minha Terra* (1959), *Suite Minhota* (1956) e *Triptico Litúrgico* (1968), respetivamente P-Cug M.M. MF 201, 210 e 212, dirigidas por Frederico de Freitas.

Do testemunho acima transcrito tiram-se de imediato duas conclusões distintas, mas intimamente ligadas. A primeira revela a perspetiva orquestral de Manuel Faria e de como o colorido instrumental está para além de uma mera fruição estética, colocando assim a simbologia instrumental ao serviço da palavra. A segunda atesta o emolduramento do quadro musical sempre dentro de uma perspetiva hermenêutica. O excerto apresentado é apenas um de muitos inclusos nesse mesmo texto, ou mesmo noutros. Deste modo, é legítimo assumir que também Manuel Faria teria os mesmos cuidados, intuítos e interpretações ao compor as suas próprias orquestrações. Um bom exemplo disso é a transição do primeiro quadro para o segundo – respetivamente “*Ave Maria*” e “*Acto de Humildade*” – do *Delicta Juventutis Meae* (1949). Enquanto na primeira peça Manuel Faria usa todo o efetivo instrumental e vocal ao seu dispor – nomeadamente coro a 3 VVi (SSA), orquestra de cordas (vl I e II, vla, vlc e cb) e harmónio –, o “*Acto de Humildade*”, na sua modéstia, recorre “apenas” a uma voz solista (S) acompanhada por um quarteto de cordas (vl I e II, vla e vlc). Em jeito de conclusão, refira-se a obra *Jacob e o Anjo* (1960) que, com o subtítulo “*Abertura de Concerto para Grande Orquestra Sinfónica*”, representa, quiçá, o único poema sinfónico de Manuel Faria e também a única obra do acervo orquestral que não conhece ainda nenhum registo áudio²⁸.

2.3 A obra para instrumento solo

Restaria, por fim, uma breve análise ao trabalho de Manuel Faria à guarda da BGUC vocacionado para instrumento solista. Contudo, devido à sua larga extensão, remeto a leitura dessa matéria para a tese apresentada (vide Bernardino 2021, 154-159). Fica, porém, a informação de que o mesmo é constituído por 17 obras, das quais 12 são para piano, outras quatro para órgão e uma para harmónio. Este conjunto de obras evidencia bem como Manuel Faria, já desde muito cedo, se subterfugia na música instrumental para explorar as suas curiosidades e experiências composicionais. O *Triptico para órgão*²⁹ (1963), escrito para a 3.ª edição do Concurso Nacional de Composição Carlos Seixas (vide Martins 2008a, 24-25), é um claro exemplo desta prática. Nesta obra em particular, escrita ainda no rescaldo dos seus estudos em Siena com Vito Frazzi e em Roma com Goffredo Petrassi, Manuel Faria procura explorar as novas correntes estéticas com particular destaque para o dodecafonismo. Apesar de não ter ganhado o concurso, esta obra é considerada por muitos especialistas a maior obra organística portuguesa do séc. XX, encontrando-se

28 Além das quatro obras referidas e disponíveis em (Faria 2002), a *Dança Minhota* (1962), *Minuete all' antica* (1962), *Ninna-Nanna* (1943/44) e as *Nove pequenas peças para Orquestra de Câmara* (1965) foram apresentadas e gravadas no dia 18 de novembro de 2016, na Igreja do Convento São Francisco (Coimbra), pela OCC sob a direção de Paulo Bernardino (disponível em: <https://youtu.be/OgQrVw46ts4>).

29 Integrado igualmente nos meus projetos doutorais, esta obra encontra-se publicada e disponível em: <https://mpmp.pt/produto/sacrax-xxi1/>. Poderá encontrar mais informações relativamente a este projeto em: <https://glosas.mpmp.pt/sacra-xx-xxi/>.

detalhada e profundamente estudada na dissertação de mestrado de Celina Martins (Martins 2008a). Note-se, quanto às intenções dodecafónicas, que estas seguem sobretudo a estética de Alban Berg que Manuel Faria interpreta do seguinte modo:

Os dois mais famosos discípulos de Schönberg (este sim, que os pôde ter, ao contrário do inimitável Debussy) foram Alban Berg e Anton Webern. O primeiro, **colocando a música acima do sistema**, deixou-nos obras sobretudo dramáticas duma eficácia avassaladora, usando a dodecafonía com ampla liberdade só e quando lhe viesse ao bico da pena e mesmo assim com profundas facadas nos rigores do mestre, como acontece no mais afamado produto do expressionismo mitteleuropeu [sic]: a ópera *Wozzeck*. O segundo é que aplicou o sistema para além das intenções do seu próprio inventor, fazendo gala de seu confessado cerebralismo (Faria 1965, 131)³⁰.

Assim, como se pode atestar mais detalhadamente na investigação de Celina Martins, é na “Fuga”³¹ que Manuel Faria acaba por se aproximar mais dos ideais dodecafónicos schönbergianos (cf. *ibid.*, 65-79), caracterizando-se a restante obra pelo uso de células e elementos dodecafónicos mais na linha estética de Berg e Webern. O tratamento da série por células (respeitando, todavia, sempre a apresentação integral das notas das séries usadas), confere às obras de Manuel Faria um valor acrescentado para além da mera apresentação da matriz dodecafónica. A composição *8 Variazioni su una série de 12 suoni* (1961) é um excelente exemplo desta última afirmação. Esta obra, que compõe também o 4.º andamento das *Nove pequenas peças* (1965), revela-se uma verdadeira homenagem a J. S. Bach (cf. Bernardino 157-159).

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

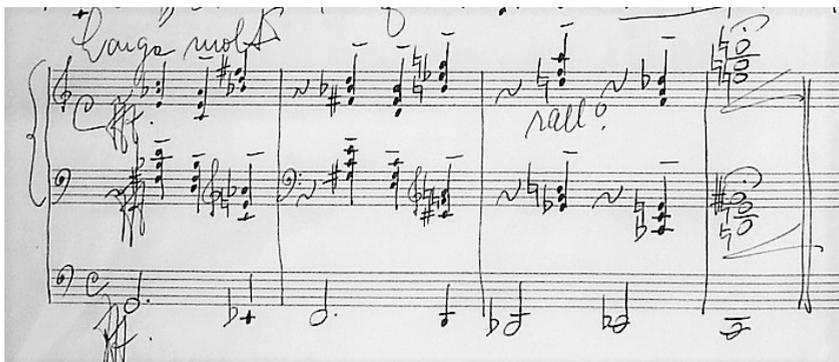
Uma análise minuciosa às composições farianas demonstra que Manuel Faria era submisso às clássicas formas musicais, com especial predileção pela forma ternária (ABA), revelando, porém, uma maior liberdade nas linguagens estéticas usadas e como as trabalhava. Fiel à forma, é na matéria que Manuel Faria mostra mais ousadia e é precisamente aí que explora e revela toda a sua criatividade. Sempre curioso e conhecedor das muitas correntes estéticas, Manuel Faria não resiste a deixar o seu cunho pessoal na linguagem que utiliza em cada composição, contornando as “regras” ou determinados “elementos estéticos” quando mais lhe convém.

A análise à obra fariana revela ainda uma outra matéria – não tratada neste texto – que diz respeito às figuras musicais-retóricas muito características

30 O destacado é meu e o itálico do autor.

31 A obra é constituída por três andamentos: “Prelúdio”, “Meditação” e “Final”. Por sua vez, o “Final” é composto pela “Fantasia” (cc. 1-40) e pela “Fuga” (cc. 41-143).

da linguagem renascentista e barroca. Embora não haja um único texto de Manuel Faria que aborde o assunto, nem nenhum outro documento que demonstre algum conhecimento do compositor nesta área, encontramos na sua música bastantes elementos que parecem indicar que esta realidade não lhe seria totalmente desconhecida. Neste tema, embora num contexto mais moderno, é muito interessante a interpretação de Giampaolo di Rosa³² (n. 1972) a respeito do último acorde do *Triptico para órgão* (vide ex. 11):



Exemplo 11 *Triptico para órgão* (1963) – P-Cug M.M. MF 237 – cc. 140-144.

Este sustenta, relativamente ao último acorde e à semelhança do que sucede com outros compositores modernos, que a tensão entre o acorde Maior (mão esquerda) e menor (mão direita) representa a tensão da vida e que esta, apesar das suas inúmeras dificuldades, encontra na fé o ponto de sustentabilidade e essência de toda a existência³³. Esta fé é retratada na força da atração do “Dó” que se encontra na pedaleira. Esta leitura ganha ainda um outro fôlego quando a colocamos a par da interpretação da série dos harmônicos pelos teóricos da música barroca. Estes interpretam o intervalo de 3.^a como definidor da humanidade dentro do contexto do intervalo de 5.^a P que, por sua vez, representa a Santíssima Trindade (cf. Bartel 1997, 14-15). Assim, as terceiras, num caso maior, noutra menor, representam bem a dualidade da vida da humanidade nas suas alegrias e contentamentos, mas também nas suas dores e tristezas. De notar que também entre o Dó da pedaleira e a fundamental Mi dos acordes temos um 3.^a M que representará, certamente uma vez mais, a Santíssima Trindade e a fé nela depositada.

32 Organista italiano, titular da igreja nacional de Portugal Santo António dos Portugueses em Roma e também da catedral de Vila Real, tem sido o principal intérprete do *Triptico para órgão* de Manuel Faria ao longo das últimas décadas.

33 Informação avançada a 14 de fevereiro de 2017 na Biblioteca Municipal de Coimbra aquando do lançamento da linha editorial *Sacra XX-XXI* (<https://glosas.mpmp.pt/sacra-xx-xxi/>) e da partitura do *Triptico para órgão* (<https://mpmp.pt/produto/sacraxx-xxi1/>).

Mais próximo da linguagem barroca, encontramos na música de Manuel Faria algumas figuras tais como o *Passus Duriusculus*³⁴ (*ibid.*, 357-358) e o *Saltus Duriusculus*³⁵ (*ibid.*, 381-382). Estas figuras musicais expressivas encontram-se num quadro hierárquico representativo de vários graus de “sofrimento” no qual o *passus duriusculus* ascendente representa o grau superlativo de sofrimento³⁶ e o *saltus duriusculus* descendente o grau mais pequeno. Nesta conjuntura salta à vista o final das *Palavras Maguadas* [sic] (1948):

Exemplo 12 *Palavras Maguadas* [sic] (1948) – P-Cug M.M. MF 184 – cc. 29-33 (Melo 2015, 51).

Note-se como Manuel Faria utiliza no compasso 31 o *saltus duriusculus* descendente sobre a palavra “minha”, exteriorizando deste modo também a sua mágoa. Não terá sido certamente por mero acaso que o compositor terá usado especificamente esta figura musical-retórica sobre este pronome possessivo. Barbosa de Melo identifica o uso recorrente deste intervalo de 7.^a diminuta ao longo de toda a canção (*cf.* Melo 2015, 50-52), sem, no entanto, o correlacionar com esta característica musical-retórica barroca. Mais uma vez, cá fica uma proposta de um trabalho a necessitar de mais estudo e aprofundamento: o uso das figuras musicais-retóricas na obra de Manuel Faria.

Manuel Faria revela uma profunda sapiência em todas as áreas que aborda. Considerando a dimensão e a qualidade do seu espólio musical confiado à BGUC, é impossível ficarmos indiferentes à obra que produziu em vida e ao enormíssimo contributo que prestou à cultura portuguesa. Todavia, muita da sua produção, tanto literária como musical, não é do conhecimento da grande maioria dos académicos e estudiosos, quanto mais do público em geral. Por isso, visando o enriquecimento da nossa cultura contemporânea, urge a revitalização da obra fariana, com relevante interesse para a cultura portuguesa em geral e particular pertinência para a cultura da igreja portuguesa hodierna. Note-se que usei propositadamente o substantivo “cultura” em vez de “música”, pois entendo que a contribuição e a erudição da obra fariana extravasam largamente

34 Passagem melódica de meios-tons cromáticos.

35 Salto melódico de 7.^a diminuta.

36 Regra geral associado à imagem de Cristo subindo o monte Gólgota, carregando a cruz.

o âmbito musical. O levantamento, a análise, a organização, a catalogação e o estudo crítico do espólio de Manuel Faria à guarda da BGUC permitiram, além de uma consciência mais rigorosa da dimensão da sua obra, compreender o *modus operandi* do compositor. Foi particularmente interessante e desafiante estabelecer as conexões entre as muitas obras, mas, para mim, o mais encantador, foi poder “viajar” com Manuel Faria. Era seu hábito, salvo raras exceções, assinar as composições indicando, além da data, o local onde se encontrava naquele preciso momento. Muitas vezes dei por mim a procurar no mapa os locais onde o compositor tinha escrito alguma obra em particular. Ainda hoje, ao deambular, sobretudo, pelo Minho, dou comigo em vários lugares a pensar: “Manuel Faria esteve aqui...” Também essas indicações topográficas foram mantidas na referida publicação (cf. Bernardino 2018). Recordo com particular afeto os muitos meses que passei embrenhado no espólio de Manuel Faria. Cada manuscrito continha uma surpresa, cada tira de papel uma história por contar. Partilho apenas dois de muitos momentos que me marcaram: o primeiro, quando me passou pelas mãos o original de *Cantem, cante os anjos* (s.d., s.l.) – esse foi o primeiro solo que cantei, ainda com a minha voz de soprano, mal regressara dos Países Baixos em 1986; o segundo, ao ler a inscrição contida na *Prece* (1980): “*Braga, 12 de Janeiro de 1980, à hora da morte de Frederico de Freitas*” ...

BIBLIOGRAFIA

- Barbosa, Jorge Alves. 2005. A Missa Solene em Honra de N. S. de Fátima na Obra de Manuel Faria (1916-1983). *Estudos – Revista do Centro Académico de Democracia Cristã* n.º 5:565-576.
- Bartel, Dietrich. 1997. *Musica Poetica: Musical-Rhetorical Figures in German Baroque Music*. Nebraska: University of Nebraska Press.
- Bernardino, Paulo. 2018. *Catalogação e Estudo Crítico da Obra de Manuel Faria à guarda da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Bernardino, Paulo. 2021. *Obras orquestradas de Manuel Faria na BGUC: Edição e Interpretação*. Tese, Departamento de Comunicação e Arte, Universidade de Aveiro, Aveiro.
- Branco, João de Freitas. 2005. *História da Música Portuguesa – 4.ª edição actualizada*. Lisboa: Publicações Europa-América, Lda.
- Butt, John. 2005. *Playing with History*. Cambridge: CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS.
- Cardoso, José Maria Pedrosa. 2018. Manuel Faria, em Coimbra. In *Catalogação e Estudo Crítico da Obra de Manuel Faria à guarda da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*, ed. Paulo Bernardino. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Delgado, Alexandre. 2007. “No princípio era a dança – A *Lenda dos Bailarins* de Frederico de Freitas.” In *Dez Compositores Portugueses*, ed. Manuel Pedro Ferreira, 71-107. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Faria, Cristina. 1992. *Manuel Ferreira de Faria: O homem e o sacerdote / O compositor e o pedagogo*. Dissertação, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Faria, Cristina. 1998. *Manuel Faria vida e obra*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de V. N. Famalicão.
- Faria, Francisco. 1983. A Música de Manuel Faria – A Fidelidade ao Espírito. *Nova Revista de Música Sacra* 2.ª Série, n.ºs 27-28:1-7.
- Faria, Manuel. 1950. O Canto Gregoriano na Composição Sacra. *Liturgia, Porto (Separata)*:5-15.
- Faria, Manuel. 1965. Para onde caminha a Música? *Cenáculo*:127-141.
- Faria, Manuel. 1977. Beethoven Compositor Católico. *Cenáculo (Separata)*:5-23.
- Faria, Manuel de. 1988. *Auto de Coimbra*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra.

- Ferreira, António José, e Cristina Faria. 2010. Faria, Manuel. In *Enciclopédia da Música em Portugal no Século XX*, ed. S. Castelo-Branco. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Granjo, André. 2012. O Projecto de Encomendas de Música para Banda da S.E.C. de 1977 a 1983: contextualização e observações iniciais. In *Música e Classicismo: nos 100 anos de Maria Augusta Barbosa*, ed. J. P. Cardoso. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Martins, Celina Teixeira. 2008a. O Tríptico para Órgão de Manuel Faria no contexto do repertório organístico do séc. XX. Dissertação, Departamento de Comunicação e Arte, Universidade de Aveiro, Aveiro.
- Melo, Maria Leonor Saraiva Barbosa de. 2015. A obra integral para canto e piano de MANUEL FARIA. Dissertação de Mestrado, Escola das Artes – Departamento de Música, Universidade Católica Portuguesa, Porto.
- Oliveira, Marlene. 2016. *Manuel Faria – centenário do seu nascimento*. Vila Nova de Famalicão: Arquidiocese de Braga, Câmara Municipal de V.N. Famalicão e Fundação Cupertino de Miranda.
- Pereira, André Bruno Dias Vaz de Deus. 2009. Manuel Faria e o Piano. Das Fontes Primárias à Performance. Dissertação (Mestrado), Departamento de Comunicação e Arte, Universidade de Aveiro, Aveiro.
- Pereira, Verónica da Conceição Mendes. 2017. Manuel Faria: um olhar sobre a renovação da música litúrgica em Portugal. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Rocha, José Eduardo. 2005. “14 Anotações sobre Música Contemporânea Portuguesa (MCP) – Contribuição para uma actualização dos últimos cinquenta anos.” In *História da Música Portuguesa*, ed. João de Freitas Branco, 345-392. Lisboa: Publicações Europa-América. Lda.

Referências discográficas

- Faria, Cristina. 2006. “Biografia de Manuel de Faria.” In *Auto de Coimbra: Manuel de Faria (1916-1983)*, ed. Câmara Municipal de Coimbra. Coimbra: Public-Art Editora.
- Faria, Cristina. 2007. “Manuel Faria.” In *Manuel Faria: Missa Pastoral, Canções de Natal*, ed. Academia Martiniana. Coimbra: Public-Art Editora.
- Viana, César. 2002. “Manuel Faria.” In *Manuel Faria: Images of my land, Liturgical Triptych, Dittirambo, Minho Suite*, ed. Ministério da Cultura. Lisboa: Strauss – Portugalsom.

Documentos não publicados

- Martins, Celina Teixeira. 2008b. *O Tríptico Litúrgico de Manuel Faria: especificidades da versão para orquestra*. Trabalho realizado para a disciplina de “Seminário” orientado por Evgueni Zoudilkine – Mestrado em Música – DeCA (UA) – Aveiro – Julho de 2008.

3.8 Acolhimento de «Crianças Austríacas» pela Cáritas Portuguesa

↳ **TEXTO** ARMINDA FERREIRA, FILIPA SOUSA LOPES E ANA REGINA PINHO

A 25 e 26 de setembro de 2020 realizou-se o “I Encontro – De Famalicão para o Mundo: Em torno da Memória do Holocausto e a ajuda Humanitária”, no pequeno auditório da Casa das Artes. Uma das temáticas abordadas foi o acolhimento de crianças no pós II Guerra Mundial em Portugal, com as comunicações: “A Cáritas em Portugal (1947-1958)”, por Eugénio Fonseca, representante da Cáritas Portugal; “As «Crianças Cáritas», entre a Áustria e Portugal (1947-1958)”, por Ana Regina Pinho e ainda, uma mesa redonda de partilha de “Memórias para a História de Famalicão: depoimentos”, com a presença de uma das «Crianças Cáritas», Matilde Dias Costa, e familiares de famalicenses que acolheram «Crianças da Cáritas Portuguesa», no pós II Guerra Mundial. Como resultado deste momento de partilha surgiu o presente artigo, para memória da História de Famalicão.

O ACOLHIMENTO

Em 1945, terminado o segundo conflito mundial, de Ocidente a Oriente, a Europa era um continente devastado. A destruição afetava principalmente as zonas urbanas, onde, em vários países, milhares de crianças, órfãs ou abandonadas por algum motivo, se amontoavam nas ruas.

A Áustria, definida pela comunidade internacional como primeira vítima da guerra, tinha, então, metade do seu espaço habitável destruído. Em Viena, “outrora capital do vinho, mulheres e canções”, durante vários meses, mais novos e mais velhos deambulavam por entre os escombros em busca de algo útil, enquanto que a malnutrição e as doenças, nomeadamente infecciosas, proliferavam, de tal forma que a tuberculose seria, naqueles anos, apelidada de *doença vienense*.

Na sua primeira encíclica de 1946, o Papa Pio XII apelaria à caridade dos fiéis católicos exortando-os a proteger “os mais pequeninos”, mais afetados pelos infortúnios associados à guerra. A sua mensagem ressoaria junto de Fernanda Mendes de Almeida Ivens Ferraz Jardim, filha do então presidente e, à época, também secretária da Cruz Vermelha em Portugal. À mesma instituição proporia ser promotora do acolhimento temporário de algumas das crianças visadas pelo Papa.

Tal tipo de prática foi primeiramente documentada durante o século XIX, nos Estados Unidos da América, onde as pequenas vítimas da industrialização desmedida nas zonas urbanas seriam levadas a passar temporadas junto de famílias em contextos rurais. Durante a I Guerra Mundial, tais transportes ganhavam renovada dimensão, graças à propaganda promovida pelas organizações humanitárias, sendo, então, usados, por exemplo, pelo império austro-húngaro, para reforçar laços entre as nacionalidades desavindas no seio do mesmo. Já durante a II Guerra Mundial, adquiririam um carácter salvífico, tanto, por exemplo, quando usados pela Cruz Vermelha Suíça para afastar crianças de zonas de confronto, durante a guerra, quanto no caso dos famosos *kindertransport* com destino ao Reino Unido, que, em muitos casos, representariam, ainda antes do início dos confrontos armados, a diferença entre a vida e a morte para muitos pequenos judeus.

A proposta de abraçar esta prática não seria, contudo, aceite pela Cruz Vermelha Portuguesa. Católica fervorosa e mulher decidida, Fernanda Jardim não desistiria, porém, do seu objetivo, seguindo os passos daqueles que, noutros países, haviam criado instituições inspiradas na *Caritasverband* (Associação Cáritas), criada por um jovem padre alemão, em 1895. Tal como outras congéneres que, entretanto, surgiriam em vários países europeus, a então denominada União de Caridade Portuguesa, nasceria, então, pelas mãos de Fernanda Jardim, para dar, em Portugal, resposta a uma necessidade específica: a organização de transportes internacionais para recuperação de crianças de alguma forma afetadas pelas consequências da II Guerra Mundial.

Com os primeiros estatutos datando de 1946, a que viria a ser, anos mais tarde, Cáritas Portuguesa receberia, logo no primeiro ano de atividade, crianças francesas. Os primeiros registos dos transportes que permitiriam tais acolhimentos referem-se, contudo, a 1947 e a crianças austríacas, as quais, talvez porque mais numerosas, pelo menos de acordo com a documentação que nos foi possível consultar, ficariam mais marcadas na memória coletiva da generalidade dos portugueses.

CRIANÇAS AUSTRIÁICAS TRANSPORTADAS PELA CÁRITAS ENTRE 1947 E 1958

| Ano | Bélgica | Holanda | Portugal | Espanha | Suíça | Luxemburgo | Itália | Alemanha | Total |
|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|------------|------------|---------------|
| 1947 | | 500 | 121 | | 251 | 621 | | | 1.493 |
| 1948 | 1.486 | 2.064 | 1.486 | | 928 | 618 | 349 | | 6.931 |
| 1949 | 1.987 | 2.920 | 1.989 | 1.997 | 465 | 355 | 248 | | 9.961 |
| 1950 | 1.145 | 2.081 | 1.172 | 1.133 | 435 | 202 | | | 6.168 |
| 1951 | 317 | | 64 | 299 | 198 | 135 | | | 1.013 |
| 1952 | 689 | | 234 | 132 | 371 | 89 | | | 1.515 |
| 1953 | 929 | | 159 | 120 | 296 | 84 | | 291 | 1.879 |
| 1954 | 1.246 | | 92 | 70 | 222 | 79 | | 244 | 1.953 |
| 1955 | 847 | 834 | 40 | 86 | 155 | 113 | | 57 | 2.132 |
| 1956 | 765 | 769 | 45 | 76 | 80 | 105 | 33 | 30 | 1.903 |
| 1957 | 126 | 160 | | | | 36 | | | 322 |
| 1958 | 411 | 471 | 231 | 37 | 49 | 126 | | | 1.325 |
| Total | 9.948 | 9.799 | 5.633 | 3.950 | 3.450 | 2.563 | 630 | 622 | 36.595 |

Fonte: MAISEL-SCHULZ, 2010:63, in Pinho, 2019:150.

Portugal tinha saído do conflito mundial numa posição privilegiada, graças à colaboração com ambas as partes, até certo ponto garante da inviolabilidade do território nacional durante a guerra. Livre da destruição generalizada que marcava o velho continente, palco de uma relação de “estreita colaboração moral” entre Estado Novo e Igreja Católica e do acolhimento de refugiados de diferentes origens, nas décadas precedentes, o país, bem como uma parte da sua população, encontrava-se, então, numa situação de relativa permeabilidade a ações como aquela que marcaria o início da Cáritas em terras portuguesas.

Em plena Guerra Fria, Portugal, beneficiário do Plano Marshall e membro fundador da Organização do Tratado do Atlântico Norte, receberia através da União de Caridade Portuguesa, no primeiro ano documentado pela mesma, 1947, 121 crianças austríacas, em duas viagens de avião realizadas, em janeiro e dezembro, respetivamente, entre os aeroportos de Zurique, na Suíça, e de Lisboa.

Nesse mesmo ano, contudo, uma recusa de donativo ao *United Nations Appeal for Children*, predecessor da UNICEF, levaria a um compromisso de intensificação dos transportes para Portugal como medida de compensação. Assim, os transportes seguintes realizar-se-iam de comboio até Génova e navio até Lisboa ou exclusivamente de comboio, atravessando França e Espanha, permitindo que mais crianças (cerca de 2.500, entre 1948 e 1950) viajassem, com menores custos associados.

Os custos, ao que tudo indica, eram suportados pela Cáritas Portuguesa, por cuja ação o Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar, admitiria nutrir um “carinho especial”, traduzido na promoção da mesma pelos meios de propaganda do regime e numa canalização de fundos da Cruz Vermelha e do Episcopado para seu financiamento. Mantendo uma relação próxima com Fernanda Jardim, Salazar nunca declararia, contudo, pelo menos verbalmente, um claro interesse propagandístico no projeto, o que aconteceria, por exemplo, em Espanha, onde Franco admitiria a necessidade de abraçá-lo como medida para combater a ostracização internacional a que o seu regime era votado, tendo algumas crianças sido, inclusivamente, acolhidas pela sua família na residência oficial do chefe de Estado, no palácio de El Pardo.



Crianças austríacas à chegada a Lisboa, a 16 de abril de 1948. In Pinho, 2019:199.

A organização dos transportes, propriamente dita, era partilhada pelas Cáritas envolvidas, sendo que a austríaca selecionava as crianças a enviar, ajudava na preparação das famílias biológicas e dos mais pequenos e tratava das questões logísticas até Génova, no caso das viagens de barco, e até à fronteira espanhola, no caso das de comboio. A Cáritas Portuguesa responsabilizava-se pelo restante da jornada, bem como pela seleção das famílias de acolhimento, e do acompanhamento das crianças durante a estadia e preparação das viagens de regresso.

A maioria das crianças que eram selecionadas respondiam a critérios de idade, tendo maioritariamente entre os 6 e os 11 anos aquando do primeiro transporte, saúde, nomeadamente a necessidade dos benefícios do clima do Sul para recuperação, e/ou nível socioeconómico, particularmente se órfãs ou oriundas de famílias numerosas. Ao contrário do que acontecia em outros dos vários países que realizaram o mesmo tipo de ação, porém, Portugal aceitava também crianças não-austríacas, como as que se encontravam em campos de refugiados na Áustria, e escolhidas com base no histórico de saúde e não na prevalência de um estado de particular debilidade.

Uma vez que a maioria das crianças viajava com recurso a um passaporte coletivo, algumas eram também aceites caso possuíssem um passaporte individual e estivessem inscritas numa lista de espera para envio, visto que, sempre que havia uma desistência, não sendo possível incluir nova criança num passaporte coletivo, só uma com documento pessoal válido poderia viajar sem preparação prévia. Desta forma viajavam também crianças sem especiais necessidades, oriundas, por vezes, de famílias abastadas.



Chegada de comboio das crianças austríacas a Portugal. In PINHO, 2019.

A maioria das que viajaram até Portugal eram meninas, entre os 4 e os 12 anos de idade, mais de 70% oriundas de Viena. Para a maioria a viagem começava por ser encarada com muito entusiasmo, que depressa se transformava em cansaço e desânimo, à medida que os dias se sucediam, particularmente no caso das viagens de comboio, e este, por sua vez, em esperança, à chegada ao país de acolhimento. Para muitas delas, porém, às emoções das longas jornadas seguir-se-ia ainda a ansiedade e a desilusão, num processo de distribuição que deixaria vários dos envolvidos com a sensação de que uma melhor opção seria possível e desejável.

As meninas loiras de olhos azuis eram geralmente as que mais chamavam a atenção das famílias, geralmente abastadas e/ou bem relacionadas – uma boa parte pertencente a uma elite afeta ao governo –, que se inscreviam junto da Cáritas e eram selecionadas com ajuda dos párcos. As crianças que menos chamavam a atenção, nomeadamente por aspetos físicos, e que não eram escolhidas, acabavam por ser acolhidas por instituições ou autoridades religiosas, vendo assim logradas as expetativas, criadas no país de origem, de vir a ser inseridas numa família portuguesa. A maioria dos relatos, mesmo que mais sombrios numa primeira fase, acabam por revelar experiências globalmente muito positivas, que compensam as dificuldades iniciais.

Algumas crianças acabariam por não regressar a casa, pelo menos num primeiro momento, porque falecidas em Portugal ou devido ao falecimento dos progenitores. Algumas permaneceriam no país, prolongando o seu acolhimento infinitamente, graças ao acordo estabelecido com as famílias biológicas, e nunca chegando a realmente conhecer o país de origem ou a considerar-se seus cidadãos. A maioria, porém, regressaria a casa, vários enfrentando uma alienação de si mesmos, incapazes de comunicar com os pais biológicos, por esquecimento da Língua materna ou falta de vontade em expressar-se nela, com saudades da forma como eram “celebrados” no país em acolhimento, das condições que lhe havia oferecido e das relações aí estabelecidas. Uma situação particularmente difícil para os progenitores, que por vezes obrigavam as crianças a cortar laços com Portugal como solução. Para muitos esse contacto apenas seria reatado vários anos mais tarde, para outros seria essencial e mantido desde o primeiro momento.

A Cáritas promoveria grupos de encontro, traduções e convites para novas viagens a Portugal (a expensas das famílias) aos quais muitas crianças recorreriam. Algumas conquistariam melhores condições de vida, graças à nova Língua aprendida, sendo que várias permaneceram para sempre ligadas ao país, de uma ou de outra forma.

Alguns episódios, como um enfarte que causaria o falecimento de um pai de acolhimento ao ver partir “a sua menina”, no porto de Lisboa, ou o suicídio de uma mãe de acolhimento nas vésperas da partida da criança que lhe fora confiada, justificariam inclusivamente a intervenção do Presidente do Conselho, que, tendo trocado correspondência com vários dos pequenos austríacos acolhidos, estabeleceria relações de especial proximidade com alguns dos envolvidos nos episódios particularmente dramáticos.

AS «CRIANÇAS DA CÁRITAS PORTUGUESA» EM VILA NOVA DE FAMALICÃO

Partilhando da memória coletiva das visitas de algumas dessas crianças passados tantos anos, iniciámos a investigação sobre as «Crianças da Cáritas Portuguesa» no concelho de Vila Nova de Famalicão, estabelecendo contactos com a Cáritas Portuguesa para assim conhecermos os vários nomes das famílias de acolhimento, e a identificação das crianças acolhidas. Seguiu-se, depois, uma longa tarde de conversa com o Monsenhor Joaquim Fernandes, sobre este período da história de Vila Nova de Famalicão, em que novos horizontes surgiram quando recordou a recetividade e alegria dos famalicenses no acolhimento e apoio às «Crianças da Cáritas Portuguesa».

Após os contactos realizados com algumas dessas famílias, de modo a reunirmos a documentação para a reconstrução histórica do período em estudo, apercebemo-nos da existência de outras famílias que não constavam no documento inicial, ampliando-se deste modo o grupo de famílias em análise. E, com o objetivo de percorrer o caminho traçado pelas crianças acolhidas no concelho de Vila Nova de Famalicão, contactámos diretamente algumas via telefone, e realizámos entrevistas com os familiares que partilharam vivências com algumas delas, o que nos possibilitou reunir um conjunto de informações preciosas que nos impeliu a perpetuá-las neste subcapítulo, para que assim constem da História dos famalicenses.

Apesar da existência de alguns focos industriais ligados aos têxteis, à relojoaria e à metalurgia já terem iniciado o seu desenvolvimento, na década de 50 do século XX, Vila Nova de Famalicão era ainda um concelho agrícola, com uma população fortemente ligada à fé Católica, que marcava o seu quotidiano. Cientes, os famalicenses, das dificuldades que alguns países da Europa atravessavam na sua reconstrução após a II Guerra Mundial, não ficaram indiferentes ao apelo lançado pela Cáritas Austríaca à ajuda humanitária internacional. Das, aproximadamente, 5000 crianças que foram acolhidas em Portugal, entre 1947 e 1958, cerca de 50 foram recebidas por várias famílias do concelho de Vila Nova de Famalicão, por intermédio da diocese de Braga.

De Mouquim a Calendário, de Telhado a Joane, de Requião a Famalicão, os famalicenses abriram as portas de suas casas e acolheram no seio das suas famílias não só crianças provenientes da Áustria como também da Alemanha e da França.

A tabela que se segue, gentilmente cedida pela Cáritas Portuguesa, onde constam os nomes das famílias de acolhimento, os respetivos nomes das crianças acolhidas, assim como informação sobre a sua origem, a data de nascimento e a data de acolhimento, foi posteriormente completada com o nome de outras famílias que também acolheram crianças. Contudo, estamos cientes que esta tabela poderá estar incompleta, pois aquando do seu envio o Arquivo da Cáritas

Portuguesa encontrava-se em organização documental arquivística e, por esse motivo, poderão surgir mais famílias famalicenses entre as já identificadas.

| REGISTO DAS FAMÍLIAS DE ACOLHIMENTO E DAS CRIANÇAS | | | | | | | | |
|--|-----------------------|------------------|--------------------|------------|--------------------|----------------|-----------------|--------------------|
| Apelido da família de acolhimento | Nome | Local | Apelido da criança | Nome | Data de nascimento | Pais de origem | Local de origem | Ano de acolhimento |
| | Alberto | Famalicão | Kopetzky | Edith | | Áustria | | 1949 |
| Araújo | Joaquim | Famalicão | Hesel | Helgal | | Áustria | | 1949 |
| Assunção | Manuel | Joane | Humpelec | Herta | | Áustria | | 1949 |
| Elias | Manuel | Famalicão | Swoboda | Hermine | | Áustria | | 1948 |
| Barbosa | Manuel | Famalicão | Santner | Anneluise | 1942.05.29 | Áustria | Viena | |
| Bezerra | Manuel Alves Carneiro | Calendário | Simon | Gerhard | 1939.02.11 | Áustria | Viena | 1950 |
| Cancela | Américo | Famalicão | Pegrin | Stefan | | Áustria | | 1948 |
| Cardoso | José Lopes | Famalicão | Lebris | Pierre | | França | | 1948 |
| Carneiro | José | Requião | Mattausch | Annemarie | | Áustria | Viena | 1949 |
| | | | | Auguste | | | | 1950 |
| Carvalho | Rúben | Santiago da Cruz | Hannelore | Mulbert | | Áustria | | 1950 |
| Carvalho | José A. | Famalicão | Helfert | Helga | | Áustria | | 1949 |
| Castro | Hilário | Famalicão | Stohl | Margot | | Áustria | | 1948 |
| Fernandes | José | Famalicão | Hack | Leopoldine | | Áustria | | 1950 |
| Fernandes | Luis Alves | Carreira | Smakal | Helmut | 1941.03.14 | Áustria | Viena | 1949 |
| Gonçalves | Clemente | Famalicão | Plaichner | Adolf | | Áustria | | 1950 |
| Gonçalves | Deolinda Sá | Louro | Fasold | Helmuth | | Áustria | | 1948 |
| Gonçalves | Raul | Famalicão | Bonifahrt | Anne | | Áustria | | 1950 |
| Guimarães | Jaime da Cunha | Pedome | Knöbl | Frieda | | Áustria | | 1949 |
| Horácio | José | Mouquim | Maver | Gertraud | | Áustria | | 1949 |
| Lacerda | José | Famalicão | Kulil | Leopold | | Áustria | | 1949 |
| Machado | José | Famalicão | Kofl | Gerhard | | Áustria | | 1949 |
| Machado | Maria Soares | Famalicão | Geringer | Edeltraud | | Áustria | | 1949 |
| Malheiro | António | Famalicão | Smolik | Hermine | | Áustria | | 1948 |

| Apelido da família de acolhimento | Nome | Local | Apelido da criança | Nome | Data de nascimento | País de origem | Local de origem | Ano de acolhimento |
|-----------------------------------|--------------------------------|------------|--------------------|-----------------------|--------------------|----------------|-----------------|--------------------|
| Malheiro | Clemente | Famalicão | Lindockers | Ingrid | | Alemanha | | 1948 |
| | | | Saip | Wilheim | | Áustria | | 1948 |
| | | | Kuip | Helena | | Áustria | | |
| Marques | Álvaro Folhadela | Famalicão | | Gisella (Guisi) | | Áustria | | 1950 |
| | | | | Rudolphine (Rudy) | | Áustria | | 1950 |
| Mendes | José | Famalicão | Koriota | Renate | | Áustria | | 1948 |
| Mesquita | Ernesto | Famalicão | Laufhuette | Heinz | | Alemanha | | 1948 |
| Mesquita | Francisco | Famalicão | Elles | Evelyne | | Áustria | | |
| Mosqueiros | Casa | Famalicão | Haardilek | Lieseldte | | Áustria | | 1948 |
| Oliveira | Ermelinda Ferreira | Calendário | Kropac | Heinz Werner | | Áustria | Viena | 1949 |
| Oliveira | José | Famalicão | Sauer | Wilfried | | Áustria | | 1950 |
| Ortigo | Jaime | Famalicão | Brandtmayer | Horst | | Áustria | | 1950 |
| | Hermegildo | Famalicão | Ostroznik | Rita | | Alemanha | | 1948 |
| Rainhe | | Famalicão | Grahsner | Hertha | | Áustria | | 1948 |
| Salazar | Maria Alves | Famalicão | Bonneau | André | | França | | 1948 |
| Salazar | Maria | Famalicão | Holenika | Helmuth | | Áustria | | 1948 |
| Santos | Maria Augusta | Famalicão | Greco | Colotte Jacqueline | | França | | 1948 |
| Soares | João Pereira | Calendário | Sablatnig | Alois | | Áustria | Viena | 1948 |
| Telhado | Pároco Avelino Afonso Barreiro | Famalicão | Fischer | Doris | | Áustria | | 1949 |
| Trindade | | | Pollak | Inge | 1940.02.28 | Áustria | Viena | 1948 |
| Veloso | Padre Augusto Ferreira | Famalicão | Zadraba | Johann | 1942.05.01 | Áustria | Viena | 1948 |
| | Maria Conceição | Famalicão | Reinhard | Maria | | Áustria | | 1950 |

Fonte: Arquivo Histórico da Cáritas Portuguesa e dados completados posteriormente através de depoimentos de famalicenses efetuados por: FERREIRA, A.; LOPES, F. (2020/2021).



Gisella (Guisi) Crianças acolhidas pela família de Álvaro Marques, in Arquivo particular da família de Álvaro Marques.



Rudolphine (Rudy) Crianças acolhidas pela família de Álvaro Marques, in Arquivo particular da família de Álvaro Marques.



Evelyne Elles Criança acolhida pela família de Francisco de Mesquita, in Arquivo particular da família de Francisco Mesquita Júnior.



Mayer Gertraud Criança acolhida pela família de José Horácio, in Arquivo Histórico da Cáritas Portuguesa.



Hannelore Mulbert Criança acolhida pela família de Rúben Carvalho, in Arquivo particular da família de Rúben Carvalho.



Margot Stohl Criança acolhida pela família de Hilário Souto Castro, in Arquivo particular da família de Hilário Souto Castro.



Simon Gerhard Criança acolhida pela família Manuel Bezerra, in Arquivo Histórico da Cáritas Portuguesa.



Annemarie Mattausch

Criança acolhida pela família de José Pereira Alves Carneiro, in Arquivo Histórico da Cáritas Portuguesa.

As dificuldades económicas, a fome, a destruição, uma família numerosa ou o pai ter morrido em combate, eram algumas das razões que levaram as famílias assoladas pela Guerra a tomar a difícil e complexa decisão de entregar os seus filhos à confiança de famílias desconhecidas.

Nos documentos que serviram de base para organizar os processos individuais eram apontadas as diferentes dificuldades que cada criança atravessava no seu país de origem. Helene Kupetz, nascida em Viena em 15 de dezembro de 1939, lembrou, em depoimento a Francisco Carvalho, sobrinho da família de acolhimento de Clemente Malheiro (1914-1988) e Maria Armanda Malheiro, empre-

sário no ramo dos guarda-chuvas “(...) que foi através do padre da paróquia em Viena que a Cáritas da Áustria a encaminhou para Portugal, pois quando chegou tinha 7 anos e pesava apenas 16 kg (...)”¹. O mesmo, recordou Annemarie Mattausch, nascida em Viena em 18 de fevereiro de 1944, em depoimento a Eugénia Guimarães, neta da família de acolhimento de José Pereira Alves Carneiro: “(...) vim para Portugal com 4 anos (em 1949) porque ouvi num programa da rádio que estavam a acolher crianças em países onde não tinha havido guerra. Pedi muito à minha mãe para me deixar vir e depois trouxeram-me para Portugal”². Ou ainda, o caso de Matilde Dias Costa que recorda que a sua mãe ficou viúva, com dois filhos, por volta dos 22 anos, pois o seu pai havia morrido na batalha de Estalinegrado, em abril de 1944. E, acrescenta ainda que “(...) A zona onde vivia era de campos férteis e com produtos, por isso não havia grande dificuldade em obter alimentos, mas o pior sítio foi em Viena. As crianças e pessoas adultas passavam fome, os bebés morriam e para receber um pouco de alimento tinham que trabalhar e remover as grandes e pesadas pedras dos bombardeamentos, visto que Viena foi muito destruída”³.



Matilde Stadler Criança acolhida pela família de António e Lúcia Silva – Castelo de Vide, in Arquivo particular da família de Matilde Dias Costa.

- 1 Depoimento de Francisco Carvalho, julho de 2020.
- 2 Depoimento de Eugénia Guimarães, julho de 2021.
- 3 Entrevista a Matilde Dias Costa a 9 de julho de 2020.

8 1287

Personalblatt des Kindes

Familienname: SIMON Taufname: Gerhard
Rufname des Kindes: Gerhard Adresse: 12, Admayerpass. 30/30
Ort: Hün Ort und Datum der Geburt: Hün am 11. 8. 1939
Schule: Folkes Welche Klasse? 4a Religion: röm. kath.
Ist es getauft? ja In welcher Pfarre? Abenbissle
Besucht es die Vorbereitung zur Erstkommunion? nein
Empfängt es die Sakramente? ja Beichte? ja Kommunion? ja
Urteil über moralischen und geistigen Wert des Kindes: sehr gut
Mittellung des Lehrers oder der Lehrerin: arbeitet mit
Anmerkung über den Charakter des Kindes: liebt lachen
Wie soll es behandelt werden? streng u. mit Güte
Name und Beruf des Vaters: _____
Name und Beruf der Mutter: Herrnime Simon Kunstypistin
Familienmilieu in Bezug auf Einkommen: gutsitert * / minder gut * / arm *
Familienmilieu in Bezug auf Sozialstellung: bürgerlich * / Beamter * / Arbeiter *
Familienmilieu in Bezug auf Moral: gut * / minder-gut * / schlecht *
Anzahl der Geschwister und deren Alter: 1 kleiner 7 Jahre
Besondere Bemerkungen (Kriegseinwirkungen und Folgen, soziale Verhältnisse): _____

* Nichtzutreffendes ist zu streichen.

Unterschrift des Pfarrers und Stempfle:


Bestätigung des Familienmitgliedes oder Vormundes

Ich Unterzeichneter SIMON Herrnime (Familien- und Taufname)
wohnhaft in Hün 12, Admayerpass. 30/30
stimme zu, daß mein unten genanntes Kind zu einem Aufenthalt von 6 Monaten
nach PORTUGAL reist.
Familien- und Taufname des Kindes: SIMON Gerhard
Ort und Datum der Geburt: Hün am 11. 8. 1939
Ich nehme an seinerstatt die Vorschriften des Werkes zur Kenntnis und übergebe denen, die es in Empfang
nehmen werden, soweit es notwendig sein wird, meine väterliche Autorität.
Datum: 15. März 1950 Unterschrift der Eltern oder des Vormundes: Herrnime Simon

87194

Fonte: Ficha de identificação de Simon Gerhard, in Arquivo Histórico da Cáritas Portuguesa, 200/28b.

Depois da viagem de comboio até Génova e de barco até Lisboa muitas das crianças chegam a Braga de comboio. Na partilha destas memórias, estes são momentos marcantes e comuns:

“(…) eu com 9 anos vim para Portugal juntamente com outras crianças, viajamos de comboio até Génova e depois de barco até Lisboa. Recordo-me que aprendemos uma série de canções portuguesas, mas enjoei muito, pois não estava habituada à comida (...).”⁴

4 Entrevista a Matilde Dias Costa a 9 de julho de 2020.

“(…) cheguei a Braga num comboio grande cheio de crianças... o «papá e a mamã» [José Pereira Alves Carneiro e Ernestina Alves Correia de Araújo] tinham dado o nome à Cáritas para me acolherem (...) depois fui de carro para casa do “papá e da mamã” que me foram buscar a Braga (...).”⁵

Chegadas a Portugal as crianças, cada uma com um cartão de identificação contendo o seu nome, foram distribuídas pelas diferentes dioceses do país, onde posteriormente as famílias calorosamente as acolheram no seu lar.



Grupo de crianças em Portugal com o cartão de identificação ao pescoço e uma braçadeira na qual se lê o início da palavra Braga, in Arquivo particular da família de Hilário Souto Castro.

Álvaro Folhadela Marques, o Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, desde 1945 até ao ano da sua morte em 1957, destacando-se durante o seu mandato, no plano social pelo apoio a diversos projetos de solidariedade e contribuindo com o seu entusiasmo e trabalho para o engrandecimento de várias instituições locais, foi um dos famalicenses que, como recordou a sua neta, Adriana Marques, se dirigiu a Braga:

⁵ Depoimento telefónico de Annemarie Mattausch a 4 de agosto de 2021.



Álvaro Marques com uma das meninas acolhidas.



Rudolphine (Rudy) e Gisella (Guisi) com a sua “irmã de acolhimento”, Adriana Marques.

(in Arquivo particular da família de Álvaro Marques)

“Em 1950 o meu avô [Álvaro Marques] foi a Braga, receber uma das crianças trazidas pela Cáritas para serem acolhidas por famílias portuguesas. Mas, perante o choro incessante de uma outra menina, a Gisella, conhecida por Guise, pois iria ficar separada da sua irmã (Rudolphine ou Rudy), o meu avô abordou o meu pai [Álvaro Gil] e as duas crianças vieram para Famalicão, uma para casa do meu avô, outra para nossa casa.”⁶

Contudo, casos existiram de crianças que não beneficiaram desta afetuosa receção e só o humanitarismo de outros tornou possível minorar os traumas de guerra dos pequenos, com desvelos a que a maioria não estava habituada, acompanhando condições de vida que nem imaginavam existir. Helene Kupetz recordou que foi “(...) atribuída a uma família de lavradores que não compareceram, mas o Clemente e a Armanda Malheiro acolheram-me (...)” e tendo ficado doente e sido tratada pelo dr. Malvar, permaneceu “na família juntamente com o Wilhelm (alemão) e a Susana, duas outras crianças, que também tinham sido acolhidas pela família Malheiro”⁷.

6 Depoimento de Adriana Marques, a 14 de setembro de 2020.

7 Depoimento telefónico de Helene Kupetz a 16 de setembro de 2020.



Hannelore Mulbert com a “mãe de acolhimento” (1950), in Arquivo particular da família de Rúben Carvalho.

O acompanhamento da Cáritas garantia, geralmente, que a comunicação com a família biológica fosse estabelecida durante os 6 a 8 meses de estadia prevista, que muitas vezes se esticavam em alguns mais, particularmente devido a dificuldades logísticas na organização dos transportes, sendo que, geralmente, a um transporte de regresso à Áustria correspondia uma nova vinda de crianças.

Durante o período em que as crianças estiveram no concelho de Vila Nova de Famalicão, apesar da Cáritas Portuguesa as acompanhar por meio de relatórios periódicos e estabelecer a necessária ponte com as famílias, ao informar os seus pais do seu estado em geral, as notícias eram ansiosamente esperadas. Através de alguma da correspondência existente no Arquivo Histórico da Cáritas Portuguesa, a carta enviada, em 1949, pelos pais de Heinz e Werner Kropac à Cáritas Portuguesa é reveladora da sua inquietação para saberem a morada dos seus filhos. A 23 de julho de 1949, Josefin Maria Kropac escreve à Cáritas:

“Pedimos à central da Cáritas, uma vez que não recebemos qualquer correio ou o endereço dos nossos filhos até agora, 6 semanas após a sua partida, para gentilmente encaminhar as duas cartas aos nossos filhos.

Ao mesmo tempo, pedimos à estimada sede da Cáritas um possível anúncio do endereço das crianças para nós”⁸.

8

Carta de Josefin Maria Kropac à Cáritas Portuguesa, 23 de julho de 1949, in Arquivo Histórico da Cáritas Portuguesa, correspondência – Ermelinda Ferreira Oliveira – 186/8c.

A 30 desse mês, é dado a conhecer ao casal Kropac, a morada em Calendário de Ermelinda Ferreira Oliveira, que acolhera os seus filhos, assim como são informados que a sua carta foi enviada aos seus filhos e que estes “estão os dois muito bem, pelo que ouvimos ainda no outro dia no relatório da senhora da Cáritas de Braga”⁹.

Os primeiros momentos de tristeza, de saudades dos seus e das dificuldades de comunicação seriam rapidamente superados pela maioria, graças à natural facilidade de aprendizagem das crianças e às relações desenvolvidas nas comunidades de acolhimento ou frequentando escolas, ainda que de forma, ao que todo indica, não oficial. Algumas famílias chegariam, inclusivamente, a promover o contacto dos acolhidos com a língua materna, para que não fosse totalmente esquecida.

No tempo de escola, as brincadeiras com as crianças portuguesas fortaleceram relações de amizade e facilitaram a aprendizagem da língua portuguesa. Nos intervalos das aulas, recorda Rosa Maria e Fátima Carneiro, sobrinha paterna de José Pereira Alves Carneiro, fiscal da feira da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão e sócio do seu irmão e gerente Manuel Pereira Alves Carneiro numa empresa de tecelagem, em Sobrado, Requião, conhecida como «fabrico», com teares para aventais que exportavam para África, que a Anne [Annemarie] “(...) brincava muito com a Fátima e outras meninas nos intervalos das aulas, no pátio ou no recreio, (...) jogavam à “macaca” ou à “patela”, às “apanhadas”, saltavam à “corda”, jogavam ao “esconde, esconde”, ao “lencinho vai na mão” e em casa, na quinta do meu tio, também brincavam muito na eira, nas escadas, no terraço e pela quinta toda”.

Rosa Maria Carneiro revive ainda momentos da sua infância com saudade do tempo das brincadeiras às “casinhas” e ao “faz de conta” com as primas Zélia e Balbina, que apesar de serem mais velhas, brincavam todas juntas às “casinhas” em miniatura com comida a sério: “(...) a Zélia e a Balbina nem tanto pois já eram mais velhas (...) mas a Anne, eu e a minha irmã Fátima gostávamos muito de «fazer de conta» que estávamos a cozinhar a sério e a servir à mesa”. O meu tio gostava muito da Anne e estava sempre a dar-lhe “guloseimas” (...)”¹⁰. Maria Alberta Bacelar, filha de Rúben de Carvalho, advogado em Vila Nova de Famalicão, recorda que Hannelore, durante o tempo que estava na Casa de Ribela, foi a sua “(...) companhia de todas as brincadeiras”¹¹.

Apesar das alegrias da “normalidade” portuguesa, por vezes, ao ouvir sirenes de fábricas, foguetes, o toque do comboio ou de um simples carro, as crianças recolhiam-se assustadas para baixo das mesas, pois marcadas pelo tempo de guerra continuavam a sentir-se inseguras.

9 Carta da Cáritas Portuguesa a Josefin Maria Kropac, 30 de julho de 1949, in Arquivo Histórico da Cáritas Portuguesa, correspondência Ermelinda Ferreira Oliveira – 186/8b.

10 Depoimento de Rosa Maria e Fátima Carneiro, agosto de 2021.

11 Depoimento de Maria Alberta Bacelar, setembro de 2020.

Das dificuldades em adaptarem-se ao novo meio destacam, geralmente, a alimentação, pois se por um lado as laranjas as fascinaram, por outro o azeite, tão utilizado na cozinha portuguesa, era inicialmente afastado e por vezes causa de mau estar. Adriana Marques, filha de Álvaro Gil e neta de Álvaro Marques recorda:

“Uma das memórias que os meus pais me contaram foi que na primeira refeição em casa do meu avô foi cozido de peixe e quando elas viram o azeite, fizeram “má cara” e afastaram o azeite para o lado, mas passados 11 meses, adoravam colocar azeite em tudo”¹².



Hannelore com Doris Maria Fisher, acolhida pelo Pároco de Telhado e Chrysti, acolhida por uma família de Celeirós e a “irmã portuguesa”, Maria Alberta Bacelar, na Póvoa de Varzim, 1950, in Arquivo particular da família de Rúben Carvalho.

A maioria refere os momentos festivos, religiosos ou pagãos, bem como tempos de férias, como os mais marcantes de entre todos os vários que recordam até hoje. Local de veraneio, a Póvoa de Varzim era o ponto de encontro de várias famílias do norte do país o que permitiu o convívio entre as várias crianças acolhidas por diferentes famílias e de vários concelhos. Maria Alberta Bacelar recorda os dias de brincadeiras de praia com Chrysti acolhida por uma família de Celeirós, Doris Maria Fisher, acolhida pelo padre Avelino Afonso Barreiro, Pároco de Telhado, e Hannelore que tinha sido acolhida pela sua família. Recorda, também, que a Doris passava muitos fins de semana na sua casa, na Casa de Ribela, em Santiago da Cruz, pois como a sua tia Maria Celestina Azevedo Carvalho era professora em Telhado trazia-a frequentemente para o convívio em família.

Mas não era só no verão que o convívio entre as crianças e a diversão aconteciam. O carnaval também era momento de festejo, convívio e felicidade entre crianças famalicenses e austríacas, como é visível na fotografia de Margot

¹² Depoimento de Adriana Marques a 14 de setembro de 2020.

Stohl, registada pela família de Hilário Souto Castro, em que a sorridente pequena traça a rigor o disfarce de sevilhana.

Recorda Rosa Maria Carneiro “que a tia Ernestina Alves Correia de Araújo gostava muito de fazer piqueniques e que a Annemarie divertia-se muito com toda a família, (...) gostava muito de «lambarices», de doçarias e andava sempre toda feliz com a Zélia, com a Balbina, com a Fátima e comigo”.



Margot Stohl disfarçada de sevilhana, in Arquivo particular da família de Hilário Souto Castro.



Hannelore com a “irmã de acolhimento”, Maria Alberta Bacelar, in Arquivo particular da família de Rúben Carvalho.

Após meses em Portugal, o regresso das crianças aos seus países de origem era preparado cuidadosamente com as famílias de acolhimento seguindo orientações da Cáritas Portuguesa. Na carta, que passamos a transcrever, enviada a Francisco Mesquita Júnior, proprietário da «Papeleria e Tabacaria Mesquita», em Vila Nova de Famalicão, são dadas orientações para o regresso da menina acolhida, Evelyne Elles:

“Circular n.º 8

Exmo. Senhor

Aproximando-se a data em que os pequenitos austríacos que vieram passar uma temporada no nosso País, tem de regressar à sua Pátria, vimos dar a V. Exa. algumas informações referentes à partida de criança que V. Exa. tão carinhosamente acolheu.

O regresso efetuar-se-á no próximo dia 26 do corrente ficando o local da entrega e hora dependente duma nossa informação em futura circular.

Considerando o percurso longo da viagem tornam-se necessários alguns cuidados que em muito facilitarão o trabalho dos responsáveis portugueses que acompanham as crianças até Viena.

A bagagem das crianças não deve exceder 15 a 20 quilos acondicionados em 1 ou 2 volumes que a criança leva consigo na carruagem. Todos os volumes têm de levar, interior e exteriormente, o nome e endereço da criança para o que, oportunamente serão enviados rótulos preenchidos.

Tendo em vista o clima mais frio dos países que se atravessam, numa viagem de 3, 5 dias recomenda-se eu as crianças vão devidamente agasalhadas ou levem à mão roupas que possam vestir, especialmente durante a noite. No caso de a criança levar uma pequena manta, esta deve ser enrolada junto à mala, ou dobrada dentro desta.

Solicitamos da gentileza de V. Exa. o favor de lhes fazer incluir na mala ou saco os habituais artigos de higiene bem como um copo ou chávena de plástico ou metal.

Como as crianças recebem alimentação durante a viagem lembramos a inconveniência de lhe incluir na bagagem comer que facilmente se estragaria.

Agradecendo antecipadamente o cumprimento do exposto e prometendo desde já voltar a escrever a V. Exa. apresentamos os nossos cumprimentos e protestos da nossa consideração.

Deus guarde V. Exa.

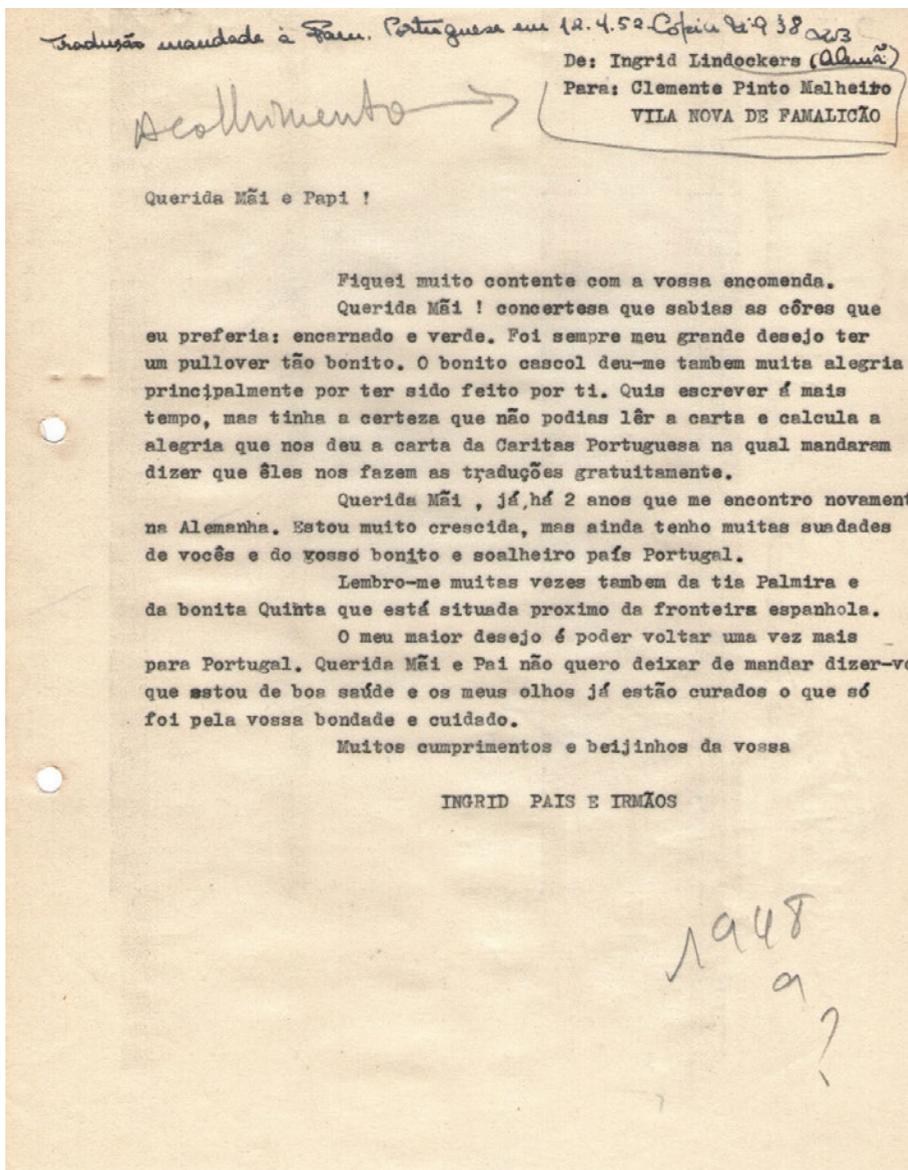
Pela UNIÃO DE CARIDADE PORTUGUESA

(Fernanda Ivens Ferraz Jardim)

Lisboa, 8 de Setembro de 1958”

Fonte: Carta da Cáritas Portuguesa para Francisco Mesquita Júnior, 8 de setembro de 1958, in Arquivo particular da família Francisco Mesquita Júnior.

A partilha de experiências conjuntas levou a que os laços se mantivessem através da troca de correspondência, acompanhadas muitas vezes com o envio de prendas e recordações de Portugal, como é referido na carta de Ingrid Lindockers, enviada a Clemente Malheiro e traduzida pela Cáritas a 12 de abril de 1952, agradecendo a oferta e demonstrando o desejo de voltar à família e ao país:



Carta de Ingrid Lindockers a Clemente Malheiro, in Arquivo Histórico da Cáritas Portuguesa, correspondência – Clemente Malheiro – 213/58c.



Fotografias do regresso de Evelyne Elles com Francisco Mesquita Júnior e sua esposa, Virgínia Teixeira da Silva Castro e o “irmão de acolhimento”, Armando Rui Guimarães (1958), in Arquivo particular da família de Francisco Mesquita Júnior.



Evelyne Elles com uma amiga da família de acolhimento (1958), in Arquivo particular da família de Francisco Mesquita Júnior.

A deslocação a Portugal de muitas destas crianças manteve-se ao longo dos anos, assim como, a visita dos familiares de acolhimento às mesmas na sua terra natal aconteceu com regularidade, o que permitiu manter uma relação de proximidade, fortalecida por laços de amizade e saudade.

Annemarie, após o primeiro período de acolhimento na família, regressa a Viena e em 1950 volta a Requião com a sua irmã Auguste para passar uma temporada na família, mas “(...) como a Auguste esteve pouco tempo cá não chegou aprender a falar português (...)”, lembra Rosa Maria Carneiro e ainda refere que a “Anne aprendeu bem porque depois ficou na família sozinha e ingressou na escola primária de Requião com a minha irmã Fátima onde fez toda a escola primária (...)”¹³. A sua passagem por Portugal foi tão marcante que, fruto da sua atividade profissional, por várias vezes acompanhou grupos de turistas Austriacos a Portugal, enquanto guia.

Os contactos ao longo dos anos cruzaram-se com as gerações seguintes, mesmo após o falecimento daqueles que deram o seu contributo neste singular ato de consciência de ajuda humanitária. Adriana Marques referiu que “(...) não só visitei a Rudy e a Guisi, na Áustria, como passados anos uma das minhas sobrinhas e a minha filha quando foram a Viena ficaram em casa da Rudy assim como, por várias vezes, a Rudy regressou a Famalicão”¹⁴. Ou mesmo, como refere Matilde Dias Costa: “(...) foi na Póvoa de Varzim, em 1957 que conheci o Miguel Dias Costa com quem viria a casar em 1962 e ao mudar-me definitivamente para Famalicão, os meus “pais” de acolhimento também resolveram mais tarde sair de Castelo de Vide e viver em Vila Nova de Famalicão”¹⁵. Assim como, as irmãs

13 Depoimento de Rosa Maria Carneiro, agosto de 2021.

14 Depoimento de Adriana Marques a 14 de setembro de 2020.

15 Entrevista a Matilde Dias Costa a 9 de julho de 2020.

Mattausch, Annemarie e Auguste “sempre que tinham oportunidade vinham visitar-nos e gostavam muito de estar em Fimalicão”, recordam os familiares de Zélia Alves Carneiro, filha de José Pereira Alves Carneiro¹⁶.



Família de acolhimento José Pereira Alves Carneiro com as suas filhas Zélia e Balbina e as duas crianças acolhidas, Annemarie e Auguste, em 1951, in Arquivo particular da família de José António Carneiro Guimarães.



Hannelore Mulbert com a família de acolhimento, aquando do regresso a Santiago da Cruz em 1954, in Arquivo particular da família de Rúben Carvalho

16 Entrevista a José António Carneiro Guimarães e Rosa Maria Carneiro, agosto de 2021.



Adriana Marques em Viena com Rudolphine (Rudy) e Gisella (Guisi), in Arquivo particular da família de Álvaro Marques.



Rudolphine (Rudy) em Vila Nova de Famalicão com Adriana Marques, in Arquivo particular da família de Álvaro Marques.



Auguste numa das visitas a Vila Nova de Famalicão com o neto, José António Carneiro Guimarães e sua esposa Luísa Macedo Guimarães e bisnetos, Vasco e Pedro, de José Pereira Alves Carneiro, em 7 de junho de 1999, in Arquivo particular de José António Carneiro Guimarães.

REFLEXÃO FINAL

Entre 1947 e 1958, milhares de crianças austríacas foram acolhidas no seio de famílias e instituições portuguesas, no quadro de uma ação promovida pela Cáritas Portuguesa, escapando durante algum tempo, à miséria de uma pátria devastada pela guerra e encontrando guarida e, na maioria dos casos, afeto, esta passagem tornou-se numa experiência que, além de se ter repercutido nas memórias e percursos destes, também deixou marcas que, embora cada vez menos aparentes, continuam a fazer-se sentir em Portugal.

O carinho com que os famalicenses trataram e cuidaram destas crianças foi de tal forma intenso e caloroso que ainda hoje é com afeto e gratidão que falam desta passagem por Vila Nova de Famalicão. Pois, como recordou Francisco Carvalho, no seu depoimento aquando do “Encontro – De Famalicão para o Mundo: em torno da Memória do Holocausto e a ajuda humanitária”, ao referir-se à menina acolhida pelo seu tio, Clemente Malheiro: “com a Helene todos mantemos o contacto, a Helene [Kupetz] é uma pessoa da família”¹⁷.

BIBLIOGRAFIA

- PINHO, Ana Regina (2019) – As «Crianças Cáritas», entre a Áustria e Portugal (1947-1958). CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto: Edições Afrontamento.
- FERREIRA, Arminda e LOPES, Filipa Sousa (2020) – Memórias para a História de Famalicão: depoimentos, in “I Encontro – De Famalicão para o Mundo: Em torno da Memória do Holocausto e a ajuda Humanitária”, 24 e 25 de setembro, Pequeno Auditório da Casa das Artes. (consultar http://www.famalicaoeducativo.pt/_de_famalicao_para_o_mundo_contributos_da_historia_local em programa educativo e cultural “De Famalicão para o Mundo: contributos da História Local – “Recursos Educativos”)

Arquivo Histórico Cáritas Portugal

Aquivos familiares:

José António Carneiro Guimarães / Adriana Marques / Matilde Dias Costa / Francisco Mesquita Júnior / Hilário Souto Castro / Rúben de Carvalho

Depoimentos:

Adriana Marques (setembro de 2020)
Eugénia Maria Carneiro Guimarães (junho 2021)
João Francisco Malheiro Carvalho (julho de 2020 e 25 de setembro de 2020)
José António Carneiro Guimarães (agosto 2021)
Maria Alberta Bacelar (setembro de 2020)
Matilde Dias Costa (9 de julho de 2020 e 25 de setembro de 2020)
Monsenhor Joaquim Fernandes (16 de junho 2020)
Rosa Maria Alves Carneiro (agosto de 2021)
Francisco Mesquita (julho de 2021)
Orlando Souto Castro (setembro de 2020)

17 Depoimento de Francisco Carvalho no painel “Em torno das Memórias para a História de Famalicão”, no “I Encontro – De Famalicão para o Mundo: em torno da Memória do Holocausto e a ajuda humanitária”, 25 de setembro de 2020. Consultar http://www.famalicaoeducativo.pt/_de_famalicao_para_o_mundo_contributos_da_historia_local

3.9 Vila Nova de Famalicão: das trocas comerciais ao comércio local

Uma perspetiva histórica

↳ TEXTO HILÁRIO PEREIRA E INÊS CARVALHO

Este artigo é uma adaptação do texto do catálogo da exposição "Comércio: Tradição & Modernidade" que esteve patente na Casa do Território, em 2020, como exposição temporária.

Por todo o país, muitas são as pessoas que já ouviram falar do comércio em Vila Nova de Famalicão. Este breve texto tem como objetivo contextualizar numa perspetiva histórica e social o comércio em Vila Nova de Famalicão e, acima de tudo, pretende contribuir para um melhor conhecimento, importância e diversidade do comércio nesta cidade, nas suas vertentes económicas e sociais. Para isso, recuemos no tempo e façamos uma breve resenha histórica da sua evolução e das marcas identitárias que promoveram o início do seu desenvolvimento e da sua consolidação.

Vila Nova de Famalicão é uma Terra com História, a sua povoação é muito antiga. Nela podemos encontrar vestígios arqueológicos dos povos castrejos e da ocupação romana. Os Marcos Miliaários de Cabeçudos e de Antas, que ainda hoje podemos ver implantados no terreno,

sinalizam a antiga via romana Porto-Braga e evidenciam uma ocupação milenar no território famalicense, atribuindo-lhe uma antiguidade anterior à fundação da nacionalidade.

Para além de ser uma Terra com História, Vila Nova de Famalicão tem uma tradição muito antiga no que respeita às trocas comerciais. Mota (2006), no seu artigo "Feiras de Famalicão: espaços de trocas comerciais e de encontros culturais", refere que "*Os castros de Vila Nova de Famalicão manifestam relações mercantis com outros povos mediterrâneos*". Acrescenta ainda que "*... as tradições comerciais em Vila Nova de Famalicão remontam à Idade do Ferro final*" e que "*Estes contactos comerciais são o esboço inicial da tradição mercantil do Entre-Douro-e-Minho, nomeadamente das suas feiras e, em particular da de Vila Nova de Famalicão*".

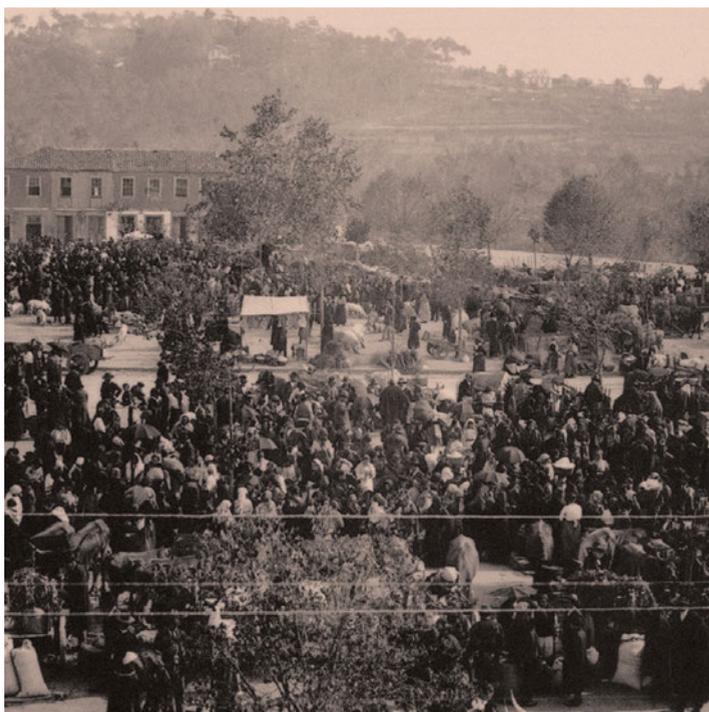


Fig. 1 Campo Mouzinho de Albuquerque, 1933, comércio, feira

Com a atribuição do Foral a Vila Nova de Famalicão por D. Sancho I, em 1205, um novo ciclo histórico tem início. D. Sancho I, o Rei Povoador, na carta de foral manda povoar o concelho com 40 casais. E ordena ainda: “... que faças ahi feira aos domingos, de 15 em 15 dias...”. Este benefício vai mudar em definitivo o território famalicense, quer a nível económico, social e até cultural. A feira de Vila Nova de Famalicão foi das primeiras a ser criadas no país, teve e tem uma importância económica muito grande para as gentes famalicenses e povoações vizinhas.

A este respeito, Mota (2006) refere ainda que “... a História de Famalicão também se faz em grande parte com o concurso do comércio, até a lenda de Famelião liga Famalicão à actividade mercantil”, acrescentando ainda que “... a maior dádiva das feiras famalicenses são facto de proporcionarem um encontro cultural, ao longo da história famalicense” e de “... o carácter espontâneo, afável e simpático do

famalicense nasceu do contacto comercial e humano com os que acorriam aqui.” Este autor sublinha também que “As feiras são um monumento da História de Vila Nova de Famalicão. Local singular do pulsar famalicense, que acolhe de braços abertos a diversidade do recanto minhoto. A preservação das suas memórias é um sinal da afirmação de Vila Nova de Famalicão. Semanal ou anualmente se estabelece uma nova aliança com o concelho criado em 1205”. Na mesma linha de pensamento, Carneiro (1996) refere no seu artigo “Actividades sócio-culturais, comerciais e personalidades de Vila Nova de Famalicão no início do Século XX”, publicado no Boletim Cultural de Vila Nova de Famalicão, nº 14, de 1996: “A feira era um local de comércio e convívio, pois a maioria das pessoas vinha de todas as freguesias do concelho para a vila, a fim de vender e comprar produtos de todo o tipo e também para se distrair um pouco, conviver. A feira era, assim, o melhor Centro Comercial da época”.

Embora Vila Nova de Famalicão seja uma terra e povoação antiga, é um concelho moderno, criado em 1835, por alvará régio da rainha D. Maria II, que recupera em 1841 o título de “Vila”. Após anos de indefinição e disputas com os concelhos vizinhos, são-lhe fixados em 1879 os atuais limites geográficos.

Com este novo capítulo da sua História, Vila Nova de Famalicão jamais deixou de aumentar a sua população e de se desenvolver, posicionando-se definitivamente no mapa do desenvolvimento e do progresso. Vila Nova de Famalicão cedo percebeu a importância de ser um centro privilegiado (ainda mantém e até aumentou esta importância devido às autoestradas que cruzam o seu território), pois com a abertura da estrada Porto-Braga, em 1851, e do caminho de ferro, em 1878, o concelho entra numa fase de grande progresso, facto constatado pelo número de habitantes, que passam de 27.700 no censo de 1864 aos 43.561 em 1930. Assiste-se, também, a uma acelerada urbanização, que a faz quase duplicar entre 1850 e 1880. Abrem-se ou reconstróem-se várias ruas, como a Alves Roçadas, Barão da Trovisqueira e Camilo Castelo Branco. Constroem-se edifícios públicos, como o hospital de S. João de Deus (1878) e os Paços do Concelho (1881).

É também nessa época que começam a instalar-se na vila e por todo o concelho fábricas e oficinas que vão moldar o território e torná-lo, pouco a pouco, centro de uma grande zona comercial e industrial. São os casos da Boa Reguladora (1892), da Tipografia Minerva (1886), e das fábricas têxteis em Riba de Ave, a primeira das quais em 1883/85 do Barão de Trovisqueira, e a Sampaio Ferreira, fundada em 1896 por Narciso Ferreira. Estas são as origens do futuro setor industrial que transformarão o concelho no decorrer do século XX, onde a indústria têxtil passa a dominar, e se assiste, nas últimas décadas, a uma crescente implantação das indústrias têxtil e do vestuário, agroalimentar, metalomecânica e automóvel.

Se relativamente ao processo da industrialização e à evolução da indústria em Vila Nova de Famalicão já foi produzida inúmera investigação, tendo resultado num conjunto de trabalhos e obras bastante elevado e de grande qualidade, já sobre o comércio verifica-se, apenas, a existência de alguns artigos, dispersos e fragmentados, em algumas obras sobre História Local de Vila Nova de Famalicão.

Embora vários autores já tenham feito uma incursão na investigação da importância do comércio em Vila Nova de Famalicão, o que é justo aqui reconhecer, não é por nós conhecida a existência de um trabalho profundo e sistematizado suficientemente robusto relativamente a este tema, à exceção de algumas breves alusões em obras sobre a História Local, alguns artigos publicados no Boletim Cultural de V.N. de Famalicão e na imprensa local famalicense ao longo dos anos. A título de exemplo, mencionamos os seguintes trabalhos: «O nosso concelho: Vila Nova de Famalicão e as suas indústrias comércio, profissões liberais e agricultura», org. Carlos Sousa Machado e Lamarck Rebelo, 1947. «Famalicão: uma Vila que se inova», João Afonso Machado, 2006. «As primeiras décadas do Município» In *As portas da História: Vila Nova de Famalicão: 1835-2015*, coord. António Joaquim Pinto da Silva, 2015, Vol. 4. p. 33-103. Verdade é que a História de Vila Nova de Famalicão, o seu desenvolvimento, progresso e evolução está intimamente ligada ao aparecimento e crescimento do comércio. Ninguém pode negar o importante papel histórico do comércio no concelho e na vida da cidade, em particular.

Verifica-se, aliás, que já em finais do século XIX o comércio em Vila Nova de Famalicão era de tal forma próspero que é constituída uma comissão promotora do encerramento das lojas aos domingos em virtude da muita afluência de pessoas que visitavam a Vila e, concomitantemente, as lojas, para efetuarem as compras. O jornal “O Porvir”, de 04 de agosto de 1897, publicava um convite dirigido ao

comerciantes para participarem na reunião com o fim de discutirem o horário de funcionamento do comércio em Vila Nova de Famalicão e dizia o seguinte: *“A comissão promotora do encerramento dos estabelecimentos de commercio da Villa em dias santificados, convida os negociantes desta praça a assistir a uma reunião que effectuar-se-há às 7 e meia horas da tarde de domingo, 8 do corrente, no Theatro, afim de se resolver sobre o assumpto iniciado, pelo que gratamente se subscrevem. Villa Nova de Famalicão 4 de agosto de 1897. A comissão promotora do encerramento das lojas: Saul Pinheiro Gama, Camillo Correia de Carvalho, Francisco Correia Azevedo, Lino Barrozo da Costa Simões.”*

Contribuí, também, para a afirmação da forte presença do comércio no concelho e na cidade desde finais do séc. XIX, o facto de se conhecer que a primeira referência à existência da Associação Comercial e Industrial de Vila Nova de Famalicão data aos primeiros anos do séc. XX. Ora, a sua criação não será alheia ao facto de, à época, existir já um grande número de estabelecimentos comerciais e com forte atividade.

No espólio Vasco de Carvalho podemos encontrar alguns recortes de imprensa da década de 30, do século XX, com referências ao comércio em Vila Nova de Famalicão que, devido ao grande dinamismo, era apelidada de *“Princesa do Comércio”*. O jornal *“A Economia de Portugal e Colónias”*, de 1933, referia-se assim ao comércio em Vila Nova de Famalicão, *“Se fosse possível enumerar todas as casas comerciais de fazendas, mercearias, ferragens, chapelarias, calçado e casas de pasto, confeitarias e farmácias, ainda teríamos de escrever alguns artigos mais, mas não será isto preciso para se provar que Vila Nova de Famalicão continua sendo a princesa do Comércio!”*. O comércio nesta época estava, de facto, no apogeu, e Vasco de Carvalho, atento a estas dinâmicas da vida famalicense, publica uma crónica intitulada: *“Comércio da Vila”* publicada

no jornal *“Estrela do Minho”*, dia 29 de setembro de 1936. Vasco de Carvalho nesta crónica faz uma descrição pormenorizada da variedade de lojas comerciais existentes à época, que não resistimos a transcrever:

“O comércio de Vila Nova de Famalicão, impôs-se desde sempre, por uma reputação sólida e por uma importância considerável. É certo que o progresso, atraindo para os populosos centros os grandes armazéns, roubou-lhe alguns estabelecimentos importantes que pesavam na economia da terra.

Outros, mais pequenos é certo, mas de solidez bastante, vieram substituí-los e Famalicão pode orgulhar-se de possuir um Comércio honrado, florescente e digno.

Nos anúncios que o leitor observará nesta e na seguinte página, ambas dedicadas ao comércio local, avaliará da sua importância e da sua variedade.

Descendo a rua Adriano encontramos, do lado direito, além da “Electrica”, a que já nos referimos, os grandes armazéns Folhadelas que todo o país conhece; o estabelecimento de mercearia de Pinho & C^ª; o Hotel Vilanovense e a “Casa da Esquina”, moderno estabelecimento de fazendas do sr. Álvaro Simões.

Do lado esquerdo, temos a antiga casa de armador de Camilo Freitas, logo seguida do estabelecimento congénere Cunha Armador, da casa de comissões do sr. Diocleciano Silva e da importante casa bancária Cupertino de Miranda & C^ª,

Seguindo a mesma rua temos a garagem do sr. Manuel Pinheiro da Silva, a importante oficina de sapataria e depósito de solas e cabedais do sr. Raúl Gomes de Paiva, o estabelecimento da sr^ª D. Teresa Carvalho (armador), a agência do sr. Amadeu Moreira, a loja de ferragens do sr. A. Sampaio Carvalho, a mercearia do sr. José Pires de Melo, a Contribuinte, a casa “Castanheira”, antiga João Lopes da Fonseca, o estabelecimento de ferragens do sr. Alcino Freitas, a mercearia

dos irmãos Azevedo, a fábrica de máquinas agrícolas e o grande depósito de “A Lavoura”, a chapelaria Cardoso, a Farmácia e a Drogaria Valongo, a loja de fazendas de Plácido Ferreira de Carvalho, propriedade do sr. Abel da Apresentação Carvalho e Pinto, o Café Moderno, a Sapataria Veloso, o Salão Sport, o estabelecimento de louças do sr. Henrique Fontes Barbosa & Filho, o depósito tabacos dos irmãos Mesquita e o importante estabelecimento do sr. Joaquim Mendes da Cunha.

Entrando na fachada norte do Campo Mousinho, temos a Agência Bancária do sr. Amadeu Mesquita, a Farmácia Cameira, a Chapelaria Oliveira, a Confeitaria Guimarães & Amorim, o estabelecimento de fazendas da firma Simões & Carneiro e a Confeitaria Bezerra.

Descendo o Campo Mousinho temos a Pensão Mesquita a que se seguem outras hospedarias e padarias a que já nos referimos, o estabelecimento de mercearia do sr. José Martinho Carneiro, o armazém de cereais do sr. José de Araújo Coutinho e o depósito de materiais de construção do sr. José da Costa Teixeira.

Subindo agora o mesmo Campo deparamo-nos os seguintes estabelecimentos: de sapataria do sr. Carlos Moutinho; de mercearia do sr. António Alves, ao qual se seguem algumas hospedarias; a garagem Moderna de que já nos ocupamos, o Restaurante Rego, a Padaria Bouças, o estabelecimento de óleos, correias e gasolina da firma Guimarães & Silva, Lda., o depósito e a fábrica de “A Camponeza”, o antigo talho do Alípio, a Fotografia Adriano, a Padaria Varela, o depósito de guarda-sóis do sr. Pinto Malheiro, o estabelecimento do sr. J. de Almeida, o armazém de cereais da firma Albertina Ribeiro, sucessora; o estabelecimento do sr. A. Ferraro Vaz, a casa do sr. Fernando Folhadela Guimarães, a alfaiataria do sr. Manuel Barbosa Brito, a relojoaria Oliveira, a Padaria Trindade,

o estabelecimento do sr. António José Dias, a “Casa Carreiras”, a Central, Lda.; o novo estabelecimento de café e bar do sr. Domingos de Sousa Ferreira, o talho do sr. Manuel Coelho, a “Mascotinha da Sorte” e o estabelecimento do sr. Heitor da Costa Simões.

Na rua 5 de Outubro temos o Centro de Novidades, o Café do Júlio, a mercearia e confeitaria do sr. António Alves de Pinho, a mercearia dos irmãos Lopes (Lopes & C^o), a farmácia Abílio de Carvalho, a garagem de bicicletas do sr. Bernardino Correia da Silva, o armazém de ferro, arame e adubos químicos de C. Lopes & C^o, a alfaiataria do sr. Augusto Pereira Vasques, o estabelecimento de carnes verdes do sr. José Coelho e do sr. Romeu Osório Alves, a Alfaiataria Brasil do sr. José da Silva Macedo, o estabelecimento de mercearia da viúva Correia Júnior, a Relojoaria Varela, a oficina de serralheria mecânica do sr. Hilário Souto Castro e o talho do sr. Adriano Oliveira.

Retrocedendo à esquina e fazendo um pequeno ângulo na Praça 9 de Abril, temos os depósitos da Fertilizadora Regional, Lda., revendedores autorizados da C.U.F. (de Lisboa); o estabelecimento de carnes e banhas do sr. Carlos Veloso, a garagem de bicicletas do sr. João de Sousa Dias, o estabelecimento de fazendas da Casa Pimenta, idem do sr. Fernando de Azevedo, a barbearia do sr. Albino Marques, a loja de fazenda do sr. José Carvalho, a fotografia do sr. Ilídio Gama, a confeitaria do sr. Eduardo Cardoso; o Salão Moderno e o estabelecimento do sr. Simão Botelho Castelo Branco.

Supomos ser tudo. No caso, porém, de uma possível e involuntária omissão, antecipamos os nossos pedidos de desculpa.”



Fig. 2 Campo Mouzinho de Albuquerque



Fig. 3 Rua 5 de outubro, Vila Nova de Famalicão



Fig. 4 Praça 9 de abril

A este propósito, e contribuindo para o que acima é dito, lembramos aqui um artigo recente do Prof. António Cândido Oliveira (in *Jornal Povo Famalicense*, 10 out, 2019), justamente com o título “A atividade económica que formou a cidade”, onde dá a conhecer uma listagem de estabelecimentos das *“quase duas centenas que existiam (muitos ainda resistem) e desenvolveram muito a sede do nosso concelho”*.

Este é, também, um setor cuja atividade não se esgota na prática meramente mercantil. O tecido comercial e seus agentes, designadamente aqueles do comércio local mais tradicional, pelas suas características de proximidade, vizinhança e estreita ligação com a comunidade, assumiram muitas vezes o papel de espaços intimamente ligados à produção de pensamento e discurso crítico. Lugares de cumplicidade e troca de ideias que, depois, eram vertidas para

o espaço público, principalmente em momentos de maior convulsão social e política.

Não é, por isso, de estranhar que alguns fundadores e proprietários de importantes casas de comércio fizessem parte de organizações sociais e tivessem assumido cargos políticos. Damos apenas dois exemplos, de entre muitos outros: Joaquim Mendes da Cunha (n.1884, fundador da Ourivesaria Cunha) que, para além de fazer parte da Associação Comercial e da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Famalicão, foi Vereador da Câmara Municipal nos mandatos de 1932-1934, 1955-1959 e 1960-1963; também Joaquim Malvar (n.1873, fundador da Casa Malvar) teve uma participação cívica muito ativa, estando ligado ao Instituto Silva Maia, à Associação Comercial, à Associação de Socorros Mútuos Famalicense e à Cooperativa de Famalicão. No plano político, refira-se que integrou várias Vereações da Primeira República.

Atualmente, em Vila Nova de Famalicão, o comércio local continua a ser um setor absolutamente primordial ao seu crescimento. Esta continua a ser uma atividade à qual se dedicam muitos homens e mulheres com espírito empreendedor, resiliente e com uma devoção extrema. O comércio, especialmente o de proximidade, sempre teve e continua a ter um forte impacto nos momentos definidores da nossa vida em comunidade, através de constantes transformações, ora adaptando-se, ora reinventando-se perante novas e desafiantes condições. É o que acontece neste momento atípico que atualmente vivemos com a pandemia da Covid-19.

Podemos afirmar com toda a convicção que o pulsar e a alma da cidade continuam intrinsecamente ligados às inúmeras casas comerciais que se espalham pelas ruas, mostrando uma cidade viva, dinâmica, moderna, mas com memória, respeitando o seu passado e preservando a sua tradição e identidade.

BIBLIOGRAFIA

- Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco (2021). Biblioteca Digital Vasco de Carvalho. Acedido em 05 de maio de 2021, em: <http://www.bibliotecacamilocastelobranco.org>
- Carneiro, Eduardo Manuel Santos (1996). Atividades sócio-culturais, comerciais e personalidades de Vila Nova de Famalicão no início do Século XX. Boletim Cultural [da] Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, nº 14: 111-138.
- Machado, Carlos Sousa e Rebelo, Lamarck (1947). O nosso concelho: Vila Nova de Famalicão e as suas indústrias, comércio, profissões liberais e agricultura. Oficinas Gráficas "Minerva". Vila Nova de Famalicão.
- Machado, João Afonso (2006). Famalicão: uma vila que se inova. Edições Quasi. Vila Nova de Famalicão.
- Mota, Jorge Bruno Coelho (2006). Feiras de Famalicão: espaços de trocas comerciais e de encontros culturais. Boletim Cultural [da] Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, III Série, nº2: 105-120.
- Salgado, Padre Benjamim (1967). Vila Nova entre dois forais: achegas para uma monografia de Vila Nova de Famalicão. Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. Vila Nova de Famalicão.
- Silva, António Joaquim Pinto da (2015). As primeiras décadas do município. In *As portas da história: Vila Nova de Famalicão – 1835-2015*. Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. Vila Nova de Famalicão. 2º Volume. 33-103.



ESTUDOS DE MUSEOLOGIA

04

4.1 Avaliação diagnóstica dos serviços educativos da Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão

Um mapeamento das atividades em 2019

↳ TEXTO LOUISE PALMA

RESUMO

O presente artigo apresenta os principais resultados do relatório de estágio “Avaliação diagnóstica de serviços educativos: O caso da Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão”, realizado no âmbito do Mestrado em Museologia, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Para alcançar o objetivo de aplicar uma abordagem de avaliação diagnóstica no mapeamento das atividades propostas pelo serviço educativo das unidades museológicas da Rede de Museus, foi utilizado um desenho de métodos mistos simultâneos com traços de um desenho etnográfico. Os dados foram recolhidos através de um inquérito online e uma ficha de diagnóstico, com a finalidade de traçar o perfil dos colaboradores, relacionar o serviço educativo dos museus e as suas equipas, e mapear as atividades planeadas para o ano de 2019. A análise realizada mostra que, ao ser aplicada na esfera do serviço educativo, a avaliação se apresenta como um método útil e relevante para conhecer práticas e identificar lacunas, servindo de ponto de partida para ações de melhoria.

INTRODUÇÃO

A Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão (RMVNF) é uma organização reticular que reúne, atualmente, 12 unidades museológicas localizadas neste concelho, sendo 10 museus e duas coleções visitáveis: Casa de Camilo – Museu. Centro de Estudos (CC), Museu Bernardino Machado (MBM), Museu da Fundação Cupertino de Miranda – Centro Português do Surrealismo (FCM), Museu Nacional Ferroviário – Núcleo de Lousado (MNF-NL), Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave (MITBA), Museu de Cerâmica Artística da Fundação Castro Alves (FCA), Museu do Automóvel (MA), Museu da Guerra Colonial (MGC), Casa-Museu Soledade Malvar (CMSM), Museu de Arte Sacra da Capela da Lapa (MASCL), Museu da Confraria da Nossa Senhora do Carmo de Lemenhe (MCNSCL) e Museu Cívico e Religioso de Mouquim (MCRM). Estas instituições apresentam diferentes tutelas e tipologias de coleções e partilham não só a mesma região, mas também uma identidade histórico-cultural. Para além disso, têm uma forte atuação na comunidade, principalmente escolar.

Oficializada em 2012, através da assinatura da Declaração de Princípios (Sá da Costa, 2011, pp. 307-309), a RMVNF vem passando por mudanças significativas desde a sua fundação¹. No âmbito da estrutura funcional, em 2018 a organização viu crescer a sua equipa, com a integração de colaboradores de diferentes áreas de especialização. A partir disto, foi proposta uma mudança de paradigma, relativamente à sua atuação na comunidade, através da reformulação e posterior afirmação de serviços – como o serviço educativo.

1 A nível de composição da própria rede, destaca-se a saída de um dos seus membros, nomeadamente a coleção visitável do Museu de Arte Sacra da Paróquia de São Tiago das Antas, em 2020 (CMVNF, 2020, pp. 536-527).

Para além de uma rede de contactos, a organização buscava uma consciencialização sobre o papel que poderia assumir, constituindo-se como estratégia com objetivos educativos, sociais e culturais. Para isso, foi realizado um processo de reflexão sobre o papel desempenhado por cada instituição, a sua missão e os desafios que enfrenta no território em que está inserida, resultando na reformulação ou elaboração das declarações de missão, não só da Rede, mas de cada um dos museus (Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão [RMVNF], 2019, p. 12). Com a coordenação científica de Alice Semedo, o processo teve início em novembro de 2018 com a realização workshop Ser/Fazer Museu e resultou na realização do vídeo “O museu é um lugar de...”² e na publicação “Definir a missão... da necessidade ao desafio”³. Este foi um marco não só na trajetória da RMVNF, mas de cada componente, uma vez que tornou público o resultado da reflexão sobre o trabalho feito até aquele momento e sobre as suas ambições para o futuro.

Olhando para as ações formalizadas pela RMVNF, pode dizer-se que a função educativa está mais diretamente relacionada com a conceção e a dinamização de uma programação museológica que pretende ser transversal, descentralizada e inclusiva, tendo em vista a promoção do pensamento crítico e criativo através de experiências significativas e transformadoras (RMVNF, 2019, p. 14). Para além destas ações, o serviço educativo permeia também alguns dos objetivos traçados pela organização em 2019⁴.

A elaboração de uma política de educação⁵ é entendida como um dos passos seguintes ao trabalho de redefinição das missões – não só porque se trata de um procedimento previsto na Lei-Quadro dos Museus Portugueses, mas também porque a conceção do documento reafirma o compromisso da instituição com o papel educativo dos museus. Perante esta perspetiva, a RMVNF viu a necessidade de perceber, sob um olhar mais global, a constituição e a atuação do serviço educativo das suas unidades museológicas. A proposta de desenvolver uma avaliação diagnóstica no âmbito do serviço educativo surge, portanto, para responder esta demanda.

2 A peça audiovisual traz pessoas envolvidas com a RMVNF refletindo sobre a relação e o sentimento que nutrem pelas suas instituições através de 100 palavras. Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão. (16 de maio de 2019). *Museu é um lugar de...* [vídeo anexo] [atualização de status]. Facebook. <https://www.facebook.com/watch/?v=712249502523715&extid=QTCx619YJ4oKVRAO>.

3 Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. (13 de Novembro de 2019). https://issuu.com/municipiodefamalicao/docs/redemuseu_livro.

4 Nomeadamente os objetivos n.º 2 (“Fomentar a adoção e desenvolvimento de padrões de rigor, qualidade e ética no exercício das práticas museológicas”); 4 (“Divulgar os museus e aproximar a respetiva oferta cultural aos diferentes públicos”); e 5 (“Valorizar o diálogo e explorar conexões entre as coleções e o território, respeitando a identidade e a missão de cada museu”) (RMVNF, 2019, p. 14).

5 Entendida como uma ferramenta de gestão, a política de educação deve servir como base de decisão, identificando objetivos e prioridades no que diz respeito aos esforços no âmbito do serviço educativo (Hooper-Greenhill, 1991, p. 8). No caso da RMVNF, o trabalho envolve a elaboração de uma política não só no contexto reticular, mas também voltado para cada unidade museológica.

O presente artigo apresenta a abordagem da avaliação diagnóstica desenvolvida no âmbito do estágio curricular em Museologia, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto⁶, e os seus principais resultados. Através deles, foi possível mapear as atividades do serviço educativo planeadas e/ou realizadas pelas unidades museológicas no ano de 2019.

METODOLOGIA

Tendo em conta que a avaliação diagnóstica se apresenta como um método ainda pouco explorado no contexto museológico e, conseqüentemente, pouco debatido na Museologia, a primeira fase do trabalho foi dedicada à compreensão das particularidades da avaliação como metodologia de pesquisa.

A partir da revisão da literatura foi possível transitar entre os modelos e as abordagens encontradas. Utilizou-se, então, como base a metodologia de avaliação de programa proposta por Mertens e Wilson (2018), com as devidas adaptações a uma avaliação diagnóstica direcionada às ações no âmbito do serviço educativo de uma organização. Optou-se por um desenho de métodos mistos simultâneos (Creswell, 2014, p. 231) na recolha paralela dos dados quantitativos e qualitativos, com traços de um desenho etnográfico (Creswell, 2014, p. 14), que se relaciona com o foco nas experiências pessoais, nas atividades diárias e no contexto social do quotidiano a partir da perspetiva dos participantes.

Propôs-se ainda um desenho cíclico, que sugere a avaliação como um processo contínuo. Ao retornar para o início do ciclo, o resultado de uma avaliação alimenta os seus participantes com informações relevantes que os ajudam nas tomadas de decisão e os inspiram nas mudanças de pensamentos e atitudes (Mertens & Wilson, 2018, p. 328).

A definição da amostra, realizada também nesta primeira etapa, incluiu as 10 unidades museológicas da RMVNF que têm serviço educativo, tendo como base a definição de Clara Camacho (2007, p. 28). Desta forma, a amostra não considerou as coleções visitáveis que fazem parte da RMVNF, pois tais instituições não apresentam recursos específicos para o desenvolvimento de atividades de natureza educativa. Também não foram consideradas atividades realizadas de forma esporádica – entendidas como “ações educativas pontuais” (Camacho, 2007, p. 28) –, nem as atividades que, mesmo tendo sido realizadas no espaço do museu, não envolveram a equipa do serviço educativo na elaboração ou na execução.

Tendo isto em conta, foram definidas as questões que orientaram os objetivos gerais e específicos da avaliação, apresentados na figura 1.

6 Este trabalho foi realizado com a orientação de Alice Semedo e coorientação de Liliana Aguiar e encontra-se integralmente disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/130660>.

| QUESTÕES | OBJETIVOS GERAIS | OBJETIVOS ESPECÍFICOS |
|---|--|--|
| Qual o papel da avaliação diagnóstica na melhoria do serviço educativo e na articulação no contexto de uma rede de museus? | Desenvolver uma metodologia de avaliação diagnóstica voltada para o âmbito do serviço educativo. | Mapear o que, quando, por quem e quais os recursos utilizados na realização das atividades do serviço educativo dos museus da RMVNF. |
| O que se faz em termos de serviço educativo na RMVNF? | Diagnosticar as atividades de educação aplicadas no contexto da RMVNF, em 2019. | Perceber potencialidades, oportunidades, fraquezas e vulnerabilidades no âmbito do serviço educativo. |
| Qual o perfil dos mediadores que atuam nos museus da RMVNF? | Traçar perfil dos colaboradores que atuam no serviço educativo dos museus da RMVNF. | Traçar um perfil sociodemográfico dos mediadores dos museus da RMVNF; |
| Como é que o serviço educativo dos museus da RMVNF articula-se ou pode articular-se entre as instituições e a própria rede? | Compreender os pontos de intersecção entre as instituições da RMVNF. | Procurar a mudança de pensamento e atitudes, inspirando ações neste sentido. |

Figura 1 Questões e objetivos gerais do presente no relatório de estágio. @Louise Palma, 2020.

Na segunda fase, foram criados os instrumentos de recolha de dados, que buscavam alcançar os objetivos específicos. Para levantar os dados relativos às atividades, foi desenvolvida uma ficha de diagnóstico, a partir da ficha de levantamento de atividades elaborada com base no modelo utilizado pelo Observatório de Educación Patrimonial en España (OEPE). E, para traçar o perfil sociodemográfico dos colaboradores, responsáveis pela elaboração e/ou execução das atividades de serviço educativo mapeadas pelo estudo, foi desenvolvido um inquérito online. Aplicadas através da ferramenta Google Forms, as 15 questões tinham o objetivo de recolher informações gerais deste grupo de pessoas que desempenham funções semelhantes para tentar, a partir daí, entender de que forma elas partilham ou não competências em termos de formação profissional e de experiência de vida.

Nessa fase também se deu uma aproximação com as equipas de trabalho, que foi importante para que os profissionais entendessem a relevância da avaliação como algo coletivo. Neste processo, foi possível acompanhar algumas das atividades realizadas pelo serviço educativo dos museus, cujas impressões foram apontadas num diário de bordo.

Na terceira fase, iniciou-se a recolha de dados, que estava dividida em duas etapas. Primeiro, as fichas de diagnóstico foram parcialmente preenchidas com informações recolhidas na revisão de documentos. Já a etapa seguinte

aconteceria em contacto direto com os colaboradores, visando complementar o preenchimento das fichas de diagnóstico e recolher informações de caráter sociodemográfico. No entanto, por conta da pandemia do Covid-19, esta dinâmica foi adaptada e a recolha de dados concentrou-se em apenas um profissional por unidade museológica, através de chamadas de vídeo e/ou áudio. Posteriormente fichas foram revistas pelos colaboradores.

Na quarta fase, os dados foram sistematizados numa base de dados no Google Sheets. No caso dos dados oriundos das fichas de diagnóstico, foram criadas categorias gerais de análise, baseadas nas questões que orientaram a elaboração do instrumento: descrição da atividade, conceção e planeamento da atividade e realização da atividade. No entanto, algumas perguntas que não foram respondidas por conta da inexistência de metodologias nas instituições relacionadas com a documentação, o registo e a análise das atividades realizadas. Tais lacunas foram incluídas numa quarta categoria, transversal às outras.

A interpretação dos dados baseou-se numa análise comparativa dos dados recolhidos com a bibliografia consultada, as conversas com os colaboradores durante a recolha dos dados e a vivência durante o período de estágio. Para sintetizar os resultados e perceber, de uma maneira mais visual, as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças identificadas na avaliação diagnóstica foi utilizada a análise SWOT como ferramenta (figura 2).

| | |
|---|---|
| <p>Strengths (Forças)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Forte atuação do serviço educativo • Coleções diversificadas • Ligação ao território e à comunidade • Instituições museológicas consolidadas • Público escolar cativo • Equipas plurais, com experiências e formações diversas • Atividades oferecidas gratuitamente | <p>Weaknesses (Fraquezas)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Equipas do serviço educativo reduzidas • Falta de especialização dos colaboradores • Sobrecarga de tarefas • Divulgação das atividades • Lacunas nas metodologias de registo, documentação e análise das atividades • Falta de autonomia no orçamento • Trabalho com grupos minoritários • Ausência de uma política de educação |
| <p>Opportunities (Oportunidades)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Trabalho e programação em rede • Ampliação de parcerias • Temas transversais • Formações internas • Incentivo da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão • Público sénior e famílias como potenciais | <p>Threats (Ameaças)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cortes no orçamento da cultura • Falta de transporte provido pela Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão • Perda do registo histórico das atividades • Dificuldades para justificar o trabalho realizado • Perda do controlo de dados quantitativos • Falta de inclusão |

Figura 2 Análise SWOT dos resultados da avaliação diagnóstica. @Louise Palma, 2020.

Importa destacar que a opção pela realização de um estágio curricular foi indispensável para uma aproximação entre a figura da avaliadora e os colaboradores, que contribuíram para a avaliação. Através deste contacto, a avaliadora passou a ser identificada como parte da equipa e não como um elemento completamente externo. Manteve-se presente a ideia de um processo

permeado pela pluralidade de valores, que abrisse caminhos para que os resultados obtidos inspirassem, de facto, ações de melhoria e mudança / transformação de pensamento.

ALGUNS RESULTADOS

A partir dos dados fornecidos por 19 dos 30 colaboradores que responderam ao inquérito, foi traçado um perfil sociodemográfico. As equipas são formadas, predominantemente, por profissionais do género feminino (68,4%), de nacionalidade portuguesa, que residem nos distritos de Braga (68,4%) e do Porto (21,1%). É um grupo heterogéneo no que diz respeito à faixa etária, já que 84,2% têm idades entre os 31 e os 60 anos – dado que sugere experiência, estabilidade profissional e carreiras minimamente consolidadas. Apesar de 73,7% dos funcionários terem cursado o ensino superior, apenas 15% apresentam formação relacionada com a Museologia e o Património.

Nas 10 unidades museológicas, predominam a tutela pública (60%) e a gestão municipal (40%) e isso se reflete, por exemplo, na predominância dos contratos por tempo indeterminado e nos cargos ocupados – que correspondem, na sua maioria (73,7%), a carreiras gerais da função pública. No entanto, ao mesmo tempo que os dados indicam estabilidade, também indicam uma mobilidade interna reduzida.

Aferiu-se ainda que a maior parte das instituições têm equipas de serviço educativo formadas por um a quatro colaboradores (figura 3), que dividem o seu tempo com outras funções museológicas. Dos 16 colaboradores que realizam outras funções, apenas um deles está envolvido em atividades relacionadas com

N.º de colaboradores que atuaram no serviço educativo dos museus da RMVNF em 2019

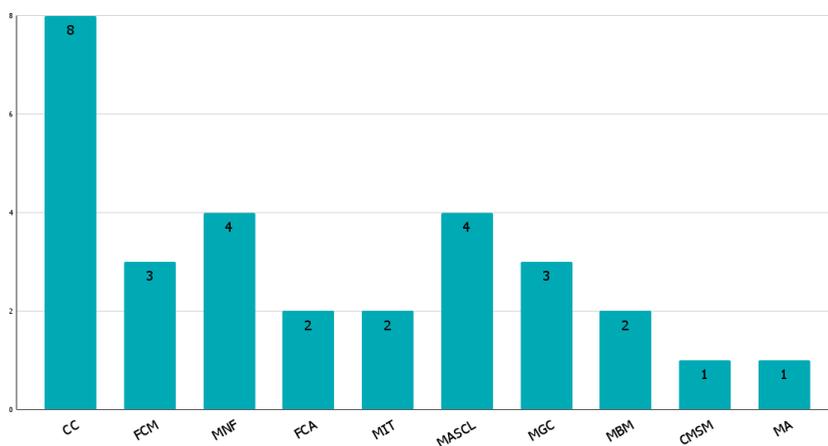


Figura 3 Número de colaboradores que atuaram no serviço educativo em 2019. @Louise Palma, 2020.

o público. Os outros 10, dividem-se igualmente entre atividades nas áreas⁷ de Administração, Organização e Logística, e de Coleções e Inventário, enquanto cinco deles atuam em atividades de duas ou mais áreas diferentes.

Através das fichas de diagnóstico, foram identificadas 94 atividades planeadas em 2019 (figura 4). Destas atividades, 65,9% estão concentradas em apenas três instituições, nomeadamente a Fundação Cupertino de Miranda, o Museu Bernardino Machado e a Casa de Camilo. No caso destas três instituições, destaca-se a relevância da área educativa na atuação com a comunidade, que reflete um serviço educativo com mais histórico e mais estruturado, tanto a nível de equipa, quanto de planeamento. A ampla oferta educativa do MBM está ainda associada à formação dos responsáveis pelo serviço educativo, de base pedagógica e temática. Como observa Camacho (2007), “situações melhor sucedidas na acção educativa correspondem, invariavelmente, a estruturas internas melhor sedimentadas” (p. 32).

N.º de atividades identificadas
no S.E. dos museus da RMVNF em 2019

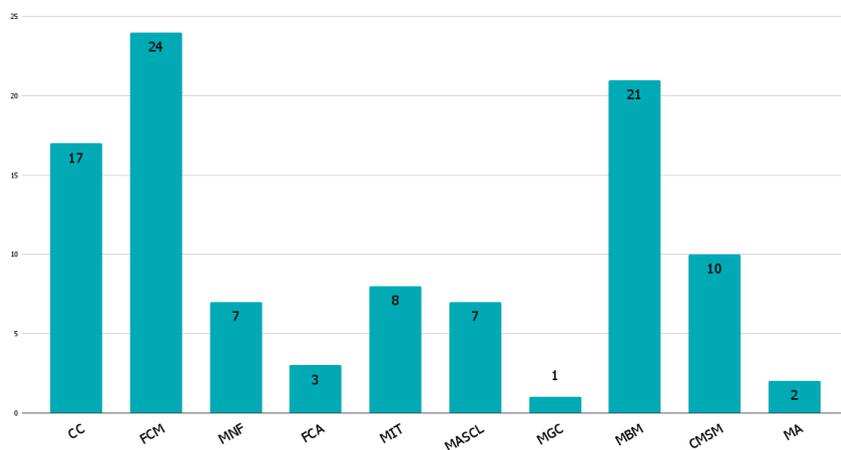


Figura 4 Número de atividades identificadas no serviço educativo, por instituição. @Louise Palma, 2020.

Como ponto em comum, aferiu-se que nenhuma das 10 instituições possui uma política de educação, indo ao encontro dos dados fornecidos pelo “Panorama Museológico em Portugal”. Segundo o relatório, a formalização do serviço educativo é pouco frequente nas instituições, tanto em documentos fundadores quanto nos documentos de gestão – “como a lei orgânica (para os

7 A classificação das áreas de atuação em museus utiliza como base o “Referencial Europeu das Profissões Museais” (ICOM, 2008). O documento criou três polos para uma organização clara das áreas de atividade nas instituições museológicas: Coleções e Investigação; Públicos; e Administração, Organização e Logística.

serviços da Administração Central), regulamentos (obrigatórios) e estatutos (não obrigatórios)” (Neves, Santos & Lima, 2013, p. 83).

Das 94 atividades planejadas, 15 não foram realizadas. Isso foi atribuído à falta de procura do público e, nesse ponto, é necessário refletir sobre a forma como as atividades foram divulgadas – seja pela sua apresentação, através do título e da sinopse, ou pelo meio de comunicação escolhido. Neste sentido, verificou-se uma relevância do sítio web das instituições na divulgação da sua programação do serviço educativo. A falta de procura também foi atribuída a fatores externos, como a dificuldade de deslocamento dos grupos escolares aos museus.

A forte ligação com o público escolar sobressai-se nas 79 atividades realizadas. Isso fica muito claro na tipologia das atividades oferecidas, em que se destacam as visitas orientadas, e também na relação com o calendário escolar, que tem em conta o ano letivo e os períodos de férias. Essa presença do público escolar realça a consolidação das instituições da RMVNF como lugar de aprendizagem e como elo de ligação com a comunidade e com o território.

Ao olhar para os tipos de público contemplados pela programação, nota-se que o ciclo básico ganha mais atenção ao ser constatado o direcionamento das atividades para um público entre 6 e 14 anos, que visita o museu em contexto escolar. Nota-se ainda que é muito comum que as atividades sejam pensadas para serem adaptadas ou para servirem a “todos os públicos”. Esta categoria supõe que se trata de atividades genéricas, que podem ser facilmente adaptadas a qualquer tipo de visitante.

No entanto, é importante chamar a atenção para a noção de que “o público se constitui de sujeitos diversos, com diferentes demandas e necessidades, pertencentes a diferentes comunidades interpretativas” (Coutinho, 2009, p. 3745). Assim, conceber uma atividade para um tipo de público específico – ou, ao menos, ter clara a diferenciação entre os tipos de público – possibilita a construção de um diálogo mais eficaz, que articula e adequa a linguagem aos interlocutores de acordo com a faixa etária, a procedência social, os interesses e as expectativas (Martins et al., 2013, p. 54).

Outros grupos que merecem atenção são aqueles com necessidades de apoio à aprendizagem (NAA), contemplado em 10 atividades entre as 94 e em apenas das três instituições museológicas; as minorias sociais, que não aparecem como público-alvo em nenhuma das atividades; e os visitantes com necessidades específicas, considerados em 39% das atividades apresentadas como “adaptáveis”, por possibilitar que barreiras físicas, sociais e intelectuais impostas aos visitantes sejam contornadas.

Foram identificadas algumas lacunas relacionadas com a inexistência de metodologias específicas nas instituições. No âmbito da documentação, a avaliação diagnóstica detetou que o histórico das atividades do serviço educativo não estava organizado em nenhuma das unidades museológicas. Outra lacuna diz respeito à metodologia de registo, que pode ser visto 1) ao nível dos

procedimentos, já que se notou que não foi uma prática recorrente registar como as atividades se desenvolviam; 2) ao nível dos resultados, já que o registo de visitantes e do número de sessões não apresentavam os mesmos critérios. No âmbito da metodologia de análise, destaca-se que a maior parte das atividades não foi avaliada, seja porque a avaliação ainda não é levada em conta como parte da elaboração das atividades, seja porque faltam competências neste domínio ou falta tempo entre os profissionais, sendo esta uma etapa pouco priorizada.

Outro ponto que merece atenção é a carência no domínio acerca de algumas componentes teóricas do campo da museologia, atribuída à falta de uma formação especializada das equipas. No entanto, neste sentido, a RMVNF atua como organização mediadora de processos, e vem fazendo um trabalho a nível de instrução dos recursos humanos e de implementação de procedimentos a fim de garantir o cumprimento das várias funções museológicas. Isto reflete-se, por exemplo, em atividades que se propõem utilizar o envolvimento ativo livre como método interpretativo e privilegiam domínios de aprendizagem do modelo de aprendizagem inspiradora (ILFA, 2011). Estes podem ser considerados efeitos perceptíveis deste processo, mas é notório que se trata de um desenvolvimento gradual.

No que diz respeito ao orçamento destinado ao serviço educativo, pode-se dizer que ainda é pouco representativo relativamente a outras áreas. Isso exige da equipa muita flexibilidade na elaboração das atividades – por exemplo, na utilização de materiais de baixo custo e/ou provenientes de reaproveitamento e na definição do local onde as atividades são realizadas, principalmente quando a instituição não conta com uma sala dedicada ao serviço educativo. No entanto, tal flexibilidade também pode ser considerada um ponto positivo.

Por fim, nota-se um isolamento das atividades, já que elas não são articuladas em rede, não fazem parte de programas educativos nem de parcerias. Ou seja, apesar de estarem integrados numa organização reticular, os serviços educativos desses museus pouco se articulam. No entanto, é preciso ressaltar a oportunidade de pensar em rede, principalmente no contexto de um programa educativo, que visa contribuir para novos enfoques a partir da coleção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de estágio do qual se apresenta uma síntese pretendeu desenvolver um modelo de avaliação a ser aplicado no âmbito do serviço educativo da Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão. A problemática esteve assente em questões como: “Que atividades foram planeadas e realizadas?”, “Por quem?”, “Para quem?”, “Como?”, “Quando?”, “Com que recursos?”. Ao responder a estas questões, a avaliação diagnóstica permitiu mapear as atividades do serviço educativo da RMVNF em 2019 e traçar um perfil dos colaboradores que atuam como mediadores. Para tal, foram desenvolvidos uma ficha de diagnóstico e um inquérito online, cujos dados foram analisados qualitativamente e quantitativamente.

Participaram deste processo um total de 19 colaboradores, de uma amostra composta por 10 unidades museológicas da RMVNF.

Elaborada para atender a uma demanda da Rede de Museus, a avaliação diagnóstica buscou identificar lacunas, tendo como principal foco o desenvolvimento de ações de melhoria que viabilizassem uma gestão mais coesa e participativa. O estudo pretendeu servir de ponto de partida para a mudança de pensamento e de atitude no que diz respeito à percepção sobre a relevância da avaliação e da sua utilização como forma de fundamentar procedimentos e promover melhorias no serviço educativo. Entende-se que, no contexto museológico, a avaliação diagnóstica mostra-se como um método vantajoso ao possibilitar que uma organização seja vista na totalidade, permitindo não só conhecer, mas reconhecer o que vem sendo feito no âmbito da educação.

Considera-se que o resultado da avaliação diagnóstica reforça a importância de integrar a avaliação como prática recorrente no âmbito dos museus, principalmente no que diz respeito à programação do serviço educativo. Destaca-se que uma adaptação da ficha de diagnóstico desenvolvida está em processo de integração como instrumento de conceção e registo das atividades do serviço educativo, permitindo que o processo de elaboração seja realizado a partir de uma visão sistémica (Semedo, 2019, p. 116). Levanta-se ainda a hipótese de adaptar a mesma ficha, utilizando-a como base para outras avaliações diagnósticas.

Outros possíveis contributos da avaliação diagnóstica aqui apresentada é considera-la como um primeiro passo na elaboração de uma política de educação, estendendo-se à reafirmação da função educativa da organização. Os seus resultados podem apoiar também a elaboração de um programa educativo em rede.

No âmbito das lacunas identificadas, importa ressaltar que a avaliação diagnóstica contribuiu ao nível da documentação, para a centralização de registos orais, documentais e fotográficos das atividades realizadas e, consequentemente, da trajetória da própria instituição e da sua equipa. Já ao nível das metodologias de análise, aponta-se que, ao nível dos resultados, a RMVNF vem trabalhando na padronização do registo de visitantes e de sessões.

Perceber as dinâmicas do serviço educativo de cada unidade museológica levou a compreender a RMVNF como organização. Assinala-se que a reunião destas informações, de maneira sistemática e organizada, abre possibilidades para leituras e interpretações em vertentes que ainda não foram exploradas. Considera-se que a colaboração da equipa da Rede de Museus e de todas as unidades museológicas envolvidas na avaliação foi indispensável para a realização deste trabalho.

BIBLIOGRAFIA

- Camacho, C. F. (2007). Serviços educativos na Rede Portuguesa de Museus: Panorâmica e perspectivas. In Barriga, S., & Silva, S. G. (Coord.). *Serviços Educativos na Cultura*. (pp. 26-41). Porto: Setepés.
- Coutinho, R. G. (2009). Questões sobre a formação de mediadores culturais. In Martins, M. V. G., Hernández-Salvador, M. H. O. (Org.). *Anais do 18.º Encontro Nacional da ANPAP/Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas* (pp. 3737-3749).
- Creswell, J. W. (2014). *Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches* (4th ed.). Los Angeles: Sage Publications.
- Hooper-Greenhill, E. (Ed.). (1991). *Writing a museum education policy*. University of Leicester, Department of Museum Studies.
- ICOM. (2008). Referencial Europeu das Profissões Museais. <https://icom-portugal.org/multimedia/File/ReferencialPT.pdf>
- Inspiring Learning for All (2011). Measuring outcomes. Inspiring Learning for All: an improvement framework for museums, libraries and archives. <https://www.artscouncil.org.uk/measuring-outcomes>
- Lei n.º 47/2004. (2004). Lei Quadro dos Museus Portugueses. Diário da República n.º 195/2004, Série I-A de 2004-08-19, 5379-5394. http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/museus_e_monumentos/credenciacao_de_museus/lei_dos_museus.pdf
- Martins, L. C., Navas, A. M., Contier, D., & Souza, M. P. C. (2013). Que público é esse. Formação de públicos de museus e centros culturais. São Paulo: Percebe.
- Mertens, D. M., & Wilson, A. T. (2018). *Program evaluation theory and practice*. Nova York: Guilford Publications.
- Neves, J. S., Santos, J. A., & Lima, M. J. (2013). *O Panorama Museológico em Portugal: Os Museus e a Rede Portuguesa de Museus na Primeira Década do Século XXI*. Direção-Geral do Património Cultural. http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publicacoes/opanoramamuseologicoemp Portugal_bq.pdf
- Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão (Ed.) (2019). *Definir a missão... da necessidade ao desafio*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.
- Sá da Costa, A. (2011). *Museus de Famalicão – justificar-se-á a criação de uma rede? Comunicação apresentada no IV Seminário: Rede de Museus. Território. Identidade*. Património, Vila Nova de Famalicão. (pp. 299-322)
- Semedo, A. (2019). *Toolbox: Museus. Património. Educação*. (Documento não publicado). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

4.2 Casa-Museu Soledade Malvar – de habitação a instituição museológica

↳ TEXTO SOFIA NAVALHO

RESUMO

Localizada na Avenida 25 de abril, a Casa-Museu Soledade Malvar, que pertence à Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão, é um espaço que foi anteriormente habitado por Maria da Soledade Malvar Osório, uma personalidade que se revelou importante para a comunidade famalicense. O edifício que atualmente se visita resulta de um conjunto de obras, que o transformaram e adaptaram a um espaço museológico, composto pela diversidade e variedade de objetos que possui.

Este texto, que resulta da investigação desenvolvida em contexto de Estágio, realizado no âmbito do Mestrado em Museologia, visa descrever as fases de transformação da Casa-Museu, oferecendo uma especial atenção ao período de obras protagonizado entre os anos 2000 a 2002 e que determinou o aspeto atual deste edifício. Numa fase inicial é elaborada uma pequena contextualização da forma como surgiu esta instituição museológica, indicando os principais dados biográficos de Maria da Soledade Malvar, antiquária e colecionadora, que doou as suas peças, partilhando-as com a população de Vila Nova de Famalicão. Após a abordagem às transformações da Casa-Museu, e que ocupam a parte principal do texto, conclui-se com uma reflexão sobre a definição do conceito de “casas-museu” e o modo como esta instituição museológica se enquadra em tal.

MARIA DA SOLEDADE MALVAR – O INTERESSE PELAS ANTIGUIDADES E O DESEJO DE PARTILHAR A SUA COLEÇÃO

Pertencente à Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão desde 2012, a Casa-Museu Soledade Malvar nasce do interesse por parte da colecionadora e antiquária Maria da Soledade Malvar Osório de partilhar com a comunidade famalicense toda a sua coleção, que foi adquirindo ao longo da sua vida (Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2002, p. 2). Nascida na Quinta da Portela, em São Tiago de Antas (Vila Nova de Famalicão), Maria da Soledade revelava um particular interesse pela arte, evidenciado já desde a sua infância. Na sua juventude ambicionava tornar-se pianista ou cantora, embora tenha focalizado toda a sua atenção, numa fase posterior, para a arte das antiguidades, à qual se dedicou durante 18 anos e na qual se desenvolveu social e profissionalmente, com o auxílio das leituras e visitas de diversos museus europeus (Maria da Soledade Malvar, 2001). A partir da sua experiência enquanto antiquária, da convivência social e vivência cultural, que se aliam à devoção pela arte, desenvolveu as ferramentas que lhe permitiram selecionar “com paixão, mas também com sabedoria e rigor” vários objetos, que constituem a vasta coleção de arte que criou. Cada objeto foi adquirido criteriosamente, com afeição e gosto, “onde o conhecimento que tinha das peças que escolhia era determinante” (Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2002, p. 2). Parte da sua coleção era, por vezes, cedida para algumas exposições, tais como a I Exposição de Antiguidades do Porto, realizada no Ateneu Comercial do Porto, em 1969 (Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2002).

Maria da Soledade revelava ainda um particular interesse pela poesia, tendo publicado no jornal *Notícias de Famalicão* o soneto “O Coveiro” (Oliveira, 2008, p. 21). O gosto por este género de escrita culminou na publicação, no ano de 2001, de um pequeno livro de poemas intitulado “Um rosarinho de cantigas”, que abordam questões relacionadas com a sua biografia, tais como o dia do seu casamento. Neste livro a antiquária demonstra o importante papel que os livros desempenharam na sua vida ao referir que: “A vida foi minha mestra/ foi ela que me ensinou,/ acompanhada dos livros,/ cheguei ao que hoje sou” (Maria da Soledade, 2001).

O interesse em doar à comunidade de Famalicão toda a sua coleção, data dos anos 70 do século passado, após o falecimento do seu marido, Manuel Ferreira Osório, e a aquisição do edifício onde atualmente se localiza esta instituição museológica. A própria colecionadora refere que “já tinha a ideia da Casa-Museu com o meu nome”, optando por guardar as melhores peças para quando a oportunidade surgisse (Oliveira, 2008, p.21). Aliado a esta questão, a vontade de doar as suas peças resulta do receio de Maria da Soledade de que a sua coleção se dispersasse, devido a um possível desinteresse por parte dos seus herdeiros de manter os objetos na sua posse (A. Carvalho, comunicação pessoal, 23 de junho, 2020). A 9 de fevereiro de 1998, a antiquária e colecionadora

alcança este desejo, ao assinar a escritura de doação ao Município de Vila Nova de Famalicão do seu prédio urbano “de três pisos, com treze divisões, com a área coberta de 92 (noventa e dois) metros quadrados” e da sua coleção composta por 414 objetos. Em contrapartida, o Município comprometeu-se a assegurar o funcionamento e a dinamização do espaço, fazendo do mesmo “uma referência museológica, artística e cultural do Conselho e da região” (Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1998, p.1).

A HISTÓRIA DE UM EDIFÍCIO – TRANSFORMAÇÕES E ADAPTAÇÕES

O edifício doado, pertencente a Maria da Soledade Malvar, fora anteriormente habitado pela mesma, tendo sido projetado pelo arquiteto Manoel da Silva Passos Júnior (Cartório Notarial do Porto, 1954, p.1) e contruído pelo engenheiro António Pinheiro Braga (Secretaria Notarial de Vila Nova de Famalicão, 1955, p.1). O prédio urbano, localizado no gaveto da Avenida 25 de Abril com a Rua Cinco de Outubro, era constituído por três pisos e um rés-do-chão, que funcionavam como garagem, estabelecimentos comerciais e habitações unifamiliares (Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2000c, p.1). Neste local funcionava o Bric-à-Brac onde se vendiam objetos de porcelana e louças, arte sacra e mobiliário (Oliveira, 2008, p.21). Esta loja de antiguidades, que se tornou nacionalmente conhecida, era responsável por trazer a Vila Nova de Famalicão figuras importantes da cultura e da arte, tais como Francisco Sá Carneiro e Artur Santos Silva, que se tornaram seus clientes habituais (Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2002, p. 1).

Após a assinatura da escritura, em 1998, estabeleceu-se a execução de um conjunto de obras neste mesmo edifício, com o objetivo do seu melhoramento e adaptação do espaço a uma instituição museológica (Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1998, p.1), que inicialmente tencionava denominar-se “Casa-Museu Maria da Soledade” (Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1998, p.6). Estas intervenções foram realizadas pela Firma Andrade & Almeida – Construções Lda., contratada em agosto de 2000 (Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2000b, p.1), após a abertura de um concurso público para a realização do programa de obras, a ser executado no prazo de 300 dias (Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2000a, p.1). O projeto, concretizado com a intenção de respeitar o traçado original do prédio, com vista a que o ambiente vivenciado pela colecionadora não se perdesse (Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2018, p. 37), seria seccionado em duas fases distintas, sendo que a primeira se executaria em 2000 e a segunda apenas no posterior ano (Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2000b, p.1). Durante este período a coleção doada pela colecionadora foi transferida para um apartamento que a mesma possuía, à exceção das peças de ouro e prata, que seriam colocadas num cofre, alugado

pelo Município à Caixa Geral de Depósitos (Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, s.d.).

Visando o melhoramento do prédio, realizaram-se algumas intervenções como a reparação de caixilharias, a eliminação da humidade das paredes interiores e a reparação e pintura das paredes que compõem a fachada (Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2000b, p. 74). Em relação às intervenções destinadas à substituição ou ao acrescento de partes da habitação, procedeu-se à alteração dos pavimentos originais por outros de mármore branco ou soalho. No rés-do-chão do edifício, foi aberta uma porta que permite o acesso ao espaço destinado à receção e procedeu-se à substituição do anterior Bric-à-brac por uma sala de exposições temporárias. Foi ainda tapada a área onde funcionava, até recentemente, uma florista e reconfigurada a casa-de-banho. No 2.º piso, demoliu-se o quarto de vestir, tapando, inclusivamente, a porta que dava acesso a esta divisão, e modificou-se a porta que permite aceder às águas furtadas, “de forma a ficar com leitura e bandeira trabalhada em talha”. Foi igualmente construído um novo sanitário e convertido o anterior quarto de hóspedes na sala em que se expõem, atualmente, as joias.

As obras de restauro e remodelação enunciadas referem, igualmente, a construção, no rés-do-chão, de tetos falsos em *pladur*, a adaptação da sala de costura numa sala de restauro, situada nas águas furtadas do edifício, e ainda a demolição da parede que ligava o corredor à copa, no 1.º piso (Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2000b, p. 74). Mencionam ainda a pintura dos tetos e paredes interiores em cor branca e a criação de expositores de madeira e vidro (Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2000b, p. 77). Por fim, os dados consultados, que resultam da troca de correspondência entre funcionários da Casa-Museu e o anterior Presidente da Câmara de Famalicão referem ainda a construção de um nicho, posicionado entre a escadaria de acesso ao 1.º andar, e a colocação de novos corrimões e gradeamentos nas escadas do 1.º e 2.º pisos.

Após o período de obras referido, a Casa-Museu Soledade Malvar foi inaugurada no dia da comemoração das Jornadas Europeias do Património, a 29 de setembro de 2002 (Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2018, p. 36) com o intuito de valorizar o programa de atividades programadas para este evento (Gonçalves, 2002, p. 14). No âmbito desta cerimónia Maria da Soledade é condecorada com a Medalha Municipal de Mérito de Benemerência (Gonçalves, 2002, p. 14).

FINALIZAÇÃO DO PERÍODO DE OBRAS – A ORGANIZAÇÃO E DISPOSIÇÃO DOS OBJETOS

Estabelecendo uma comparação do edifício na época anterior e posterior às transformações mencionadas, a partir da leitura de plantas, da consulta de fotografias pertencentes ao acervo documental da Casa-Museu, e tendo em consideração as alterações acima mencionadas, compreende-se a ocorrência



Figura 1 Aspeto atual da sala do 1.º piso da Casa-Museu Soledade Malvar.
Fonte: Autoria própria, 2020.

de uma alteração significativa do aspeto anterior dos espaços e, sobretudo na disposição e organização dos objetos em exposição.

Situada no 1.º piso, a atual sala de jantar (Figura 1) resulta da junção de duas divisões em apenas uma, através da abertura da parede que as separava. Ao analisar a parte desta divisão que corresponde a uma das anteriores salas compreende-se que o candelabro permanece no mesmo local, tal como a mesa e cadeiras, embora estas já não assentem sobre o tapete que preenchia grande parte do espaço (Figura 2). Ao fundo desta divisão mantém-se igualmente o armário em talha, sobre o qual, ao invés de se posicionar uma pintura, se expõe um espelho de moldura trabalhada. No mesmo local encontra-se ainda uma pintura de arte sacra, apesar da pequena mesa e peças nela encimadas não se encontrarem presentes na atualidade. O restante espaço, que corresponde à outra divisão, que anteriormente existira, foi profundamente modificado no que toca à disposição e aos objetos aqui presentes, demonstrando que, para além da cómoda-papeleira, disposta num local distinto do original, nenhum dos objetos anteriormente presentes se encontram nesta sala (Figura 3).

No 2.º piso da Casa-Museu, onde atualmente se encontra a sala das joias (Figura 4) existia anteriormente um quarto de hóspedes, composto sobretudo por uma cama e um berço, este último que se expõe atualmente no quarto de Soledade Malvar (Figura 5). Ao comparar este espaço com algumas fotografias antigas é possível verificar que o único elemento ainda presente é a janela aqui existente, visto que este local foi adaptado para expor peças de joalheria e ourivesaria. Neste sentido, todos os objetos foram substituídos por vitrinas em vidro e madeira, que expõem, sob iluminação indireta, conjuntos de brincos, alguns colares, pendentes de crucifixo e de cruz barroca e outros objetos como um relicário, um alfinete e uma medalha.



Figura 2 Sala de jantar, no período anterior às obras, finalizadas em 2002.

Fonte: Acervo da Casa-Museu Soledade Malvar (s.d.).



Figura 3 Sala do 1º. piso, antes do período de obras finalizado em 2002.

Fonte: Acervo da Casa-Museu Soledade Malvar (s.d.).

Figura 4 Sala das jóias, localizada no 2.º piso da Casa-Museu Soledade Malvar.
Fonte: Autoria própria, 2020.



Figura 5 Quarto de hóspedes.
Fonte: Acervo da Casa-Museu Soledade Malvar (s.d.).





Figura 6 Aspetto atual do quarto de Soledade Malvar, localizado no 2.º piso.
Fonte: Autoria própria, 2020.



Figura 7 Antigo quarto de Maria da Soledade Malvar, no período anterior às obras, finalizadas em 2002.
Fonte: Acervo da Casa-Museu Soledade Malvar (s.d.)

Por fim, situado no mesmo piso, também o quarto da colecionadora (Figura 6) sofreu evidentes alterações. A cama, que se mantém disposta no mesmo local, é hoje ladeada pelo berço referido anteriormente e por uma mesa de cabeceira, acrescentada à divisão (Figura 7). Foram ainda retirados dois pequenos móveis, onde pousavam diversos objetos, como candeeiros, jarras de flores e fotografias. A ocupar o espaço vazio acrescentou-se uma cómoda-papeleira, encimada por duas jarras e um pequeno baú. No mesmo local encontra-se apenas uma cadeira, situada ao lado de uma pequena mesa que, devido à falta de imagens que retratam este espaço, poderia estar presente nesta sala anteriormente.

Após esta análise comparativa levanta-se a questão: que motivos levaram a esta transformação da organização e disposição dos espaços? Tendo em conta as entrevistas realizadas em contexto de Estágio e os dados recolhidos do acervo documental desta instituição museológica entende-se que a conceção da exposição permanente ficou ao encargo de Maria Manuela Costa Granja e o projeto de arquitetura foi executado pelo arquiteto Manuel Araújo. Já a organização e montagem da exposição permanente teve como responsável José Manuel Oliveira, a função de criar um perfil biográfico de Soledade Malvar teve como autor Artur Sá da Costa e, por fim, a questão referente ao inventário dos objetos da Casa-Museu foi efetuada por parte de Alexandrina Costa (Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2002). Em relação a este assunto, é igualmente importante mencionar que as escolhas referentes a este processo de transformação do edifício foram efetuadas tendo em consideração as ideias de Maria da Soledade. Um dos exemplos que corroboram esta afirmação e que contribuem para a alteração do aspeto do edifício é a opção, por parte da colecionadora, de colocar o pavimento em mármore branco. Um dos fatores que contribuíram igualmente para esta alteração relaciona-se com o facto da mesma ter sido efetuada de forma intuitiva, optando por não seguir detalhadamente a disposição original dos objetos. Finalmente, a falta de peças da coleção já doada em 1998, que se mantinham na habitação de Maria da Soledade Malvar por vontade da mesma, dificultou este processo, que foi realizado consoante os objetos existentes na Casa-Museu na época.

CASA-MUSEU – DO CONCEITO AO CASO PARTICULAR

A Casa-Museu Soledade Malvar, constituída por dois pisos e águas-furtadas, é caracterizada por um conjunto significativo de objetos, das mais diversas categorias, adquiridos por Maria da Soledade Malvar e que fazem parte da sua coleção particular, “original e sofisticada” criada e selecionada de forma meticulosa e persistente, “onde as jóias e prata e ouro, as faianças e a pintura, se misturam e entrelaçam com a arte sacra (...) e os móveis dos séculos XVIII e XIX, mas onde a singularidade e o bom gosto se fundem em perfeita harmonia” (Maria da Soledade Malvar, 2001). Entre as peças de escultura, pintura, fotografia, têxtil ou até numismática, destacam-se em número os objetos de mobiliário, cerâmica e ourivesaria. A grande maioria, pertencente ao acervo da casa-museu desde a data da escritura de doação, encontra-se em exposição permanente¹ e concentra-se, sobretudo na sala e no átrio localizados no 1º. piso. Neste local destaca-se o grande armário em madeira, que reúne grande parte dos objetos de cerâmica. São igualmente importantes a sala das joias, onde se

1 Os objetos que não se encontram expostos estão guardados nas águas-furtadas e devidamente protegidos, tendo em conta a natureza dos seus materiais. Tratam-se de algumas pinturas e fotografias.

reúne grande parte da coleção de ourivesaria, e o quarto de Soledade Malvar, onde se exibem objetos maioritariamente de mobiliário.

O pavimento e paredes brancas do exterior do edifício contrastam com os objetos exibidos, datados, maioritariamente, do século XVIII e XIX. Esta opção de apresentação, que se revela simples e moderna, permite captar uma atenção mais imediata para as peças expostas. Ao observar o espaço denota-se a preocupação com algumas questões de segurança e prevenção de riscos, a partir da colocação de câmaras de vigilância e pela utilização da luz indireta nas salas de exposição. Um dos principais exemplos referentes a esta questão é o encerramento da sala de joias, que é unicamente aberta quando existe solicitação prévia por parte dos visitantes ou em dias comemorativos.

Refletindo sobre o conceito de casa-museu, é-nos dito que este tipo de instituições museológicas são espaços onde outrora residira determinado indivíduo que se mostrou importante para a sociedade de uma época específica e que se destacou devido aos seus atos (Ponte, 2007, p. 27). São, assim, espaços criados com o objetivo de lembrar tais figuras (Direção Regional de Cultura do Norte, 2019, p. 19) e são compostos por um conjunto diverso de objetos, que varia em valor ou erudição consoante os seus interesses ou a posição económica dos seus patronos (Direção Regional de Cultura do Norte, 2019, p. 22). Estes conjuntos de objetos demonstram-se valiosos não apenas pelas suas características artísticas ou utilitárias. Eles revelam o seu valor devido à ligação que estabelecem com o seu proprietário (Direção Regional de Cultura do Norte, 2019, p. 22), uma vez que o ser humano cria uma ligação com os objetos não unicamente funcional, mas também metafórica (Ministério de Educação, Cultura e Desporto, 2013, p. 183), podendo, a partir destes, compreender a consciência que o ser humano possuiu de si próprio e do mundo em que vive (Ministério de Educação, Cultura e Desporto, 2013, p. 184). Nestas casas-museu, os visitantes podem entrar em contacto com todo o ambiente do dia-a-dia do indivíduo que habitou o espaço e, a partir da observação, compreender a sua forma de pensar e agir, bem como o ambiente económico, social, educativo e familiar que este possuía (Ponte, 2007, p. 26).

A Casa-Museu Soledade Malvar resulta, assim, num espaço no qual é possível conhecer o interesse que Maria da Soledade revelava pela arte e pelas antiguidades, a partir da observação da sua diversa coleção. Tal como refere António Ponte em *Casas-museu em Portugal: Teorias e Práticas*, a Casa-Museu Soledade Malvar insere-se no conceito de casa-museu devido à organização dos seus espaços que “se apresenta recriando espaços quotidianos” (Ponte, 2007, p. 272). Ou seja, embora o aspeto atual da Casa-Museu não seja idêntico ao aspeto anterior, todas as salas de exposição permanente – à exceção da sala das joias – transmitem um ambiente doméstico, que é intensificado a partir da opção pela não utilização de legendas de identificação dos objetos expostos. Para além desta questão, o espaço foi efetivamente habitado pela colecionadora, onde a mesma contactou com os objetos aqui presentes e com os quais

estabeleceu uma relação, visto que estes pertenceram à sua coleção privada. Cada um deles, adquiridos em diversas proveniências como os antiquários frequentados por Maria da Soledade (Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2000b) ou os leilões existentes nas cidades de Lisboa e Porto (A. Carvalho, comunicação pessoal, 23 de junho, 2020), revelam o seu gosto particular.

Deste modo, este edifício é parte do património da cidade de Famalicão e de Portugal, que dá a conhecer a quem o visita a história de uma antiquária e colecionadora, que, através da sua generosidade e das suas profundas raízes à cidade de Vila Nova de Famalicão, foi capaz de arrecadar um vasto conjunto de peças, que “esconde uma pequena história, onde a afectividade e a amizade muitas vezes se aliam ao pitoresco” (Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2002, p. 2). A partir do seu gesto, Maria da Soledade alcança a posteridade e coloca “o interesse público acima do egoísmo individual ou familiar, com a virtualidade de oferecer à sua terra, que tanto ama, tudo o que construiu e criou” (Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2002, p. 2).

BIBLIOGRAFIA

- Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão (1998). *Escritura de doação*.
- Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão (2000a). *Minuta de Acta*.
- Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão (2000b). *Concurso público “REMODELAÇÃO DE EDIFÍCIO A CASA-MUSEU D.SOLEDADE MALVAR”*.
- Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão (2000c). *Processo de Licença de Construção 98/1955*.
- Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão (2002). *Casa Museu Soledade Malvar/Roteiro* [brochura].
- Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão (2018). *Rede de Museus Vila Nova de Famalicão. A Nossa Identidade. O Nosso Futuro* [brochura].
- Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão (s.d.). *Acta*.
- Cartório Notarial do Porto (1954). *Termo de responsabilidade*.
- Direção Regional de Cultura do Norte – Ministério da Cultura (2019). *10 anos de reflexão sobre Casas-Museu em Portugal*. Edição Direção Regional de Cultura do Norte. Coleção Património a Norte. N.º 1. Disponível em: <http://www.culturanorte.gov.pt>
- Gonçalves, G. (2002). *Casa-museu abriu as portas. O Primeiro de Janeiro*. p. 14.
- Maria da Soledade Malvar (2001). *Um rosarinho de cantigas*.
- Ministério de Educação, Cultura e Desporto (Ed.) (2013). *Casas museo: museología y gestión: Actas de los Congresos sobre Casas Museo (2006, 2007, 2008) Museo Nacional del Romanticismo*.
- Oliveira, F. (2008). *Soledade Malvar: a negociadora, Opinião Pública*. p. 21.
- Ponte, A. (2007). *Casas-museu em Portugal: Teorias e Práticas*. Tese de Mestrado em Museologia. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.
- Secretaria Notarial de Vila Nova de Famalicão (1955). *Termo de responsabilidade*.

4.3 Museu de Arte Sacra da Capela da Lapa: o desafio de integrar a comunidade no religioso

↳ **TEXTO** ISABEL SILVA

RESUMO

O presente artigo debruça-se sobre a musealização do património religioso junto da comunidade, tendo como principal objeto de estudo, o Museu de Arte Sacra da Capela da Lapa. Partindo de uma contextualização acerca do processo de musealização de objetos eclesiais e antigos templos católicos, é apresentado o Museu de Arte Sacra da Capela da Lapa, mais particularmente a sua história, espaço museológico, exposição e programa de atividades. Após se compreender o modo como este foi musealizado e a sua presente ação, é explanada a metodologia, por mim adotada, na investigação realizada no âmbito do Mestrado em Museologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, que contou com a colaboração da comunidade famalicense para o planeamento de uma nova proposta museológica.

INTRODUÇÃO

A musealização do património religioso é, ainda hoje, um processo bastante complexo e desafiante, por levantar tantas potencialidades como limitações. Qualquer objeto que entra num museu, independentemente da sua natureza, é submetido a um processo de musealização, isto é, novos significados e funções lhe são atribuídos, havendo assim uma recontextualização. Mas, no caso da musealização de bens religiosos, este processo torna-se mais delicado devido aos profundos laços afetivos e simbólicos que a comunidade crente tem para com esses bens. Apesar da perceção desta dimensão simbólica ser cada vez mais efetiva e consciente, constata-se que desde o século XVIII os esforços para preservar e expor o património religioso, nomeadamente católico, foram realizados pela via do museu de arte sacra, no qual os bens surgem valorizados sobretudo pelas suas dimensões materiais e artísticas (Roque, 2011; Silva, 2020).

O conjunto de perspetivas e técnicas museológicas do designado “museu de arte sacra” acaba por ditar o estabelecimento do modelo expositivo dos objetos religiosos. A forma como os bens estão dispostos no espaço museológico, a sua conjugação com suportes expositivos diversos, e ainda, o discurso que acompanha a exposição, é propositadamente organizado para direcionar o olhar do visitante para os seus aspetos formais e estéticos. Surgem dominantes: o “primado do valor patrimonial e artístico; ordenação por tipologias materiais; critérios decorativos a presidir ao arranjo museográfico; e uma exaustiva ocupação do espaço expositivo” (Roque, 2011: 136). Ora, tais práticas promovem uma total descontextualização dos objetos religiosos, mesmo quando estes são expostos dentro de antigos templos católicos, agora convertidos em museus (Roque, 2011).

Esta situação só começará a ser questionada e revista, já no século XXI, por força da ação da Igreja Católica com a publicação em 2001 da Carta Circular *A Função Pastoral dos Museus Eclesiásticos*. A Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja, tendo em mente os museus tutelados pela Igreja Católica, designados como museus eclesiásticos, propõe uma outra forma de musealizar os objetos religiosos, cujo foco é agora a sua função pastoral. Uma das principais premissas defendida é a importância de realçar nas exposições, nomeadamente nos seus discursos e critérios expositivos, a vertente funcional e simbólica dos bens eclesiásticos. Defende-se que não é preciso ocultar a dimensão artística e material, mas sim aliá-la às dimensões funcionais e simbólicas, para assim, promover uma contextualização e leitura dos objetos muito mais completa e enriquecedora (Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja, 2001; Roque, 2011). Por outro lado, é constatável que muitas diretrizes estipuladas pela Carta Circular estão em sintonia com os ideais da Nova Museologia¹,

1 Resultado das reflexões das décadas de 1960 e 1970, a Nova Museologia define-se como um movimento teórico e metodológico amplo, que defende o Museu como uma instituição multifacetada, cuja ação deve assentar em modalidades inclusivas e participativas com os seus públicos e comunidade circundante (Duarte, 2013).

no sentido em que defendem a necessidade dos museus assumirem a sua função social, adotando abordagens inclusivas e participativas com a comunidade circundante (Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja, 2001).

Para além dos objetos religiosos, deve igualmente ser considerado o processo de musealização de bens imóveis religiosos (Capurro, 2018). Muitos são os casos de antigos templos católicos que, por diversas razões, perderam as suas funções litúrgicas e foram convertidos em museus. Em Portugal consegue-se nomear alguns exemplos, como o Museu de Arte Sacra da Capela da Lapa, o Museu Dom Lopo de Almeida (em Abrantes), o Museu Paroquial de Óbidos, o Museu de Arte Sacra de Mértola, o Museu de Arte Sacra de Moura, entre outros.

A musealização destes antigos templos católicos levanta várias questões e dificuldades, principalmente quando estes se convertem em museus que abrigam sobretudo objetos religiosos. Nesses casos, sobressai a responsabilidade acrescida em concretizar a dimensão museológica num espaço antes vivenciado como religioso, o que poderá ser um desafio, visto a estrutura e a linguagem formal do edifício, bem como a natureza das coleções, evocarem um ambiente profundamente sagrado. Embora esta questão continue a precisar de discussão e respostas, importa compreender que, caso a musealização de antigos templos católicos ocorra de uma forma irrefletida e precipitada, isso poderá contribuir para que a componente religiosa permaneça a mais perceptível para os visitantes, sobrepondo-se à nova identidade museológica do espaço. Para contrariar essa limitação é crucial que, no decorrer da musealização de antigos templos católicos, se recorra a mecanismos e ferramentas interpretativas que permitam aos visitantes usufruir e valorizar o espaço com todos os seus equipamentos e características litúrgicas, de modo a que possam vivenciá-lo enquanto espaço museológico, mas sem terem de erradicar as lembranças da sua função original (Capurro, 2018).

Também dentro deste âmbito de discussão parece haver sintonia entre a Igreja Católica e as mais recentes preocupações da prática museológica. Em congresso internacional, realizado em novembro de 2018, o Pontifício Conselho da Cultura produziu o documento *Diretrizes. A cessão e reutilização eclesial das igrejas*. Ao discutir a reutilização de antigos templos católicos, o documento torna explícita a vontade de que a conversão de bens imóveis religiosos em museus implique o envolvimento da comunidade circundante durante todo o processo de musealização (Pontifício Conselho da Cultura, 2018).

Portanto, embora a musealização do património religioso desencadeie todo um conjunto de limitações, é possível identificar uma boa prática para este processo: a inclusão da comunidade crente e não-crente circundante. Ao se procurar desenvolver um trabalho colaborativo com os diversos grupos comunitários, potencia-se, ao máximo, a musealização dos bens móveis e imóveis eclesiais. Só através do planeamento, em conjunto, de possíveis iniciativas expositivas, de atividades e meios interpretativos se conseguirá evitar previsíveis desconfortos e controvérsias, bem como atender e respeitar a todas as

dimensões do património religioso (Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja, 2001).

MUSEU DE ARTE SACRA DA CAPELA DA LAPA



Figura 1 Fachada do Museu de Arte Sacra da Capela da Lapa. Município de Vila Nova de Famalicão, 2017.

Situado no Largo Tinoco de Sousa, o Museu de Arte Sacra da Capela da Lapa (Figura 1) enobrece o centro da cidade de Vila Nova de Famalicão pelas suas valências culturais, artísticas e históricas. Estas componentes, distintas das de outras instituições museológicas, já foram exploradas na sua integra no Boletim Cultural de Vila Nova de Famalicão n.º 5 (Vieira, 2009) e na minha Tese de Mestrado *Museu de Arte Sacra da Capela da Lapa: Proposta Museológica Participativa* (Silva, 2020). Todavia, importa abordar essas mesmas componentes no presente artigo, ainda que de uma forma concisa, para assim se conhecer melhor o passado e a ação presente do Museu.

Em termos da sua história, o Museu de Arte Sacra da Capela da Lapa instala-se numa antiga capela, cuja origem remonta ao século XVI e à Ermida de São Sebastião que existia no mesmo local onde se encontra atualmente o Museu. No século XVIII, devido à difusão do culto a Nossa Senhora da Lapa, sobretudo no norte de Portugal, o orago desta ermida foi alterado para Nossa Senhora da Lapa e, em função do novo culto, deu-se a reconstrução do edifício (Vieira, 2009). Posteriormente, nos finais do século XIX, com a construção e inauguração do Hospital São João de Deus, a Capela voltou a ser alvo de intervenções, as quais resultaram na atual estrutura arquitetónica do Museu (Vieira, 2009).

Durante longos anos, a Capela da Nossa Senhora da Lapa funcionou como local de culto cristão e capela mortuária. Todavia, com a inauguração da Nova Igreja Matriz, em 1993, deixa de ser utilizada pela comunidade famalicense, levando a um processo de degradação bastante acelerado. Perante esta situação, o então cônego e pároco Monsenhor Joaquim Fernandes decide reavivar este espaço, atribuindo-lhe funções museológicas. Para tal, reuniu-se com três personalidades locais – nomeadamente, o Dr. António Martins Vieira, historiador local, o Dr. Artur Sá da Costa, então diretor do Departamento de Educação e Cultura da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, e o então presidente da Câmara Municipal, Dr. Agostinho Fernandes – constituindo a Comissão Instaladora, com o objetivo central de proceder à reconversão do antigo templo católico num museu de arte sacra (Vieira, 2009).

A musealização da Capela da Nossa Senhora da Lapa iniciou-se com um conjunto de obras e de restauros no edifício e nos objetos. Embora o espaço tenha sido adaptado para as suas novas funções – abrangendo a instalação de uma nova rede elétrica para a iluminação e som, alarme de intrusão e incêndio, o guarda-vento, as instalações sanitárias, e ainda a delimitação da entrada do edifício como receção – a Comissão Instaladora decidiu manter a estrutura da antiga Capela, bem como alguns equipamentos litúrgicos, como os altares, o púlpito e o coro-alto. Todo este processo de transformação museológica foi coordenado e supervisionado pelos membros da Comissão Instaladora, sendo que o Dr. António Martins Vieira assumiu um papel fundamental na parte museográfica, assim como no restauro dos objetos, tendo sido ele a projetar as atuais 15 vitrinas do Museu (Vieira, 2009).

No entanto, no decorrer da musealização da antiga Capela, os membros da Comissão Instaladora apresentavam diferentes visões quanto aos propósitos do Museu. Enquanto que, por um lado, se pensava que o Museu deveria assumir uma função pastoral, no sentido de evangelizar os visitantes através dos objetos expostos, por outro lado interpretava-se que a nova instituição museológica deveria atuar como um centro cultural, procurando incentivar o estudo sobre o acervo e a antiga Capela (Fernandes, 2020; Costa e Vieira, 2020). Esta última posição foi a que prevaleceu na musealização dos objetos e da antiga Capela, conduzindo este processo sob uma perspectiva da história da arte que procurava realçar os aspetos materiais e artísticos dos bens.

Após as devidas intervenções para adaptar o edifício às suas novas funções, o espaço é inaugurado no dia 21 de novembro de 1997, como Museu de Arte Sacra da Capela da Lapa, incluindo no seu acervo o Arquivo Histórico da Paróquia de Santo Adrião (Vieira, 2009). Durante 16 anos, o Museu será tutelado, exclusivamente, pela Fábrica da Igreja da Paróquia de Santo Adrião. No entanto, no dia 8 de maio de 2012, é assinado, entre esta entidade e o Município de Vila Nova de Famalicão, um protocolo de gestão partilhada do Museu de Arte Sacra da Capela da Lapa (Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2012a). Posteriormente, no dia 26 de novembro de 2012, o Museu integra a Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão, com a assinatura da respetiva Declaração de Princípios (Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2012b).

Já em novembro de 2019, no prosseguimento do trabalho colaborativo, promovido pela Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão, o Museu de Arte Sacra da Capela da Lapa redefine a sua Declaração de Missão, a qual foi publicada na primeira edição monográfica *Ser e Fazer Museu no século XXI*, disponível no *site* do Município de Vila Nova de Famalicão (Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão, 2019). Antes de se apresentar a declaração do Museu, é necessário compreender em que consiste a missão, e qual a sua importância, no contexto museológico. Entende-se como missão, “uma declaração de princípios que necessariamente refletirá a visão estratégica de um qualquer museu, revelando valores em que assenta os seus projetos, o seu posicionamento em relação à sociedade e, por fim, uma compreensão dos contextos em que vive e de modos de fazer, de habitar o mundo.” (Semedo, 2019: 20). Deste modo, a missão assume-se como um instrumento de identidade e de gestão de um museu, cuja definição se revela um exercício difícil, pois obriga a uma reflexão e análise interna da natureza e ação museológica (Semedo, 2019; Acesso Cultura, 2019). Por isso, enfatiza-se a audácia do Museu de Arte Sacra da Capela da Lapa em ter alcançado este compromisso, tendo definido a sua missão nos seguintes termos: “Criar espaços de encontro e reflexão que promovam a consciência antropológica do mundo e do sentido da vida, através das dimensões espirituais da Arte Sacra” (Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão, 2019: 51). Importa referir que, na sua Declaração de Missão, o Museu apresenta, também, a sua visão – “Ser lugar de evangelização e de redescoberta daquilo que, cultural

e espiritualmente, pertence à comunidade, para o bem da casa comum, que é o mundo.” (Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão, 2019: 51) – assim como os seus objetivos, ações e palavras inspiradoras. Todos estes elementos motivaram-me, de forma bastante significativa, no planeamento da proposta museológica, esperando ter contribuído para dois objetivos estipulados pelo Museu, a destacar: “Dar a conhecer a coleção do museu e desenvolver, de forma sistemática, programas de mediação e atividades educativas que tragam um novo olhar sobre este legado” e “Procurar conhecer melhor o nosso público, para o fidelizar, aumentar e diversificar.” (Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão, 2019: 52).

Quanto ao espaço museológico, apesar do edifício ter sofrido modificações ao longo do tempo, o Museu ainda mantém a planta e a estrutura do antigo templo católico, possuindo assim, dois pisos, a torre sineira e um espaço exterior (Figura 2).

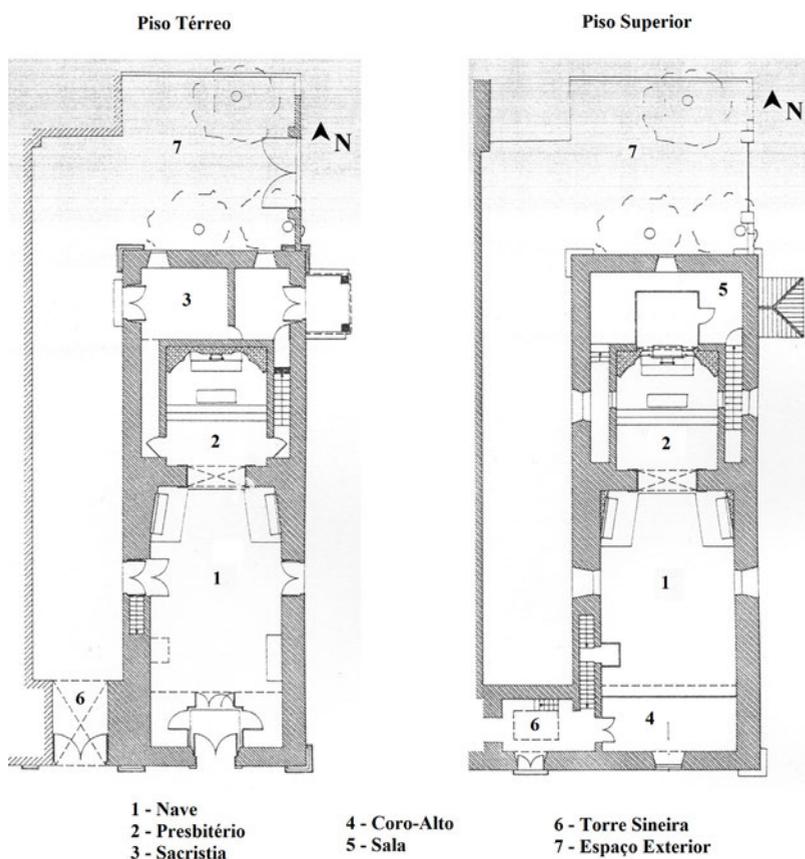


Figura 2 Planta da antiga Capela da Nossa Senhora da Lapa. Isabel Silva, 2020.

O piso térreo é constituído no essencial por três áreas: a nave, o presbitério e a sacristia da antiga Capela. As duas primeiras áreas acondicionam, até hoje, alguns equipamentos litúrgicos, como o púlpito e os altares que, conjugados com os elementos decorativos originais, como a talha *rocaille* do século XVIII e as pinturas murais do teto, conferem ao interior do espaço um vigoroso esplendor e exuberância. Já a área correspondente à outrora sacristia, a que se acede pelo lado esquerdo do presbitério, encontra-se encerrada ao público, servindo para armazenar os equipamentos e materiais das atividades do serviço educativo do Museu. No entanto, era neste espaço que existia um acesso interno à traseira do oratório do Senhor dos Passos existente, o qual foi vedado durante as obras da década de 1990.

Por sua vez, o piso superior dispõe de duas áreas. As escadas localizadas no lado esquerdo da nave, conduzem-nos a um dos espaços do piso superior: o coro-alto. Por aqui, é possível ver uma outra perspetiva do Museu de Arte da Capela da Lapa, conseguindo-se até observar com maior pormenor a pintura mural do teto da nave, composta por motivos vegetalistas e ornamentais, uma pomba branca ao centro e a seguinte inscrição: “COLUMBA MEA IN FORAMINIBUS PETRAE CAN’T CAP.2”². Mesmo que, a partir do coro-alto, não se consiga visualizar bem a pintura mural do teto do presbitério, importa referir que esta se caracteriza, igualmente, por motivos ornamentais e vegetalistas, tendo no seu centro representada uma espécie de árvore, com a seguinte inscrição: “QUASI PALMA EXALTATA SUMECCLES, CAP.2”³. A partir do patamar do coro-alto alcança-se o acesso à torre sineira, que atualmente está encerrada ao público.

Ainda no piso superior, existe uma outra sala, virada a norte, a que se pode aceder a partir de umas escadas, situadas do lado direito do presbitério. Neste espaço funcionou, durante um vasto período de tempo, o Arquivo Histórico da Paróquia de Santo Adrião de Vila Nova de Famalicão, estando atualmente noutra espaço por razões da sua conservação e estudo. Embora, de momento, esta área não esteja a ser aproveitada, ela permite ter uma outra visão panorâmica do Museu, através da abertura na parede atrás do retábulo do altar-mor (presbitério). Aliás, quando a Capela exercia as suas funções de culto litúrgico, nesta sala encontravam-se quatro imagens, representando o episódio religioso do Calvário, as quais eram vistas do espaço da nave, devido à tal abertura. Atualmente, três destas imagens pertencem ao acervo do Museu, nomeadamente, as imagens de Nossa Senhora das Lamentações, de Santa Maria Madalena no Calvário e de São João Evangelista no Calvário.

2 Tradução livre: “Pomba nas Fendas (Cant. Cap.2)”. Inscrição remete para um verso do Capítulo 2 do Livro Cântico dos Cânticos: “Minha Pomba, nas fendas do rochedo,/no escondido dos penhascos,/deixa-me ver o teu rosto,/deixa-me ouvir a tua voz./Pois a tua voz é doce/e o teu rosto, encantador”.

3 Tradução livre: “Como uma planta exaltada (ECCLES Cap.2)”. Inscrição remete para o versículo do livro Ben Sirá.

EXPOSIÇÃO

Após se conhecer o espaço museológico, com todas as suas áreas e características, importa agora debruçarmo-nos sobre a exposição patente no Museu. É apenas no piso térreo, mais concretamente na outrora nave e presbitério, que o Museu de Arte Sacra da Capela da Lapa expõe 58 objetos de natureza

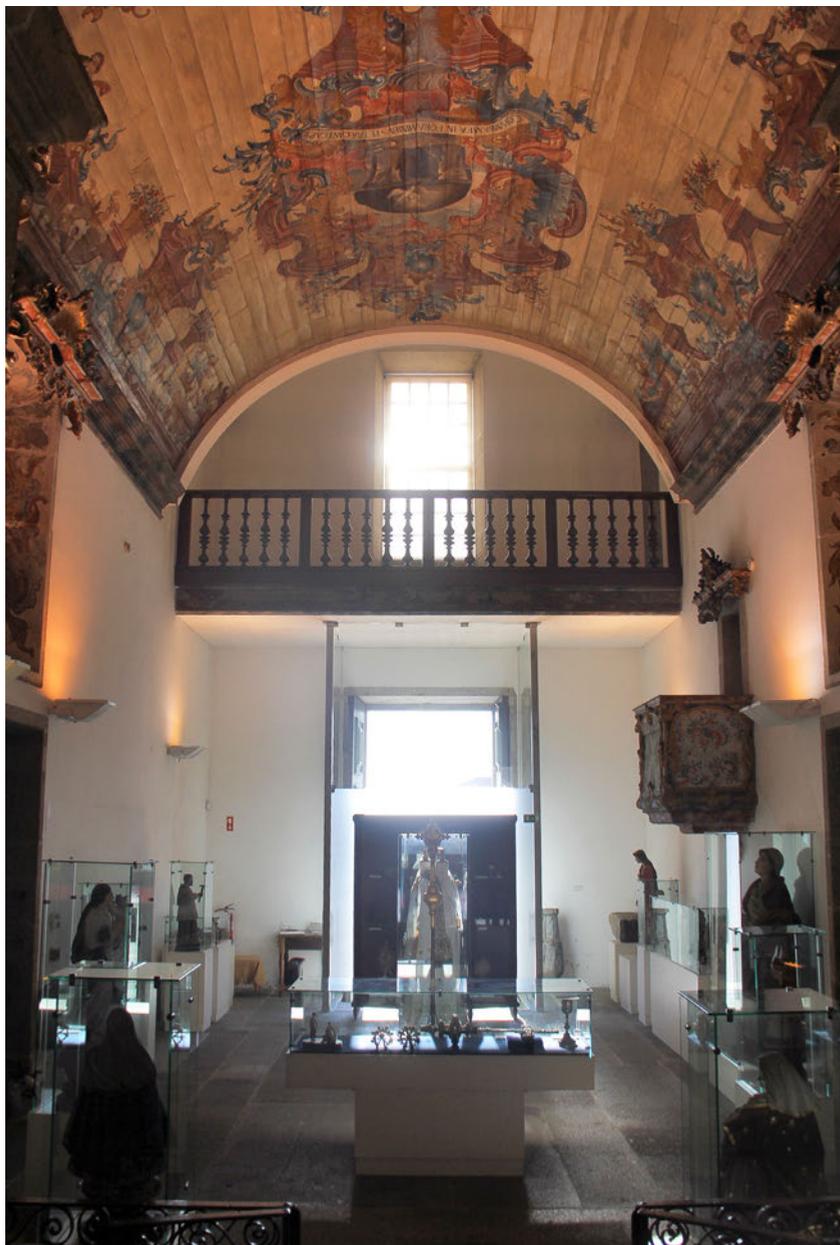


Figura 2 Primeira área expositiva do Museu de Arte Sacra da Capela da Lapa. Isabel Silva, 2020.

religiosa. Alguns deles são exibidos dentro de vitrinas, de forma isolada ou em conjunto, enquanto que outros estão dispostos num armário com portas de vidro, nas banquetas dos retábulos, ou nos plintos.

Atendendo às reflexões sobre a conversão de antigos templos católicos em museus com coleções religiosas, compreende-se que alguns suportes expositivos utilizados pelo Museu promovem uma melhor contextualização simbólica/litúrgica do que outros. Ainda que as vitrinas assumam uma função importante na conservação dos objetos expostos, elas interferem na sua leitura e interpretação por orientarem a atenção dos visitantes sobretudo para os seus aspetos materiais e artísticos. Para mais, as vitrinas também suprimem o relacionamento imediato e direto entre os objetos e o espaço em que estão expostos, impulsionando, assim, a descontextualização de ambos. Já o recurso aos retábulos como meios expositivos permite uma leitura muito mais perceptível das funções e significados religiosos dos objetos, pois o modo como estão expostos torna a sua relação com o interior do edifício muito mais harmoniosa e imediata.

Para se compreender melhor a disposição dos objetos na exposição, esta será dividida em duas partes: a primeira, correspondente à área da nave (Figura 3) e, a segunda, atende à área do presbitério (Figura 4). Assim, a área da nave expõe 48 objetos, mais especificamente, 23 objetos devocionais, oito objetos utilizados no culto litúrgico, quatro paramentos religiosos, cinco objetos utilizados em procissões, três peças de mobiliário religioso e, ainda, cinco objetos relacionados com os altares. Constata-se que todos os objetos utilizados em rituais, ou seja, os usados no culto litúrgico e procissões, inclusive os paramentos, se encontram expostos no centro da nave. Já os restantes objetos estão dispostos do seu lado direito e esquerdo, sendo que neste último se encontram todas as peças de mobiliário religioso. Quanto à área do presbitério, esta só exhibe dez objetos – quatro imagens devocionais, cinco objetos relacionados com o altar e uma insígnia eclesiástica – por ter, em comparação com a nave, dimensões mais reduzidas. Mal se entra na área do presbitério, duas imagens recebem os visitantes e, no patamar do altar-mor, ao centro, está a imagem da Nossa Senhora da Lapa, ladeada por uma pintura e um documento papal. Por sua vez, os restantes cinco objetos estão expostos na banqueta do retábulo-mor.

Com o objetivo de ajudar os visitantes a interpretar as vertentes artísticas e religiosas dos objetos e do edifício, o Museu de Arte Sacra da Capela da Lapa disponibiliza dois tipos de textos expositivos: os textos-legendas e a Folha de Sala. Todos os bens são acompanhados por um texto-legenda que, de uma forma geral, apresenta as seguintes informações: número de inventário, designação do objeto, material, técnica e data da sua produção. No entanto, alguns deles podem incluir outros dados, como: proveniência, contexto de utilização, função, ou ainda, informações mais particulares sobre os bens. Quanto à Folha de Sala, ela consegue ampliar e complementar as informações proporcionadas pelos textos-legenda. Num dos seus versos, a Folha de Sala contém uma

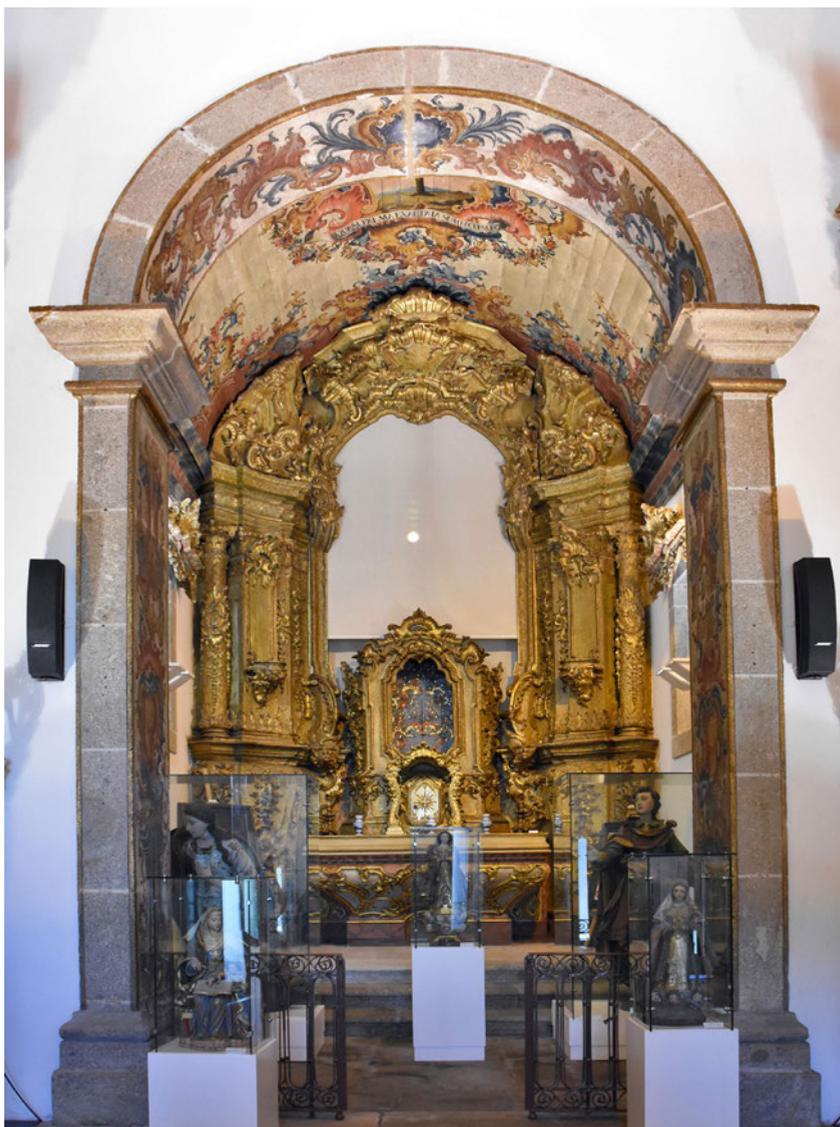


Figura 4 Segunda área expositiva do Museu de Arte Sacra da Capela da Lapa. Município de Vila Nova de Famalicão, 2017.

breve cronologia da história do edifício do Museu e, no outro verso, apresenta a iniciativa *Objeto em Destaque*. Renovada trimestralmente, esta iniciativa permite abordar um objeto do acervo do Museu, explorando através de um texto genérico as suas dimensões históricas, iconográficas, artísticas, funcionais, simbólicas, estabelecendo, por vezes, uma relação entre o objeto e o concelho de Vila Nova de Famalicão. Atualmente, a Folha de Sala está disponível no *site* do Município de Vila Nova de Famalicão e, através desta estratégia comunicativa, o Museu consegue oferecer uma contextualização bastante mais completa do seu acervo e edifício.

Constata-se, assim, que o Museu de Arte Sacra da Capela da Lapa possui os recursos necessários para potenciar a sua exposição e, sobretudo, para poder contribuir para uma leitura mais contextualizada e aprofundada dos objetos, da arquitetura do edifício e da relação entre ambos.

PROGRAMA DE ATIVIDADES

Quanto ao Programa de Atividades oferecido pelo Museu de Arte Sacra da Capela da Lapa, ele abrange um conjunto de iniciativas lúdicas e interativas – desde visitas-orientadas, diversas oficinas e um roteiro pela cidade. No seu conjunto, para além de darem a conhecer a história e acervo do Museu, estas atividades conseguem estimular o interesse e a criatividade das pessoas nelas participantes. A grande limitação destas iniciativas relaciona-se com o facto de terem de acontecer durante o reduzido horário do Museu – terças-feiras de manhã (10h-13h) e quintas-feiras de tarde (14h30-17h) –, necessitando de marcação prévia. Após estas observações iniciais, dar-se-á a conhecer, nos seguintes parágrafos, as iniciativas do Museu, os seus conteúdos, objetivos e quais os seus públicos-alvo.

Asseguradas tanto pela equipa museológica como pela equipa da Rede de Museus, as visitas-orientadas realizam-se desde a criação do Museu. Apesar de se destinarem a públicos de várias faixas etárias, verifica-se que há maior adesão por parte do público sénior e do público infantojuvenil. Partindo de uma visão geral sobre a história do edifício, a visita-orientada aborda os objetos do acervo do Museu, procurando elucidar, de forma equilibrada, as suas dimensões estéticas, formais, simbólicas e funcionais (José Nogueira, comunicação pessoal).

Em relação às oficinas, elas são em número de quatro e foram criadas em 2015, estando a cargo da equipa da Rede de Museus. De modo geral, estas oficinas dirigem-se ao público infantojuvenil, mais particularmente aos estudantes do 1º e 2º ciclo do ensino básico. Com o objetivo de contribuir para uma melhor compreensão do conceito de museu, três delas permitem apurar a motricidade fina e a destreza dos participantes e, simultaneamente, dar a conhecer a história do Museu. Uma das oficinas, designada como *A Magia do Caminho*, convida os participantes a criar velas. Uma outra, designada *Anjo da Guarda, Minha Companhia*, propõe, através da reciclagem de materiais usados, a criação de anjos. Uma terceira, *Conta a Conta se Faz uma Dezena*, consiste na produção de uma dezena religiosa⁴. Por fim, outra oficina, *Talha de Papel*, dirige-se apenas aos estudantes do 2º ciclo do ensino básico. Tendo como principal fonte de inspiração os retábulos do Museu, esta atividade desafia os participantes a transpor, através da técnica do decalque, os elementos característicos do barroco. Assim, para além de dar a conhecer a história do Museu, esta oficina em

4 “Objeto de devoção constituída por uma feira de dez contas de rosário, tendo suspensa uma feira mais curta rematada por uma cruz” (Rocca e et al, 2004: 141).

particular consegue desenvolver as capacidades criativas e imaginativas dos seus participantes e, paralelamente, aprofundar os conceitos de arte, barroco e museu (Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2019).

No âmbito do projeto *Marka...a tua identidade*, uma parceria estabelecida no ano letivo 2018/2019 entre o Agrupamento de Escolas Camilo Castelo Branco e a Rede de Museus, foi desenvolvido o roteiro *Juntos por Uma Causa*. Desde então, esta iniciativa passou a fazer parte do programa de atividades do Museu, tendo como principal público-alvo, os estudantes do 4º ano do 1º ciclo do ensino básico. O objetivo fulcral deste roteiro é dar a conhecer a vida de Francisco Tinoco de Sousa, o primeiro Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Famalicão, e o impacto da sua ação na cidade. Para isso, os participantes percorrem alguns locais históricos da cidade – como a atual e a segunda Sede da Santa Casa da Misericórdia, o Jardim 1º de Maio, entre outros – terminando o percurso no Museu, onde se encontra a sepultura desta personalidade ilustre famalicense (Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2019).

Pode, então, ser afirmado que as iniciativas do Museu, para além de assentarem em objetivos sólidos e coesos, conseguem equilibrar uma vertente interativa, lúdica e divertida com uma outra vertente mais informativa e cultural, tudo contribuindo para o desenvolvimento integral e crítico dos participantes.

PLANEAR EM DIÁLOGO COM A COMUNIDADE

Cada vez mais se exige aos museus que atuem como fóruns sociais, no sentido de deverem procurar incentivar os seus públicos e a comunidade circundante a serem cidadãos mais ativos e conscientes. Tanto assim é, que atualmente os museus são avaliados também tendo em consideração a sua vertente social, ou seja, se conseguem estabelecer um contacto direto com os membros da comunidade, se os incluem no seu espaço, e principalmente, se funcionam como palco para expressão dos traços identitários e culturais comunitários (Crooke, 2007; Nicks, 2005; Sandell, 2007; Weil, 2007).

De acordo com o Código de Ética do ICOM, aprovado em 2004, é crucial que a comunidade participe no museu e que estabeleça uma colaboração ativa com a equipa museológica, pois uma relação estreita entre estas duas entidades irá necessariamente enriquecer e fortalecer a ação museológica (ICOM, 2017). A comunidade ao aceitar partilhar conhecimentos, reflexões e opiniões através de um diálogo aberto, proporciona ao museu potenciais narrativas e temas a serem explorados, em possíveis exposições ou atividades (Crooke, 2006).

Estas foram as principais linhas teóricas que me orientaram no desenvolvimento de uma proposta museológica para o Museu de Arte Sacra da Capela da Lapa, junto da comunidade famalicense. Realizada no âmbito do 2º Ciclo de Estudos do Mestrado em Museologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, a proposta tinha dois objetivos centrais. O primeiro, era o de repensar o espaço expositivo e propor um novo programa de exposições; o segundo

objetivo consistia na criação de um plano estratégico para ajudar a envolver a comunidade circundante, pois o afastamento desta era grande, não aceitando ainda o espaço como museológico, em virtude dos profundos laços afetivos antes mantidos com a antiga Capela. A existência desta relação distante entre o Museu e os famalicenses motivou-me, de forma ainda mais veemente, para desenvolver uma proposta museológica que contasse com a colaboração da comunidade local. Para isso, tornava-se necessário estabelecer contacto direto com as diversas subcomunidades, que pudesse identificar, e recolher as suas opiniões e preocupações, equacionando-as como ideias para possíveis exposições e atividades, a serem realizadas no Museu de Arte Sacra da Capela da Lapa.

No entanto, devido à pandemia Covid-19 e ao primeiro confinamento obrigatório decretado a partir de março de 2020 esse contacto direto com a comunidade famalicense não se pôde concretizar, obrigando-me a pensar numa estratégia alternativa para ultrapassar esta adversidade. Em colaboração com a Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão, a solução encontrada foi começar por redigir um documento onde expunha todas as ideias até então desenvolvidas e, depois enviá-lo para diversas pessoas e entidades potencialmente representativas de diferentes grupos de públicos e instituições da comunidade. Estes foram identificados com o auxílio da Rede de Museus e da equipa do Museu. Uma semana depois do envio desse documento, foi agendada uma reunião com todas essas pessoas para a manhã do dia 17 de julho de 2020, realizada via plataforma *online Zoom*. O principal objetivo deste encontro virtual era poder recolher as variadas contribuições e perceções do grupo de intervenientes, o qual incluía representantes da Paróquia de Santo Adrião, ao nível da gestão do Museu e da Catequese, da Rede de Museus, de funcionários, ativos e inativos, do Museu de Cerâmica Artística da Fundação Castro-Alves e da Fundação Cupertino de Miranda, do Grupo Sénior do Município de Vila Nova de Famalicão, da Associação dos Moradores de Lameiras, e da comunidade educativa bibliotecária e musical famalicense. As observações feitas ao documento enviado e os contributos resultantes desta reunião revelaram-se centrais e indispensáveis. Para além de ter sido sugerida a construção de um cronograma, que tornaria mais visível a regularidade das iniciativas a propor, da reunião resultou também o conselho para ampliar a proposta inicial e incluir algumas estratégias comunicativas, materiais mediadores e a indicação de um perfil para os mediadores culturais.

No seguimento desta reunião, contactei, de forma mais pormenorizada os intervenientes da área social e sénior, para tentar compreender melhor as necessidades e expectativas dos dois principais públicos-alvo do Museu: o público sénior e o público infantojuvenil. A partir dos dados fornecidos consegui elaborar um programa de iniciativas apelativas e dinâmicas, cuja concretização respeitaria os interesses e preocupações, bem como as capacidades físicas e intelectuais dos dois públicos considerados. Igualmente pertinente, foi o contacto estabelecido com o representante da comunidade educativa musical,

que indicou agrupamentos musicais e artísticos locais, dispostos a colaborar em possíveis atividades a realizar no espaço museológico.

No que diz respeito à curadoria do espaço museológico, contei com a colaboração de um outro interveniente da reunião, o curador de arte contemporânea que, durante um longo período de tempo, foi Diretor Artístico da Fundação Cupertino de Miranda. Este contacto foi fulcral para a elaboração da proposta final, pois permitiu equacionar, de uma forma muito direta e concreta, os novos suportes expositivos, assim como uma possível nova disposição da exposição por todas as áreas do Museu. Graças aos seus conhecimentos de curadoria, senti o apoio e incentivo necessários para conseguir olhar o espaço museológico de uma outra perspectiva. A partir das suas observações vi-me desafiada a planear uma reorganização da exposição que conseguisse ser funcional, mas, ao mesmo tempo, pudesse responder às necessidades e expectativas da equipa museológica e dos potenciais públicos do Museu.

Para além do grupo inicial, contactei com outras instituições artísticas e culturais, sendo importante referir a Associação Cultural Fértil. Procurando conciliar o teatro com a antropologia, a Associação Cultural Fértil promove nos diversos projetos que desenvolve uma reflexão alargada sobre a condição humana, encarando o ser humano como produtor cultural. Ao compreender melhor a sua ação, bem como as iniciativas que desenvolve em colaboração com instituições sociais e culturais locais, percebi que também entre a Associação e o Museu se poderia estabelecer uma parceria, já que é possível detetar nas missões de ambos uma vertente antropológica, no sentido de ambos estimularem através de iniciativas culturais uma reflexão sobre o Homem e o seu lugar no Mundo. Por isso, este encontro com a Associação proporcionou uma partilha de ideias e opiniões que contribuiu, significativamente, para que conseguisse estruturar iniciativas com uma mensagem de carácter muito mais humanitário.

Todos estes contactos, estabelecidos ainda que de um modo indireto com a comunidade famalicense, tornaram a proposta museológica final muito mais próxima das realidades e das necessidades comunitárias locais. Acima de tudo, este trabalho colaborativo com a comunidade demonstra a importância dos museus desenvolverem ações de carácter interdisciplinar. Só assim conseguirão agir de forma inclusiva e participativa com a comunidade circundante e, ao mesmo tempo, proporcionar experiências inesquecíveis aos seus visitantes.

NOTAS CONCLUSIVAS

O Museu de Arte Sacra da Capela da Lapa, e os seus objetos, são muito estimados pela comunidade famalicense, funcionando mesmo como ativadores de memória. Fazem-na lembrar um passado mais ou menos distante, cujos momentos singulares, outrora experienciados, revivem dentro daquele espaço. Devido à carga simbólica, espiritual e afetiva, o processo de musealização do património religioso torna-se bastante complexo. Constata-se que,

até à atualidade, se têm mantido por aprofundar várias questões sobre que tipo de procedimentos e boas práticas a serem aplicados neste processo. Contudo, embora ainda não existam diretrizes específicas relativas à musealização de bens eclesiais, nomeadamente no caso de antigos templos católicos, verifica-se a emergência de uma crescente consciencialização quanto aos passos e estratégias a adotar durante o processo, devendo culminar, acima de tudo, no respeito de todas as dimensões do património religioso. Além disso, vai-se tornando também evidente a necessidade de sensibilizar a comunidade circundante para a musealização realizada em bens eclesiais móveis e imóveis porque, se um antigo templo católico se converter numa unidade museológica, mas depois não for usufruído, nem aceite, pela comunidade, então esse espaço nunca irá conseguir cumprir na totalidade as suas funções.

Por tudo isto, torna-se crucial envolver a comunidade local, não só durante o processo de musealização, mas também para as futuras funções museológicas. Quanto mais os museus adotarem abordagens participativas com a comunidade, quanto mais diálogos e conexões estabelecerem, maior será o impacto da sua ação. Tal como se constatou através da metodologia adotada nesta investigação, o trabalho colaborativo com a comunidade é altamente benéfico para a ação das unidades museológicas, pois leva à criação de exposições e atividades apelativas e cativantes, que enriquecem as suas ofertas culturais.

Para concluir, espero que o presente artigo, ao dar a conhecer o Museu de Arte Sacra da Capela da Lapa, tenha sensibilizado os leitores para a musealização do património religioso, evidenciando as suas potencialidades e limitações, e estimulado a reflexão sobre a importância de envolver as comunidades nos museus.

AGRADECIMENTOS

A autora expressa os seus mais sinceros agradecimentos à Paróquia de Santo Adrião de Vila Nova de Famalicão, ao Município de Vila Nova de Famalicão e à Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão e respetiva coordenação, nomeadamente, Dr^a Diana Pereira e Dr^a Mariana Jacob, pela disponibilidade e apoio prestado ao longo do desenvolvimento da proposta museológica. Agradece, igualmente, ao Padre Francisco Carreira, Dr. José Nogueira, Dr^a Eva Cordeiro, D. Alcina Gonçalves, Dr. António Gonçalves, Dr^a Isabel Cunha, Professor Alexandre Lemos, Professor Rui Mesquita, Dr. Rui Leitão, Dr. Ricardo Ribeiro, Dr^a Marta Correia e à Professora Cristina Goulão, pelos seus valiosos contributos que tornaram a proposta museológica mais próxima à realidade da comunidade de Vila Nova de Famalicão.

BIBLIOGRAFIA

- Acesso Cultura. (2019). Para que servem os museus?. In Definir missão...da necessidade ao desafio. *Ser e Fazer Museu no Século XXI*, 1. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. Disponível em: https://issuu.com/municipiodefamalicao/docs/redemuseu_livro
- Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. (2012a). *Protocolo para a Gestão Partilhada do Museu de Arte Sacra (Capela da Lapa) de Vila Nova de Famalicão*. Documento não publicado.
- Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. (2012b). *Declaração de Princípios*. Documento não publicado.
- Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. (2019). Plano de Atividades Educativas: Ano Letivo 2019/2020. Disponível em: http://www.famalicaoeducativo.pt/_apresentacao_servicos_educativos
- Capurro, Rita. (2018). *Reinterpreting a sacred place. When church becomes a museum from an ecclesiastical point of view*. Paper apresentado em *Museology and The Sacred: materials for discussion*, Tehran (Irão), 15-19 outubro 2018. Tehran: ICOFOM. Disponível em: http://icofom.mini.icom.museum/wp-content/uploads/sites/18/2018/12/Icofom_mono_Sacred_version_numerie2.pdf
- Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja. (2001). *A função pastoral dos museus eclesiais-ticos*. Disponível em: http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_commissions/pcchc/documents/rc_com_pcchc_20010815_funzione-musei_po.html
- Crooke, Elizabeth. (2006). *Museums and Community. A Companion to Museum Studies*, editado por Sharon MacDonald, Oxford: Blackwell Publishing.
- Crooke, Elizabeth. (2007). *Museums and Community: ideas, issues and challenges*. New York: Routledge Taylor&Francis Group.
- Duarte, A. (2013). Nova Museologia: os Pontapés de Saldas de uma Abordagem ainda Inovadora. *Revista Museologia e Património*, 6 (1), p.99-117. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/248/239>
- Fernandes, Monsenhor Joaquim. (2020). *Entrevista ao Monsenhor Joaquim Fernandes/Entrevistadora: Isabel Silva*. Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão, Vila Nova de Famalicão.
- ICOM. (2017). *Code of Ethics for Museums*. Paris: ICOM
- Nicks, Trudy. (2005). Introduction. *Museums and Source Communities*, editado por Laura Peers, Alison K.Brown. Londres: Routledge Taylor&Francis Group.
- Pontifício Conselho da Cultura. (2018). *Diretrizes. A cessão e reutilização eclesial das igrejas*. Disponível em: <http://www.cultura.va/content/dam/cultura/docs/pdf/beniculturali/guidelines.pdf>
- Rede Museus de Vila Nova Famalicão. (2019). *Ser e Fazer: Propostas de declaração de missão*. In Definir missão...da necessidade ao desafio. *Ser e Fazer Museu no Século XXI*, 1. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. Disponível em: https://issuu.com/municipiodefamalicao/docs/redemuseu_livro
- Rocca, S. V., & Guedes, N. C. & Roque, M. I. & Guerreiro, D. (2004). *Thesaurus: Vocabulário de objetos do culto católico*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa; Fundação da Casa de Bragança.

- Disponível em <https://drive.google.com/file/d/0B7xgTMCrAWKfWVp3bV9GV3o5TkE/view>
- Roque, Maria Isabel. (2011). A exposição do sagrado no museu. *Comunicação e Cultura: Sagrado e Modernidade* (11): 129-146. Disponível em: <http://comunicacaoecultura.com.pt/wp-content/uploads/08.-Maria-Isabel-Roque.pdf>.
- Sandell, Richard. (2007). Museums and the Combating of Social Inequality: roles, responsibilities, resistance. *Museums and Their Communities*, editado por Sheila Watson. New York: Routledge Taylor&Francis Group.
- Semedo, Alice. (2019). Ferramentas para pensar/fazer museus: missão, valores e visão. In Definir missão...da necessidade ao desafio. *Ser e Fazer Museu no Século XXI*, 1. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. Disponível em: https://issuu.com/municipiodefamalicao/docs/redemuseu_livro
- Silva, Maria Isabel Cardoso de Sousa. (2020). *Museu de Arte Sacra da Capela da Lapa: Proposta Museológica Participativa*. Tese de Mestrado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: Faculdade de Letras. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/130672/2/432638.pdf>
- Vieira, António Martins. (2009) História da Capela da Lapa e o Museu. In *Boletim Cultural Vila Nova de Famalicão*, III Série (5), p. 49-59. Disponível em: <https://www.cm-vnfamalicao.pt/boletim-cultural>
- Weil, Stephen. (2007). The Museum and The Public. *Museums and Their Communities*, editado por Sheila Watson, New York: Routledge Taylor&Francis Group.

CURRÍCULOS



05

BREVES CURRÍCULOS

Ana Regina Pinho

Doutora em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Formada nas áreas do Teatro Musical, Práticas Artísticas em Comunidade e Danças Urbanas, na AMVP, ESMAE e Academia AAD. Prepara atualmente a publicação de "Vidas à deriva", pela Caritas Portuguesa."

António José Queiroz

Historiador. Investigador do CEPESE (Porto).

Armando Coelho Ferreira da Silva

Professor catedrático jubulado da Universidade do Porto. Investigador do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (FLUP/FCT). acfsilva@sapo.pt

Arminda Esmeralda de Araújo Ferreira

Mestre em Educação, Supervisão Pedagógica em Ensino da História, pela Universidade do Minho; Pós-graduação em Relações Históricas Portugal, Brasil, África e Oriente, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Licenciada em Ciências Históricas, ramo educacional e Ciências Históricas, ramo científico pela Universidade Portucalense Infante D. Henrique; Professora do Ensino Básico e Secundário, em Mobilidade Estatutária na Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.

Elzira Machado Rosa

Licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Diplomada em Ciências Pedagógicas pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Mestre em História Social Contemporânea pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (Secção Autónoma de História). Co-fundadora do Museu Bernardino Machado e orientadora da respectiva Exposição Permanente. Colaboradora do Museu da Presidência da República na preservação do Espólio de Bernardino Machado. Investigadora na área biográfica de Bernardino Machado e em História da Educação Feminina. Autora de diversas obras historiográficas.

Filipa Sousa Lopes

Doutorada em História, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Mestre em História das Instituições e Cultura Moderna e Contemporânea, pela Universidade do Minho. Investigadora do Instituto de História Contemporânea da Universidade NOVA de Lisboa. Desenvolve pesquisas na área do Estado Novo, oposição bem como descolonização e lutas de libertação.

Hilário Pereira

Mestre em Ciências da Informação e Documentação.

Inês Carvalho

Licenciada em Relações Internacionais – Ramo Cultural e Político.

Isabel Silva

Licenciada em História da Arte e mestre em Museologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

João Afonso Machado

Escritor. Investigador. Advogado.

João Oliveira Machado

Arqueólogo. Investigador do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (FLUP/FCT). Técnico superior na Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão como coordenador do Gabinete do Património Cultural. joamachado@famalicao.pt

Louise Palma

Mestre em Museologia, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Licenciatura em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Odete Paiva

Doutorada em História e investigadora do CITCEM da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Paulo Bernardino

Investigador, maestro, compositor, organista e pianista. Doutoramento em Música, na área da Direção, pela Universidade de Aveiro, é licenciado em Música Sacra pela Universidade Católica Portuguesa – Porto (2003) e em Engenharia Eletrotécnica pela Universidade de Coimbra (1998). Fundador do Manuel Faria Ensemble, é organista titular da capela da Universidade de Coimbra e da Sé Catedral da mesma cidade.

Sofia Navalho

Licenciada em História da Arte e Mestre em Museologia, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

FICHA TÉCNICA

Boletim Cultural VI série, n.º 1, Ano 2021

Edição

Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

Diretor

Mário Passos, Presidente da Câmara Municipal

Coordenador editorial

Pedro Oliveira, Vereador da Cultura

Conselho Consultivo

António Joaquim Pinto da Silva, António José Queiroz,
Armando Coelho Ferreira da Silva, Arminda Esmeralda
de Araújo Ferreira, Daniel José Ribeiro de Faria,
José Agostinho Pereira, Norberto Ferreira da Cunha

Colaboram neste número

Ana Regina Pinho, António José Queiroz, Armando Coelho
Ferreira da Silva, Arminda Esmeralda de Araújo Ferreira,
Elzira Machado Rosa, Filipa Sousa Lopes, Hilário Pereira,
Inês Carvalho, Isabel Silva, João Afonso Machado,
João Oliveira Machado, Louise Palma, Odete Paiva,
Paulo Bernardino, Sofia Navalho

Secretariado

Arminda Ferreira

Design Gráfico

António Pedro

Execução Gráfica

Papelmunde

Tiragem

500 exemplares

ISSN

0871-3308

Depósito Legal

...../..

Isento de registo na ERC ao abrigo do Decreto
Regulamentar 8/99 de 09 de junho, art.º 12.º
n.º 1, alínea b)

